

Conforme arquivado na *Securities Exchange Commission* em 15 de maio de 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
Washington, D.C. 20549

**FORMULÁRIO 20-F**

**RELATÓRIO ANUAL REFERENTE À SEÇÃO 13 OU 15(d)  
DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS 1934**

**Para o ano fiscal terminado em 31 de dezembro de 2006**

Número do arquivo comissionado: **001-15030**

**COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

(Nome exato do registrado especificado na sua patente)

**República Federativa do Brasil**

(Jurisdição da incorporação ou organização)

**Avenida Graça Aranha, n.º. 26**

**20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil**

(Endereço da sede executiva)

Títulos registrados segundo a seção 12(b) do ato:

<u>Título de cada classe</u>	<u>Nome da bolsa onde está registrada</u>
Ações Preferenciais classe A da CVRD, sem valor nominal por ação	Bolsa de Valores de Nova York *
American Depositary Shares (ADS – comprovado por recibo de depósito americano) cada um representando uma ação preferencial classe A da CVRD	Bolsa de Valores de Nova York
Ações ordinárias da CVRD, sem valor nominal por ação	Bolsa de Valores de Nova York*
American Depositary Shares (ADS – comprovado por recibo de depósito americano) cada um representando uma ação ordinária da CVRD	Bolsa de Valores de Nova York
Títulos com garantia de 6,875% vencimento em 2036, emitidos pela Vale Overseas	Bolsa de Valores de Nova York
Títulos com garantia de 8,250% vencimento em 2034, emitidos pela Vale Overseas	Bolsa de Valores de Nova York
Títulos com garantia de 6,250% vencimento em 2017, emitidos pela Vale Overseas	Bolsa de Valores de Nova York
Títulos com garantia de 6,250% vencimento em 2016, emitidos pela Vale Overseas	Bolsa de Valores de Nova York

\* Ações não listadas para negociação, mas somente em conexão com o registro de American Depositary Shares (ADS) segundo exigências da Bolsa de Valores de Nova York.

Títulos registrados ou a serem registrados segundo a Seção 12(g) do decreto: **Nenhum**

Títulos para os quais existe obrigação de relatório segundo a Seção 15(d) do decreto: **Nenhum**

O número de ações em circulação de cada classe de ação da CVRD em 31 de dezembro de 2006:

1.471.607.838 ações ordinárias sem valor nominal por ação

944.585.684 ações preferenciais classe A, sem valor nominal por ação

6 ações *golden shares*, sem valor nominal por ação

Indicar se o autor do registro for um emissor experiente bem conhecido, conforme definição no regulamento 405 da Lei de Mercado de Capitais.

Sim  Não

Se se tratar de um relatório anual ou de transição, indicar abaixo se o registro não é exigido para arquivar relatórios segundo a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934.

Sim  Não

Indicar abaixo se o registro (1) contém todos os relatórios exigidos pela Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os 12 meses precedentes (ou por um período mais curto que o autor do registro foi solicitado a apresentar tais relatórios) e (2) foi submetido a tais exigências nos últimos 90 dias.

Sim  Não

Indicar abaixo se o autor do registro é considerado um *larger accelerated filer*, um *accelerated filer* ou um *non-accelerated filer*. Ver a definição de “registrador acelerado e grande registrador não-acelerado” no Regulamento 12b-2 da Lei de Mercado de Capitais. (Escolher um deles):

*Large accelerated filer*  *Accelerated filer*  *Non-accelerated filer*

Indicar abaixo qual item do demonstrativo financeiro o autor do registro resolveu obedecer.

Item 17  Item 18

**Conforme arquivado na *Securities Exchange Commition* em 15 de maio de 2007.**

Se este for um relatório anual, indicar abaixo se o autor do registro é uma empresa “shell” (Sociedade que foi incorporada mas não registra ativos ou operações significativos), conforme definição no Regulamento 12b-2 da Lei de Mercado de Capitais).

Sim  Não

---

---

## ÍNDICE

### PÁGINA

Glossário .....	3
Apresentação das informações financeiras.....	8
Apresentação de informações referentes a reservas.....	9
Declarações futuras .....	10

### PARTE I

Item 1. Identidade dos conselheiros, dos diretorres executivos e membros dos comitês de assessoramento.....	11
Item 2. Estatísticas de oferta e cronograma previsto.....	11
Item 3. Informações importantes .....	11
Dados financeiros selecionados .....	11
Fatores de risco.....	13
Item 4. Informações sobre a empresa.....	25
Panorama dos negócios.....	25
Segmentos de negócio.....	32
Questões regulatórias .....	67
Investimentos .....	78
Item 5. Revisão e perspectivas operacionais e financeiras .....	82
Panorama.....	82
Resultados das operações—2006 comparado a 2005.....	87
Resultados das operações—2005 comparado a 2004.....	96
Liquidez e recursos de capital.....	101
Debêntures participativas .....	104
Obrigações contratuais .....	105
Ajustes fora do balanço patrimonial.....	103
Estimativas e práticas contábeis críticas .....	103
Item 6. Conselheiros, diretoria executiva e empregados .....	107
Conselho de Administração.....	107
Diretoria Executiva.....	111
Conselho fiscal.....	113
Comitês de assessoramento .....	116
Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva, do conselho fiscal e comitês de assessoramento.....	117
Empregados.....	118
Item 7. Principais acionistas e transações entre partes relacionadas .....	119
Principais acionistas .....	119
Transações entre partes relacionadas .....	122
Item 8. Informações financeiras .....	123
Processos judiciais.....	123
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	124
Item 9. Oferta e registro em bolsa de valores .....	126
Histórico dos preços das ações.....	126
Mercados de negociação .....	127
Item 10. Informações adicionais .....	128
Estatuto social.....	128
Ações ordinárias e preferenciais .....	129
Contratos relevantes .....	138
Controle de câmbio e outras limitações que afetam os portadores de títulos.....	136
Tributação .....	137
Documento apresentados.....	143
Item 11. Divulgações quantitativas e qualitativas sobre os riscos de mercado .....	144
Política de gerenciamento de riscos.....	144
Taxas de juros e riscos cambiais.....	146

Risco de preço dos produtos.....	151
Risco de crédito .....	154
Item 12. Descrição dos títulos, exceto títulos subscritos .....	155

## PARTE II

Item 13. Negligências, dividendos em atraso e inadimplências.....	156
Item 14. Modificações substanciais nos direitos dos portadores de títulos e utilização dos recursos .....	156
Item 15. Controles e procedimentos .....	156
Avaliação dos controles e procedimentos de divulgação.....	156
Relatório executivo sobre o controle interno dos relatórios financeiros .....	156
Mudanças nos controles internos .....	157
Item 16A. Especialistas financeiros do Comitê de Auditoria .....	157
Item 16B. Código de ética.....	157
Item 16C. Principais tarifas e procedimentos contábeis .....	157
Principais tarifas contábeis .....	157
Políticas e procedimentos de pré-aprovação do comitê de auditoria .....	159
Item 16D. Isenções dos padrões de registro para os comitês de auditoria .....	159
Item 16E. Compra de carteiras de ações pelo emissor e compradores afiliados .....	159

## PARTE III

Item 17. Demonstrativos financeiros.....	161
Item 18. Demonstrativos financeiros.....	161
Item 19. Apresentações.....	161
Assinaturas .....	162
Índice dos demonstrativos financeiros consolidados .....	F-1

## GLOSSÁRIO

- Áço ferrítico..... Áço contém uma quantidade significativa de cromo, mas não contém níquel para estabilizar a microestrutura de austenita.
- Áço Inoxidável..... Ligas de aço contendo pelo menos 10% de cromo e com resistência superior à corrosão. Pode também conter outros elementos tais como níquel, manganês, nióbio, titânio, molibdênio, cobre, de modo a aperfeiçoar as propriedades mecânicas e térmicas, e também sua vida útil. É principalmente classificado como austenítico (séries 200 e 300), ferríticos (série 400), martensítico, duplex ou aço de endurecimento por precipitação.
- Áço inoxidável austenítico..... Áço que contém quantidade significativa de cromo e níquel suficiente para estabilizar a microestrutura da austenita, dando ao aço boa formabilidade e maleabilidade, além de melhorar sua resistência térmica. Em média, os aços inoxidáveis austeníticos contêm aproximadamente 8% a 10% de níquel. Eles são usados numa ampla variedade de aplicações, que vão de produtos para consumo a equipamentos de processos industriais, assim como para geração de energia elétrica, equipamentos de transporte, utensílios de cozinha e várias alternativas em que seja necessária resistência à força, corrosão e alta temperatura. O uso do níquel em aços inoxidáveis austeníticos representa entre 60% e 65% do consumo anual de níquel primário no mundo.
- Alumina..... Óxido de alumínio. É o componente principal da bauxita, extraído do minério de bauxita num processo de refino químico. É a matéria-prima principal no processo eletro-químico a partir do qual o alumínio é produzido.
- Alumínio Primário..... Metal branco que é obtido no processo eletroquímico de redução do óxido de alumínio.
- Antracito..... O tipo mais sólido de carvão que contém alta porcentagem de carbono fixo e baixa porcentagem de material volátil. O antracito é o nível mais elevado de carvão e contém aproximadamente 90% de carbono fixo, mais do que qualquer outro tipo de carvão. O antracito tem lustre semimetálico e é capaz de queimar sem expelir fumaça. Utilizado principalmente para fins metalúrgicos.
- Bauxita..... Um mineral composto basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de alumina, matéria-prima a partir da qual o alumínio é feito.
- Beneficiamento ..... Uma variedade de processos pelos quais o minério extraído das minas é reduzido a partículas que podem ser separadas em mineral e refugo (resíduo), sendo o primeiro adequado para novo processamento ou utilização direta.
- Carvão..... O carvão é uma substância combustível sólida de cor preta ou marrom escura formada pela decomposição de material vegetal privado de oxigênio. As classes de carvão, que incluem antracito, carvão betuminoso (ambos chamados de carvão duro), carvão sub-betuminoso e lignite, se baseiam no carvão fixo, material volátil e valor calorífico.
- Carvão de coque ..... Um carvão sólido e betuminoso com uma qualidade que permite a produção de coque. Normalmente usado em fornos de coqueificação para fins metalúrgicos.
- Carvão térmico..... Refere-se ao tipo de carvão que é apropriado para geração de energia após as suas propriedades de compressão (para uso em estações de força elétrica).

Caulim .....	Uma argila silicatada de alumínio branca usada como um agente de revestimento, enchimento, dilatação e absorção na indústria de papel, cerâmicas e farmacêutica.
Cobalto.....	O cobalto é um metal sólido, lustroso e de cor prateada ou cinzenta, encontrado nos minérios e utilizado na preparação de ligas magnéticas, duráveis e alta resistência (particularmente para motores de aviação e turbinas). Seus compostos são também utilizados na produção de tintas de escrever e pintar em vernizes.
Cobre .....	Um elemento metálico de coloração marrom avermelhada. O cobre possui alta condutividade térmica e elétrica. É extremamente maleável e dúctil, e é facilmente transformado em placas ou fios.
Cobre concentrado.....	Material produzido pela concentração de minerais de cobre contidos no minério de cobre. É a matéria-prima usada nas refinarias ( <i>smelters</i> ) para produzir metal de cobre.
Concentração.....	Processo físico, químico ou biológico para aumentar o teor do metal ou mineral.
Coque.....	Carvão que é processado num forno de coqueificação, para ser usado como agente redutor em altos fornos e em fundições com o propósito de transformar o minério de ferro em gusa (ou ferro fundido).
Depósito(s) mineral(is) ou mineralizado (s).....	Um corpo mineralizado que foi cortado com um número suficiente de perfurações espaçadas estreitamente e/ou com amostras subterrâneas / de superfície para sustentar tonelagem e graduação de metal(is) ou mineral(is) a fim de garantir outros trabalhos de exploração-desenvolvimento.
FBQ .....	Ferro briquetado a quente. Ferro reduzido diretamente que foi processado em briquetes. Por causa da FRD (ferro reduzido diretamente) poder apresentar combustão espontânea durante o transporte, o FBQ é preferível, quando o material metálico precisar ser armazenado ou transportado
Ferro-gusa.....	Produto de minério de ferro fundido geralmente com coque e calcário num alto-forno.
Ferro-ligas.....	As ferro-ligas são ligas que contêm um ou mais elementos químicos. Essas ligas são utilizadas para adicionar esses outros elementos ao metal fundido, geralmente usado na fabricação de aço. As principais ferro-ligas são aquelas de manganês, silício e cromo.
FOB .....	Frete excluído. Indica que o comprador paga pelo embarque, seguro e todos custos associados ao transporte dos bens até seu destino.
FRD .....	Ferro de redução direta. Minério de ferro (granulado ou pelotas) convertido através de processo de Redução Direta, usado principalmente como um substituto de sucata para produzir aço em forno elétrico de arco voltaico.
Índice de aço inoxidável austenítico .....	O índice dos aços inoxidáveis à base de níquel (aços austeníticos) em relação a todos aços inoxidáveis produzidos.
Índice de sucata de aço inoxidável.....	O índice de unidades secundárias de níquel (seja na forma de sucata de aço inoxidável contendo níquel, sucata fundida à base de níquel, ou em liga de aço, sucata de fundição e de liga à base de níquel) em relação a todas unidades de níquel consumidas na fabricação de novo aço inoxidável.
Írídio .....	Um metal de transição denso, sólido, frível de cor branca prateada da família da platina que ocorre em ligas naturais como platina ou ósmio. O irídio é usado em ligas de alta resistência que podem suportar elevadas temperaturas, basicamente em aparelhos de alta temperatura, contatos elétricos e como agente endurecedor para a platina.
Manganês (Mn).....	Um elemento frível e duro encontrado principalmente na pirolusita, haussmannita e manganato minerais. O manganês é essencial para a produção de praticamente todos os

aços e é importante na produção de ferro fundido.

Mercado transoceânico .....	Compreende os negócios de minério totais entre países usando navios para o transporte oceânico.
Metais do Grupo da Platina (PGMs).....	Consistem de platina, paládio, ródio, rutênio, ósmio e irídio, dos quais o ósmio não possui aplicação industrial (sem interesse econômico), ao passo que a platina e o paládio têm o maior interesse econômico.
Metais preciosos .....	Metais valiosos pela cor, maleabilidade e raridade, com elevado valor econômico provocado não apenas pelo seu uso prático na indústria, mas também pelo seu papel como investimento e propriedade de valor. Os metais preciosos amplamente negociados são o ouro, a prata, a platina e o paládio.
Metanol .....	Um combustível alcoólico amplamente utilizado na fabricação de produtos químicos e compostos de plástico.
Mineração a céu aberto.....	Método de extração de rochas ou minerais da terra através da exploração de uma jazida a céu aberto. As minas abertas para extração de minério são usadas quando depósitos de minerais ou rochas comercialmente viáveis são encontrados perto da superfície; isto é, onde a sobrecarga (material de superfície cobrindo o depósito de valor) é relativamente estreita ou o material de interesse é estruturalmente inadequado para mineração subterrânea.
Mineração subterrânea.....	Exploração mineral na qual a extração é realizada sob a superfície da terra.
Minério fino .....	Minério de ferro com partículas com diâmetros entre 0,15 mm e 6,35 mm. Adequado para sinterização.
Minério granulado.....	Minério de ferro ou de manganês em sua dimensão de partícula mais granulada, entre 6,35 mm e 50 mm de diâmetro, mas variando ligeiramente entre diferentes minas e minérios.
Minério ultra-fino (PFF).....	Minério de ferro ultra-fino (inferior a 0.15 mm) gerado através de mineração e trituração. Este material é agregado em pelotas através de um processo de aglomeração.
Níquel.....	Um metal branco-prateado que pode ser altamente polido. É sólido, maleável, dúctil, um tanto ferromagnético e um ótimo condutor de calor e eletricidade. Pertence ao grupo de ferros-cobaltos de metais e é extremamente valioso para as ligas que compõem, tais como o aço inoxidável e outras ligas resistentes à corrosão.
Níquel em matte.....	Um produto intermediário de fundição que deve ser mais refinado a fim de se obter metal puro.
Onça troy .....	Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.
Ouro .....	Um metal precioso às vezes encontrado na natureza, mas geralmente achado em conjunção com prata, quartzo, calcita, chumbo, telúrio, zinco e cobre. É o mais maleável e dúctil dos metais, ótimo condutor de calor e eletricidade e não é afetado pelo oxigênio e a maior parte dos reagentes.
Óxidos .....	Compostos de oxigênio com um outro elemento. Por exemplo, a magnetita é um mineral óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Paládio.....	Um metal branco prateado que é dúctil e maleável, usado principalmente nos dispositivos de controle de emissão de gás dos veículos, em joalheria, além de aplicações elétricas e químicas.
Pelotas .....	Aglomerado de partículas de minério de ferro ultra-fino de tamanho e qualidade adequados a processos particulares de produção de ferro. Nossas pelotas variam em

tamanho entre 8 mm e 18 mm.

- Placas ..... O tipo mais comum de aço semi acabado. As placas tradicionais medem 10 polegadas de espessura e 30-85 polegadas de largura (e têm aproximadamente seis metros de comprimento), embora a produção dos recém-desenvolvidos laminadores de “placas finas” seja de espessura aproximada de duas polegadas. Após a fundição, as placas são enviadas para a usina onde são laminadas em forma de chapas e produtos laminados.
- Platina..... Um metal de transição denso, branco acinzentado que é dúctil e maleável e ocorre em alguns minérios de níquel e cobre. A platina é resistente à corrosão e é usada em joalheria, equipamentos de laboratórios, contatos e létricos, odontologia, dispositivos de controle de emissão de gás dos veículos, TV de tela plana e *drivers* de discos rígidos.
- Potássio..... Um composto de cloreto de potássio, principalmente o KCl, usado como fertilizante simples na produção de mistura fertilizante.
- Prata..... Um metal maleável e dúctil usado na fotografia, fabricação de moedas e de medalhas, e em aplicações industriais.
- RD..... Redução direta. Processo que remove o oxigênio do minério de ferro utilizando gás natural ou carvão. O produto resultante possui um conteúdo de ferro entre 90% e 92%.
- Recursos minerais ..... Uma concentração ou ocorrência de minerais de interesse econômico em tais forma e quantidade que pode justificar uma extração econômica. A localidade, quantidade, graduação, característica geológica e continuidade de um recurso mineral são conhecidos, estimados e interpretados a partir de evidências geológicas específicas através de perfurações, fatiamentos e/ou afloramentos. Os recursos minerais são subdivididos, de modo a aumentar a confiança geológica, em inferidos, prováveis e provados.
- Reservas de minerais provadas ... A parte economicamente viável da exploração de um recurso mineral provado. Implica que as avaliações apropriadas foram realizadas, com considerações dos fatores de mineração, processo de beneficiamento, econômicos, de comerciais e legais. Essas avaliações reportam, no momento em que são registradas, um relatório que a extração pode ser justificada.
- Reserva ou reserva mineral..... A parte do recurso mineral que pode ser econômica e legalmente extraída ou produzida no momento da determinação das reservas. As reservas minerais são sub-divididas em ordem de confiança progressiva em reservas de minerais prováveis e reservas minerais provadas.
- Reservas minerais prováveis ..... Parte economicamente extraível das minas de um recurso mineral revelado, e, algumas vezes medido. Significa que a avaliação apropriada que foi realizada, com considerações de mineração, processo de beneficiamento, fatores econômicos, comerciais, legais, ambientais, sociais e governamentais. Essas avaliações demonstram no momento em que são registradas num relatório que a extração pode ser justificada.
- Ródio ..... Um metal branco-prateado, durável que possui alta refletância e é principalmente usado em combinação com a platina para dispositivos de controle de emissão de gás dos veículos e como agente de fusão de metais a fim de endurecer a platina.
- ROM (*run-of-mine*)..... Minério em seu estado natural (não-processado), como é extraído, sem ter sido beneficiado.
- Rutênio..... Um metal sólido, branco, que pode endurecer a platina e o paládio, usado para fabricar contatos elétricos duráveis e outras aplicações na indústria de eletrônicos.
- Secundário, ou sucata, níquel..... Sucata de aço inoxidável contendo pequenas quantidades de níquel.



Sinterização.....	A aglomeração de finos de minério, aglutinada, e outros materiais, numa massa consistente através do aquecimento sem fundição, a ser usada como carga metálica em altos-fornos.
Teor.....	A proporção de metal ou mineral presente num minério ou em qualquer outro material hospedeiro.
Tku .....	Tonelagem (o peso dos produtos sendo transportados, excluindo o peso do vagão) por quilômetro útil.
TPM .....	Tonelada de peso morto. Unidade métrica da capacidade de um navio para carga, óleo combustível, suprimento e tripulação, calculada em toneladas métricas de 1.000 kg. O peso morto total de um navio é o peso total que o navio pode transportar quando carregado até uma certa linha de flutuação.
Unidade Fe.....	Uma medida do teor de ferro no minério de ferro que é eq uivalente ao teor de 1% em uma tonelada métrica de minério de ferro.

## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboramos a apresentação de nosso demonstrativo financeiro neste relatório anual segundo os princípios contábeis aceitos nos EUA (U.S. GAAP), que diferem em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil (Brazilian GAAP). O Brazilian GAAP é determinado pelas exigências da Lei 6.404, datada de 15 de dezembro de 1976, conforme emenda, a que nos referimos como Lei das S.A., e as regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM. Publicamos igualmente os demonstrativos financeiros em Brazilian GAAP no Brasil, a qual nos referimos como demonstrativo financeiro da Lei das S.A. Utilizamos o demonstrativo financeiro da Lei das S.A. para:

- Relatórios aos acionistas brasileiros;
- Arquivamento na CVM;
- Determinação da distribuição de dividendos; e
- Determinação de responsabilidade fiscal.

Nossos demonstrativos financeiros e outras informações financeiras presentes neste relatório anual foram convertidos de R\$ (reais brasileiros) em US\$ (dólares americanos) com base no que é explicado na Nota 3 de nossos demonstrativos financeiros, a menos que indicado de outra forma.

---

Referências ao “*real*,” “*reais*” ou “R\$” são aos *reais* (plural) brasileiros e ao *real* (singular) brasileiro. As referências ao “dólar dos EUA” ou “US\$” são em relação aos dólares dos Estados Unidos.

A menos que especificado de outra forma, utilizamos unidades métricas.

As referências à “CVRD” são relativas à Companhia Vale do Rio Doce. Referências à “Vale Overseas” são relativas à nossa subsidiária Vale Overseas Limited. Referências à “CVRD Inco” são relativas à nossa subsidiária CVRD Inco Limited. Referências à “Inco” são relativas à Inco Limited, que adquirimos e depois renomeamos como “CVRD Inco Limited.” Referências à “nós” são relativas à CVRD e, exceto onde o contexto determinar de modo diverso, a suas subsidiárias consolidadas.

Referências a nossas “A DSs” ou “American Depositary Shares” incluem tanto nossas ADS ordinárias, cada uma delas representando uma ação ordinária da CVRD, quanto às nossas ADS preferenciais, cada uma representando uma ação classe A da CVRD. As ADS são representados pelos ADR (American depositary receipts) emitidos pelo JPMorgan Chase Bank, como depositário.

## APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS RESERVAS

As estimativas de reservas minerais provadas e prováveis em nossas minas e projetos, assim como as estimativas de vida útil das minas, em 31 de dezembro de 2005 e 2006, incluídas neste relatório anual, foram calculadas de acordo com as definições técnicas exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários americana, a SEC. Nossos quadros de experientes geólogos e engenheiros preparam nossas estimativas de reservas. Nós obtemos as estimativas da vida útil da mina descritas neste relatório anual a partir dessas estimativas de reservas. Para os depósitos de minério de manganês e bauxita, ajustamos as estimativas de reserva de minério às perdas nas extrações e recuperações metalúrgicas durante a extração. Para o minério de ferro, caulim, cobre, potássio, níquel, PGM e cobalto, nossas estimativas de reserva são de material *in loco* após ajustes referentes à exaustão da mina e às perdas na mineração (ou peneiramento e secagem nos casos da PT International Nickel Indonésia Tbk, ou PT Inco, e Goro) e recuperações, sem ajustes feitos para as perdas de metal devido ao processamento. Ver *Item 3. Informações Importantes – Fatores de Risco – Riscos Relativos a Nossos Negócios* para obter uma descrição dos riscos envolvendo as reservas e as estimativas de reservas.

Como parte de nossa estratégia para reportar as reservas minerais, periodicamente, contratamos consultores independentes de mineração e geologia a fim de analisar as estimativas de nossas reservas minerais em todas as operações e projetos. As reservas minerais estão sujeitas a uma revisão externa quando mudanças significativas no modelo das reservas ocorrem devido à inclusão de novas informações geológicas, mudanças no planejamento da produção, ou mudanças nas premissas econômicas, tais como custos ou preços dos produtos.

## DEMONSTRATIVOS FUTUROS

O presente relatório anual contém afirmações que podem constituir confirmações futuras segundo as disposições norte-americanas de proteção do Decreto de Reforma de Litígios em Títulos Privados de 1995. Muitas dessas informações podem ser identificadas pela utilização de palavras que aludem ao tempo futuro, tais como “espera-se”, “deverá”, “planeja”, “pretende”, “estima” e “potencial”, entre outras. Essas declarações aparecem em vários lugares e incluem informações relativas à nossa intenção, convicção ou expectativas atuais em relação a:

- Nosso rumo e operações futuras;
- A implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo a participação potencial em privatização, aquisição ou transações de *joint-venture* ou outras oportunidades de investimento;
- Nossos planos de aquisição e venda;
- A implementação de nossa estratégia financeira e planos de investimento;
- A exploração de reservas minerais e desenvolvimento de instalações de mineração;
- O esgotamento e exaustão de nossas minas e reservas minerais;
- O impacto futuro da concorrência e da regulamentação;
- A declaração ou pagamento de dividendos;
- Tendências da indústria, incluindo a direção dos preços e os níveis esperados de oferta e demanda;
- Outros fatores ou tendências afetando nossa situação financeira ou os resultados das operações; e
- Os fatores discutidos no *Item 3. Informações Importantes—Fatores de Risco*.

Chamamos atenção para o fato de que essas afirmações relacionadas ao futuro não são garantias de performance futura e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem diferir substancialmente daqueles presentes em nossas projeções em consequência de vários fatores. Esses riscos e incertezas incluem fatores relativos às economias e aos mercados de valores mobiliários brasileiros e canadenses, fatores relacionados aos negócios de minério de ferro e níquel e sua dependência da indústria metalúrgica global, que é de natureza cíclica, e fatores relativos às indústrias altamente competitivas nas quais atuamos. Para obter informações adicionais sobre os fatores que podem provocar diferenças em nossos resultados reais em relação às expectativas refletidas em nossas declarações sobre o futuro, ver *Item 3. Informações Importantes—Fatores de Risco*. As declarações sobre o futuro transmitem apenas a opinião nas datas em que foram feitas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizá-las em função de novas informações ou futuros desdobramentos. Todas as declarações envolvendo o futuro atribuídas a nós ou a uma pessoa atuando em nosso nome são expressamente qualificadas em sua plenitude por esta declaração preventiva, e o leitor não deve confiar indevidamente em nenhuma informação relativa ao futuro.

## PARTE I

### Item 1. Identidade dos conselheiros, diretores executivos e membros do comitê de assessoramento

Não aplicável.

### Item 2. Estatísticas de Oferta e Cronograma Esperado

Não aplicável.

### Item 3. Informações Importantes

#### DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas selecionadas, referentes aos períodos indicados. Estas informações devem ser lidas junto aos nossos demonstrativos financeiros consolidados, presentes no relatório anual.

#### Demonstrativo dos Dados sobre a Receita

	Para o ano terminado em 31 de dezembro,				
	2002	2003	2004	2005	2006
	(US\$ milhões)				
Receitas operacionais líquidas	US\$ 4.123	US\$ 5.350	US\$ 8.066	US\$ 12.792	US\$ 19.651
Custo de produtos e serviços	(2.263)	(3.128)	(4.081)	(6.229)	(10.147)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(224)	(265)	(452)	(583)	(816)
Pesquisa e desenvolvimento	(50)	(82)	(153)	(277)	(481)
Outras despesas	(157)	(231)	(257)	(271)	(570)
Lucro operacional	<u>1.429</u>	<u>1.644</u>	<u>3.123</u>	<u>5.432</u>	<u>7.637</u>
Receita (despesa) não operacional:					
Receita (despesa) financeira	(248)	(249)	(589)	(437)	(1.011)
Câmbio e perdas monetárias,	(580)	242	65	299	529
Líquidas					
Ganhos sobre venda de	<u>—</u>	<u>17</u>	<u>404</u>	<u>126</u>	<u>674</u>
investimentos					
Subtotal	<u>(828)</u>	<u>10</u>	<u>(120)</u>	<u>(12)</u>	<u>192</u>
Lucro antes do imposto de renda, resultado patrimonial e participações minoritárias	<u>601</u>	<u>1.654</u>	<u>3.003</u>	<u>5.420</u>	<u>7.829</u>
Benefícios (encargos) fiscais	149	(297)	(749)	(880)	(1.432)
Patrimônio nos resultados de afiliadas e <i>joint ventures</i> e ajuste na provisão para ganhos e perdas sobre o patrimônio investido	(87)	306	542	760	710
Participações minoritárias	17	(105)	(223)	(459)	(579)
Mudança na prática contábil para obrigações com fundos de aposentadorias	<u>—</u>	<u>(10)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Lucro líquido	<u>US\$680</u>	<u>US\$1.548</u>	<u>US\$2.573</u>	<u>US\$4.841</u>	<u>US\$6.528</u>
Total pago aos acionistas (dinheiro) (1)	US\$602	US\$675	US\$787	US\$1.300	US\$1.300

(1) O total em dinheiro pago aos acionistas consiste dos valores pagos durante o período em relação aos juros sobre o capital próprio e os dividendos aos acionistas.

## Dados Por Ação – Lucros e Dividendos

	Para o ano terminado em 31 de dezembro,				
	2002 (1)	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006 (1)
	(US\$, exceto dividendos e patrimônio líquido por ação em R\$ e número de ações)				
Lucros básicos por ação ordinária e preferencial Classe A (2).....	US\$0,30	US\$0,67	US\$1,12	US\$2,10	US\$2,69
Lucros diluídos por ação ordinária e preferencial Classe A (2).....	0,30	0,67	1,12	2,10	2,69
Distribuição aos acionistas por ação em US\$(3) .....	0,28	0,30	0,34	0,57	0,54
Distribuição aos acionistas por ação em R\$ (3) .....	R\$ 0,83	R\$ 0,84	R\$ 0,98	R\$ 1,34	R\$ 1,15
Quantidade média ponderada de ações em circulação (1.000 ações):					
Ações ordinárias(2) .....	1.499.184	1.471.608	1.471.608	1.471.608	1.471.608
Ações preferenciais classe A (2) .....	810.252	831.428	831.432	831.432	954.426
Total .....	2.309.436	2.303.036	2.303.040	2.303.040	2.426.034

- (1) Realizamos um desdobramento de duas ações por uma em maio de 2006 e de três por uma em agosto de 2004. As ações e quantidades por ação em todos períodos efetivam os desdobramentos de ações.
- (2) Cada ADS ordinária representa uma ação ordinária e cada ADS preferencial representa uma ação preferencial classe A.
- (3) Nossas distribuições para os acionistas podem ser na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. De 1997 a 2003, todas as distribuições foram feitas na forma de juros sobre capital próprio. Em 2004, 2005 e 2006, parte da distribuição foi efetuada na forma de juros sobre capital próprio e parte na forma de dividendos. A quantidade apresentada refere-se às distribuições realizadas durante o ano.

## Dados do Balanço Patrimonial

	Em 31 de dezembro,				
	2002	2003	2004	2005	2006
	(US\$ milhões)				
Ativo circulante .....	US\$2.589	US\$2.474	US\$3.890	US\$4.775	US\$12.940
Propriedades, fábricas e equipamentos, líquido.....	3.297	6.484	9.063	14.166	38.007
Investimentos em afiliadas e <i>joint ventures</i> e outros investimentos .....	732	1.034	1.159	1.672	2.353
Outros ativos.....	1.337	1.442	1.603	2.031	7.654
Total de ativos .....	US\$7.955	US\$11.434	US\$15.715	US\$22.644	US\$60.954
Passivos circulante.....	US\$1.508	US\$2.253	US\$2.455	US\$3.325	US\$7.312
Passivos de longo prazo (1) .....	774	1.201	1.867	2.410	10.036
Dívida de longo prazo (2).....	2.359	2.767	3.214	3.714	21.122
Total de passivos.....	4.641	6.221	7.536	9.449	38.470
Participação minoritária.....	27	329	788	1.218	2.811
Patrimônio líquido:					
Capital por ações .....	2.446	2.869	3.209	5.868	8.119
Capital adicional pago.....	498	498	498	498	498
Reservas e lucros retidos.....	343	1.517	3.684	5.611	11.056
Patrimônio líquido total.....	3.287	4.884	7.391	11.977	19.673
Total de passivos e patrimônio líquido.....	US\$7.955	US\$11.434	US\$15.715	US\$22.644	US\$60.954

- (1) Excluindo dívida de longo prazo.
- (2) Excluindo a parcela atual de dívida de longo prazo.

## FATORES DE RISCO

### Riscos relacionados a nosso negócio

***Devido à nossa dependência em relação à indústria siderúrgica global, as flutuações na demanda de aço podem afetar desfavoravelmente nossos negócios.***

Os preços e volumes de venda no mercado global de minério de ferro dependem dos níveis correntes e esperados da demanda e da oferta de minério de ferro, e a demanda global de minério de ferro depende da indústria siderúrgica mundial. Além disso, o setor de aço inoxidável é o maior consumidor global de níquel primário. A utilização do níquel primário na produção de aço inoxidável representa mais de 60% da demanda total de níquel primário. A demanda mundial por aço é cíclica. Uma série de fatores, sendo o mais significativo desses a demanda global de produtos siderúrgicos, influencia o desempenho da indústria mundial de aço. Durante períodos de crescimento econômico, global ou regional, lentos ou durante fases de declínio, a demanda de produtos siderúrgicos geralmente cai, o que em geral conduz a reduções correspondentes na demanda de minério de ferro e níquel.

Impulsionado primeiramente pela forte demanda das empresas siderúrgicas chinesas, associada a uma expansão modesta em outros mercados, o mercado global de minério de ferro experimentou uma elevada demanda e preços crescentes da pelota e do minério de ferro no período de 2003 a 2005. Em 2006, o preço do minério de ferro aumentou ainda mais, devido ao desequilíbrio persistente entre a demanda e a oferta globais, que foi provocado por uma expansão significativa da demanda. Contudo, em 2006, houve uma redução no preço das pelotas de alto forno e pelotas de redução direta. Em 2007, os preços do minério de ferro aumentaram 9,5%, enquanto os preços das pelotas de alto forno e pelotas de redução direta aumentaram 5,28%. Desde 2001, a demanda global de minério de ferro cresceu a uma taxa média anual de 9,8%. Não podemos garantir que a demanda de minério de ferro permanecerá nos níveis atuais e tampouco o rumo dos preços no futuro. Os declínios sustentados nos preços de contrato mundiais ou nos volumes de venda para o minério de ferro podem ter impacto substancial sobre nossas receitas. A consolidação na indústria siderúrgica pode também resultar numa integração inversa, que levaria à redução da demanda global de minério de ferro.

Impulsionada pela intensa atividade econômica global e pela necessidade dos clientes de reabastecerem seus estoques, a produção global de aço inoxidável cresceu 15,8% em 2006, com uma parte significativa desta maior produção vindo da China, o que proporcionou a expansão da capacidade de aço inoxidável em 2006. Esta expansão causou um aumento na demanda global de níquel, o que superou a oferta e resultou em preços maiores para o níquel. Não podemos garantir que a demanda de níquel ficará nos elevados níveis atuais ou mesmo a tendência dos preços no futuro para os preços do níquel. O declínio na produção de aço inoxidável pode afetar substancialmente nossas receitas resultantes da produção de níquel.

***Maior substituição para aplicações de níquel pode afetar adversamente nossos negócios de níquel.***

Os preços e a demanda do níquel podem ser negativamente influenciados por um aumento na utilização de sucata de níquel e pela substituição de materiais que não sejam o níquel em suas aplicações atuais. A sucata de níquel compete diretamente com o níquel primário como fonte do níquel a ser usado na produção de aço inoxidável, e a escolha entre eles é amplamente guiada pelos seus preços e disponibilidades relativos. Em 2006, o índice de sucata no aço inoxidável foi de 48%, comparado aos 49% de 2005. Recentemente, as siderúrgicas chinesas desenvolveram um produto de lingote contendo baixas graduações de níquel, que compete com níquel primário e a sucata de níquel na produção de aço inoxidável.

***Uma redução da demanda global de aço brasileiro e/ou produtos agrícolas poderá diminuir a demanda de nossos serviços de logística.***

A agricultura e a indústria siderúrgica brasileira são atualmente os principais catalizadores da demanda de nossos serviços de logística aos clientes. A porcentagem de nossas receitas com logística atribuídas a essas indústrias foi de cerca de 78,6% em 2005, e 71,9% em 2006. Uma redução na demanda global de aço e/ou produtos agrícolas brasileiros pode diminuir a demanda de nossos serviços de logística e afetar a lucratividade de nossos negócios de logística.

***Desenvolvimentos econômicos em nossos principais mercados, especialmente a China, podem reduzir a demanda de nossos produtos, resultando em menores receitas e lucratividade.***

A economia global é o primeiro catalisador da demanda no mercado global de minério de ferro e pelotas. Nos últimos anos, a China tem sido o principal catalisador do aumento em nossas vendas. A porcentagem de nossas receitas brutas totais atribuíveis a vendas aos nossos clientes na China foi de 15,0% em 2005 e de 16,7% em 2006 (incluindo as vendas da CVRD Inco, como se tivéssemos adquirido a Inco em 1<sup>o</sup> de janeiro de 2006). A porcentagem de nossas receitas brutas atribuíveis a vendas aos clientes de países asiáticos, excluindo a China, foi de 14,9% em 2005 e de 22,7% em 2006 (sobre

as mesmas bases). A porcentagem de nossas receitas brutas atribuíveis a vendas para clientes na Europa foi de 28.5% em 2005 e de 23.0% em 2006 (sobre as mesmas bases). Uma economia global mais fraca ou uma economia enfraquecida em mercados específicos onde vendemos nossos produtos, como a China, pode reduzir a demanda de nossos produtos, resultando em menores receitas e lucratividade.

***O níquel, alumínio e cobre são negociados ativamente nas bolsas mundiais de commodities e seus preços estão sujeitos a flutuações significativas.***

O níquel, o alumínio e o cobre são vendidos num mercado global ativo e negociados nas bolsas de *commodities*, tais como a London Metal Exchange (LME) e a New York Mercantile Exchange (NYMEX). Os preços desses metais estão sujeitos à ampla flutuação e são afetados por vários fatores, incluindo as condições econômicas e políticas reais e esperadas, os níveis de oferta e demanda, a disponibilidade e os custos dos substitutos, estoques, investimentos por parte de fundos de *commodities* e outras ações de participantes do mercado de *commodities*. Os preços desses metais são mais voláteis do que os preços do minério de ferro e da pelota porque eles reagem mais rapidamente às mudanças reais e esperadas nas condições de mercado.

***A indústria de mineração é uma indústria intensamente competitiva, e poderemos ter dificuldades efetivas para competir com outras empresas mineradoras no futuro.***

Uma concorrência intensa caracteriza as indústrias globais de minério de ferro e níquel. Competimos com uma série de grandes empresas de mineração. Algumas delas possuem depósitos substanciais de minério de ferro e níquel em locais mais próximos de nossos principais clientes na Ásia e na Europa. A concorrência dos produtores de minério de ferro e níquel pode resultar em uma perda em nossa participação no mercado e de receitas. Nossos negócios de alumínio, ferro-ligas, cobre e outros estão sujeitos a uma intensa concorrência e a riscos semelhantes.

***A demanda de produtos em períodos de pico pode ultrapassar nossa capacidade de produção, tornando-nos incapazes de satisfazer a demanda dos clientes.***

Nossa capacidade de ampliar rapidamente a produção a fim de satisfazer aumentos da demanda de nossos produtos é limitada. Em períodos em que a demanda do cliente supera nossa capacidade de produção, nós geralmente atendemos a demanda desses clientes revendendo minério de ferro, pelotas de minério de ferro ou níquel comprados de *joint ventures* ou de terceiros. Se formos incapazes de satisfazer a demanda em excesso de nossos clientes comprando de *joint ventures* ou terceiros, poderemos perder clientes. De modo semelhante, visto que leva tempo para aumentar a capacidade de produção, poderemos não conseguir concluir projetos de expansão e projetos novos (*greenfield*) a tempo para tirar vantagem dos altos níveis atuais da demanda mundial de minério de ferro e níquel. Além disso, operando com toda capacidade ou acima disso poderemos nos expor a altos custos, inclusive taxas de *demurrage* devido às restrições de capacidade em nossas minas, ferrovias e portos.

***As condições políticas, econômicas, regulatórias e sociais nos países em que operamos ou temos projetos podem afetar desfavoravelmente nossos negócios e o valor de mercado de nossos títulos.***

Nossa performance financeira pode ser negativamente afetada por condições gerais políticas, econômicas, regulatórias e sociais nos países onde temos operações ou projetos significativos, particularmente no Brasil, Canadá, Nova Caledônia e Indonésia. Mudanças políticas reais ou potenciais e alterações na política econômica podem abalar a confiança dos investidores, resultar em desacelerações econômicas e afetar de outra maneira as condições econômicas e outras sob as quais operamos, provocando efeitos adversos substanciais em nossos negócios. Os governos em países emergentes como o Brasil, Nova Caledônia e Indonésia freqüentemente intervêm na economia e, ocasionalmente, fazem mudanças substanciais na política, podendo assim afetar adversamente as taxas de câmbio, inflação, taxas de juros, alíquotas de impostos, *royalties* e o ambiente econômico e regulatório dentro do qual operamos. Na Nova Caledônia, um referendo agendado para 2014 pode resultar na plena independência da Nova Caledônia em relação à França, o que poderá trazer significativas mudanças políticas e econômicas ao país, afetando assim desfavoravelmente nosso projeto Goro. Além disso, ações de organizações não-governamentais ou de grupos ativistas comunitários podem interromper nossas operações e projetos.

***Atos de protesto podem dificultar nossas operações e projetos de mineração e logística.***

Manifestantes, inclusive protestantes de comunidades indígenas vivendo próximas de nossas áreas de operação, têm tomado altitudes para obstruir nossas operações e projetos, e podem continuar agindo assim no futuro.

Embora nos protejamos com vigor contra atos ilegais, enquanto continuamos apoiando as comunidades vivendo próximas de nossas operações, futuras tentativas dos manifestantes para prejudicar nossas operações podem afetar



negativamente nossos negócios. Para mais informações, ver *Item 4, Informações sobre a empresa, Questões regulatórias – Questões ambientais – Brazil*.

***Nossas operações da PT Inco estão sujeitas a riscos significativos.***

Além dos riscos políticos e econômicos (e outros) descritos separadamente, nossas operações de níquel com a PT Inco na Indonésia estão sujeitas a riscos substanciais. Em particular:

- Os trabalhos de fundação da área da PT Inco em seu novo projeto de usina hidroelétrica sobre o rio Larona, perto da aldeia de Karebbe, estão suspensos desde janeiro de 2006, dependendo emendas a uma permissão exigida e emitida pelo Ministério das Florestas em termos aceitáveis para a PT Inco. O atraso na obtenção das permissões necessárias pode afetar adversamente o cronograma e os custos do projeto Karebbe, impossibilitar a PT Inco de alcançar os aumentos planejados na produção de níquel matte e aumentar os custos de produção da PT Inco.
- De acordo com o Contrato de Trabalho da PT Inco com o governo da Indonésia, a PT Inco deve, dependendo da viabilidade econômica e técnica, construir usinas de produção em Pomalaa, no sudeste de Sulawesi e em Bahodopi, área central de Sulawesi. A obrigação de construir uma usina comercial em Pomalaa é considerada atendida até o final de 2008 ou a conclusão do Acordo de Recursos Cooperativos da PT Inco com a PT Antam Tbk (um acordo visando o fornecimento de saprólito pela PT Inco para a PT Antam), após o qual a PT Inco deverá produzir um relatório avaliando a viabilidade econômica e técnica de se construir uma usina comercial em Pomalaa. Sujeito à viabilidade econômica e técnica, o Contrato de Trabalho exige que a PT Inco construa a instalação de Bahodopi até aproximadamente 2010. A incapacidade de satisfazer esses compromissos estipulado pelo Contrato de Trabalho daria direito ao governo da Indonésia, após um período de restabelecimento de 180 dias a partir da data da notificação de negligência, de fechar e exigir que a PT Inco abandone certas áreas de mineração relacionadas ao projeto de expansão.
- As regulamentações editadas pelo Ministério das Florestas da Indonésia em relação a atividades de exploração impuseram novas restrições sobre a mineração em florestas protegidas. Se essas regulamentações restringirem a capacidade da PT Inco de operar em certas áreas incluídas em seu Contrato de Trabalho, isso poderá resultar na redução das reservas de minério de ferro estimadas da PT Inco e afetar adversamente os planos de mineração de longo prazo da empresa.
- O Contrato de Trabalho da PT Inco pode não ser prolongado além da expiração prevista para 2025. Para mais informações, ver *Item 4, Informações sobre a empresa, Questões regulatórias – Mineração – Indonésia*.

***A exigência de construir uma instalação de processamento de níquel na província canadense de Newfoundland e Labrador até o final de 2011 envolve alguns riscos.***

Segundo acordos definitivos com a província canadense de Newfoundland e Labrador, nós concordamos em construir uma instalação comercial de processamento de níquel nesta província até o final de 2011 para tratar os minérios de níquel ou produtos intermediários de nossas operações em Voisey's Bay para a produção de níquel refinado e produtos de cobalto. O projeto envolve vários riscos e desafios, inclusive os que seguem:

- A não conclusão da instalação dentro do prazo combinado com a província de Newfoundland pode nos submeter a sanções segundo nossos acordos com a província, inclusive o confisco do arrendamento para realizar as operações de Voisey's Bay.
- Como está proposta atualmente, a nova instalação de processamento dependerá de novo processo hidrometalúrgico e outras tecnologias, e pode não haver garantia de que essas tecnologias serão bem-sucedidas em termos comerciais. Desafios imprevisíveis na implementação dessas novas tecnologias podem levar a atrasos no início da produção comercial ou encarecer os custos de capital e operacionais, capazes de afetar adversamente a lucratividade do projeto.
- Atualmente, confiamos na disponibilidade dos concentrados de níquel em Voisey's Bay para manter os níveis de produção em nossa instalação na província canadense de Manitoba, mas esses embarques devem

finalmente cessar segundo o acordo com a província de Newfoundland e Labrador. Se formos incapazes de desenvolver fontes suficientes de baixo custo de concentrado de níquel para abastecer a produção em nossa instalação de Manitoba no futuro, poderemos não conseguir manter os níveis de produção de níquel nesta instalação sem comprar intermediários de níquel de terceiros, o que pode aumentar nossos custos de produção gerais por unidade para o níquel.

***Nossos projetos de desenvolvimento estão sujeitos a riscos que podem resultar em custos maiores, além de retardar ou impedir sua implementação bem sucedida.***

Estamos investindo pesadamente para aumentar ainda mais nossa capacidade de produção, de logísticas e para expandir a variedade de minerais que produzimos. Nossos projetos de expansão e mineração estão sujeitos a uma série de riscos que podem torná-los menos bem sucedidos do que previsto, entre eles:

- Podemos enfrentar atrasos ou custos superiores às expectativas para obter os equipamentos ou serviços necessários para construir e operar nossos projetos.
- Podemos não conseguir enfrentar atrasos, ou custos acima do esperado, para obter as licenças necessárias permitindo a construção de nossos projetos. Ainda não obtivemos todas as licenças de construção, ambientais e operacionais para o projeto Goro, a mais importante das quais sendo uma permissão operacional retificada. Nossa capacidade para obter a permissão operacional retificada, dada a expiração e cancelamento da licença anterior, é crucial para a conclusão do projeto Goro. Embora estimemos antecipadamente que seremos capazes de obter todas as licenças em tempo oportuno, inclusive a licença operacional retificada, qualquer fracasso em obter tais permissões, ou se houver atraso na emissão das mesmas, tal situação pode prejudicar nossa capacidade de desenvolver o projeto Goro.
- Mudanças nas condições de mercado podem tornar nossos projetos menos lucrativos do que esperado no momento em que começamos a trabalhar no projeto.
- Condições de exploração adversas podem atrasar ou dificultar nossas capacidades de produzir as quantidades esperadas de minerais.
- Alguns de nossos projetos de desenvolvimento estão localizados em regiões onde doenças tropicais, AIDS, malária e outras enfermidades contagiosas são um grande problema de saúde pública e criam riscos de saúde e segurança para nossos empregados. Se formos incapazes de garantir a saúde e segurança de nossos empregados, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

Se não conseguirmos gerenciar esses riscos, nossas perspectivas de crescimento e de lucratividade podem ser afetadas desfavoravelmente.

***Nosso principal acionista pode exercer influência considerável sobre nossa empresa.***

Em 31 de dezembro de 2006, a Valepar S.A., ou Valepar possuía 53,3% de nossas ações ordinárias em circulação e 32,5% de nosso capital total no mercado. Para uma descrição da estrutura de nossos principais acionistas, ver *Item 7. principais acionistas e transações de partes relacionadas – Principais acionistas*. Em consequência de sua posse dessa quantidade de ações, a Valepar pode controlar o resultado de qualquer medida que requeira a aprovação dos acionistas, exceto a nomeação de certos membros de nosso conselho fiscal. Além disso, o governo brasileiro possui seis ações do tipo *golden shares* da CVRD que lhe dão poder limitado de veto sobre certas decisões que poderiam de outro modo ser tomadas. Para uma descrição detalhada dos poderes de veto garantidos ao governo brasileiro em virtude de sua propriedade dessas *golden shares*, ver *Item 10. Informações adicionais – Ações ordinárias e preferenciais—Geral*.

***Muitas de nossas operações dependem de joint ventures ou consórcios; e nossos negócios podem ser adversamente afetados se nossos sócios falharem no cumprimento de seus compromissos.***

Atualmente, operamos partes importantes de nossos negócios de pelotização, níquel, bauxita, carvão e aço através de *joint ventures* com outras empresas. Partes importantes de nossos negócios de energia são operadas por consórcios. Nossas projeções e planos para essas *joint ventures* e esses consórcios supõem que nossos parceiros cumprirão com suas obrigações fazendo contribuições de capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecendo pessoal administrativo. Se algum de nossos parceiros deixar de cumprir seus compromissos, a *joint venture* ou consórcio afetado pode não ser

capaz de operar de acordo com seus planos de negócios ou nós poderemos ser levados a aumentar o nível de nosso investimento para efetivar esses planos. Para mais informações sobre nossas *joint ventures*, ver *Item 4. Informações sobre a empresa – Segmentos de negócios*.

***Nossas atividades de mineração e logística dependem de autorizações de agências reguladoras, e as mudanças nas regulamentações podem afetar adversamente nossos negócios.***

Nossas atividades de mineração e logística dependem de autorizações e licenças das agências reguladoras governamentais do país onde operamos. Nossas atividades de mineração, processamento de minerais e logística também estão sujeitos a leis e regulamentações que podem mudar a qualquer momento. Se essas leis e regulamentações mudarem no futuro, podem ser necessárias modificações em nossas tecnologias e operações, e poderemos ser obrigados a fazer investimentos inesperados. Por exemplo, na Indonésia, a nova legislação de mineração, ainda pendente, pode ter efeito negativo sobre as operações da PT Inco. Para uma descrição mais detalhada sobre autorizações e licenças das quais dependem nossas atividades de mineração e logística, ver *Item 4. Informações sobre a empresa – Questões regulatórias*.

***Nossos negócios de mineração e energia podem ser afetados adversamente por regulamentações ambientais.***

Nossas operações com frequência envolvem o uso, manipulação, alienação e descarga de materiais perigosos dentro do meio-ambiente ou o uso de recursos naturais, além disso praticamente todos os aspectos de nossas operações e projetos de desenvolvimento em todo o mundo estão sujeitos a regulamentações ambientais. Tais regulamentações nos exigem a obtenção de licenças operacionais, permissões e outras aprovações, além de realizar avaliações do meio-ambiente antes do início dos projetos ou empreender significativas mudanças nas operações existentes. As dificuldades para se obter licenças pode causar atrasos na construção ou aumentos de custos e, em alguns casos, nos levarem a abandonar um projeto. A regulamentação ambiental também impõe padrões de controles sobre as atividades relacionadas à mineração, exploração, desenvolvimento, produção, regeneração, fechamento, refino, distribuição e comercialização de nossos produtos. Tais regulamentações podem criar custos e passivos significativos.

A regulamentação ambiental em muitos países em que operamos se tornaram mais rígidas nos últimos anos e é possível que mais regulamentações e a aplicação mais agressiva das regulamentações existentes nos afetem negativamente através da imposição de restrições sobre nossas atividades, criando novas exigências relativas à emissão de poluentes e renovação das licenças ambientais, elevando nossos custos ou exigindo que nos comprometamos em caros empreendimentos de regeneração. Alguns dos riscos ambientais significativos que podem afetar nossos negócios estão resumidos abaixo. Para maiores informações sobre regulamentação ambiental aplicável a nossas operações, ver *Item 4. Informações sobre a Empresa – Questões regulatórias – Questões Ambientais* e *Item 8. Informações Financeiras – Processos Judiciais*.

- A legislação brasileira que restringe o desenvolvimento na região amazônica pode limitar em nossa capacidade de expandir certas operações e explorar plenamente nossos direitos minerais nesta região.
- Estamos sujeitos à legislação ambiental brasileira que exige que as empresas empreendendo projetos com impacto ambiental significativo paguem uma taxa de “compensação ambiental” num valor de pelo menos 0,5% do investimento total no projeto. Há inúmeras incertezas quanto a aplicação desta lei. Um aumento no nível de taxas cobradas acima de 0,5% elevaria substancialmente nossos custos e, dependendo da dimensão das taxas envolvidas, poderemos ter efeitos significativamente adversos sobre nossa liquidez e retornos sobre investimentos. As incertezas relacionadas ao cálculo e pagamento dessas taxas podem prejudicar nossas relações com as autoridades ambientais brasileiras ou levar a atrasos na obtenção das licenças ambientais necessárias.
- Vários estados brasileiros onde operamos estão atualmente considerando a implementação de taxas pelo uso das águas segundo a Política Nacional de Recursos Hidrográficos. Isso poderá exigir que paguemos taxas no futuro pela utilização da água que atualmente utilizamos gratuitamente, o que aumentaria de maneira considerável nossos custos em áreas onde os recursos hídricos são escassos.
- Estamos sujeitos a limitar as emissões de dióxido sulfúrico e de níquel, como resultado, será preciso que façamos investimentos significativos. Poderemos ser obrigados a cumprir com limites adicionais de emissão no futuro, incluindo limites potenciais sobre a emissão de gases de efeito estufa segundo o Decreto de Ar Limpo no Canadá e nos EUA. A obediência a esses limites de emissão atuais ou futuros poderá exigir um investimento significativo ou o desenvolvimento de novas tecnologias. A obediência a esses limites pode também ter impacto adverso sobre os níveis de produção, já que seremos obrigados a operar nossas instalações com níveis reduzidos a fim de cumprir com os limites de emissão ou seremos incapazes de limitar ou negociar autorizações suficientes em mercados que negociam emissões (quando disponíveis).

- Temos trabalhado com autoridades reguladoras e outras partes interessadas a fim de avaliar os níveis de níquel e outros metais em solos na vizinhança de nossas instalações de processamento em Ontário, Canadá, que podem ter sido afetados por emissões históricas de partículas contendo metais trazidas pela ação dos ventos. Quaisquer esforços que sejamos obrigados a fazer para remediar ou investigar essas questões podem envolver gastos significativos. Estamos também sujeitos a litígios relacionados aos solos próximos de Port Colborne, nossas instalações em Ontário, e estudos de saúde ambiental e avaliações de risco estão sendo empreendidos a fim de avaliar os riscos derivados de produtos químicos preocupantes encontrados em solos próximos às nossas refinarias em Port Colborne e Sudbury. Levando em conta a existência de várias queixas judiciais e estudos médicos e científicos sendo empreendidos, não é possível prever o efeito dessas ações e desses estudos sobre nossos negócios, resultados das operações ou condições financeiras.
- As instalações da PT Inco estão sujeitas a regulamentações ambientais e licenças emitidas pelo Governo da Indonésia. A PT Inco, no passado, excedeu os limites regulatórios nos níveis de emissão de poeira de suas instalações e pode estar sujeita a ações regulatórias por parte das autoridades governamentais devido ao não cumprimento dessas restrições.
- As obrigações de desmobilização dos ativos para nossas instalações e projetos no Canadá podem diferir substancialmente das quantidades atualmente estimadas por nós.
- A Comissão Europeia adotou um projeto legislativo para uma nova política (conhecida como REACH) estabelecendo um sistema abrangente para o gerenciamento de produtos químicos novos e existentes que são fabricados ou importados pela UE. Este projeto de lei contém uma ampla definição de “produtos químicos” que inclui metais, ligas e compostos contendo metal e estabelece um complexo processo de autorização que pode ser estendido para substâncias de níquel e cobalto.

***Estamos envolvidos atualmente em processos antitrustes que podem resultar em vendas, multas ou outras restrições capazes de prejudicar nossos negócios.***

Praticamente todas as nossas aquisições e *joint ventures* estão sujeitas a uma revisão pós-transação por parte da autoridade antitruste brasileira, o CADE (Conselho de Administração de Defesa Econômica). Estamos atualmente envolvidos em cinco processos diante do CADE, três dos quais envolvendo revisão pós-transação de aquisições (incluindo a aquisição da Inco Limited) ou transações de *joint venture*. Os outros dois são processos administrativos relativos a queixas por termos violado leis antitruste em conexão com nossos negócios de logística. Se o CADE vier a decidir contra nós, ele poderá nos obrigar a interromper o procedimento em questão ou a pagar multas. Pretendemos defender-nos dessas acusações com vigor, mas o resultado é imprevisível.

Estamos recorrendo de uma decisão do CADE, de agosto de 2005, referente a várias transações concluídas por nós. A aprovação das condições de decisão do CADE sobre essas transações nos permite escolher entre uma das seguintes alternativas: devemos (i) abrir mão de certos direitos obtidos na CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) com respeito a uma mina de minério de ferro em particular (Casa de Pedra) e reestruturar nossa participação patrimonial na ferrovia MRS Logística S.A., ou (ii) vender todos os ativos obtidos até a aquisição em 2001 da Ferteco Mineração S.A. Estamos requerendo uma liminar para suspender a implementação da decisão do CADE, mas se, em última análise, formos obrigados a obedecer à esta decisão, nossas operações de minério de ferro e logística poderão ser adversamente afetadas. Para maiores informações, ver *Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais*.

***Nossas estimativas de reservas podem diferir substancialmente das quantidades de minerais que poderemos ser capazes de realmente extrair, nossas estimativas de vida útil de uma mina podem se revelar inexatas, e as flutuações do preço de mercado assim com as mudanças nos custos operacionais e de capital podem tornar determinadas reservas de minério ou depósitos minerais economicamente inviáveis.***

Nossas reservas de minério e depósitos minerais reportam quantidades estimadas de minério e minerais que têm o potencial de ser economicamente extraídas e processadas segundo as condições atuais e previstas para obter seu teor mineral. Existem inúmeras incertezas inerentes na estimativa de quantidades das reservas e na projeção de taxas futuras potenciais de produção mineral, incluindo vários fatores que escapam ao nosso controle. A engenharia de reservas é um processo subjetivo para estimar depósitos subterrâneos de minerais que não pode ser calculado de modo exato, e a precisão de qualquer estimativa de reserva depende da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e avaliação de engenharia e geologia. Em consequência disso, nenhuma garantia pode ser oferecida de que a quantidade de minério indicada será recuperada ou que será obtida nas taxas previstas. Estimativas de diferentes engenheiros podem variar, e os resultados de nossa mineração e produção subsequentes à data de uma projeção também podem necessitar de revisão da estimativa. As estimativas de reserva e as estimativas de vida útil das minas requerem uma revisão com base na experiência real de produção e de outros fatores. Por exemplo, as flutuações nos preços de mercado do minério e de metais, taxas menores de

extração ou maiores custos operacionais e de capital devido à inflação, taxas de câmbio ou outros fatores podem tornar reservas provadas e prováveis economicamente inviáveis para a exploração e podem, em última análise, resultar numa reformulação das reservas.

***Podemos não conseguir reabastecer nossas reservas, o que causaria efeitos adversos para nossas perspectivas de mineração.***

Nossas operações de exploração de minerais, que é altamente especulativa por natureza, envolvem muitos riscos e freqüentemente se revelam improdutivas. Nossos programas de exploração, que envolvem investimentos importantes, podem fracassar e não resultar na expansão ou reabastecimento das reservas exauridas pela produção atual. Se não desenvolvermos novas reservas, não seremos capazes de sustentar o nível atual de produção além do restante da vida útil das minas existentes.

***Mesmo se descobrirmos depósitos minerais, continuaremos sujeitos aos riscos de exploração e produção, que podem afetar adversamente o processo de mineração.***

Uma vez que os depósitos minerais são descobertos, podem ser necessários vários anos antes de passar da fase inicial de exploração até que a produção seja possível, durante os quais a viabilidade econômica da produção pode ser alterada. Tempo e gastos substanciais são necessários para:

- Estabelecer os recursos minerais através da exploração;
- Determinar os processos de mineração e de metalurgia apropriados para a otimização da recuperação do metal contido no minério;
- Obter licenças ambientais e outras;
- Construir a mina, as instalações e infra-estrutura para o processamento que são necessárias para áreas nunca antes exploradas (*greenfield*); e
- Obter o minério e extrair os metais do minério.

Se um projeto se revelar economicamente viável no momento em que estivermos em condição de explorá-lo, poderemos incorrer em depreciações substanciais. Além disso, mudanças ou implicações potenciais envolvendo processos metalúrgicos e tecnológicos resultantes no decorrer da vida útil de um projeto podem significar excessos de custos capazes de tornar o projeto economicamente inviável.

***Enfrentamos custos crescentes de extração à medida que as reservas se esgotam.***

As reservas são gradualmente esgotadas no curso normal de uma determinada operação de mineração. À medida que a mineração avança, as distâncias até o primeiro triturador e até o depósito de rejeitos se tornam mais longas, os poços ficam mais íngremes e as operações subterrâneas se aprofundam. Conseqüentemente, com o tempo, em geral enfrentamos um aumento futuro dos custos de extração por unidade nossas operações.

***Podemos enfrentar uma escassez de nossos fornecimentos de equipamentos de mineração devido a um maior consumo por parte das empresas mineradoras excedendo a capacidade de nossos fornecedores.***

Desde o início de 2004, a indústria global de mineração tem enfrentado escassez de pneus OTR (*off road*), e não esperamos uma melhora desta situação no curto prazo. Existem somente cinco fábricas de pneus radiais em todo o mundo e todas estão trabalhando com a capacidade máxima. Embora os três fornecedores principais tenham anunciado investimentos para aumentar suas capacidades nos próximos três anos, esses aumentos de capacidade não deverão reduzir significativamente o risco de escassez antes de 2009. Reagindo ao risco de escassez, as empresas da indústria de mineração estão explorando alternativas, tais como pneus diagonais, que apresentam taxas de desempenho inferiores às dos radiais. Se não formos capazes de adquirir pneus OTR suficientes ou pneus alternativos para manter nossas operações, poderemos sofrer reduções temporárias em nossa capacidade de produção.

***Enfrentamos questões trabalhistas que já interromperam as operações, e esses problemas podem voltar a ocorrer.***

Um número considerável de nossos empregados e alguns dos empregados de nossas sub-empresas são representados por sindicatos de trabalhadores e são protegidos por acordos coletivos, sujeitos à negociação periódica.

Greves e paralisações de trabalho ocorreram recentemente no Canadá e podem ocorrer em relação às negociações dos novos acordos trabalhistas, ou durante outros períodos por outros motivos. Além do mais, podemos ser adversamente afetados por interrupções de trabalho envolvendo terceiros que nos forneçam bens ou serviços. Greves e outras paralisações trabalhistas em qualquer uma de nossas operações podem afetar negativamente a operação nas instalações ou o prazo de conclusão, além dos custos de nossos projetos essenciais.

***Um aumento de preço dos combustíveis pode afetar adversamente nossos negócios.***

Nossas operações dependem em parte de derivados de petróleo e gás, que representaram 9.0% de nosso custode bens vendidos em 2006. Os custos do combustível são um componente importante de nossos custos totais em nossos negócios de logística, pelotas e níquel, e afetam indiretamente inúmeras áreas de nossos negócios, inclusive nossos negócios de mineração e a alumínio. Um aumento no preço do petróleo e do gás afetará adversamente as margens em nossos negócios de logística, mineração, pelotas, níquel e alumínio.

***Se formos incapazes de manter um acesso confiável à eletricidade por preços aceitáveis, nossas operações poderão sofrer conseqüências negativas.***

Os custos de eletricidade são um componente importante nos custos de produção, representando 6.1% de nossos custos totais de bens vendidos em 2006. Se não conseguirmos garantir um acesso confiável à energia elétrica por preços aceitáveis, poderemos ser obrigados a reduzir a produção ou enfrentar maiores custos de produção, e qualquer uma dessas alternativas afetaria negativamente os resultados de nossas operações.

A escassez de eletricidade já ocorreu no Brasil no passado e podem ocorrer novamente no futuro, e não pode haver garantias que as políticas do governo brasileiro terão sucesso encorajando o crescimento da capacidade de geração. A escassez no futuro e as políticas governamentais para combater ou evitar a escassez podem afetar desfavoravelmente os custos ou o abastecimento de eletricidade para nossas operações de alumínio e ferro-ligas. Alterações nas leis, regulamentações ou políticas governamentais relacionadas ao setor de energia ou exigências de concessões podem reduzir nossas expectativas nos retornos de nossos investimentos em geração de energia elétrica.

Através de nossa subsidiária PT Inco, na Indonésia, processamos minério de níquel laterítico, que é carregado de energia. Embora a PT Inco gere atualmente a maior parte da eletricidade para suas operações a partir de suas próprias usinas hidroelétricas, alguns fatores hídricos, tais como escassez de chuva ou práticas ineficazes de gerenciamento de água, podem afetar desfavoravelmente a produção elétrica nas instalações da PT Inco futuramente, o que poderá aumentar de modo considerável os custos da PT Inco ou resultar em menores produções. Para maiores informações sobre as regulamentações que coordenam a produção de energia, ver *Item 4. Informações sobre a empresa — Questões regulatórias*.

***A volatilidade dos preços das moedas nas quais realizamos operações em relação ao dólar americano pode afetar de maneira negativa nossa situação financeira e os resultados das operações.***

Somos influenciados por flutuações nos preços das moedas com as quais realizamos nossas operações em relação ao dólar americano. Uma parcela substancial de nossas receitas e dívidas está atrelada ao dólar americano, e alterações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos em nossos endividamentos e contas a pagar líquidos em dólar americano. Em 2006, 2005 e 2004, mudanças cambiais nos levaram a reportar ganhos em moedas estrangeiras de US\$452 milhões, US\$227 milhões e US\$79 milhões, respectivamente. Além disso, as flutuações cambiais entre o *real*, o dólar americano, o dólar canadense e a rúpia da Indonésia, além de outras moedas de nossas subsidiárias, afetam nossos resultados. As flutuações cambiais devem continuar influenciando nosso lucro financeiro, nossas despesas e nossa geração de fluxo de caixa.

Importantes volatilidades nessas moedas podem também resultar em problemas no mercado de moedas estrangeiras e podem limitar nossa capacidade de transferir ou converter tais moedas em dólares americanos e outras moedas, com o objetivo de efetuar pagamentos dentro do prazo dos juros e do valor principal de nosso endividamento. Os governos dos países onde operamos podem instituir políticas cambiais restritivas no futuro.

***Percepção de risco dos investidores no Brasil e em outras economias emergentes, podem enfraquecer nossa capacidade de financiar nossas operações a um custo aceitável ou reduzir o preço de cotação de nossos títulos.***

Embora nossa aquisição da Inco tenha expandido substancialmente a proporção de nossas operações fora do Brasil, nossas maiores operações, sedes corporativas, e diretorias executivas continuam situadas no Brasil. Em geral, os investidores consideram o Brasil um mercado emergente. Em conseqüência disso, as condições econômicas e de mercado em outros mercados emergentes, especialmente aqueles na América Latina, influenciam o mercado de títulos emitidos

pelas empresas brasileiras. As crises econômicas em mais de um país emergente podem reduzir o apetite geral do investidor por papéis de emissores oriundos de mercados emergentes. Crises econômicas anteriores, tais como a que ocorreu no sudeste asiático, ou na Rússia e Argentina, resultaram em desembolsos significativos de dólar americano por parte do Brasil e levaram as empresas brasileiras a enfrentar custos mais elevados para captação de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no externo, e obstruíram efetivamente o acesso aos mercados de capitais internacionais por períodos prolongados. Não podemos garantir que os mercados de capitais globais permanecerão abertos para as empresas brasileiras ou que as taxas de juros atuais nesses mercados serão vantajosas para nós. Além disso, futuras crises financeiras nos países de mercados emergentes podem ter impacto negativo sobre os mercados brasileiros, o que afetaria adversamente a cotação de nossos títulos.

***Nossa estratégia de gerenciamento de riscos de mercado pode não ser eficaz.***

Estamos expostos aos riscos tradicionais de mercado, tais como flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais e nos preços das *commodities*. A maior parte de nossa receita é denominada em dólar americano. As taxas cambiais para converter tais moedas em dólares americanos têm variado substancialmente durante os três últimos anos. De maneira a nos protegermos contra a volatilidade do mercado, nosso Conselho de Administração aprovou uma política de gerenciamento de risco. Ver *Item 11. Divulgações quantitativas e qualitativas sobre o risco de mercado*. Nossa estratégia pode não ser bem sucedida para minimizar a exposição a essas flutuações, e podemos falhar na identificação das correlações entre os vários riscos de mercado aos quais estamos sujeitos. Além disso, na medida em que efetuamos um *hedge* parcial em nossos preços de *commodities*, podemos limitar os benefícios de potencial de alta que de outra forma verificaríamos, se os preços das *commodities* devessem aumentar.

***Podemos não dispor de uma cobertura de seguro adequada (ou mesmo não possuir nenhuma) para determinados riscos do negócio.***

Nossos negócios estão, em geral, sujeitos a inúmeros riscos e perigos, incluindo:

- Acidentes industriais;
- Acidentes ferroviários;
- Acidentes portuários;
- Conflitos trabalhistas;
- Falhas geológicas na estrutura da mina, desmoronamentos e quedas de rochas;
- Riscos ambientais;
- Interrupções de energia elétrica;
- Falhas nos equipamentos e navios;
- Clima desfavorável ou fenômenos naturais tais como eventos sísmicos;
- Indisponibilidade ou atraso na entrega de materiais, suprimentos ou equipamentos;
- Inesperadas condições geológicas ou hídricas; e
- Formações ou pressões geológicas inesperadas ou incomuns.

Essas ocorrências podem resultar em danos, destruição das propriedades minerais, instalações de produção, instalações de transporte, equipamentos ou embarcações. Podem também resultar em ferimentos pessoais ou mortes, danos ambientais, desperdício de recursos ou produtos intermediários, atrasos ou interrupções nas atividades de mineração, produção ou transporte, perdas monetárias e possíveis passivos judiciais. O seguro que mantemos contra os riscos que são típicos em nossos negócios pode não nos fornecer a cobertura adequada. Os seguros contra riscos (incluindo responsabilidades por poluição ambiental ou certos perigos ou interrupções de certas atividades de negócio) podem não estar disponíveis a um custo razoável. Em consequência disso, acidentes e outros eventos negativos envolvendo nossas instalações de mineração, produção ou transporte podem ter um efeito adverso sobre nossas operações.

## **Riscos relacionados à nossa aquisição da Inco**

***Podemos enfrentar dificuldades para integrar a CVRD Inco e podemos fracassar na obtenção dos benefícios esperados a partir desta aquisição.***

A integração da CVRD Inco com nossas operações será um processo complexo, custoso e demorado, e pode se tornar ainda mais difícil devido à característica internacional da aquisição. Os riscos e desafios que podem perturbar nossa capacidade de alcançar os benefícios da aquisição incluem os seguintes:

- Embora tenhamos experiência na integração das empresas adquiridas dentro de nossas operações, falta-nos experiência integrando operações tão substanciais e geograficamente diversas quanto as da CVRD Inco. A aquisição da CVRD Inco é significativamente maior do que qualquer outra que efetuamos.
- A integração da CVRD Inco e o bom conhecimento de suas operações e desafios exigirão um gerenciamento de tempo e recursos importante e poderá desviar a atenção da diretoria de nossos negócios do dia a dia.
- Embora tenhamos dois projetos de níquel em desenvolvimento, não possuímos experiência anterior significativa na produção e comercialização de níquel, cobalto ou PMG, ou operando negócios no Canadá, Indonésia, Nova Caledônia, Reino Unido, Japão e China.
- A integração bem-sucedida da CVRD Inco exigirá que assimilamos pessoal de formação, idiomas e culturas diversas. Poderemos enfrentar dificuldades para manter e integrar empregados essenciais e poderá ser necessário efetuar pagamentos substanciais para os executivos de partida. A performance das operações da CVRD Inco pode ser adversamente afetada, caso não consigamos conservar os empregados-chaves para auxiliar na integração da CVRD e CVRD Inco e as operações da CVRD Inco.
- Poderemos encontrar dificuldades ou atrasos na implementação de sistemas comuns de informação, procedimentos operacionais e controles financeiros.

Se formos incapazes de reagir com sucesso a esses riscos e desafios, poderemos enfrentar custos operacionais superiores ao esperado ou deixar de alcançar os benefícios da aquisição.

***Se os negócios da CVRD Inco não tiverem bom desempenho ou nós não os integrarmos com sucesso, poderemos incorrer em encargos significativos no lucro líquido para amortizar o ágio reconhecido como resultado da aquisição.***

Em consequência da aquisição, nós reconhecemos, em bases preliminares, um prêmio de US\$ 3.876 milhões. Segundo a Declaração de Padrões Contábeis Financeiros (Statement of Financial Accounting Standards) número 142, “Prêmio de Aquisição e Outros Ativos Intangíveis,” devemos verificar anualmente esse ágio para saber se houve prejuízo, e se determinarmos que o ágio foi debilitado, devemos amortizar o ágio no valor do prejuízo, com um ajuste do lucro líquido correspondente. Se os negócios da CVRD Inco não tiverem boa performance ou se formos incapazes de integrá-los plenamente em nossos negócios, poderemos incorrer em encargos significativos no lucro líquido a fim de amortizar o ágio, o que poderá causar efeito negativo sobre nossos resultados de operações e condição financeira.

***Temos incorrido em uma quantidade substancial de endividamento em relação à aquisição da CVRD Inco, o que poderá limitar nossa flexibilidade operacional e tornar mais difícil para nós manter nossos investimentos.***

Em 31 de dezembro de 2006, em consequência da dívida da CVRD Inco e da contração por parte da CVRD de uma dívida de US\$ 14.600 milhões para financiar o preço de compra por 100% das ações da CVRD Inco, contraímos uma dívida de US\$ 22.556 milhões, comparada a de US\$ 4.947 milhões, em vigor em 31 de dezembro de 2005. O aumento substancial em nossa dívida total e nossos compromissos relacionados a esta aquisição poderão limitar nossa flexibilidade operacional. Em particular:

- Uma parcela substancial de nosso fluxo de caixa proveniente das operações deverá ser dedicada ao pagamento do principal e dos juros de nosso endividamento, reduzindo os recursos disponíveis para outros propósitos.
- Nossos maiores níveis de endividamento e a necessidade de cumprir com nossos compromissos financeiros poderão prejudicar nossa capacidade de nos ajustarmos às mudanças das condições do mercado ou enfrentar pressões competitivas.



- O alto nível de nossa dívida total pode tornar mais difícil manter os índices financeiros que as agências de avaliação exigem a fim de conservar classificação de crédito.

***Compromissos estabelecidos com as autoridades governamentais canadenses em relação à aquisição da CVRD Inco podem limitar nossa flexibilidade para administrar as operações da CVRD.***

Em relação à aprovação pelo Investment Canada Act à nossa aquisição da Inco, assumimos uma série de compromissos com o Ministério da Indústria canadense na forma de empreendimentos, incluindo compromissos de gerenciar nossos negócios globais de níquel a partir do Canadá, restringir as demissões em nossas instalações operacionais no Canadá por três anos e manter os empregos agregados a essas instalações num nível específico por um período combinado. Também nos comprometemos a aumentar certos gastos em quantidades específicas sobre os níveis previamente existentes e exprimimos nossa vontade de acelerar o desenvolvimento de nosso projeto de Voisey's Bay. Ver *Item 4. Informações sobre a empresa—Questões regulatórias—Investment Canada Act Undertakings*. Esses compromissos podem limitar nossa flexibilidade para administrar nossos negócios e para reagir às mudanças das condições do mercado, o que pode afetar adversamente os resultados de nossas operações.

**Riscos relacionados às ADS (American Depositary Shares)**

***As restrições sobre movimentações de capital para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade de receber dividendos e distribuições de ADS assim como os recursos provenientes de qualquer venda de ADS.***

O governo brasileiro pode impor restrições sobre a saída de capital sempre que houver um sério desequilíbrio no balanço de pagamentos do Brasil ou razões para prever um sério desequilíbrio. Isso afetaria ou impediria o administrador que age em nome do depositário das ADS de converter os recursos resultantes das ações subordinadas às ADS em US\$ e remeter esse dinheiro para o exterior.

O governo brasileiro impôs restrições à remessa por um período de cerca de seis meses, em 1989 e no início de 1990. Se restrições semelhantes forem aplicadas no futuro, isso afetaria ou impediria a conversão de dividendos, distribuição de dinheiro referente a qualquer venda de ações de *real* em dólar americano e a remessa dos dólares americanos para o exterior. Nesse caso, o administrador, agindo em nome do depositário, conservará os *reais* que não puder converter para a conta dos portadores de ADR que não foram pagos. O depositário não investirá os *reais* e não terá direito a juros sobre esses valores. Além do mais, todo *real* assim mantido estará sujeito ao risco de desvalorização.

***Ao trocar as ADS por ações subjacentes, há o risco de perder a capacidade de remeter moedas estrangeiras para o exterior e as vantagens fiscais brasileiras.***

O administrador brasileiro das ações subjacentes às ADS obterão um registro eletrônico com o Banco Central para permitir o envio de dólares americanos ao exterior para pagamentos de dividendos e outras distribuições relativas às ações subjacentes às nossas ADS ou à disposição das ações subjacentes. Se você resolver trocar suas ADS por ações subjacentes, você será autorizado a continuar a contar, durante cinco dias úteis a partir da data da troca, com o registro eletrônico de seu administrador. A partir daí, você não poderá obter e remeter dólares americanos para o exterior as distribuições relacionadas às ações subjacentes, a menos que obtenha seu próprio registro eletrônico inscrevendo seu investimento nas ações subjacentes segundo a Resolução 2.689 do Conselho Monetário Nacional, que autoriza investidores estrangeiros a comprarem e venderem títulos mobiliários na Bolsa de Valores de São Paulo, BOVESPA. Para maiores informações relacionadas a esses controles cambiais, ver *Item 10. Informações Adicionais—Controles de Câmbio e Outras Limitações que Afetam os Portadores de Títulos Mobiliários*. Se você tentar obter seu próprio registro eletrônico, poderá haver despesas ou atrasos no processo de aplicação, o que poderá retardar sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relacionadas às ações subjacentes ou o retorno do seu capital de um modo conveniente. Não podemos garantir que o registro eletrônico do administrador ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro obtido por você não será afetado por futuras alterações legislativas, ou que não serão impostas no futuro restrições adicionais aplicáveis a seu caso, disposição das ações subjacentes ou a repatriação do dinheiro das disposições.

***Devido ao fato de não sermos obrigados a arquivar uma declaração de registro com respeito aos direitos de preferência relacionados às nossas ações, você poderá não ser capaz de exercer tais direitos de preferência.***

Portadores de ADR que residam nos Estados Unidos poderão não ser capazes de exercer seus direitos de preferência, ou outro tipo de direito, em relação às ações subjacentes. Sua capacidade de exercer direitos de preferência não é garantida a menos que a declaração de registro seja efetiva com relação a esses direitos ou uma isenção das exigências de registro do Securities Act esteja disponível. Nós não somos obrigados a arquivar uma declaração de registro relacionada a direitos de preferência com relação às ações subjacentes ou tomar medidas que possam ser necessárias para fazer a isenção a partir do registro disponível, e não podemos garantir que você terá que arquivar qualquer declaração de registro ou tomar

tais medidas. Se uma declaração de registro não for arquivada e não existir uma isenção de registro, o JPMorgan Chase Bank, como depositário de suas ADS, tentará vender os direitos de preferência e você terá direito a receber o dinheiro da venda. No entanto, os direitos de preferência expirarão se o depositário não puder vendê-las. Para uma descrição mais completa dos direitos de preferência em relação às ações subjacentes, ver *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Direitos de Preferência*.

***Portadores de nossas ADS poderão encontrar dificuldades para exercer seus direitos de voto.***

Os portadores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A têm direito a voto em questões acionárias. Você poderá encontrar dificuldades em exercer alguns de seus direitos como acionista se tiver ADS no lugar das ações subjacentes. Por exemplo, se não conseguirmos fornecer ao depositário materiais de votação em tempo adequado, você poderá não ser capaz de votar, dando instruções ao depositário de como votar por você.

Nossos assuntos corporativos são governados por nossos estatutos e pela Lei brasileira das S.A., que diferem dos princípios legais que seriam aplicados se nós fôssemos incorporados numa jurisdição nos EUA ou em outro lugar fora do Brasil. Segundo a Lei das S.A. no Brasil, os portadores de ações ordinárias e de ações preferenciais classe A podem dispor de menos direitos, e pouco definidos, para proteger seus interesses relativos a ações tomadas pelo nosso Conselho de Administração ou pela Valepar do que as leis de algumas jurisdições fora do Brasil.

Embora as leis brasileiras imponham restrições aos negócios privilegiados e manipulação de preços, os mercados brasileiros de títulos mobiliários não são tão altamente regulados e supervisionados como nos EUA ou em mercados de outras jurisdições. Além disso, as regras e políticas contra negociações acionárias com informações privilegiadas e em relação à preservação dos direitos dos acionistas minoritários podem ser menos desenvolvidas e supervisionadas no Brasil do que nos EUA, o que pode potencialmente trazer desvantagens para você, como portador de ações subjacentes e ADS. Por exemplo, quando comparada à lei corporativa Delaware, a lei das S.A. brasileira possui menos detalhes e regras bem estabelecidas, além de precedentes judiciais relativos à revisão das decisões da diretoria contra os padrões do dever de preservar e dever de lealdade no contexto de reestruturações corporativas, transações com partes relacionadas, e transações de venda de negócios. Além disso, os acionistas de empresas brasileiras geralmente não têm condição de impetrar uma ação coletiva.

Adicionalmente, como um emissor privado estrangeiro, não somos obrigados a obedecer muitas das regras de governança corporativa que são aplicadas aos emissores domésticos nos EUA com títulos listados na Bolsa de Valores de Nova York, NYSE. Para maiores informações relacionadas às políticas de governança corporativa, ver *Item 6. Conselheiros, Diretoria Executiva e Empregados*.

***Depreciação do real em relação ao dólar americano reduz o valor em dólares americanos dos dividendos pagos aos portadores de nossas ADS.***

A depreciação do *real* em relação ao dólar americano reduz o valor em dólares americanos dos dividendos distribuídos aos portadores de nossas ADS. Tentamos diminuir este risco elaborando nossos dividendos em dólares americanos. Ainda, os acionistas ainda estão expostos aos riscos de volatilidade cambial por um período de pelo menos duas semanas, já que o valor em dólares americanos dos dividendos é convertido em *reais* pelo menos duas semanas antes de sua distribuição, devido às exigências operacionais para processar os pagamentos de dividendo.

## Item 4. Informações sobre a Empresa

### PANORAMA DOS NEGÓCIOS

#### Geral

Nós somos a segunda maior empresa mineradora e de metais diversificados no mundo, a maior empresa de mineração e metais das Américas, e uma das maiores empresas do setor privado na América Latina por valor de mercado. Somos os maiores produtores e exportadores mundiais de minério de ferro e pelotas e um dos maiores produtores globais de níquel. Também produzimos cobre, manganês, ferro-ligas, bauxita, metais preciosos, cobalto, caulim, potássio e outros produtos. Para sustentar nossa estratégia de crescimento, estamos ativamente comprometidos na exploração mineral em 19 países no mundo. Operamos um grande sistema de logística no Brasil, incluindo ferrovias, terminais e portos marítimos que são integrados às nossas operações de mineração. Diretamente, através de afiliadas e de *joint ventures*, temos importantes investimentos em negócios de alumínio, carvão, energia e aço.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas receitas totais atribuíveis a cada uma das nossas linhas de negócio, cada uma delas descrita na tabela abaixo.

	Ano terminado em 31 de dezembro,		
	2005	2006	2006 <sup>1</sup>
Minério de ferro, pelota, manganês, ferro-ligas.....	75,0%	61,7%	48,9%
Níquel (2).....	-	11,7	25,7
PGMs (2).....	-	0,4	1,0
Outros metais preciosos (2).....	-	0,1	0,4
Cobre (co -produto) (2).....	-	1,5	4,1
Cobre concentrado	2,9	3,8	3,0
Outros minerais não ferrosos.....	2,4	1,8	1,6
Alumínios e produtos relacionados.....	10,5	11,7	9,3
Logística.....	9,1	6,8	5,4
Outros investimentos.....	0,1	0,5	0,6
Total.....	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Percentagens determinadas pela adição das receitas brutas antes da aquisição da CVRD Inco em 2006 em relação às receitas brutas históricas de 2006.

(2) Os números incluem o segmento de produto do níquel em nossas demonstrações financeiras consolidadas

- *Minério de ferro, pelotas, manganês e ferro-ligas.* Operamos dois sistemas inteiramente integrados no Brasil para a produção e distribuição de minério de ferro (os sistemas Norte e Sudeste), consistindo de minas, ferrovias e instalações portuárias. Operamos um terceiro sistema (Sistema Sul), consistindo das minas da MBR e Oeste e os terminais marítimos da Ilha Guaíba e Itaguaí. Também operamos nove instalações de produção de pelotas, cinco das quais são *joint ventures*. Temos uma participação de 50% numa *joint venture* que possui e opera duas usinas de pelotização. Somos os maiores produtores mundiais de minério de manganês e ferro-liga.
- *Níquel.* Somos um dos maiores produtores mundiais de níquel. Nossas principais minas de níquel e suas operações de processamento se encontram no Canadá, especificamente na área de Sudbury, em Ontário, na área de Manitoba em Thompson e na província de Newfoundland e Labrador, Voisey's Bay, e também na Indonésia, através de nossa subsidiária (participação de 61%), a PT International Nickel Indonesia Tbk ("PT Inco"), na Ilha de Sulawesi, Indonésia. Operamos também uma refinaria de níquel no Reino Unido, detemos 67% da Inco TNC Limited, que opera a refinaria de níquel no Japão, e temos participação em operações de refino de níquel em Taiwan e Coreia do Sul.
- *Cobre.* Temos operações de mineração de cobre no Brasil e no Canadá. Somos o maior produtor brasileiro de concentrado de cobre devido a nossas operações na mina de cobre de Sossego, em Carajás. Também produzimos cobre em conjunto com nossas operações canadenses de mineração de níquel em Manitoba, Ontário e Voisey's Bay.
- *PGMs.* Produzimos metais do grupo da platina (platina, paládio, ródio, rutênio e irídio) como subprodutos de nossas operações de mineração e processamento de níquel no Canadá. Os PGMs se encontram concentrados em nossas instalações de Port Colborne, Ontário, e são refinados em nossa refinaria de metais preciosos em Acton, Inglaterra.

- *Outros metais preciosos.* Produzimos ouro e prata como subprodutos de nossas operações de mineração e processamento de níquel no Canadá. Alguns desses metais preciosos são aperfeiçoados em nossas instalações de Port Colborne, Ontário, e todos são refinados por terceiros no Canadá.
- *Outros minerais não ferrosos.* Somos o segundo produtor mundial de caulim na indústria de papel e o único produtor de potássio no Brasil. Produzimos e vendemos cobalto, ácido sulfúrico, dióxido líquido de enxofre e quantidades modestas de selênio e telúrio, como derivados de nossas operações de processamento.
- *Operações de alumínio.* Realizamos mineração de bauxita, refino de alumina e fundição de alumínio.
- *Logística.* Somos líderes no fornecimento de serviços de logística no Brasil, com ferrovias, linhas de navegação de cabotagem e operações portuárias. Dois de nossos três complexos de minério de ferro incorporam uma rede ferroviária integrada ligada a um porto automatizado e a instalações de terminais, que fornecem transporte ferroviário para nossos produtos de mineração, cargas em geral e passageiros, armazenamento nos terminais, serviços de carregamento de navios para nossas operações de mineração e para terceiros.
- *Outros investimentos.* Atualmente temos investimentos em três empresas siderúrgicas e em duas *joint ventures* de produção de placas de aço no Brasil. Também investimos em projetos de geração de eletricidade.

O nome legal e comercial da CVRD é Companhia Vale do Rio Doce. A CVRD é uma sociedade por ações, devidamente estabelecida em 11 de Janeiro de 1943 e operando segundo a legislação da República Federativa do Brasil. A CVRD foi privatizada em três estágios entre 1997 e 2002, começando com a venda pelo governo brasileiro de uma participação controladora na CVRD para a Valepar em 1997. O último estágio da privatização ocorreu em 2002, quando o governo brasileiro vendeu a participação minoritária restante de ações ordinárias através de uma oferta global de ações. A CVRD está estabelecida por um prazo ilimitado. Sua sede está localizada na Avenida Graça Aranha, 26, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e seu telefone é o 55-21-38144477.

### **Estratégia de negócio**

Nosso objetivo é fortalecer nossa posição como uma das maiores empresas mundiais de mineração e metais diversificados, reforçando nossas operações de minério de ferro e níquel, além de aumentar nossa diversificação geográfica e de produtos assim como nossas capacidades logísticas. Nos últimos anos, desenvolvemos um robusto processo de planejamento estratégico de longo prazo. Embora ainda possamos procurar aquisições estratégicas, após a compra da Inco, estamos concentrados no crescimento orgânico de nossos negócios essenciais. Estamos buscando um gerenciamento disciplinado do capital a fim de maximizar os retornos no capital investido e o retorno total para os acionistas. Abaixo, destacamos nossas principais estratégias.

#### ***Manutenção de nossa posição de liderança no mercado global de minério de ferro***

Continuamos consolidando nossa liderança no mercado global de minério de ferro, tendo um *market share* aproximado de 33% do volume total negociado no mercado transoceânico em 2006. Estamos comprometidos em manter nossa posição no mercado global de minério de ferro fortalecendo nossos relacionamentos com os clientes, concentrando-nos em nossa linha de produtos a fim de aprender as tendências industriais, aumentando nossa capacidade de produção em linha com o crescimento da demanda e controlando os custos. Acreditamos que nossos sólidos relacionamentos com clientes importantes reforçados através de contratos de longo prazo, produtos de alta qualidade e uma forte estratégia de marketing técnico ajudarão a alcançar nosso objetivo. Estamos também tomando medidas para encorajar várias siderúrgicas a desenvolverem usinas de placas de aço no Brasil a fim de criar uma demanda adicional para nosso minério de ferro.

#### ***Alcançando a liderança nos negócios de níquel***

Após a aquisição da Inco em outubro de 2006, nos tornamos um dos maiores produtores mundiais de níquel, com operações de larga escala, vida longa, baixo custo, uma base substancial de recursos e um perfil robusto de crescimento. Acreditamos que nossos projetos *greenfield* em Vermelho e Onça Puma, no Brasil, e Goro, na Nova Caledônia, trarão maior sustentação à nossa liderança no mercado de níquel.

#### ***Aumentando as atividades de alumínio***

Estamos desenvolvendo uma capacidade crescente de produção em nossas operações de alumínio, concentrados na parcela *upstream* da cadeia produtiva e desenvolvendo projetos de bauxita e alumina de baixo custo. Temos reservas de

bauxita de alta qualidade subdesenvolvidas e oportunidades para expansões a baixo custo em nossa refinaria de alumina. Estamos trabalhando no desenvolvimento dessas oportunidades. Estamos igualmente investindo em exploração mineral a fim de aumentar nossos recursos de bauxita.

#### ***Aperfeiçoamento de nossas operações de minério de manganês e ferro-ligas***

Temos tomado medidas para melhorar nossa posição competitiva e reduzir nosso custo operacional em nossas operações de minério de manganês e ferro-liga. Através de uma série de vendas, redução de pessoal e dinamizando a estrutura administrativa, fomos capazes de otimizar nossas alocações de capital nos negócios, reduzir os custos operacionais significativamente e aperfeiçoar nossa posição competitiva.

#### ***Desenvolvendo nossos recursos de cobre***

Acreditamos que nossos projetos de cobre no Brasil, que estão todos situados na região de Carajás, no Pará, podem estar entre os mais competitivos no mundo em termos de custo de investimento por tonelada de minério. Esperamos que essas minas de cobre se beneficiem de nossa infra-estrutura atendendo ao Sistema Norte.

#### ***Investindo no carvão***

Estamos buscando várias oportunidades para nos tornarmos uma grande empresa global nos negócios de carvão. Em abril de 2007, adquirimos a AMCI Holdings Australia Pty (AMCI HA), que tem ativos em operação e reservas de carvão na Austrália. Nos últimos anos, nós investimos em duas *joint ventures* na China e pretendemos continuar nosso crescimento orgânico no negócio de carvão através do projeto Moa tize, em Moçambique, e do depósito de carvão Belvedere, na Austrália.

#### ***Intensificando nossa capacidade logística***

Acreditamos que a qualidade de nossos ativos ferroviários e nossos vários anos de experiência como operadores de ferrovias e serviços portuários, associados à falta de transporte eficiente para cargas em geral no Brasil, nos posiciona como líderes no negócio de logística no Brasil. Estamos expandindo a capacidade de nossas ferrovias através da compra de locomotivas e vagões adicionais para atender a necessidade crescente de nossos negócios e de nossos clientes.

#### ***Esforços de exploração global***

Estamos comprometidos com um programa ativo de exploração mineral, com empreendimentos em 19 países no mundo. Estamos buscando principalmente novos depósitos de cobre, minério de manganês, minério de ferro, níquel, caulim, bauxita, fosfato, potássio, carvão, urânio e metais do grupo da platina (PGM). A exploração mineral é uma parte importante de nossa estratégia de crescimento orgânico.

#### ***Desenvolvendo projetos de geração de energia***

O gerenciamento de energia e seu fornecimento eficaz se tornaram uma prioridade para nós. Como grandes consumidores de energia, acreditamos que investir em projetos energéticos para sustentar nossas operações ajudará a nos proteger contra a volatilidade do preço da energia elétrica, das incertezas regulatórias e dos riscos de escassez de eletricidade. De modo correspondente, desenvolvemos usinas de geração hidroelétrica no Brasil e na Indonésia, e estamos utilizando a energia desses projetos para suprir nossas necessidades internas.

#### ***Aquisições recentes e mudanças significativas***

Descrevemos abaixo as aquisições importantes e outras mudanças em nossos negócios em 2006 e 2007, até a data atual.

#### ***Aquisição da Inco***

Em outubro de 2006, nós compramos 75,66% das ações ordinárias da Inco em circulação no mercado, então a segunda produtora mundial de níquel, numa oferta pública de aquisição. Após o período subsequente a oferta e compras adicionais, aumentamos nossa participação para 87,73% em 31 de dezembro de 2006. Em janeiro de 2007, a *almagamation* (operação de incorporação) da Inco com nossa subsidiária Itabira Canada Inc. resultou na aquisição de 100% das ações da Inco, e formalmente mudamos o nome da Inco para “CVRD Inco Limited” (“CVRD Inco”). A CVRD Inco subsequentemente deixou de ser uma emissora atuando segundo as leis de títulos mobiliários dos EUA e Canadá. O

custo total de aquisição da Inco foi de US\$ 18.931 milhões, que representam o preço de compra de US\$ 17.744 milhões mais a dívida líquida de US\$ 1.187 milhões. Foram pagos US\$ 15.691 milhões aos acionistas da Inco em função da aquisição de ações em 2006 e US\$ 2.053 milhões foram desembolsados em 2007. Dos US\$ 17.744 milhões pagos, US\$ 593 milhões atribuídos à dívida conversível e US\$ 17.151 milhões à aquisição das ações em circulação.

### ***Fusão acionária com a Caemi***

Em maio de 2006, concluímos nossa fusão acionária com nossa controlada CAEMI. Em conformidade com a fusão acionária, todas as ações preferenciais da CAEMI nas mãos de seus acionistas públicos foram trocadas por novas ações preferenciais emitidas por nós, e a CAEMI se tornou nossa subsidiária integral. O índice de troca foi de uma ação da CAEMI por 0,04115 ação preferencial classe A da CVRD. Em dezembro de 2006, efetuamos a fusão da CAEMI com a CVRD.

### ***Minério de ferro e pelotas***

*Aquisição e acordo de usufruto pelas ações da MBR.* Em maio de 2007, entramos em uma transação na qual efetivamente obtivemos 100% do controle da MBR pelos próximos 30 anos, permitindo a maximização de nossa exposição à MBR, que consideramos um dos melhores ativos de minério de ferro no mundo e para explorar sinergias entre as companhias. Antes dessa transação, tínhamos 89,9% da MBR, diretamente e através de nossa participação em 80% em Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. (EBM), do qual o maior ativo era a participação de 51% na MBR. Adquirimos ainda 6,25% da EBM por US\$ 231 milhões, e simultaneamente entramos em um acordo de usufruto no que diz respeito aos 13,75% do capital total da EBM que não nos pertence. Este acordo nos garante durante os próximos 30 anos todos os direitos e obrigações relacionados à essas ações da EBM, incluindo o direito a dividendos. Em troca, a CVRD irá pagar um total de US\$ 61 milhões e um taxa anual de US\$ 48 milhões.

*Desenvolvimento de um serviço de transporte dedicado à rota Brazil-China.* Em maio de 2007, CVRD entrou em um contrato de frete de longo prazo para desenvolver serviço de transporte do Brasil para China. Esperamos que esse serviço melhore, no futuro, nossa habilidade de oferecer produtos para o mercado chinês a preços competitivos e a aumentar nosso *market share* na China e no mercado transoceânico.

*Início das operações da mina de Brucutu.* Nossa nova mina de Brucutu iniciou suas operações em setembro de 2006. Quando Brucutu atingir plena capacidade, em 2008, ela deverá produzir 30 milhões de toneladas de minério de ferro. Em 2007, esperamos que a produção chegue a 23 milhões de toneladas.

*Expansão de Carajás.* Em Janeiro de 2007, nós concluímos a expansão da capacidade de produção de minério de ferro em Carajás, que atinge agora 100 milhões de toneladas por ano, após completar a expansão para 85 milhões de toneladas por ano no terceiro trimestre de 2006. Estamos efetuando estudos sobre uma possível expansão suplementar para 130 milhões de toneladas de minério de ferro por ano até 2009.

*Reclassificação das operações no Sistema Sul.* No terceiro trimestre de 2006, visando maximizar as sinergias existentes e continuar obtendo ganhos de eficiência, dividimos a administração de nosso antigo Sistema Sul para produção e distribuição de minério de ferro em dois departamentos: o Sistema Sudeste e o Sistema Sul, e passamos a reportar as produções separadamente para cada sistema.

O Sistema Sudeste consiste de:

- Minas de Itabira,
- Minas de Mariana,
- Minas Centrais,
- Ferrovia Vitória-Minas Gerais, e
- O porto de Tubarão.

O novo Sistema Sul consiste de:

- Minas da MBR,
- Minas do Oeste,
- Terminais marítimos de Ilha Guaíba e Itaguaí, e

- Ferrovia MRS.

*Expansão da Samarco.* Estamos aumentando nossa capacidade de produção de pelotas em Samarco, nossa *joint venture* (50%-50%) com a BHP Billiton, localizada no Estado do Espírito Santo. A expansão da Samarco deverá acrescentar 7,6 milhões de toneladas por ano à nossa capacidade. Em 2006, os projetos de engenharia e nivelamento do solo foram concluídos. Em 2007, os trabalhos de construção e a montagem de componentes elétricos e mecânicos serão iniciados, com o início operacional planejado para o primeiro semestre de 2008. A Samarco obteve seu próprio financiamento para o projeto.

*Projeto Itabiritos.* Estamos construindo uma usina de pelotização no Estado de Minas Gerais com capacidade para produzir 7 milhões de toneladas por ano, uma planta de concentração de minério de ferro e um mineroduto curto para suprimento de polpa de minério de ferro. O desenvolvimento de Itabiritos começou em 2006, com o projeto básico de engenharia e o início das obras de engenharia civil. As operações de Itabiritos estão previstas para começar no segundo semestre de 2008.

*Joint venture na China.* Em setembro de 2006, nossa subsidiária MBR comprou uma participação de 25% numa *joint venture*, Zhuhai YPM, para construir uma nova usina de pelotização em Zhuhai, na região de Guandong, China. Nosso investimento esperado nesse projeto será de US\$ 4 milhões e forneceremos pelo menos 70% do minério de ferro usado para abastecer a usina, conforme contrato de 30 anos. Esta unidade deverá entrar em operação em 2008. Os outros parceiros nesta *joint venture* são a Zhuhai Yueyufeng Iron e a Steel Co. Ltd. (com participação de 40%), e a Pioneer Iron & Steel Group Co. Ltd. (com participação de 35%).

*Aquisição dos ativos da Rio Verde Mineração.* Em janeiro de 2006, adquirimos alguns recursos minerais, terras e equipamentos de exploração da Rio Verde Mineração por US\$ 47 milhões. A Rio Verde Mineração está localizada na região do Quadrilátero do Ferro do Estado de Minas Gerais, próxima da MBR, no município de Nova Lima.

### **Níquel**

*Onça Puma.* No terceiro trimestre de 2006, nosso Conselho de Administração aprovou o investimento no projeto de níquel Onça Puma, no Estado do Pará, que deverá ter uma capacidade nominal de 58.000 toneladas por ano de níquel na forma de ferro-níquel, seu produto final. A construção no canteiro do projeto começou em julho de 2006. Atualmente, estimamos que o investimento total no projeto chegará a US\$ 1.437 milhões, e está programado para entrar em operação no quarto trimestre de 2008.

*Goro.* Seguindo a aquisição da Inco, revisamos o projeto Goro e planejamos a implementação de medidas para reduzir os riscos ambientais, operacionais e tecnológicos. O custo total de Goro está estimado em US\$ 3.212 milhões, dos quais US\$ 1.435 milhões foram gastos entre 2001 e 2006. O comissionamento de Goro está previsto para o final de 2008.

### **Alumínio**

*Aquisição da participação restante na Valesul.* Em julho de 2006, exercemos nosso direito de preferência na Valesul Alumínio S.A. ("Valesul"), segundo o acordo acionário, e compramos a participação de 45,5% que a BHP Billiton Metais S.A. tinha indiretamente na Valesul por US\$ 28 milhões, em consequência disso, possuímos agora 100% do capital da Valesul. Estamos consolidando a Valesul em nossos demonstrativos financeiros no terceiro trimestre de 2006.

*Projeto Paragominas.* Estamos desenvolvendo uma mina de bauxita em Paragominas, no Estado do Pará, que foi comissionado no primeiro trimestre de 2007, apresentando capacidade inicial de 5,4 milhões de toneladas por ano. Concluímos o primeiro mineroduto de bauxita do mundo, para o transporte de pasta de bauxita da mina de Paragominas até a refinaria de Barcarena, no Pará. Até 2008, a capacidade de Paragominas deverá atingir 9,9 milhões de toneladas por ano, o que exigirá novos investimentos de US\$ 196 milhões. A bauxita produzida em Paragominas será usada para abastecer as expansões necessárias da Alunorte.

*Expansão da Alunorte.* Em 2006, concluímos a expansão de nossa capacidade de produção de alumina em nossa refinaria Alunorte, atingindo 4,4 milhões de toneladas por ano, e esperamos aumentar ainda mais a capacidade para 6,26 milhões de toneladas por ano, com um investimento estimado em US\$ 846 milhões. O início esperado deste projeto é em 2008.

*Novo projeto de refinaria.* Estamos estudando um potencial investimento numa nova refinaria de alumina no Estado do Pará, perto das instalações da Alunorte, cuja capacidade inicial deverá ser de 1,8 milhão de toneladas por ano. A bauxita para esse projeto será fornecida a partir da mina de Paragominas. Se os termos do projeto forem acertados, o

primeiro estágio da refinaria deverá ser concluído em três anos. Este projeto ainda depende da aprovação de nosso Conselho de Administração.

### **Cobre**

*Salobo*. O projeto Salobo está localizado na região de Carajás, no Estado do Pará. A licença ambiental foi obtida em dezembro de 2006 e nosso Conselho de Administração aprovou o desenvolvimento deste projeto em Janeiro de 2007. No entanto, o início do desenvolvimento do projeto é contingenciado com uma apropriada estrutura fiscal, que atualmente começa a ser discutida com as autoridades governamentais. Em seu primeiro estágio, estimamos que Salobo produza 100.000 toneladas de cobre em concentrado por ano.

*Projeto 118*. O projeto de cobre 118 está programado para começar suas operações no primeiro semestre de 2009, mas ainda estamos aguardando uma licença sem a qual a obra não pode começar. Conseqüentemente, o prazo para o início da operação pode ser revisto. Uma licença preliminar foi obtida em abril de 2006, e os equipamentos principais foram encomendados no final de 2006. Os serviços básicos de engenharia para o projeto estão concluídos.

### **Carvão e coque**

Estamos fazendo um grande esforço para nos tornarmos uma grande empresa global no negócio de carvão.

- *Estudo de viabilidade da mina de carvão em Moçambique*. Em novembro de 2004, um consórcio controlado pela CVRD ganhou um leilão para explorar depósitos de carvão na região de Moatize, no norte de Moçambique por US\$122,8 milhões. Em abril de 2005, a Rio Doce Moçambique Limitada foi incorporada pela CVRD conforme as leis de Moçambique, como entidade local que assume os direitos e as obrigações como responsável pelo desenvolvimento no projeto Moatize. Os estudos sobre o financiamento e a viabilidade técnica do projeto foram concluídos em novembro de 2006 e entregues ao governo moçambicano. Em março de 2007 entregamos o plano de desenvolvimento ao governo de Moçambique. Estudos adicionais e relatórios ainda estão sendo realizados para sustentar a decisão final esperada para 2007 no que diz respeito aos investimentos no projeto. Se o projeto prosseguir, o investimento total incluirá os custos de desenvolvimento da mina, a construção de um terminal marítimo para carregar os navios, investimentos relacionados e projetos sociais.
- *Projeto Belvedere de Carvão Subterrâneo*. Em julho de 2005, assinamos um acordo com duas empresas de mineração australianas para um estudo de exploração do Projeto Belvedere de Carvão Subterrâneo, ou Projeto Belvedere, localizado no Estado de Queensland, Austrália. Na conclusão do estudo de pré-viabilidade neste ano, temos a opção de adquirir uma participação de 51% na Belvedere por US\$90 milhões. Temos outras opções para aumentar nossa participação no projeto para 100% comprando as partes de nossos parceiros por um valor justo de mercado, determinado no momento de exercermos cada opção. Obtivemos também direitos de exploração para áreas relacionadas perto de Belvedere (as quais nos referimos como Belvedere Oeste e Belvedere Sul).
- *AMCI Holdings Australia*. Em abril 2007, pagamos US\$ 656 milhões pela aquisição de 100% da AMCI Holdings Australia Pty (AMCI HA). A AMCI HA controla e opera ativos de carvão através de *joint ventures* não incorporadas, com capacidade nominal de produção de 8,0 milhões toneladas por ano de carvão (predominantemente carvão metalúrgico) e reservas de 103 milhões de toneladas. A AMCI HA tem uma dívida líquida de US\$ 129 milhões, segundo dados de 30 de abril de 2007.

### **Aços e metálicos**

Estamos tomando medidas para encorajar as siderúrgicas a desenvolverem placas de aço no Brasil a fim de criar valor e demanda adicional para nosso minério de ferro.

- *Ceará Steel*. Em novembro de 2005, concordamos em adquirir uma participação minoritária na Ceará Steel, um projeto de placa de aço voltado para a exportação no Estado do Ceará, com uma capacidade nominal de 1,5 milhão de toneladas de placas por ano. Os principais acionistas são a Dongkuk Steel, uma siderúrgica coreana, e a Danieli S.P.A., um fornecedor de equipamento italiano. Esperamos investir US\$ 25 milhões no projeto, que tem um custo total estimado de US\$ 750 milhões, e temos opção de venda para nos desfazermos de nossa participação no futuro. Seremos fornecedores exclusivos de pelotas para a Ceará Steel. A planta deve iniciar produção em 2009.
- *ThyssenKrupp - Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA)*. Em dezembro de 2004, assinamos um memorando de intenções com a ThyssenKrupp Stahl A.G., uma das maiores siderúrgicas da Europa, para a construção de



uma planta integrada de placa de aço com capacidade de 5 milhões de toneladas no Estado do Rio de Janeiro. O projeto foi formalmente aprovado pela ThyssenKrupp Stahl A.G. e pela CVRD, e está sendo implantado atualmente. A unidade deverá entrar em operação em 2009, e nosso Conselho de Administração aprovou investimentos de US\$ 200 milhões por uma participação minoritária na CSA. Temos uma opção de venda e poderemos no futuro nos desfazer de nossa participação.

- *Ingresso no grupo de Controle Usiminas.* Em novembro de 2006, anunciamos a reestruturação de nossa participação patrimonial na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.—USIMINAS (“Usiminas”). Em relação a esta reestruturação, (i) pretendemos estabelecer um acordo acionário de 15 anos com os membros do grupo controlador da Usiminas pelo qual ficaremos com 6.608.608 ações ordinárias, e (ii) os acionistas controladores da Usiminas concordaram em realizar um estudo de viabilidade em relação a um investimento potencial por parte da Usiminas na construção de uma nova planta de placa de aço.
- *Aquisição da participação restante na Ferro Gusa Carajás S.A. (“Ferro-Gusa”).* Em março de 2007, adquirimos a participação de 18% na Ferro-Gusa, que pertencia a Nucor do Brasil S.A., por US\$20 milhões, em consequência disso, detemos atualmente 100% do capital da Ferro-Gusa. A Ferro-Gusa iniciou suas operações em outubro de 2005 e produz anualmente 300.000 toneladas de ferro gusa.

#### ***Alienações de investimentos e vendas de ativos***

Em conformidade com nossa estratégia, continuamos reduzindo nossas participações em ativos não essenciais. Resumimos abaixo nossas principais alienações e vendas de ativos desde o início de 2006.

- *Projetos das usinas hidroelétricas de Foz do Chapecó e Santa Isabel.* Em fevereiro de 2006, vendemos para Furnas Centrais Elétricas por US\$4 milhões nossa participação de 40% no consórcio criado para construir e operar a usina hidroelétrica de Foz do Chapecó. Esta transação foi aprovada pela agência reguladora brasileira do setor, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), e deve estar concluído em 2007. Estamos também dando continuidade aos nossos esforços para devolver a concessão do projeto de usina hidroelétrica da Santa Isabel para a ANEEL, devido às dificuldades relacionadas com questões ambientais.
- *Nova Era Silicon.* Em fevereiro de 2006, vendemos para nosso sócio, a JFE Steel Corporation, a participação de 49% que tínhamos na Nova Era Silicon, uma fábrica de ferrosilicone com operações no Estado de Minas Gerais por US\$14 milhões.
- *Venda da participação na Gulf Industrial Investment Company.* Em maio de 2006, vendemos nossa participação de 50% na Gulf Industrial Investment Company (GIIC), uma usina de pelotização sediada em Bahrain, para nosso parceiro nessa *joint venture*, Gulf Investment Corporation, por US\$418 milhões, devido a visões conflitantes em relação ao modo como os negócios da GIIC deveriam ser administrados. Embora tenhamos vendido nossa participação na GIIC, pretendemos dar continuidade à nossa estratégia de buscar a consolidação de nossa posição de liderança no mercado global de pelotas de maneira a maximizar os benefícios resultantes do significativo potencial de crescimento no longo prazo que esperamos para a demanda de pelotas.
- *Usiminas.* No dia 13 de novembro de 2006, vendemos um total de 5.362.928 ações ordinárias da Usiminas para a Nippon Steel, Votorantim Participações S.A. e Camargo Correa S.A. por aproximadamente US\$176 milhões. Ficaremos com 6.608.608 ações ordinárias da Usiminas em conformidade com o acordo assinado entre os acionistas da Usiminas em novembro de 2006. Em maio de 2007, vendemos, em uma oferta pública registrada junto à CVM, 13.802.499 ações da Usiminas não sujeitas ao acordo de acionistas, e recebemos o total de US\$ 728 milhões. Adicionalmente, entramos em um acordo de imobilização por um período de 90 dias a partir de 25 de abril de 2007. Após a expiração do período de imobilização ou de sua renúncia, pretendemos vender 36.691 ações adicionais que não foram vendidas de acordo com a opção de distribuição a maior da oferta.
- *Siderar.* Em dezembro de 2006, vendemos para a Ternium S.A. toda nossa participação de 4,85% na Siderar-S.A.I.C. (Siderar), uma siderúrgica localizada na Argentina, por US\$108 milhões.
- *Gerdau.* No segundo semestre de 2006, vendemos todas as nossas ações da Gerdau S.A. por US\$ 67 milhões.

## **SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

Nossas principais linhas de negócio consistem em mineração e logística. Investimos igualmente em energia para suprir parte de nosso consumo.

O mapa a seguir mostra a localização de todas nossas operações mundiais atualmente.



**LEGEND**

- Operations
- Office
- Joint venture
- Exploration office
- Headquarter

## Minerais Ferrosos

Nosso segmento de negócio de minerais ferrosos inclui:

- Exploração de minério de ferro,
- Produção de pelotas,
- Exploração de manganês, e
- Produção de ferro-liga.

### *Operações de minério de ferro*

Efetamos nosso negócio de minério de ferro principalmente no nível da empresa controladora e através de nossas subsidiárias MBR e Urucum Mineração S.A., ou Urucum. Nossas operações de minério de ferro e as demais a elas relacionadas estão concentradas em três sistemas no Brasil: Sistema Sudeste, Sistema Sul e Sistema Norte, que serão descritos mais adiante. A operação desses sistemas separadamente, cada um com sua própria capacidade de transporte, enfatiza nossa confiança no serviço que oferecemos aos nossos clientes.

#### *Sistema Sudeste*

O Sistema Sudeste, criado a partir de nosso antigo Sistema Sul, tornou-se recentemente um departamento administrado separadamente. Localizado no Estado de Minas Gerais, numa região conhecida como Quadrilátero Ferrífero, as minas de minério de ferro do Sistema Sudeste estão divididas em três áreas de mineração: Itabira, Minas Centrais, e Mariana. Nossa ferrovia Vitória a Minas liga as minas situadas nessas áreas ao porto de Tubarão, em Vitória, no Estado do Espírito Santo.

O minério de ferro do Sistema Sudeste é extraído pelo método de jazidas a céu aberto. Essas reservas de minério de ferro têm altos índices de minério de itabirito em relação ao minério de hematita. O itabirito é uma rocha de hematite-quartzo com um teor médio de ferro entre 35% e 60%, requerendo concentração para atingir sua graduação para embarque, que deve ser superior a um teor médio de ferro de 64%. A hematita é um minério de graduação elevada com um teor médio de ferro de aproximadamente 66%.

As minas no Sistema Sudeste, geralmente processam seu ROM através de trituração padrão, seguida de fases de classificação e concentração, produzindo minério fino, granulado e pelotas nas usinas de beneficiamento localizadas junto às minas.

Em 2006, produzimos 100% da energia elétrica consumida no Sistema Sudeste em nossas usinas hidroelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés e Capim Branco I. O Sistema Sudeste é acessível por meio de rodovias ou por um ramal curto da ferrovia Vitória-Minas.

#### *Sistema Sul*

O novo Sistema Sul, localizado nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, compreende as minas de Oeste e as minas da MBR. A MBR atualmente opera três principais complexos de mineração:

- O complexo de Pico, composto das minas de Pico, Sapecado e Galinheiro, com uma planta principal e três secundárias;
- O complexo de Vargem Grande, composto das minas de Tamanduá, Capitão do Mato e Abóboras, e uma importante usina de beneficiamento; e
- O complexo de Paraopeba, composto da mina de Jangada (com uma unidade de beneficiamento), da mina de Capão Xavier (com a planta de beneficiamento de Mutuca) e da mina de Mar Azul (com uma planta de beneficiamento).

Os processos de beneficiamento a umido são usados para converter ROM obtido a partir das operações de uma mina a céu aberto em minério granulado, fino e ultra-fino, além de *hematitinha*, um produto utilizado basicamente pelos produtores brasileiros de ferro-gusa.

O minério de ferro produzido no Sistema Sul é transportado pela MRS Logística S.A. (“MRS”), uma empresa ferroviária na qual possuímos participação direta e indireta (37.2% do capital votante e 40.5% do capital total), até os terminais marítimos de Ilha Guaíba e Itaguaí, ambos localizados no Estado do Rio de Janeiro. Em 2006, produzimos 22% da energia consumida no Sistema Sul em nossas usinas hidroelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés e Capim Branco I.

#### *Sistema Norte*

O Sistema Norte é composto de minas de minério de ferro com jazidas a céu aberto e um complexo de processamento de minério na região de Carajás, no Estado do Pará. As minas estão localizadas no norte do Brasil em terras públicas para as quais temos licenças de exploração. As reservas do Sistema Norte estão entre os maiores depósitos de minério de ferro no mundo. Essas reservas estão divididas em duas áreas principais (norte e sul), situadas aproximadamente a 35 quilômetros de distância uma da outra. As atividades de mineração no Sistema Norte estão atualmente sendo realizadas na área norte, que se divide em cinco principais troncos de mineração (N4E, N4W, N5W, N5E e N5EN).

Por causa do elevado teor de ferro (em média de 66.8%) nos depósitos do Sistema Norte, não temos que operar uma planta de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento consiste apenas de operações de medição, incluindo peneiramento, hidroclonagem, trituração e filtragem. Isso nos permite produzir minério de ferro comercializável no Sistema Norte a custo inferior ao que é produzido nos sistemas Sul e Sudeste. O processo de beneficiamento produz minério fino e ultra-fino para processos de redução direta e minério granulado. Após a conclusão do processo de beneficiamento, nossa ferrovia de Carajás transporta o minério de ferro do Sistema Norte para o terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Estado do Maranhão.

Nosso complexo em Carajás tem acesso rodoviário, aeroviário e ferroviário. Ele obtém energia elétrica a preço de mercado a partir da empresa elétrica regional. Para sustentar nossas operações em Carajás temos instalações para alojamento e outros fins num município próximo.

#### *Casa de Pedra*

Em março de 2001, adquirimos certos direitos de primeira recusa com respeito à mina de minério de ferro Casa de Pedra da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional): o direito, por 30 anos, de comprar a preço de mercado qualquer minério de ferro excedente conforme definido no contrato; o direito, por 30 anos, de comprar ou arrendar a mina se a CSN decidir vendê-la ou arrendá-la; e o direito, por 30 anos, de se tornar uma parceira em uma joint venture caso a CSN decida fazer uma joint venture pelletizadora com terceiros usando minério de ferro produzido pela mina. Em 10 de agosto de 2005, o CADE emitiu uma decisão aprovando algumas aquisições que fizemos, que colocou algumas condições, incluindo um total renúncia de nossos direitos de resgate relacionados a mina de minério de ferro Casa de Pedra. Ver *Item 3, Informações importantes – Fatores de risco - Estamos envolvidos atualmente em processos antitrustes que podem resultar em vendas, multas ou outras restrições capazes de prejudicar nossos negócios.*

#### **Projetos de minério de ferro**

Estamos desenvolvendo os seguintes projetos de minério de ferro no Brasil:

- *Carajás: expansão para 130 Mtpa.* Esta expansão é um projeto *brownfield* para aumentar a capacidade de produção na área norte da província mineral de Carajás. O investimento neste projeto está orçado em US\$1,8 bilhão, cobrindo os custos de expansão da mina, uma planta de trituração primária, unidades de processamento e classificação, locomotivas e vagões. Em 2007 o projeto detalhado de engenharia deverá ser elaborado e sua conclusão está prevista para 2009.
- *Fazendão.* Este projeto deverá produzir 15,8 milhões de toneladas de ROM (minério não processado) por ano e permitirão o início das operações na terceira usina de pelletização de Samarco. A construção começou no segundo semestre de 2006 e as operações deverão ter início no primeiro trimestre de 2008.

### ***Produção e reservas de minério de ferro***

A tabela a seguir traz mais informações sobre nossas reservas provadas e prováveis de minério de ferro e as datas de expiração projetadas para os períodos indicados. As datas de exaustão projetadas são estimadas com base em nossas projeções de níveis futuros de produção.

Mina(1)	Início das operações	Datas de Exaustão /Projetada/Real	Produção no ano terminado em 31 de dezembro,			Reservas Provasdas e Prováveis em 31 de dezembro,			
			2004	2005	2006	2005		2006	
			(milhões de toneladas)			Tonagem de Minério (2) (milhões de toneladas)	Graduação (% Fe)	Tonagem de minério (2) (milhões de toneladas)	Graduação (% Fe)
<b>Sistema Sudeste</b>									
Minas de Itabira:									
Cauê(3)	1942	2005	22,0	23,5	23,7	—	—	—	—
Conceição(4)	1957	2023	21,6	22,2	23,3	395,6	54,4	367,7	54,3
Minas do Meio(5)	1976	2023	—	—	—	635,7	54,8	592,4	54,6
Minas Centrais									
Água Limpa / Cuuru(6)	2000	2013	4,1	3,9	4,2	63,8	45,0	57,0	45,2
Gongo Soco (7)	2000	2013	5,4	5,7	6,7	96,2	64,0	86,7	64,4
Brucutu(8)	1994	2027	6,0	7,2	7,7	736,6	51,8	722,2	51,4
Baú(9)	2006	2029	—	—	—	37,1	55,6	37,1	55,6
Maquiné(10)	2009	2029	—	—	—	278,7	58,3	278,7	58,3
Córrego do Meio (11)	2000	2005	1,9	0,9	—	—	—	—	—
Andrade (19)	2005	2027	—	1,5	1,4	129,2	59,0	127,0	59,0
Minas de Mariana									
Alegria(12)	2000	2029	12,2	12,3	12,9	281,8	50,4	258,0	50,1
Fábrica Nova(13)	2005	2023	—	7,8	13,2	946,3	46,8	920,5	46,8
Fazendão(14)	1976	2032	0,6	0,8	0,7	351,3	50,0	349,5	50,0
Timbopeba(15)	1984	2008	6,2	4,6	2,8	81,7	55,0	75,1	55,2
<b>Total Sistema Sudeste</b>			<b>80,0</b>	<b>90,4</b>	<b>96,6</b>	<b>4.029,4</b>	<b>52,1</b>	<b>3.871,8</b>	<b>51,9</b>
<b>Sistema Sul</b>									
Minas Oeste									
Córrego do Feijão(16)	2003	2014	7,7	8,1	8,2	51,3	66,5	45,3	66,7
Segredo/João Pereira(17)	2003	2025	11,1	11,5	11,5	501,5	50,7	485,8	50,4
Sistema MBR									
Pico / Sapecado/ Galinheiro(20) Complexo Vargem Grande	1942	2030	13,1	14,1	17,1	662,0	54,6	633,2	54,2
Tamanduá(21)	1993	2016	10,5	9,1	10,0	99,3	66,5	86,1	66,5
Capitão do Mato(21)	1997	2016	10,8	9,6	11,4	147,5	66,2	133,0	66,2
Abóboras (22)	2004	2024	0,2	2,5	4,3	32,2	66,0	30,1	66,0
Complexo Paraopeba									
Jangada(23)	2001	2017	3,6	4,0	4,8	92,8	66,0	87,6	66,1
Capão Xavier(21)	2004	2021	4,2	11,1	3,5	179,8	65,6	163,9	65,5
Mar Azul(24)			ND	ND	3,5	ND	ND	33,5	56,6
<b>Total Sistema Sul System</b>			<b>61,2</b>	<b>70,0</b>	<b>84,3</b>	<b>1.766,4</b>	<b>57,4</b>	<b>1.674,1</b>	<b>57,0</b>
<b>Sistema Norte (18)</b>									
Serra Norte									
N4W	1994	2020	19,4	21,9	34,3	601,2	66,4	562,7	66,4
N4E	1984	2017	21,9	27,2	19,2	438,8	66,7	413,1	66,7
N5-W	1998	2023	5,0	8,4	15,2	325,4	66,3	308,8	66,3
N5E	1998	2017	21,7	12,7	10,2	55,7	67,3	43,1	67,2
N5E-N	2003	2016	1,4	2,4	2,9	28,2	65,9	25,5	65,9
N5S	2006	2024	—	—	—	607,0	67,5	607,0	67,5
Serra Leste	2007	2037	—	—	—	60,8	66,2	60,8	66,2
<b>Total Sistema Norte</b>			<b>69,4</b>	<b>72,6</b>	<b>81,8</b>	<b>2.117,1</b>	<b>66,8</b>	<b>2.021,0</b>	<b>66,8</b>
Urucum	1993	2024	0,7	1,1	1,4	64,3	61,1	61,7	61,1
<b>Total CVRD</b>			<b>211,3</b>	<b>233,9</b>	<b>264,2</b>	<b>7.981,8</b>	<b>57,2</b>	<b>7.619,3</b>	<b>57,0</b>

- (1) Minas de jazida a céu aberto. A participação da CVRD nas minas é de 100%, a menos que especificado de outro modo.
- (2) As reservas são em toneladas de minério úmido e ROM.
- (3) As reservas não foram reportadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina. A unidade de Cauê beneficia o minério de ferro das operações das Minas do Meio.
- (4) Recuperação média de produto após beneficiamento na planta de Conceição foi de 77,7%. A planta de Conceição beneficia o minério de ferro extraído das minas de Conceição e Minas do Meio.
- (5) Recuperação média de produto após beneficiamento na planta de Cauê foi de 73,2%. O ROM é enviado para as plantas de concentração de Cauê e Conceição. A produção é declarada em Cauê e Conceição.
- (6) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 48,1%. Água Limpa pertence à Baovale, na qual a CVRD detém 100% das ações com direito a voto e 50% das ações totais.
- (7) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 84%.
- (8) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 97%.
- (9) Projeto novo com reservas auditadas sobre revisão de viabilidade.
- (10) Projeto novo com reservas auditadas sobre revisão de viabilidade.
- (11) Reservas não foram reportadas em 2006 devido ao estado de exaustão da mina.
- (12) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 69,7%. A planta de Alegria processa minério das minas Alegria e Fabrica Nova.
- (13) O minério da Fabrica Nova é enviado para as plantas de Alegria e Tmbopeba para processamento.
- (14) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 100% (embarque direto).
- (15) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 78,9%.
- (16) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 86,2%.
- (17) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 66%. O minério ROM é enviado para a planta de contração Fábrica.
- (18) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 90,1%.
- (19) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 100% (embarque direto). Em 2004, fechamos um acordo para alugar a mina de minério de ferro de Andrade, mas só começamos a operá-la em janeiro de 2005.
- (20) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 81,5%.
- (21) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 78,6%. O minério de Tamanduá e Capitão do Mato é processado na planta de Vargem Grande.
- (22) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 100% (embarque direto).
- (23) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 79,9%.
- (24) Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 78,6%.
- (25) Adquirido no primeiro trimestre de 2006. Recuperação média de produto após beneficiamento foi de 87,1%.



## Mudanças nas reservas de minério de ferro: 2005 contra 2006

Nossas estimativas de reservas de minério de ferro em 2006 refletem a exaustão de minas e o acúmulo de estoques intermediários e de homogeneização de minério de ferro, que consistem em minério que foi extraído de reservas “in situ”, mas ainda não foi enviado para as plantas. Estes estoques podem ser parcialmente recuperados durante as operações. Nossas estimativas de reservas em 2006 também refletem revisões das estimativas face a diferenças identificadas em testes de reconciliação entre as toneladas de minério previstas por nosso modelo de reservas e o efetivo ROM.

- As reservas na nossa mina de Conceição diminuíram de 395,6 para 367,7 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas nas Minas do Meio diminuíram de 635,7 para 592,4 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Água Limpa diminuíram de 63,8 para 57,0 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, parcialmente compensado por revisões para cima das nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas e estoques recuperados.
- As reservas na mina de Gongo Soco diminuíram de 96,2 para 86,7 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, o desenvolvimento de pilhas de homogeneização de ROM e a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Brucutu diminuíram de 736,6 para 722,2 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, o desenvolvimento de pilhas de homogeneização de ROM e a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Andrade diminuíram de 129,2 para 127,0 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mine de Alegria diminuíram de 281,8 para 258,0 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Fabrica Nova diminuíram de 946,3 para 920,5 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, parcialmente compensado por um ajuste positivo das nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Fazendão diminuíram de 351,3 para 349,5 milhões de toneladas, refletindo principalmente a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas e, em menor escala, a exaustão da mina em 2006.
- As reservas na mina de Timbopeba diminuíram de 81,7 para 75,1 milhões de toneladas, refletindo a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas e, em menor escala, a exaustão da mina em 2006.
- As reservas na mina de Córrego do Feijão diminuíram de 51,3 para 45,3 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, o ajuste positivo das nossas estimativas de

reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas, compensado parcialmente por estoques recuperados.

- As reservas na mina de Segredo/João Pereira diminuíram de 501,5 para 485,8 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006, parcialmente compensado por um ajuste positivo das nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Pico/Sapicado/Galinheiro diminuíram de 662,0 para 633,2 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, o desenvolvimento de pilhas de homogeneização de ROM e a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mine de Tamanduá diminuíram de 99,3 para 86,1 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Abóboras diminuíram de 32,2 para 30,1 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006, parcialmente compensado por um ajuste positivo das nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mine de Jangada diminuíram de 92,8 para 87,6 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mina de Capão Xavier diminuíram de 179,8 para 163,9 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006, parcialmente compensado por um ajuste positivo das nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mine de Serra Norte diminuíram de 2.056,3 para 1.960,2 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, o desenvolvimento de pilhas de homogeneização de ROM e a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.
- As reservas na mine de Urucum diminuíram de 64,3 para 61,7 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006 e a redução nas nossas estimativas de reserva para refletir diferenças entre o que foi efetivamente recuperado e o volume projetado por nosso modelo de reservas.

### ***Pelotas***

Produzimos pelotas de minério de ferro em nossas próprias plantas e através de *joint ventures*. A tabela abaixo mostra informações relativas a nosso negócio de pelotas de minério de ferro, em 30 de abril de 2007.

Sistema	Participação direta ou indireta no capital	Participação direta ou indireta no capital		Parceiros	Produção total de pelota (1) em 31 de dezembro,			Capacidade Nominal
		Votante	Total		2004	2005	2006	
		(%)			(milhões toneladas)			
CVRD.....	Tubarão, Fábrica e São Luís	N/A	N/A	—	16,3	16,4	14,2	15,7
GIIC (2) .....	Bahrain	0	0	—	3,7	4,0	1,3	4,0
Hispanobras .....	Tubarão	51,0	50,9	Arcelor Mittal	4,0	4,2	4,5	3,8
Itabasco .....	Tubarão	51,0	50,9	Ilva	3,5	3,9	4,0	3,3
Kobrasco .....	Tubarão	50,0	50,0	Posco	4,5	4,9	4,8	4,3
Nibrasco .....	Tubarão	51,1	51,0	Nippon Steel Sumitomo JFE Steel Kobe Steel Nisshin Steel SOJITZ Corp.	8,3	9,0	9,1	8,4
Samarco .....	Ponta do Ubú	50,0	50,0	BHP Billiton	13,8	13,7	13,9	14,0
Total.....					54,1	56,1	51,8	53,5

(1) Produção total por *joint venture*.

(2) Vendemos nossa participação na GIIC em maio de 2006.

Suspendemos nossas operações na usina de pelotização de São Luís de março a julho de 2006 devido a um declínio na demanda global de pelotas, que é mais concentrada na América do Norte e Europa.

Vendemos pelotas para nossas *joint ventures* de pelotização ao preço de mercado. Historicamente, temos abastecido todo o minério de ferro necessário às nossas próprias usinas de pelotização assim como de nossas *joint ventures*, exceto para Samarco e GIIC, para as quais fornecemos uma parcela de suas necessidades. Da produção total de pelotas em 2006, 69% foram atribuíveis a pelotas de altos fornos, e os 31% restantes à redução direta de pelotas, que são usadas em usinas siderúrgicas que utilizam o processo de redução direta em vez da tecnologia dos altos fornos.

Somos os operadores de *joint ventures* de pelotização localizadas na área do porto de Tubarão. Em 2006, recebemos US\$ 72 milhões pela operação das usinas dessas *joint ventures*.

A tabela abaixo traz informações sobre nossas vendas de minério de ferro para nossas *joint ventures* de pelotização nos períodos indicados.

	Para o ano terminado em 31 de dezembro,		
	2004	2005	2006
	(milhões toneladas)		
GIIC (1) .....	3,5	4,0	1,0
Hispanobras .....	4,2	4,5	4,9
Itabasco .....	3,7	4,1	4,3
Kobrasco .....	4,8	5,2	5,3
Nibrasco .....	7,1	7,9	8,0
Samarco (2) .....	4,6	6,2	7,5
Total.....	25,3	27,7	25,4

(1) Nós vendemos nossa participação na GIIC em maio de 2006.

(2) Em 2004, vendemos 2,0 milhões de toneladas de concentrado e 2,6 milhões de toneladas de minério ROM; em 2005, vendemos 2,0 milhões de toneladas de concentrado e 4,2 milhões de toneladas de minério ROM; e em 2006, vendemos 1,9 milhão de toneladas de concentrado e 5,6 milhões de toneladas de minério ROM.

### Projetos de pelotas de minério de ferro

Estamos desenvolvendo os seguintes projetos de pelotas de minério de ferro no Brasil e na China:

*Expansão de Samarco.* Estamos aumentando nossa capacidade de produção de pelotas na Samarco, nossa *joint venture* (50%-50%) com a BHP Billiton, cuja usina de pelotização está localizada no Estado do Espírito Santo. A

expansão de Samarco deverá acrescentar 7.6 milhões de toneladas por ano à capacidade. Em 2006, os projetos de engenharia e nivelamento de solo foram concluídos. Em 2007, as obras de construção e montagem de componentes elétricos e mecânicos serão empreendidas, com o início das operações previsto para o primeiro semestre de 2008. A Samarco obteve seu próprio financiamento para o projeto.

*Projeto Itabiritos.* Estamos construindo uma usina de pelotização localizada no Estado de Minas Gerais com capacidade de 7 milhões de toneladas por ano, uma usina de concentração de minério de ferro, e um ramal curto para transportar polpa de minério de ferro. O desenvolvimento de Itabiritos começou em 2006, com o projeto básico de engenharia e o início das obras de construção civil. As operações de Itabiritos deverão ter início no primeiro semestre de 2008.

*Joint venture na China.* Em setembro de 2006, nossa subsidiária MBR comprou uma participação de 25% numa *joint venture*, chamada Zhuhai YPM para construir uma nova usina de pelotização em Zhuhai, na província de Guandong, China. Esperamos investir US\$4 milhões neste projeto e forneceremos pelo menos 70% do minério de ferro usado para abastecer a usina, conforme contrato com duração de 30 anos. A usina deverá estar operante em 2008. Os outros parceiros nesta *joint venture* são a Zhuhai Yueyufeng Iron and Steel Co. Ltd. (com participação de 40%) e a Pioneer Iron & Steel Group Co. Ltd. (com participação de 35%).

### ***Clientes, vendas e comercialização – minério de ferro e pelotas***

Usamos todo nosso minério de ferro e pelotas (incluindo nossa participação em *joint-venture* de produção de pelotas) para abastecer a indústria siderúrgica. Os níveis existentes e esperados da demanda de produtos siderúrgicos afetam a demanda de nosso minério de ferro e pelotas. A demanda de produtos siderúrgicos é influenciada por vários fatores, tais como as taxas de crescimento econômico esperadas.

Em 2006, a China respondia por 27,4% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas, a Europa por 24,8% e o Brasil por 21,3%. As vendas para as *joint ventures* de Tubarão, nas quais a maior parte do minério de ferro é transformada em pelotas e em seguida exportada, representaram 8,1% do total de embarques em 2006. Nossos 10 maiores clientes nos compraram em conjunto 145,2 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, representando 52,6% de nossos embarques em 2006 de minério de ferro e pelotas, e 51,9% do total das receitas com minério de ferro e pelotas. Com exceção da Arcelor Mittal, que representou 17,9% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas em 2006, nenhum cliente separadamente respondeu por mais de 10% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas nos três anos anteriores a 31 de dezembro de 2006.

Damos a maior ênfase a nosso serviço ao cliente a fim de aperfeiçoar nossa competitividade. Trabalhamos com nossos clientes para entender seus principais objetivos e lhes fornecer as soluções de minério de ferro capazes de atender a necessidade específica do cliente. Usando nossa experiência em mineração, e processos de aglomeração e de fabricação de ferro, buscamos soluções técnicas que dêem equilíbrio a melhor utilização de nossos ativos de classe internacional e a satisfação de nossos clientes. Acreditamos que nossa capacidade de oferecer aos nossos clientes soluções de minério de ferro e a qualidade de nossos produtos são vantagens importantes que nos ajudam a melhorar nossa competitividade em relação à concorrência que pode se encontrar em localizações geográficas mais convenientes. Além de fornecer assistência técnica aos nossos clientes, a CVRD dispõe de escritórios de apoio em Tóquio, Japão; Seul, Coreia do Sul; e Shanghai, China, que dão apoio às vendas realizadas pela nossa subsidiária internacional, sediada em Saint Prex, Suíça. Esses escritórios nos permitem manter um contato estreito com nossos clientes, monitorar suas exigências e a performance de nosso contrato, além de garantir que nossos clientes recebam suas entregas a tempo.

### ***Distribuição – minério de ferro e pelotas***

Nossa propriedade e operação de sistemas de transporte para a entrega eficiente de produtos de minério de ferro complementam nosso negócio de mineração nos sistemas Norte e Sudeste, onde operamos uma ferrovia integrada e rede de terminais em cada um deles. Essas redes transportam nossos produtos de minério de ferro desde as minas no interior do país até os terminais marítimos e até os clientes brasileiros. Para uma descrição mais detalhada da rede, ver *Logística*, abaixo.

Nós não possuímos ou operamos um sistema de transporte integrado no Sistema Sul. Estabelecemos contratos de frete com nossa subsidiária, a empresa MRS, para transportar nossos produtos de minério de ferro, a tarifa de mercado, das minas da MBR e minas do Oeste para nossos terminais marítimos de Ilha Guaíba e Itaguaí.

### ***Concorrência – minério de ferro e pelotas***

O mercado global de minério de ferro é extremamente competitivo. Vários produtores de grande porte operam neste mercado. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade, linha de produtos oferecidos, confiabilidade, custos operacionais e custos de embarque. Em 2006, o mercado asiático (principalmente China, Japão e Coreia do Sul) e o mercado europeu foram os clientes mais importantes de nosso minério de ferro.

Nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem subsidiárias e afiliadas da BHP Billiton PLC e Rio Tinto Ltd. Embora os custos de transporte para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes da Ásia sejam em geral mais baixos do que os nossos, em razão da proximidade geográfica, acreditamos que somos capazes de manter a competitividade no mercado asiático por dois motivos. Primeiramente, as empresas siderúrgicas procuram geralmente obter tipos (ou misturas) de minério de ferro e pelotas que possam fabricar o produto final desejado da maneira mais econômica e eficaz. Nosso minério de ferro tem baixos níveis de impurezas e outras propriedades que costumam resultar em custos menores de processamento. Por exemplo, o teor de alumina de nosso minério de ferro é muito baixo, comparado ao do minério australiano e possui elevados teores de ferro, melhorando a produtividade nos altos fornos, o que é importante, especialmente durante períodos de intensa demanda. Em segundo lugar, as siderúrgicas com frequência desenvolvem relações de venda baseadas no fornecimento garantido de um mix específico de minério de ferro e pelotas. Temos uma política de marketing voltada para os clientes e colocamos pessoal especializado em contato direto com nossos clientes para ajudá-los a determinar a mistura que melhor convém às suas necessidades particulares. Em geral, nos sistemas Norte e Sudeste, o fato de possuir o processo de transporte de minério de ferro até nossos portos nos facilita a missão de garantir que os produtos cheguem a nossos clientes no prazo e a custos competitivos.

Somos competitivos na Europa pelas razões que expomos acima, assim como em função da proximidade das instalações portuárias de Ponta da Madeira e Tubarão para os clientes europeus. Nossos principais concorrentes na Europa são:

- Kumba Resources (África do Sul);
- Luossavaara Kiirunavaara AB - LKAB (Suécia);
- Société Nationale Industrielle et Mini re - SNIM (Mauritânia);
- Rio Tinto PLC (Reino Unido), Rio Tinto Ltd (Austrália) e suas subsidiárias e afiliadas; e
- BHP Billiton (Austrália) e suas subsidiárias e afiliadas.

O mercado brasileiro de minério de ferro é competitivo, com uma vasta quantidade de produtores de minério de ferro menores e empresas siderúrgicas integradas, tais como a CSN e a Mannesmann. Embora o fator preço seja relevante, a qualidade e a confiabilidade são importantes também. Acreditamos que nossos sistemas de transporte integrados, nosso minério de excelente qualidade e nossos serviços técnicos fazem de nós um forte concorrente nas vendas brasileiras. Os preços para os clientes brasileiros se baseiam nos preços de referência globais subtraídos pelos custos de transporte até suas instala es.

### ***Manganês e ferro -ligas***

Em 2006, fomos um dos maiores produtores no mercado internacional, com embarques totalizando 779.000 toneladas de minério de manganês e 522.000 toneladas de ferro-ligas.

Operamos nossos negócios de manganês e ferro-ligas através de quatro subsidiárias:

- Rio Doce Manganês Europe (RDME),
- Rio Doce Manganese Norway AS (RDMN),
- Rio Doce Manganês S.A. (RDM), e
- Urucum Minera o S.A. (Urucum).

Produzimos derivados de minério de manganês a partir da mina do Azul, na região de Carajás, no Pará, e da mina de Urucum, na região do Pantanal, Estado do Mato Grosso do Sul. Operamos plantas de beneficiamento *in loco*, tanto em Azul quanto em Urucum. Ambas minas são acessíveis por rodovia, e as minas compram energia elétrica a tarifas de mercado das empresas elétricas regionais. Operamos também minas menores nos estados de Minas Gerais e Bahia. Nossas

minas do Azul e Urucum têm minério de alta graduação, e nossas minas menores em Minas Gerais e na Bahia têm minérios de baixa graduação.

Nossas minas de minério de manganês produzem três tipos de derivados de manganês:

- Minério metalúrgico, utilizado principalmente na produção de ferro-liga;
- Dióxido de manganês natural, adequado à fabricação de baterias eletrolíticas; e
- Minério químico, utilizado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e ração animal, além de ser usado também como pigmento em indústrias de cerâmica.

A tabela a seguir apresenta mais informações relativas às nossas reservas e produção de minério de manganês. Todas as minas nos pertencem integralmente.

	Início das operações	Data projetada do esgotamento	Produção par o ano terminado em 31 de dezembro, (milhões de toneladas)			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro de				
			2004	2005		Tipo	2005		2006	
				2006	Tonelagem de minério <sup>1</sup>		Grad. <sup>2</sup>	Tonelagem de minério <sup>1</sup>	Grad. <sup>2</sup>	
Azul <sup>3</sup> .....	1985	2017	2.0	2.2	1.7	A céu aberto	45.7	35.7	42.9	35.2
Urucum <sup>4</sup> .....	1976	2020	0.4	0.4	0.4	Subterrânea	8.2	45.3	7.7	45.3
Morro da Mina <sup>5</sup> ..	1902	2030	0.2	0.3	0.2	A céu aberto	9.6	23.0	9.4	22.8
Bahia <sup>6</sup> .....	1972	N/A	0.1	0.1	0.0	A céu aberto	N/A	N/A	N/A	N/A
Total.....			<u>2.7</u>	<u>3.0</u>	<u>2.3</u>		<u>63.5</u>	<u>35.0</u>	<u>[0.0]</u>	<u>34.5</u>

- (1) Reservas reportadas em toneladas umidas brutas, em milhões de toneladas.
- (2) Reportadas como produto ROM Mn% graduação.
- (3) Recuperação média do produto após beneficiamento de 69% de toneladas de ROM.
- (4) Recuperação média do produto após beneficiamento de 75% de toneladas de ROM.
- (5) Recuperação média do produto após beneficiamento de 88% de toneladas de ROM.
- (6) Não há reservas de manganês provadas ou prováveis nas minas localizadas no Estado da Bahia.

### Mudanças nas reservas de minério de manganês: 2005 contra 2006

As reservas na nossa mina Azul caíram de 45,7 para 42,9 milhões de toneladas, principalmente devido à exaustão da mina em 2006 e, em menor escala, devido ao desenvolvimento de pilhas de homogeneização de ROM, que estão extraídas de reservas “in situ”, mas que não foram enviados às plantas. Estes estoques podem ser parcialmente corrigidos durante as operações.

As reservas na nossa mina de Urucum caíram de 8,2 para 7,7 milhões de toneladas, principalmente devido à exaustão da mina em 2006.

As reservas na Morro da Mina caíram de 9,6 para 9,4 milhões de toneladas, principalmente devido à exaustão da mina em 2006.

### Ferro-ligas

A CVRD produz vários tipos de ferro-liga, tais como ligas de manganês de ferrosilício (SiMnFe), ferro-liga, manganês e alto carbono (HCFeMn), e ligas de ferromanganês e carbono médio. Atualmente, operamos oito usinas que produzem ferro-liga e ligas especiais :

- As usinas de Santa Rita, Barbacena, Ouro Preto e São João del Rey (todas no Estado de Minas Gerais),
- Simões Filho (no Estado da Bahia),

- Corumbá (no Estado do Mato Grosso do Sul),
- RDME (em Dunquerque, França), e
- RDMN (em Mo I Rana, Noruega).

A produção de ferro-liga consome quantidades significativas de eletricidade, representando 13,2% de nosso consumo total em 2006. Para informações sobre os riscos associados a uma escassez potencial de energia, ver *Item 3. Informações Importantes—Fatores de Risco*. A tabela abaixo expõe mais informações relativas à nossa produção em 2006.

	<u>Capacidade Anual Produção</u>	<u>Produção 2006</u>
	(mil toneladas)	
RDME (Rio Doce Manganês, Europa) .....	136	146
RDMN (Rio Doce Manganese Noruega) .....	110	107
RDM (Rio Doce Manganês S.A.).....	368	260
Urucum (Urucum Mineração S.A.).....	20	21
NES (Nova Era Silicon S.A.) (1).....	45	6
Total.....	<u>651</u>	<u>540</u>

(1) Vendemos nossa participação na NES em fevereiro de 2006.

Levando em conta o excesso da oferta global que resultou numa acumulação de estoques e na queda dos preços das ferro-liga, resolvemos fechar nossa usina na Noruega entre agosto e novembro de 2005. Decidimos também operar nossa usina de ferro-liga na França aquém de sua capacidade nominal. À medida que os estoques foram consumidos e os preços estabilizados, retomamos a plena capacidade operacional de nossas unidades na Noruega e França, em dezembro de 2005. Por outro lado, considerando o enfraquecimento da demanda no Brasil, fechamos três fornos em nossa usina de Simões Filho desde janeiro de 2006.

#### ***Concorrência— Minério de manganês e ferro-ligas***

Os mercados de manganês e ferro-ligas são altamente competitivos. A concorrência no mercado de minério de manganês ocorre em dois segmentos. O minério de manganês de alta graduação (40% Mn ou mais) compete em bases globais, ao passo que o minério de baixa graduação compete em bases regionais. Para algumas ferro-ligas, o minério de ferro de alta graduação é obrigatório, enquanto para outras, o minério de alta e baixa graduação são complementares. Além do teor do minério de manganês, aspectos de custo e físico-químicos desempenham um papel importante na concorrência (por exemplo, umidade e impurezas). Os principais fornecedores de minério de alta graduação estão localizados na Ucrânia, China, Gana, Cazaquistão, Índia e México.

O mercado de ferro-liga se caracteriza pelo grande número de participantes no mercado que competem principalmente com base nos preços (que é um resultado dos custos operacionais do produtor). Os fatores mais importantes de concorrência neste mercado são os custos do minério de manganês, da eletricidade, da logística e do carbono. Competimos com produtores independentes e integrados que também extraem seu próprio minério. Nossos concorrentes se encontram basicamente em países produtores de minério de manganês e aço.

Estamos caminhando para melhorar nossa competitividade e reduzir nossos custos operacionais em nossas operações de minério de manganês e ferro-ligas através de vendas de ativos, redução de pessoal e dinamização de nossa estrutura administrativa.

#### **Níquel**

##### ***Operações de níquel***

Conduzimos nossos negócios de níquel através de nossa subsidiária (100%) CVRD Inco e sua subsidiária (61%), a PT Inco. A CVRD Inco opera dois sistemas de produção de níquel, um na América do Norte e Europa, e outro na Ásia.

Nossas principais operações de níquel na América do Norte e na Europa estão expostas na tabela a seguir.

	<b>Local</b>	<b>Operações</b>
Canadá:		
Ontário	Sudbury, Ontário	Minas, refinaria e refinarias 100% integradas (produzindo níquel refinado)
Manitoba	Thompson, Manitoba	Minas, usinas, refinaria e refinarias 100% integradas (produzindo níquel refinado)
Voisey's Bay	Voisey's Bay, Newfoundland & Labrador	Minas e usina (produzindo intermediários: concentrados de níquel)
Reino Unido	Clydach, País de Gales	Refinaria independente de níquel (produzindo níquel refinado)

Nas nossas operações em Ontário, Manitoba e Voisey's Bay, extraímos níquel sulfetado. Os depósitos de sulfetado, que atualmente representam cerca de 28% dos recursos mundiais estimados de níquel, são em geral encontrados em leitos rochosos, nas profundezas do solo. Eles podem conter co-depósitos significativos de cobre, cobalto, metais do grupo da platina e outros metais preciosos. Nossas minas, há muito tempo estabelecidas em Ontário e Manitoba, são principalmente operações subterrâneas. Nossa mina mais nova, Voisey's Bay, que iniciou sua produção comercial ao final de 2005, é uma operação de jazida a céu aberto com potencial para operações subterrâneas num estágio posterior.

Em Ontário e Manitoba, produzimos níquel refinado com nossas operações de mineração, trituração, fundição e refino. Um produto intermediário do níquel de nossas operações em Ontário (óxido de níquel) é também embarcado para nossa refinaria de níquel autônoma em Clydach, País de Gales para ser processado em níquel refinado. Nosso minério de Voisey's Bay é triturado no local, em Labrador, e depois embarcado como produto intermediário (concentrados de níquel) principalmente para nossas operações em Ontário e Manitoba para o processamento final. Uma parcela de nossos concentrados de níquel é fundida e refinada por terceiros na Europa. Conforme nosso acordo com o governo de Newfoundland e Labrador, estamos comprometidos a construir uma refinaria de níquel na província até 2011.

Nossas principais operações de níquel na Ásia são apresentadas na tabela abaixo.

	<b>Local</b>	<b>Operações</b>
PT Inco (61%)	Sulawesi, Indonésia	Operações de mineração e processamento (produzindo um intermediário: níquel matte)
Inco TNC Limited (67%)	Tóquio, Japão	Refinaria autônoma de níquel (produzindo níquel refinado)

Nossa subsidiária PT Inco, da qual detemos 61% do capital, opera uma mina a céu aberto e uma instalação de processamento associada na Ilha de Sulawesi, Indonésia. A PT Inco extrai níquel laterítico. Os depósitos de laterita, que atualmente representam 72% dos recursos estimados de níquel no mundo, estão em geral localizados próximo da superfície e são suscetíveis aos métodos de produção de jazida a céu aberto. A PT Inco produz um derivado intermediário (níquel matte), que é embarcado principalmente para as refinarias de níquel no Japão. A PT Inco é uma empresa de capital aberto cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de Jakarta. Vinte por cento das ações da PT Inco estão nas mãos da Sumitomo Metal Mining Co., Ltd. ("Sumitomo") do Japão e os 18% restantes nas mãos de vários acionistas. A PT Inco vende 80% de sua produção para a CVRD Inco e 20% para a Sumitomo, em obediência a acordos de *off-take* (sem garantias de sucesso) durante a vida útil da mina.

Nossa subsidiária (participação de 67%) Inco TNC Limited ("Inco TNC") opera uma refinaria perto de Tóquio, Japão, que produz derivados de níquel intermediário e níquel refinado usando basicamente o níquel matte fornecido pela PT Inco. A Inco TNC é uma empresa privada. Treze por cento das ações da Inco TNC pertencem à Sumitomo, 7% à Mitsui & Co., Ltd. ("Mitsui") do Japão, e o restante das ações (13%) está nas mãos de investidores japoneses.

Temos também investimentos em participações nas operações de refino de níquel em Taiwan e Coréia do Sul, através da Taiwan Nickel Refining Corporation ("TNRC") (49,9%) e Korea Nickel Corporation ("KNC") (25%). A TNRC e a KNC produzem níquel refinado para as indústrias siderúrgicas locais de aço inoxidável em Taiwan e na Coréia, usando principalmente produtos intermediários da Inco TNC e um produto contendo 75% níquel de nossas operações em Ontário.

Através de nossa unidade de negócios Inco Special Products, desenvolvemos, fabricamos e vendemos produtos especiais de níquel com alto valor agregado, incluindo pós, espumas, flocos, óxidos e grafite revestido de níquel. Esses



produtos, que são normalmente vendidos a preços especiais, são utilizados para aplicações como produtos eletrônicos de consumo, baterias recarregáveis para utilização em veículos híbridos e de consumo, pilhas termelétricas, pó metalúrgico, peças automotivas, protetores de interferência eletromagnética para computadores e telefones celulares, catalisadores e saís, modelagem por injeção de metal *hard metal binders*. Nossos escritórios e operações de produtos especiais de níquel estão situados no Canadá e na China, através de nossa subsidiária (participação de 76.7%) Inco Advanced Technology Materials (Dalian) Co., Ltd., nossa subsidiária Inco Advanced Technology Materials (Shenyang) Co. Ltd. (77%) e a subsidiária Jingo Nonferrous Metals Co. Ltd. (participação de 65%) no Japão, Reino Unido e Alemanha, através de nossa subsidiária (100%) Inco GmbH e Alantum GmbH & Co. KG (50%), e, nos Estados Unidos, através de nossa subsidiária (100%) Novamet Specialty Products Corporation.

Através de nossa subsidiária (100%) International Metals Reclamation Company, Inc. (“INMETCO”), processamos refugos de aço inoxidável, baterias vencidas e outros produtos residuais contendo basicamente níquel, cromo, ferro e cádmio, vendendo os metais recuperados resultantes como ferro-gusas refundidos para a indústria de aço inoxidável. As instalações da INMETCO estão localizadas no estado da Pennsylvania, nos Estados Unidos.

### ***Projetos de níquel***

Estamos desenvolvendo os seguintes projetos de níquel no Brasil e na Nova Caledônia:

- ***Onça Puma.*** A construção no local do projeto, no Estado do Pará, começou no terceiro trimestre de 2006. As operações em Onça Puma deverão ter início no quarto trimestre de 2008. Onça Puma deverá ter uma capacidade nominal de 58.000 toneladas por ano de níquel na forma de ferro-níquel, seu produto final. Atualmente, estimamos que o investimento total no projeto atingirá US\$1.437 milhões.
- ***Vermelho.*** O processo de obtenção das licenças necessárias para o desenvolvimento desse projeto, na região de Carajás, está em andamento. Vermelho possui uma capacidade de produção estimada de 46.000 toneladas de níquel por ano e de 2.800 toneladas de cobalto por ano, além de reservas provadas e prováveis de 290 milhões de toneladas. Seu minério de laterita (limonítico) tem um teor estimado de níquel de 0,8%. A tecnologia a ser usada para extrair o níquel é HPAL (lixiviação ácida de alta pressão), com um processo hidrometalúrgico. O projeto tem um custo estimado de US\$1.452 milhões.
- ***Goro.*** Em consequência de nossa aquisição da Inco, possuímos agora uma participação de 74% no projeto de níquel-cobalto Goro, na Nova Caledônia, através da empresa Goro Nickel S.A.S. Os outros investidores são Sumic Nickel Netherlands, uma *joint venture* entre a Sumitomo e a Mitsui (com participação de 21%), e a SPMSC (*Société de Participation Minière du Sud Calédonien*), com participação de 5%. Goro é um importante projeto ainda inexplorado, consistindo de uma mina a céu aberto e uma instalação de processamento, que deverá ter uma capacidade de produção anual de 60.000 toneladas de níquel, ao ser explorado. Pelos resultados de recente revisão do projeto, nós planejamos a implementação de medidas visando a redução de riscos ambientais, operacionais e tecnológicos. O custo total de Goro é estimado em US\$3,212 milhões, dos quais US\$1,435 foram gastos de 2001 até 2006. O comissionamento das operações em Goro estão marcadas para o fim de 2008.

## Produção e reservas de níquel

A tabela abaixo mostra informações referentes à produção e às reservas de níquel refinado.

	Operando desde	Data projetada de exaustão	Produção no ano terminado em 31 de dezembro, (milhares de toneladas)			Tipo	Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro, (1)			
			2004	2005	2006		2005		2006	
							Tonelagem de minério (milhões ton.)	Grad.(%)	Tonelagem de minério (milhões ton.)	Grad.(%)
Ontário (2).....	1885	2042	109,1	96,5	93,8	Subterrâneo	163	1,22	175	1,18
Manitoba (2) .....	1961	2017	52,4	48,6	34,9	Subterrâneo	25	1,90	24	1,88
Voisey's Bay (3)...	2005	2019	0,0	0,0	35,5	Jazida aberta	32	2,75	31	2,67
PT Inco (4) (5).....	1977	2039	75,1	73,9	70,0	Jazida aberta	147	1,80	177	1,77
External (6)	N/A	N/A	0,2	0,7	0,7	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeto Goro (5) (7) .....	N/A	2036	N/A	N/A	N/A	Jazida aberta	120	1,48	120	1,48
Projeto Vermelho (8).....	N/A	2051	N/A	N/A	N/A	Jazida aberta	N/A	N/A	245	0,81
Projeto Onça Puma (9).....	N/A	2039	N/A	N/A	N/A	Jazida aberta	N/A	N/A	78	1,80
			<b>236,8</b>	<b>219,8</b>	<b>234,9</b>					
Total							487	1,59	850	1,37

- (1) As reservas de minério relacionadas são a totalidade das operações e projetos indicados e supõem que possuímos, ou temos todos os direitos necessários para explorar, extrair e processar todas essas reservas minerais e, de modo correspondente, não são baseados em nossas participações na operação, projeto ou propriedades. As reservas minerais são de material in loco, após ajustes para diluição da mineração e recuperação (ou peneiramento e secagem no caso da PT Inco e Goro). No entanto, nenhum ajuste foi efetuado para as perdas de metal devido ao processamento.
- (2) Inclui uma parte de níquel refinado produzido pela CVRD Inco a partir de compras de terceiros. Produção apenas de níquel primário (não inclui o níquel secundário da INMETCO).
- (3) Inclui níquel refinado produzido nas operações da CVRD Inco em Ontário e Manitoba, assim como uma parte do níquel refinado produzida por terceiros através de contratos de *toll-smelting* e *toll-refining*.
- (4) Temos uma participação de 61% na PT Inco (Indonésia) e esses números incluem as participações minoritárias.
- (5) Temos direitos a outras propriedades na Indonésia, Nova Caledônia e em outros locais, que ainda não foram plenamente explorados.
- (6) Exclui níquel produzido através acordos de fundição e refino de intermediários adquiridos de terceiros. Refino por terceiros de produtos intermediários comprados foi de 1.000 toneladas em 2005 e de 16.100 toneladas em 2006. Não houve refino por terceiros de produtos intermediários em 2004.
- (7) A CVRD tem uma participação de 74% no Projeto Goro através da CVRD Inco. Antes de as operações deste projeto começarem, são necessárias amplas revisões de projeto, permissões governamentais ou regulatórias, outras aprovações e/ou investimentos significativos.
- (8) Novo projeto. As reservas estimadas são reportadas em toneladas "in situ" e teor, sem ajuste.
- (9) Novo projeto.

### Mudanças nas reservas de níquel: 2005 contra 2006

As reservas em Ontário aumentaram 7%, de 163 para 175 milhões de toneladas, em 2006, um crescimento de 7% ou 12 milhões de toneladas após a exaustão da mina, como resultado de aumento de exploração e reavaliação da planta da mina devido ao aumento dos preços do metal. O conteúdo de níquel declina em aproximadamente 3% por causa da adição de materiais inferiores no plano da mina, que foram considerados previamente como periféricos.

As reservas nas operações de Manitoba diminuíram de 25 para 24 milhões de toneladas, principalmente devido ao esgotamento da mineração, que foi parcialmente compensado pelas adições da reserva mineral através da exploração e reavaliação. O conteúdo médio de níquel diminuiu em 1%.

As reservas nas operações em Voisey's Bay diminuíram de 32 para 31 milhões de toneladas, principalmente devido ao esgotamento da mina, compensado parcialmente por uma redução do teor de corte. A redução do teor de corte também contribuiu para um declínio de 3% no teor estimado de níquel.

As reservas da PT Inco aumentaram 29%, de 147 para 177 milhões de toneladas, após ajustes à exaustão da mina de 5 milhões de toneladas e uma reclassificação de reserva de minério para as categorias de reservas minerais de 7 milhões

de toneladas, devido a um aumento da distância mínima exigida entre as atividades de mineração e o Lago Matano. O aumento das reservas inclui 12 milhões de toneladas de perfuração detalhada recente para satisfazer a química da usina de processamento, 10 milhões de toneladas de reservas estimadas de limonite necessárias para efetuar as misturas, 9 milhões de toneladas de material de diluição e de 11 milhões de toneladas adicionais de reservas do depósito de Petea, devido a confirmação de um fator mais elevado de recuperação estabelecido através de estudos de reconciliação.

### *Clientes, vendas, comércio – Níquel*

O níquel é uma *commodity* negociada em bolsa, listada na London Metal Exchange, ou LME. Embora somente cerca de 3% do consumo global de níquel seja fisicamente negociado através da LME, o preço do níquel segundo a LME é usado como referência em contratos de fornecimento para produtos do níquel entre os fornecedores e seus clientes. A maior parte dos produtos de níquel é precificada segundo um desconto ou prêmio em relação ao preço da LME, dependendo das características físicas e técnicas do produto de níquel.

Os produtos de níquel refinado da CVRD Inco representam o que é conhecido na indústria como níquel “primário”, indicando o níquel produzido principalmente a partir dos minérios de níquel. Os produtos refinados de níquel primário podem ser essencialmente distinguidos em termos de nível de pureza, forma e tamanho. Quanto à pureza, historicamente, três categorias amplas do produto foram identificadas: (i) ferroníquel (20-40% de níquel), (ii) níquel de graduação padrão da LME (mínimo de 99.8% de níquel) e (iii) níquel de alta pureza (99.9% de níquel). Além do teor de níquel, a presença ou ausência de impurezas elementares específicas (tais como carbono, nitrogênio, etc) também desempenha papel importante na definição do níquel de “alta pureza”. A forma e o tamanho de um produto do níquel podem afetar sua conformidade para vários usos e aplicações. Em 2006, um novo produto de níquel primário ingressou no mercado, conhecido como gusa de cromo-níquel. Trata-se de um produto do níquel de baixa graduação fabricado na China a partir de minérios lateríticos importados (principalmente das Filipinas, Indonésia e Nova Caledônia), adequado basicamente para a utilização na produção de aço inoxidável. O outro tipo de níquel usado em aplicações industriais é conhecido como “níquel secundário,” também chamado de “níquel reciclado” ou “sucata de níquel”. As unidades secundárias de níquel são amplamente recuperadas a partir das operações de produção de aço inoxidável austenítico ou de outros materiais reciclados contendo níquel.

As principais aplicações finais para o níquel são as seguintes:

- *Aço inoxidável* (60-65% do consumo global de níquel). O aço inoxidável é a principal aplicação do níquel. Aproximadamente, 75% do consumo global de aço inoxidável consistem de gradações de aço inoxidável contendo níquel ou austenita, com um teor médio de 8% de níquel. O aço inoxidável austenítico é usado em produtos de consumo, equipamento de processamento industrial, geração de energia, equipamentos de transporte e utensílios de cozinha, além de muitas outras aplicações nas quais a solidez, a resistência à corrosão e a estética são necessárias. Embora a produção de aço inoxidável austenítico oriente a demanda global de níquel, o aço inoxidável é geralmente a utilização menos exigida das aplicações finais para o níquel em termos de seus requisitos técnicos. Os produtores de aço inoxidável podem usar uma variedade de produtos de níquel, incluindo níquel secundário e ferro-níquel, assim como produtos de níquel de alto grau de pureza.
- *Aplicações na fundição (além do aço inoxidável)* (15-20% do consumo global de níquel). O níquel é usado numa série de outras aplicações de fundição, incluindo aços de baixa liga, ligas não ferrosas e na indústria de fundição. Os aços de baixa liga são usados principalmente na construção. As ligas não ferrosas, que não contêm ferro, são usadas normalmente em aplicações envolvendo energia, petróleo, gás, indústria aeroespacial e eletrônica. Elas oferecem maior rigidez, resistência à corrosão e a capacidade de suportar elevadas temperaturas. O níquel primário e a sucata revertida são as principais fontes de níquel para essas aplicações de fundição.
- *Galvanização e eletroformação* (10% do consumo global de níquel). A eletro-galvanização é usada para revestir objetos visando atingir fins decorativos ou funcionais. Para essas aplicações, a maleabilidade do níquel é importante, já que o material deve ser adaptado ao equipamento do cliente. O níquel secundário não é utilizado nessas aplicações.
- *Aplicações especiais* (5-10% do consumo global de níquel). Os produtos intermediários e refinados do níquel podem ser processados para obter uma variedade de produtos especiais de níquel, tais como pós, espumas e óxidos, que são usados numa ampla série de produtos, tais como baterias, pilhas termelétricas, metalurgia e peças de automóveis. Esses produtos especiais geralmente não usam níquel secundário.

A CVRD Inco possui uma rede bem estabelecida de comércio global para níquel refinado, com sede em Toronto, Canadá, com escritórios de venda em Saddle Brook, Nova Jersey e San Antonio, Texas, nos Estados Unidos, em Londres, Inglaterra, em Tóquio, Japão, em Hong Kong e Changai, China, em Kaohsiung, Taiwan, em Bangkok, Tailândia, e em Bridgetown, Barbados. Durante anos, construímos fortes relacionamentos com os clientes e uma marca reconhecida pela qualidade no mercado de níquel. Acreditamos que nossa presença no mercado global é uma das nossas mais fortes características na indústria altamente competitiva de níquel. Nossos clientes estão amplamente distribuídos em bases globais e nossa rede de comércio global trabalha para direcionar nossos produtos para regiões com as dinâmicas de mercado mais atraentes. Em 2006, a CVRD Inco efetuou 26.0% de suas entregas totais de níquel para clientes nos Estados Unidos e Canadá, 61.3% para clientes na Ásia, 9.8% para clientes na Europa e 2.9% para clientes em outros destinos.

Além disso, vendemos uma parcela acima da média de nossos produtos para aplicações de maior valor agregado e diferenciadas (tais como ferro-liga, produtos revestidos e especiais). Em 2006, aproximadamente 61% das vendas da CVRD Inco foram feitas para aplicações de aço não-inoxidável, em comparação à média da indústria de produtos de níquel primário de aproximadamente 37%. Em função de nosso foco e segmentos de maior valor, nossos preços médios realizados do níquel têm consistentemente superado os preços à vista da LME.

Temos contratos de volumes fixos com clientes para uma parcela substancial de nossas vendas anuais esperadas de níquel. Esses contratos, junto às nossas vendas de produtos de níquel de nossa propriedade, oferecem uma demanda estável para uma parcela significativa de nossa produção anual.

### ***Concorrência- Níquel***

O mercado global de níquel é altamente competitivo. Em 2006, as entregas de níquel da CVRD Inco, incluindo níquel intermediário e comprado, representaram 20% estimados da demanda global de níquel primário.

Além de nós, os maiores fornecedores de níquel, cada um com suas próprias instalações integradas, incluindo exploração, processamento, refino e comercialização de níquel, são:

- MMC Norilsk Nickel (com operações na Rússia),
- BHP Billiton plc (com operações na Austrália e Colômbia),
- Xstrata plc (com operações no Canadá, Noruega e República Dominicana), e
- Jinchuan Nonferrous Metals Corporation (com operações na China).

Incluindo nós, essas empresas representaram cerca de 59% da produção global de níquel em 2006. Além desses cinco participantes da indústria, aproximadamente 25 outros produtores em vários países também participam da indústria do níquel.

Os setores de aço inoxidável e ferro-liga podem satisfazer suas necessidades de níquel escolhendo o níquel secundário no lugar do níquel primário. A escolha entre níquel primário e secundário se baseia amplamente em seus preços e disponibilidade relativos. Nos últimos anos, o níquel secundário contribuiu para cerca de 44-49% do total de níquel usado para fabricar aço inoxidável austenítico, e o níquel primário contribuiu com aproximadamente 51-56%.

Acreditamos que nossas forças principais nesta concorrência incluem nossas minas de vida longa, que são sustentadas por uma reserva de minério de níquel de liderança na indústria, nossos baixos custo-caixa de produção em relação a outros produtores de níquel. E nossa liderança tecnológica em exploração, processamento e pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de processamento e de produtos especiais de níquel; nosso alcance comercial global, que direciona nossos produtos para aplicações e regiões geográficas que oferecem as maiores margens para nossos produtos. Oferecemos igualmente assistência de vendas e técnica para nossos clientes em bases globais.

## **Cobre**

### ***Operações de cobre***

Nós realizamos nossas operações de cobre no Brasil no nível da empresa controladora e no Canadá através da CVRD Inco.

### *Operações de cobre no Brasil*

Nossa mina de cobre de Sossego localiza-se em Carajás, no Estado do Pará. A mina de Sossego tem duas áreas principais de cobre, Sossego e Sequeirinho. O minério de cobre é explorado pelo método de jazida a céu aberto e o minério ROM é processado por meio de trituração primária padrão e transporte, moagem SAG (um moinho semi-autógeno que utiliza um grande tambor rotativo cheio de minério, água e esferatrituradoras de aço que transformam o minério numa pasta fina), moagem de bola, flutuação de cobre concentrado, dispensa de refugo, espessador de concentrado, filtragem e descarga.

A capacidade operacional anual projetada é de 15 milhões de toneladas de minério ROM, para produzir uma média de 140.000 toneladas de cobre contido em concentrado (gradação de 30%). O processo de aumento de produção foi concluído em 2006. O concentrado é transportado de caminhão até o terminal de armazenamento em Parauapebas e em seguida levado pela ferrovia de Carajás até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão.

Construímos uma Estrada de 85 quilômetros para ligar Sossego às instalações aéreas e ferroviárias de Carajás e uma linha de transmissão de força que nos permite comprar energia elétrica pelas tarifas de mercado. Temos contrato de abastecimento de eletricidade de longo prazo com a Eletronorte, que nos vende energia de sua usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins.

Estamos construindo uma planta em escala semi-industrial para processamento de cobre, a Usina Hidrometalúrgica de Carajás – UHC, que deverá produzir cátodo de cobre usando a rota de processo de tecnologia hidrometalúrgica. Usaremos o concentrado de cobre de Sossego para abastecer esta usina, que está situada na mina de Sossego, em Carajás. As operações estão programadas para começar no terceiro trimestre de 2007, com capacidade de produção anual de 10.000 toneladas de cobre. Se comprovada sua eficiência, acreditamos que esta tecnologia poderá ser usada para processar o sulfeto de minério produzido pelas minas da região de Carajás por um preço bastante competitivo.

### *Operações de cobre no Canadá*

No Canadá, extraímos cobre em conjunto com nossas operações de níquel, principalmente em Ontário e Voisey's Bay. Em nossas operações de Ontário, produzimos dois produtos intermediários do cobre: concentrados de cobre e anodos de cobre. Esperamos aumentar nossa produção de concentrado de cobre (e proporcionalmente diminuir nossa produção de anodos de cobre) com o tempo, à medida que dinamizamos nossas operações em Ontário para separar os fluxos de produção de níquel e de cobre. Produzimos também cobre refinado de pureza inferior (cobre eletrolítico) em Ontário como derivado de nossas operações de refino de níquel. Nas operações de Voisey's Bay, produzimos concentrado de cobre. A CVRD Inco começou sua produção comercial de concentrado de cobre em Voisey's Bay em setembro de 2005 e vendemos seu primeiro embarque em janeiro de 2006.

### **Projetos de cobre**

Estamos desenvolvendo os seguintes projetos de cobre no Brasil:

- *Salobo*. Temos uma participação de 100% no projeto Salobo no Brasil, cujo estudo de viabilidade foi concluído em janeiro de 2007. Nosso Conselho de Administração aprovou um investimento em Salobo no valor de US\$855 milhões. No entanto, o início do desenvolvimento do projeto está sujeito a obtenção de uma estrutura tributária apropriada, a qual está sendo discutida com as autoridades governamentais.
- *Projeto 118*. Estamos desenvolvendo o projeto 118 de cobre, que tem uma capacidade média de produção de aproximadamente 36.000 toneladas de cobre por ano, e seu custo total estimado é de US\$232 milhões. Uma licença preliminar foi obtida em abril de 2006, e os equipamentos essenciais encomendados ao final de 2006. Os serviços básicos de engenharia para o projeto foram concluídos. O projeto 118 está programado para iniciar as operações no primeiro semestre de 2009, mas ainda estamos aguardando a concessão de uma licença, sem a qual a construção não poderá começar. Portanto, o prazo para o começo das operações poderá ser revisto. Em 2005, de acordo com Contrato de Risco Mineral, fechamos um acordo específico com o BNDES estabelecendo que a CVRD deverá pagar ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), uma porcentagem específica das receitas líquidas do Projeto 118, que variará conforme os preços de mercado do cobre.

## Produção e reservas de cobre

A tabela a seguir mostra a produção e as reservas de cobre nos períodos indicados.

	Operando desde	Data projetada de exaustão	Produção para o ano terminado em 31 de dezembro, (milhares de ton.)			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro de				
			2004	2005	2006	Tipo	2005		2006	
							Tonelagem de minério (milhões ton.)	Grad.(%)	Tonelagem de minério (milhões ton.)	Grad.(%)
<b>Operações brasileiras</b>										
Sossego (1).....	2004	2021	73	107	117	mina aberta	225,1	0,98	214,8	0,97
Salobo (2)...	N/A	2030	N/A	N/A	N/A	mina aberta	N/A	N/A	385,3	0,83
118 (2)....	N/A	2022	N/A	N/A	N/A	mina aberta	N/A	N/A	77,7	0,87
<b>Operações canadenses</b>										
Ontário (1).....	1885	2042	124	126	109	Subterrânea	163,0	1,31	175,0	1,27
Manitoba.....	1960	2017	0	0	1	Subterrânea	25,0	0,13	24,0	0,12
Voisey's Bay....	2005	2019	0	4	28	mina aberta	32,0	1,59	31,0	1,53
Externo (3).....	N/A	N/A	0	0	11	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Total .....</b>			<b>197</b>	<b>237</b>	<b>267</b>		<b>445,1</b>	<b>1,10</b>	<b>907,8</b>	<b>0,96</b>

(1) Recuperação média do metal foi 91,7%

(2) Novo projeto.

(3) Para 2004 e 2005, a produção de Ontário inclui cobre produzido a partir de suprimentos de terceiros. Para 2006, essas produções de "fontes externas" são classificadas num item separado.

### Mudanças nas Reservas de Cobre: 2005 versus 2006

As reservas do completo do Sossego diminuiram 4,6%, de 225,1 para 214,8 milhões de toneladas, principalmente refletindo diminuição em 2006 e, uma menor extensão, a construção de pilhas de amortecimento e a redução em nossas estimativas de reservas para refletir as diferenças entre recuperação atual e montante previsto pelos nossos modelos de reserva, os quais foram parcialmente compensados pelos recuperados.

As reservas nas operações de Ontário aumentaram em 7%, de 163 para 175 milhões de toneladas, após a exaustão da mina em 2006, como resultado de explorações adicionais e reavaliações dos planos da mina em função dos valores dos metais. O teor de cobre se reduziu em aproximadamente 3%, refletindo adições de material com menor teor no plano da mina, que foram anteriormente considerados marginalmente.

As reservas em nossas operações em Manitoba diminuiram 5%, de 25,0 para 24 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão da mina em 2006, a qual foi parcialmente compensado pelas adições de reservas minerais através de exploração e reavaliação do plano da mina. O declínio do teor de cobre foi inferior a 1%.

As reservas em nossas operações em Voisey's Bay, diminuiram de 32 para 31 milhões de toneladas, refletindo principalmente à exaustão da mina em 2006, a qual foi parcialmente compensada por uma redução na queda do teor. A redução na queda de teor também contribuiu com a queda de 3% no teor de cobre.

### Clientes e vendas – cobre

Em junho de 2005, a Inco (agora CVRD Inco) fechou um acordo de longo prazo com a Noranda Inc. (agora Xstrata Copper Canada, ou "Xstrata") segundo o qual a Inco concordava em vender para a Xstrata cerca de 115.000 toneladas de cobre na forma de anodo, a cada ano, por um período de 10 anos a partir de 1º de janeiro de 2006 (o "Anode Agreement").

Além disso, em agosto de 2006, a Inco fechou um contrato provisório com a Falconbridge Limited (agora Xstrata) para a venda a Xstrata de aproximadamente 150.000 toneladas de concentrado de cobre (contendo cerca de 46.500 toneladas de cobre) a cada ano por um prazo terminado na mesma data do Anode Agreement. As partes estão trabalhando atualmente para alterar o acordo interino por um acordo formal. A venda de concentrado de cobre para a Xstrata, conforme este acordo, reduz a quantidade de anodos de cobre vendidos para Xstrata segundo o “Anode Agreement” em cerca de 30%, com a quantidade total anual de cobre vendido para a Xstrata permanecendo fixa em aproximadamente 115.000 toneladas por ano pelo prazo desses dois acordos. O cobre concentrado da Voisey’s Bay é vendido segundo um contrato de longo prazo para clientes na Europa. O cobre eletrolítico de Ontário é vendido para um único cliente nos Estados Unidos.

### PGM e outros metais preciosos

Nós extraímos quantidades significativas de metais do grupo da platina (PGM), assim como pequenas quantidades de ouro e prata, derivados de nossas operações canadenses de níquel. Operamos uma instalação de beneficiamento de metais preciosos em Port Colborne, Ontário, Canadá, que produz PGMs, ouro, prata e produtos intermediários.

Refinamos produtos intermediários de PGM, assim como materiais comprados a terceiros *toll-refined*, em nossa refinaria em Acton, Inglaterra. Em 2006, cerca de 29% de nossa produção de PGM foram abastecidos por concentrados de nossas operações canadenses (inclusive materiais comprados e *toll-refined*). O departamento global comercial da CVRD Inco vende nossos próprios PGM e outros metais preciosos, assim como produtos *toll-refined* por terceiros à base de comissão.

### Produção e reservas de PGM e metais preciosos

A tabela abaixo mostra dados da produção e reservas de PGM e outros metais preciosos produzidos em nossas operações canadenses.

	Operando desde <sup>(1)</sup>	Data projetada da exaustão	Produção para o ano terminado em 31 de dezembro,			Tipo	Reservas Provasdas e Prováveis em 31 de dezembro,			
			Milhares de onça troy)				2005		2006	
			2004	2005	2006		Tonelagem de minério (milhões ton.)	Teor (grama por ton.)	Tonelagem de minério (milhões ton.)	Teor (grama por ton.)
Platina .....	1885	2042	184	174	153	Subterrâneo	163	0,8	175	0,8
Paládio.....	1885	2042	223	222	209	Subterrâneo	163	0,8	175	0,8
Ouro.....	1885	2042	81	81	78	Subterrâneo	163	0,3	175	0,3

(1) O minério provém das operações canadenses e exclui materiais comprados de terceiros e *toll-refined*

### Mudança nas reservas de PGMs: 2006 versus 2005

Nossas reservas estimadas de platina, paládio e ouro se baseiam nas quantidades estimadas desses metais contidas no minério de níquel extraído. Para uma descrição da mudança na tonelagem entre 2005 e 2006, ver *Níquel—Produção e Reservas de Níquel*. Não houve nenhuma mudança na graduação da reserva para esses metais.

### Outros produtos

#### Caulim

Efetuamos nossos negócios de caulim através de nossas subsidiárias, CADAM S.A. (“CADAM”) e Pará Pigmentos S.A. (“PPSA”). Possuímos 82,04% do capital total da PPSA e 61,48% do capital total da CADAM. Essas empresas produzem caulim para revestimento de papel e realizam pesquisas e desenvolvimento de outras aplicações para o caulim a fim de criar uma carteira mais diversificada.

A mina e a planta de beneficiamento da jazida a céu aberto de Rio Capim da PPSA estão localizadas em Ipixuna, no Estado do Pará. Essas operações estão ligadas às instalações terrestre e portuária de Barcarena, no mesmo estado, por meio

de um mineroduto de 180 km. O caulim beneficiado é bombeado em sua forma líquida através de um mineroduto. A PPSA produz os seguintes produtos: Century, Century S, Paraprint, Paraplate e Paralux. Eles são vendidos principalmente nos mercados europeu, asiático e norte-americano.

A CADAM está localizada na divisa entre os estados do Pará e do Amapá, na região amazônica ao norte do Brasil. As reservas da CADAM são basicamente concentradas na mina a céu aberto de Morro do Felipe, em Mazagão, no Amapá. A planta de beneficiamento e o porto privado estão situados na margem oeste do rio Jari, no Pará.

A tabela a seguir disponibiliza a informação sobre o caulim e as minas de minério de caulim e produção de minério de caulim para cada período indicado.

	Início das operações	Data projetada exaustão	Produção para o ano terminado em		Reservas Provadas e Prováveis (1) em 31 de dezembro,				
			(milhares de ton.)		Tipo	2005		2006	
			2005	2006		Tonelagem de minério (milhões toneladas)	Grad. (%)	Tonelagem de minério (milhões toneladas)	Grad. (%)
						Brilho	Brilho	Brilho	Brilho
Morro do Felipe (2).....	1976	2013	701,0	755,0	Jazida aberta	36,7	86,7	35,4	86,7
Rio Capim (3).....	1996	2008	517,0	597,0	Jazida aberta	33,5	82,8	31,6	82,8
Total.....			1.218,0	1.352,0		70,2	—	67,0	—

(1) Expressas em toneladas métrica de minério seco *in loco*.

(2) Controlada pela CADAM

(3) Controlada pela PPSA. Extração média de produto Century representa 55% das toneladas de minério.

#### Mudança nas reservas de caulim: 2006 versus 2005

Reservas no mina do Morro do Felipe diminuíram de 36,7 para 35,4 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão de 2006 e, a menor extensão, a redução em estimativas para refletir diferenças entre recuperações atuais e montante estimados pelos nossos modelos.

Reservas na mina de Rio Capim diminuíram de 33,5 para 31,6 milhões de toneladas, refletindo principalmente a exaustão de 2006, a construção de pilhas de amortecimento e a redução em estimativas para refletir diferenças entre recuperações atuais e montante estimados pelos nossos modelos.

#### Potássio

Realizamos nossas operações de potássio no nível da empresa controladora. Arrendamos uma mina de potássio (a mina de Taquari-Vassouras) em Rosário do Catete, no Estado de Sergipe, da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). O acordo foi assinado em 1991, mas se tornou efetiva em 1992 por um período de 25 anos e é renovável por mais 25 anos. Trata-se da única mina de potássio no Brasil e tem atualmente uma capacidade nominal de 850.000 toneladas por ano. A Taquari – Vassouras é uma mina subterrânea. Todas as vendas da mina de Taquari – Vassouras são para o mercado brasileiro.

A tabela a seguir traz informações relativas às reservas e produção em Taquari – Vassouras nos períodos indicados.

	Arrendado desde	Data projetada da exaustão	Produção para o ano terminado em 31 de dezembro,			Tipo	Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro de			
			(milhares de ton.)				2005		2006	
			2004	2005	2006		Tonelagem de minério (milhões toneladas)	Teor(%)	Tonelagem de minério (milhões toneladas)	Teor(%)
Taquari – Vassouras(1) ...	1992 (2)	2012	638	641	731	Subterrâneo	19,2	31,0	16,6	31,0

(1) Extração média da mina foi 46% do minério *in loco*, e uma recuperação de massa de 87,5%

(2) A mina iniciou suas operações em 1986.



As reservas de potássio da nossa mina de Taquari-Vassouras diminuíram de 19,2 para 16,6 milhões de toneladas, refletindo principalmente a diminuição em 2006.

### **Cobalto**

Recuperamos quantidades significativas de cobalto como derivado de nossas operações canadenses de níquel e nossas reservas estimadas são baseadas na quantidade estimada de cobalto contida no minério de níquel extraído.

Em 2006, produzimos 1.245 toneladas de cobalto refinado em nossa refinaria de cobalto em Port Colborne, Ontário, Canadá, e 465 toneladas de hidrato de cobalto em nossas operações de níquel em Thompson, na Província de Manitoba, Canadá. Nossa produção restante de cobalto consistiu de 357 toneladas de cobalto contido em produtos intermediários (tais como os concentrados de níquel).

O cobalto é usado na produção de várias ligas, particularmente para aplicações aeroespaciais, assim como na fabricação de produtos químicos baseados em cobalto. Vendemos nosso cobalto em bases globais. Nosso metal de cobalto é de altíssima pureza (99.8%), o que impõe um prêmio no mercado.

O hidrato de cobalto é usado por produtores químicos para fabricar produtos à base de cobalto. Nossa produção de metal de cobalto é vendida a um único cliente, para ser usada nas suas instalações na Europa e nos Estados Unidos. Esperamos aumentar nossa produção de cobalto quando concluirmos os projetos de níquel em desenvolvimento de Goro e Vermelho, já que o minério de laterita de níquel nesses locais possui depósitos significativos de cobalto.

A tabela abaixo apresenta informações sobre nossa produção e reservas de cobalto.

	Operando desde	Data projetada da exaustão	Produção par o ano terminado em 31 de dezembro (milhares de ton.)			Tipo	Reservas Provasdas e Prováveis em 31 de dezembro de			
			2004	2005	2006		2005		2006	
							Tonagem de minério (milhões toneladas)	Teor(%)	Tonagem de minério (milhões toneladas)	Teor(%)
Ontário(2).....	1885	2042	1.368	1.378	665	Subterrânea	163	0,04	175	0,04
Manitoba.....	1960	2019	213	282	411	Subterrânea	N/A	N/A	N/A	N/A
Voisey's Bay.....	2005	2019	N/A	N/A	680	Mina céu aberto	32	0,14	32	0,13
External(2).....	N/A	N/A	-	-	221	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Goro Project (3)(4)(5).....	N/A	2036	N/A	N/A	N/A	Mina céu aberto	120	0,11	120	0,11
Vermelho Project (6).....	N/A	2050	N/A	N/A	N/A	Mina céu aberto	N/A	N/A	245	0,04
Total.....			<b>1.581</b>	<b>1.660</b>	<b>1.977</b>		315	0,08	572	0,06

- (1) As reservas listadas são suas quantidades totais para as operações e projetos indicados e supõem que a CVRD Inco possui, ou tem os direitos necessários para explorar, extrair e processar todas essas reservas minerais e, de modo correspondente, não são baseadas na participação controladora da CVRD Inco na operação, projetos ou propriedades. As reservas minerais são de material *in loco* após ajuste à diluição e mineração (ou peneiragem, no caso das recuperações da PT Inco). Entretanto, nenhum ajuste foi feito para as perdas de metal devido ao processamento.
- (2) Para os anos de 2004 e 2005, a produção extraída de Ontário incluiu o cobalto produzido por terceiros e comprado pela empresa. Em 2006, a produção dessa "fonte-externa" foi registrada separadamente e não inclui o material externo.
- (3) A empresa tem direito a outras propriedades na Nova Caledônia e em alguns outros locais que ainda não foram plenamente explorados.
- (4) A CVRD tem uma participação de 74% no Projeto Goro através da CVRD Inco.
- (5) A conclusão das revisões inclusivas do projeto, permissões governamentais ou regulatórias e outras aprovações e/ou investimentos significativos serão necessários para que as operações possam ter início.

*Mudança nas reservas de cobalto: 2006 versus 2005*

As reservas estimadas, provadas e prováveis, de minério em nossas operações em Ontário aumentaram 7% de 163 para 175 milhões de toneladas, após a exaustão da mina, como resultado de explorações adicionais à exploração e reavaliações do plano da mina em função dos valores maiores dos metais.

As reservas de nossas operações em Voisey's Bay, tiveram um declínio de 1,3 milhão de toneladas de 32 para 31 milhões de toneladas devido à exaustão da mina de minério de alta graduação em 2006, a qual foi parcialmente compensada pela redução do teor de corte. O declínio na graduação média estimada do teor cobalto foi inferior a 1%.

### **Carvão**

Em abril de 2007, nós compramos a AMCI Holdings Australia Pty (AMCI HA) por aproximadamente US\$ 656 milhões. A AMCI HA controla e opera os ativos de carvão através de *joint ventures* não incorporadas. Sua participação é equivalente a uma capacidade nominal de produção de 8.0 milhões de toneladas de carvão (predominantemente carvão de coque) e reservas de 103 milhões de toneladas. A AMCI HA tinha uma dívida líquida de US\$ 129 milhões em 30 de abril de 2007.

Temos uma participação de 25% na Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd. (Longyu), uma *joint venture* com a Yongcheng Coal & Electricity Co., Ltd., um dos maiores produtores de antracito na China, e a Baosteel International, uma subsidiária da maior siderúrgica chinesa. A Longyu está localizada na Província de Henan, na China. Investimos US\$86,3 milhões pela nossa participação na Longyu, e temos direito a comprar 25% do carvão produzido pela *joint venture*.

Temos uma participação de 25% na Shandong Yankuang International Coking Company Ltd. (Yankuang), uma *joint venture* com a Yankuang Group Co., um dos principais produtores de carvão da China, e a Itochu Corp., uma das principais empresas japonesas de negócios. A usina metalúrgica de coque, que tem capacidade de produção de 2 milhões de toneladas de coque por ano e 200.000 toneladas de metanol por ano, iniciou a produção em junho de 2006.

### **Exploração Mineral**

Nossos esforços atuais de exploração mineral se concentram no cobre, níquel, minério de ferro, manganês, bauxita, carvão, urânio, metais do grupo da platina, potássio e fosfatos. Atualmente, estamos explorando ativamente em 19 países, com uma ampla variedade de projetos. Os custos de exploração e dos estudos de viabilidade são contabilizados como despesas até a viabilidade econômica das atividades de mineração ser estabelecida (ver a Nota 3 em nosso demonstrativo financeiros). Para 2007, o orçamento para investimentos em explorações minerais (incluídos no orçamento para pesquisa e desenvolvimento) é de US\$120 milhões. O gasto com pesquisa e desenvolvimento orçado para 2007 é de US\$ 452 milhões.

#### *Contrato de Risco Mineral*

Nós e o BNDES fechamos contrato em março de 1997, relacionado a autorizações para explorações minerais. Este contrato, ao qual nos referimos como Contrato de Risco Mineral, apóia o desenvolvimento conjunto de alguns depósitos minerais inexplorados em aproximadamente 2,5 milhões de hectares de terra na região de Carajás (que faz parte do Sistema Norte), assim com uma participação proporcional em todo lucro conseguido a partir do desenvolvimento de tais recursos. Os depósitos de minérios de ferro e manganês já identificados no momento em que fechamos o Contrato de Risco Mineral foram excluídos especificamente do contrato. Um investimento de US\$410 milhões foi contemplado no Contrato de Risco Mineral, quantia esta investida em julho de 2006. Atualmente, estamos negociando um prolongamento do Contrato de Risco Mineral.

Pelo Contrato de Risco Mineral, o BNDES concordou em nos compensar pela contribuição de alguns de nossos direitos existentes de desenvolvimento e propriedade na região de Carajás nos pagando com um *royalty* sobre os recursos minerais que forem descobertos e postos em produção. Este *royalty* é equivalente a 3,5% das receitas com ouro, prata e metais do grupo da platina, e 1,5% das receitas com outros minerais extraídos fora da região da Serra Leste, e um *royalty* de 6,5% sobre as receitas de produtos originários da região da Serra Leste.

## Operações de Alumínio

Operamos nossos negócios de produtos de alumínio através das seguintes subsidiárias e *joint ventures*, em 30 de abril de 2007:

	Negócio	Nossa participação direta ou indireta no capital		Parceiros
		Votante	Total	
Albras-Alumínio Brasileiro S.A. (Albras).....	Alumínio	51,00	51,00	Nippon Amazon Aluminum Co., Ltd. – NAAC
Alunorte-Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) (1) .....	Alumina	61,74	57,03	Companhia Brasileira de Alumínio – CBA JAIC Mitsui Mitsubishi Nippon Amazon Norsk Hydro
Mineração Rio do Norte S.A. (MRN).....	Bauxita	40,00	40,00	Abalco Alcoa Alcan Alcoa World Alumina LLC - AWA BHP Billiton Metais Companhia Brasileira de Alumínio — CBA Norsk Hydro
Valesul Alumínio S.A. (Valesul) (2)	Alumínio	100,00	100,00	—

(1) As porcentagens refletindo nossas participações diretas e indiretas na Alunorte se referem ao capital integralizado.

(2) Em julho de 2006, exercemos nosso direito de preferência segundo o acordo de acionistas da Valesul e adquirimos a participação de 45.5% da BHP Billiton Metais S.A. na Valesul por US\$ 28 milhões, e em consequência disso, agora possuímos 100% do patrimônio da Valesul. Começamos a consolidar a Valesul em nosso demonstrativo financeiro no terceiro trimestre de 2006.

Essas subsidiárias e a MRN estão envolvidas em:

- Exploração de bauxita,
- Refino da bauxita em alumínio, e
- Alumina fundida para produzir alumínio primário e ligas de alumínio.

### **Bauxita**

*MRN.* A Mineração Rio do Norte S.A. (“MRN”), uma das maiores operações de bauxita do mundo, produz bauxita para venda aos nossos parceiros de *joint ventures* e a nós. O excesso da produção pode ser vendido para outros clientes. A MRN opera cinco minas de bauxita de jazidas a céu aberto que produzem bauxita de alta qualidade. A produção da MRN totalizou 16,7 milhões de toneladas em 2004, 17,2 milhões de toneladas em 2005, e 17,8 milhões de toneladas em 2006.

Além disso, a MRN controla recursos adicionais significativos de bauxita de excelente qualidade que a empresa acredita que poderão ser produzidos economicamente no futuro. As minas da MRN estão localizadas na Região Norte do Brasil, no Estado do Pará.

A MRN opera instalações de beneficiamento de minério em suas minas, que são conectadas por via férrea a um terminal de carregamento e instalações portuárias no Rio Trombetas. O Rio Trombetas é afluente do Rio Amazonas e as instalações portuárias da MRN podem atender embarcações de até 60.000 DWT. A MRN possui e opera as instalações ferroviárias e portuárias que atendem a suas minas. As minas de bauxita da MRN são acessíveis por estrada a partir da área portuária e é abastecida de energia por sua própria usina termoeletrica. Nossa *joint venture* de bauxita com a MRN produz bauxita para ser vendida na base *detake-or-pay* (contrato entre um comprador e um vendedor que obriga o comprador a pagar uma quantia mínima em dinheiro por um produto ou serviço, mesmo se o produto ou serviço não for entregue) para a Companhia e nossos parceiros na *joint venture* por um preço determinado por uma fórmula associada ao preço do alumínio por três meses de contrato na London Metal Exchange e ao preço da alumina vendida a partir da Austrália. Em 2006, a Alunorte, nossa subsidiária de alumina, comprou todas as suas necessidades de bauxita da MRN.

A tabela a seguir traz informações sobre as reservas de bauxita da MRN, em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

		Reservas Provasdas e Prováveis em 31 de dezembro,					
		2005		2006			
	Data projetada da exaustão	Tipo	Tonelagem de minério	Gradação	Tonelagem de minério	Gradação	
MRN			(milhões de toneladas)	(% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> )	(milhões de toneladas)	(% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> )	
	Almeidas .....	2009	Jazida aberta	11,7	51,2	6,7	50,7
	Aviso.....	2012	Jazida aberta	48,2	51,1	40,2	51,1
	Bacaba .....	2009	Jazida aberta	6,2	53,1	6,2	53,1
	Saracá V.....	2010	Jazida aberta	5,7	47,2	4,8	48,1
	Saracá W.....	2015	Jazida aberta	17,1	50,3	15,7	49,3
	Total.....			88,9	50,8 <sup>2</sup>	73,6	50,7

(1) A CVRD possui 40% das reservas de bauxita da MRN.

(2) Expressas como toneladas métricas secas. Recuperação do produto seco a partir da bauxita bruta (69%-82%), dependendo do depósito, com uma média ponderada de 74%.

A reserva de bauxita da MRN diminuiu de 11,7 para 6,7 milhões de toneladas, refletindo principalmente a redução ocorrida em 2006.

*Mina de Paragominas.* Dispomos de direitos ativos de mineração na região de Paragominas, no Estado do Pará, onde uma nova mina de bauxita 100% nossa foi comissionada no primeiro trimestre de 2007 para abastecer a nova expansão da Alunorte com 5,4 milhões de toneladas por ano de bauxita com 12% de umidade. A qualidade da bauxita é bastante semelhante à da MRN e o projeto utilizará o método de *strip mining* para extração, com uma planta de beneficiamento incluindo moagem e um mineroduto para polpa com 244 quilômetros de comprimento. Os investimentos totais neste projeto foram de US\$ 352 milhões. Nosso Conselho de Administração aprovou nova expansão em Paragominas, que exigirá investimento adicional de US\$ 196 milhões para produzir mais 4,5 milhões de toneladas. Após a conclusão da expansão, esperamos que a mina de Paragominas atinja uma capacidade nominal de produção de 9,9 milhões de toneladas até 2008.

A tabela a seguir mostra informações relacionadas às reservas de bauxita da Paragominas em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

		Reservas Provasdas e Prováveis <sup>1</sup> em 31 de dezembro,			
		2005		2006	
	Tonelagem de minério	Teor	Tonelagem de minério	Teor	
	(milhões de toneladas)	(% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> )	(milhões de toneladas)	(% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> )	
Miltonia 3.....	204,9	49,4	204,8	49,4	
Miltonia 5.....	98,6	47,3	98,6	47,3	
Total.....	303,5	48,7	303,6	48,7	

(1) Expressas em toneladas métricas de produto seco. A recuperação planejada do produto é em média de 70% das toneladas de minério ROM seco.

Não houve produção nas minas de Paragominas em 2006. Conseqüentemente, as estimativas de reservas não foram ajustadas e permaneceram as mesmas de 2006.

### **Alumina**

A Alunorte produz alumina refinando a bauxita fornecida pela MRN. A usina da Alunorte concluiu sua primeira expansão de qualidade (estágio 3) em 2003 e sua segunda expansão (estágios 4 e 5) no primeiro trimestre de 2006, alcançando uma capacidade nominal de produção de 4,4 milhões de toneladas de alumina por ano e se tornando a maior refinaria de alumina no mundo. A Alunorte vende alumina para a Albras, Valesul e outros clientes. A usina da Alunorte está situada na cidade de Barcarena, no Estado do Pará, próxima das instalações de produção de alumínio da Albras. Isso permite à Alunorte e seu principal cliente, a Albras, partilharem a infra-estrutura e outros recursos. Esta refinaria tem um dos custos mais baixos de conversão no mundo (US\$ 98,85 por tonelada em 2006).

Cada sócio da Alunorte deve comprar na base de *take-or-pay* toda alumina produzida pela Alunorte em proporção às respectivas participações. Os sócios pagam todos o mesmo preço, que é determinado por uma fórmula baseada no preço do alumínio por contrato de três meses da London Metal Exchange. A Alunorte produziu 3,939 milhões de toneladas em 2006, 2,570 milhões de toneladas em 2005 e 2,548 milhões de toneladas em 2004.

Uma expansão de US\$ 846 milhões está em curso na Alunorte, o que aumentará a capacidade de produção da refinaria para 6,26 milhões de toneladas por ano, e deverá estar concluída em meados de 2008.

### **Alumínio**

A Albras e a Valesul produzem, cada uma, alumínio usando a alumina fornecida pela Alunorte. A Alunorte forneceu 100% das necessidades de alumina da Albras e 50% das necessidades de alumina da Valesul em 2006. A Albras produz ferro-gusa de metal e a Valesul produz ferro-gusa e tarugos. O alumínio é produzido a partir da alumina por meios de um processo eletroquímico contínuo, que requer quantidades substanciais de energia elétrica.

*Albras.* A usina da Albras, situada em Barcarena, no Estado do Pará, iniciou suas operações em 1985 e é uma das maiores plantas de alumínio nas Américas, com uma capacidade nominal de 445.000 toneladas por ano. A Albras produziu 456, 446 e 435 mil toneladas de ferro-gusa de alumínio em 2006, 2005 e 2004, respectivamente.

Os sócios da Albras devem comprar em bases de *detake-or-pay* todo alumínio produzido pela Albras em proporção às suas participações. Geralmente, negociamos nosso alumínio no mercado global para clientes operando na indústria de alumínio.

A Albras compra energia elétrica da Eletronorte, uma usina estatal. A Eletronorte gera eletricidade a partir de sua usina hidroelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins. A usina é a única fonte de energia na região, nas quantidades necessárias para abastecer as operações da Albras. A Albras consome aproximadamente um quarto da produção do período menos intenso da usina de Tucuruí.

Em maio de 2004, a Albras efetuou um leilão bem-sucedido para comprar eletricidade por um período de 20 anos. Este acordo entrou em vigor no início de junho de 2004. O preço básico de compra é de R\$53,00 por MWh, atrelado ao índice geral de preços do mercado, o IGP-M, conforme cálculo da Fundação Getúlio Vargas. Além do preço básico, um prêmio é pago, associado à quantidade pela qual o preço do alumínio primário supera os US\$ 1.450,00 por tonelada na London Metal Exchange. Ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Questões Regulatórias—Energia Elétrica.*

*Valesul.* A Valesul opera uma planta localizada no estado brasileiro do Rio de Janeiro com uma capacidade nominal de 95.000 toneladas por ano. A Valesul produz alumínio primário e ligas de alumínio na forma de ferro-gusa e tarugos. Os produtos de alumínio da Valesul são vendidos principalmente no mercado brasileiro à vista. A Valesul produziu 95, 93 e 96 mil toneladas de alumínio e ligas de alumínio, e reciclou 13, 11 e 14 mil toneladas de sucata de alumínio de terceiros em 2006, 2005 e 2004, respectivamente.

Atualmente, a Valesul obtém uma parte de suas necessidades de energia elétrica a partir de quatro pequenas usinas hidroelétricas de sua propriedade localizadas no Estado de Minas Gerais, uma parte da usina hidroelétrica de Machadinho, no Estado de Santa Catarina, na qual a Valesul tem uma participação de 7,28 %, e o restante a partir de uma empresa terceirizada de energia pelo preço do mercado. A Valesul é capaz de abastecer 40% de suas próprias necessidades de energia. A Valesul está envolvida em questões litigiosas referentes aos preços cobrados pela empresa elétrica do Estado do

Rio de Janeiro (Light – Serviços de Eletricidade S.A.) pela transmissão de eletricidade. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais*.

#### *Concorrência - bauxita, alumina e alumínio*

O mercado global de alumínio é altamente competitivo. Os maiores produtores mundiais são a Alcoa, Rusal, Alcan, Norsk Hydro, BHP Billiton e Chalco. Os mercados de alumina e bauxita são também competitivos, porém bem menores, porque muitas das principais empresas produtoras de alumínio integraram suas operações de bauxita, alumina e alumínio.

*Bauxita.* A maior parte da produção de bauxita não é negociada, já que é dedicada a refinarias integradas de alumina. A concorrência no mercado de bauxita se baseia em dois fatores principais: qualidade da bauxita e confiabilidade no fornecimento. Acreditamos que a MRN continue competitiva neste mercado por causa da alta qualidade da bauxita brasileira, e do nosso sistema de produção de alumínio, que garante o uso interno de nossa produção de bauxita. Sendo a maior parte de nossa bauxita produzida pela MRN utilizada para abastecer a Alunorte.

*Alumina.* A concorrência no mercado de alumina se baseia principalmente na qualidade, confiabilidade de abastecimento e preço, o que está diretamente relacionado aos menores custos. Acreditamos que a Alunorte seja competitiva no mercado de alumina por conta da excelente qualidade de sua alumina, suas vantagens de escala e tecnologia, baixo custo de conversão, sua instalação portuária eficiente e o compromisso contínuo de seus acionistas para comprar uma parcela substancial de sua produção anual. Nós utilizamos nossa parcela de alumina da Alunorte para abastecer o mercado brasileiro (Albras e Valesul), e vendemos o restante para clientes em outros países, tais como Canadá, Argentina, Noruega e China.

*Alumínio.* Como o alumínio primário é uma *commodity*, a concorrência no mercado de alumínio se baseia principalmente nos fatores econômicos relacionados ao transporte e aos custos de produção. Acreditamos que a Albras seja competitiva no mercado de alumínio por causa da relativa eficiência e acessibilidade de suas instalações portuárias, assim como seus custos, geralmente baixos, de produção. De um modo geral, nós vendemos alumínio para clientes na Ásia e Europa.

#### **Logística**

Nossos negócios de logística compreendem o transporte dos produtos dos clientes e de passageiros. Realizamos este negócio no nível da empresa controladora, através de subsidiárias e *joint ventures*.

Efetuamos os seguintes negócios de logística no nível da empresa controladora:

- Ferrovias: Vitória a Minas e Carajás;
- Complexo portuário de Tubarão;
- Terminais marítimos: Inácio Barbosa e Ponta da Madeira.

Nossas subsidiárias realizam as seguintes atividades de logística:

- Operação de ferrovias (Ferrovia Centro -Atlântica S.A., ou FCA);
- Operações de portos e terminais marítimos (Cia. Portuária Baía de Sepetiba, ou CPBS, e Terminal de Vila Velha S.A., ou TVV);
- Atividades de embarque (Log-In Logística Intermodal S.A., ou Log-In, anteriormente chamada Navegação Vale do Rio Doce, ou Docenave, e DCNDB Overseas S.A., ou DCNDB).

Possuímos também, direta e indiretamente, participações de 37.2% do capital votante e 40.5% do capital total na MRS Logística S.A., uma *joint venture* ferroviária com empresas siderúrgicas brasileiras.

#### **Ferrovias**

*Ferrovia Vitória - Minas.* A ferrovia Vitória a Minas liga as minas do Sistema Sudeste, a região chamada Quadrilátero Ferrífero no Estado de Minas Gerais, ao porto de Tubarão, em Vitória, no estado brasileiro do Espírito Santo.

Operamos esta ferrovia de 905 quilômetros com uma concessão renovável de 30 anos, que expirará em 2027. A ferrovia Vitória a Minas consiste de duas linhas se estendendo por 601 quilômetros a fim de permitir os deslocamentos contínuos em direções opostas, e um ramal de linha única de 304 quilômetros. Grandes indústrias estão localizadas nesta área e importantes regiões agrícolas também têm acesso a ela. A ferrovia Vitória a Minas possui uma capacidade diária de 312.000 toneladas de minério de ferro. Em 2006, a ferrovia Vitória a Minas transportou um total de 71.7 bilhões ntk de minério de ferro e outros carregamentos, dos quais 17,7 bilhões ntk, ou 25%, consistindo de cargas transportadas para clientes, incluindo minério de ferro para clientes brasileiros. A ferrovia Vitória a Minas transportou também 1.1 milhão de passageiros em 2006.

As principais cargas da ferrovia Vitória a Minas são:

- Minério de ferro e pelotas, transportada para nós e para clientes;
- Aço, carvão, ferro-gusa, calcário e outras matérias primas transportadas para clientes com siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia;
- Produtos agrícolas, tais como grãos de soja, farelo de soja e fertilizantes; e
- Outras cargas gerais, tais como materiais de construção, celulose, combustíveis e produtos químicos.

Cobramos tarifas de mercado para o frete aos clientes, incluindo pelotas procedentes de nossas *joint ventures* e outras empresas nas quais não temos uma participação integral (100% do capital). As tarifas de mercado variam em relação às distâncias percorridas, o tipo de produto transportado e o peso de frete em questão, e são regulamentadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

*Estrada de Ferro de Carajás.* Operamos a Estrada de Ferro de Carajás segundo um contrato de concessão de 30 anos renováveis que chegará ao término em 2027. Esta ferrovia, localizada no Sistema Norte, começa nas minas de minério de ferro de Carajás, no estado brasileiro do Pará, e se estende por 892 quilômetros até nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira, situado perto de São Luis, no estado brasileiro do Maranhão. A Estrada de Ferro de Carajás consiste de uma linha simples com ramais curtos e desvios para permitir a passagem de trens em direção oposta. A Estrada de Ferro de Carajás tem uma capacidade diária de 255.000 toneladas de minério de ferro. Em 2006, a ferrovia de Carajás transportou um total de 78,0 bilhões ntk de minério de ferro e outras cargas (das quais, 7,0 bilhões ntk, ou 9% consistiram de carregamentos transportado para clientes, inclusive minério de ferro para clientes brasileiros). A ferrovia também transportou aproximadamente 372.000 passageiros em 2006. A principal carga da ferrovia consiste de minério de ferro, transportado basicamente para nós. Em 2007, pretendemos também iniciar as operações com o trem de maior capacidade na América Latina. Este trem, que terá 340 vagões, 3,2 quilômetros de comprimento e um peso bruto de 37.900 toneladas quando carregado.

*Ferrovia Centro-Atlântica.* A FCA, nossa subsidiária, opera a rede ferroviária regional centro-leste do sistema ferroviário brasileiro com um contrato de 30 anos renováveis que irá expirar em 2026. A rede centro-leste contém aproximadamente 7.000 quilômetros de trilhos se estendendo pelos estados brasileiros de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Brasília. Ela se conecta com a ferrovia Vitória-Minas perto das cidades de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e Vitória, no Espírito Santo. A FCA opera com a mesma bitola que nossa ferrovia Vitória a Minas e oferece acesso ao porto de Santos, no Estado de São Paulo. Em 2006, a ferrovia FCA transportou um total de 10,8 bilhões ntk de carga para clientes.

*Ferrovia MRS.* Temos, direta e indiretamente, uma participação de 37.2% do capital votante e 40.5% do capital total da empresa que opera a ferrovia MRS. Tendo transportado 113 milhões de toneladas em 2006, a MRS atravessa 1.674 quilômetros e liga os estados brasileiros do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ela é operada em conformidade com um contrato de 30 anos renováveis que foi assinado em 1996.

Em consequência de nossas aquisições da CAEMI e Ferteco, nossa participação atual no capital votante da MRS é superior ao limite de 20% imposto na época da oferta da concessão para a MRS. Estamos no momento recorrendo da decisão do CADE para que reestrueturamos nossa participação no capital da MRS como condição para que ele aprove outras transações que concluímos. *Ver Item 3. Fatores de Risco—Riscos Relacionados aos Nossos Negócio. Estamos envolvidos em processos pendentes que podem resultar em vendas, multas ou outras restrições que podem afetar adversamente nossos negócios e Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais.*

Em abril de 2006, a agência reguladora ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) publicou uma resolução nos exigindo: (i) vender as ações ordinárias que temos da MRS, por conta de nossa aquisição e consolidação da Ferteco, que estão presentes no acordo dos acionistas da MRS; ou (ii) (a) conseguir a aprovação por parte dos acionistas da MRS

em relação a certas mudanças na estrutura do capital, ou (b) renunciar nossos direitos de voto e veto especificamente em conexão com as ações da MRS em nosso poder, devido à nossa aquisição e consolidação da Ferteco.

Em maio de 2006, informamos a ANTT nossa decisão de abrir mão dos direitos de voto e veto em relação às ações da MRS, que representam 10,9% do capital total e 19,3% do capital votante da MRS e a ANTT aprovou nossa eleição e suspendeu sua recomendação de consolidar nossa participação na MRS sujeita a aprovação do CADE. Ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Questões Regulatórias—Ferrovias e Item 8 Informação Financeira— Processos Judiciais.*

### **Portos e terminais marítimos**

Nós operamos portos e terminais marítimos de maneira a completar a distribuição de nosso minério de ferro e pelotas para embarcações de longo curso que atendem ao mercado internacional. Ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Linhas de Negócios—Mineração—Minerais Ferrosos—Pelotas—Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas).* Utilizamos também nossos portos e terminais para operar cargas de terceiros. Em 2006, 15% da carga mo vimentada em nossos portos e terminais atenderam às necessidades de terceiros.

*Porto de Tubarão.* O porto de Tubarão, que ocupa uma área estimada de 18 quilômetros quadrados, está situado perto do porto de Vitória, no estado brasileiro do Espírito Santo. O terminal marítimo de minério de ferro, localizado nesta área possui dois píers. O Pier I pode acolher dois navios ao mesmo tempo, um de até 170.000 DWT no bordo sul e outro de até 200.000 DWT no bordo norte. O Pier II pode atender a um navio de até 365.000 DWT de cada vez, com profundidade de 20 metros abaixo da linha d'água. No Pier I há dois carregadores de navio que podem carregar até um total combinado de 14.000 toneladas por hora. No Pier II há dois carregadores de navios que podem funcionar alternadamente e podem carregar, cada um, até 16.000 toneladas por hora. Em 2006, 88,1 milhões de toneladas de minério de ferro e pelota foram embarcados através deste terminal. O terminal de Praia Mole, também localizado no porto de Tubarão, é basicamente um terminal para carvão e movimentou 10,9 milhões de toneladas em 2006. Operamos um terminal de grãos chamado Terminal de Produtos Diversos, na área de Tubarão, que movimentou 4,8 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes em 2006. Operamos também um terminal para granéis líquidos que movimentou 1,2 milhão de toneladas em 2006.

*Porto de Vitória.* A CVRD opera o Terminal Paul, situado perto do porto de Vitória, no Espírito Santo, especializado em ferro-gusa. Este terminal tem um píer que pode acomodar uma embarcação de até 75.000 DWT, com capacidade de carregamento de 900 toneladas por hora. O Terminal Paul movimentou 1.7 milhão de toneladas de ferro-gusa em 2006.

O arrendamento do terminal expirou em fevereiro de 2007, e o arrendador, a CODESA (Companhia Docas do Espírito Santo), adiou por mais dois anos o processo de licitação pelo direito de operar o terminal. Na data de requerimento do sindicato SINDIFER (Sindicato dos Ferrovieiros do Espírito Santo/Minas Gerais), a Corte Federal no Estado do Espírito Santo viabilizou a CVRD operar o terminal entre fevereiro de 2007 até abril de 2007, e a CVRD não opera mais. Subseqüentemente a CVRD entrou em um contrato de leasing com o SINDIFER por um período de 180 dias, com a possibilidade de venda para o SINDIFER, CODESA ou o novo operador do porto.

*Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.* O Terminal Marítimo Ponta da Madeira está localizado próximo do porto de Itaqui, no Estado do Maranhão. As instalações do terminal podem acomodar três navios. O pier I pode receber um navio deslocando até 420.000 DWT. O pier II pode acomodar navios de até 155.000 DWT. Os dois ancoradouros têm uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas por hora no pier I e de 8.000 toneladas por hora no pier II. Em fevereiro de 2004, o pier III começou a operar. O pier III possui dois ancoradouros, pode acomodar navios de até 220.000 DWT e sua taxa máxima de carregamento é de 8.000 toneladas por hora em cada ancoradouro.

As cargas embarcadas através de nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira consistem principalmente de nossa própria produção de minério de ferro. Outras cargas incluem minério de manganês e concentrado de cobre produzidos pela Companhia e ferro-gusa e grãos de soja de terceiros. Em 2006, 77,0 milhões de toneladas foram movimentadas neste terminal para nós e 4,7 milhões de toneladas para nossos clientes.

*Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB).* Desde novembro de 1994, a CVRD está operando o terminal marítimo Inácio Barbosa, localizado no Estado de Sergipe. Este terminal foi construído pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. – e transferido para a Sergiportos, uma empresa estatal. Em dezembro de 2002, a Petrobrás assumiu o controle do terminal Inácio Barbosa em troca do cancelamento de um passivo do Estado de Sergipe. A CVRD e Petrobrás fecharam um acordo em dezembro de 2002, que permite a CVRD administrar este terminal por um período de dez anos, terminando em dezembro de 2012. Em 2006, 1.000 toneladas de combustível e produtos agrícolas e siderúrgicos foram embarcados pelo terminal marítimo Inácio Barbosa.



*Terminal de Vila Velha S.A. (TVV).* Em maio de 1998, efetuamos um arrendamento de 25 anos do terminal marítimo de Capuaba, em Vitória, no Estado do Espírito Santo. Para administrar este terminal, a CVRD criou o Terminal de Vila Velha S.A. (TVV). O TVV é um terminal para carga e descarga de contêineres, além de ser uma alternativa para cargas em geral e automóveis do sudeste e centro-oeste do Brasil. Ele está conectado à ferrovia Vitória a Minas e tem fácil acesso às rodovias BR101 e BR262. O terminal é formado pelos ancoradouros 203 e 204 no Porto de Capuaba e possui uma área de ancoragem de 450 metros e uma retro-área medindo quase 100.000 metros quadrados. Ele possui uma área coberta de armazenamento de 13.300 metros quadrados e um pátio com capacidade para 3.300 contêineres. O TVV está equipado com dois guindastes, dois porta-contêineres e quatro transferidores de contêineres. Em 2006, 184.900 contêineres e 500 toneladas de carga geral foram embarcados pelo TVV. A CVRD transferiu suas ações no TVV para a Log-In, que possui os ativos relacionados com os negócios de serviços de logística para contêineres.

*Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS)– Terminal Marítimo de Itaguaí,* a CPBS é uma subsidiária 100% integralizada que opera o terminal de Itaguaí, no porto de Sepetiba, no estado brasileiro do Rio de Janeiro. O terminal marítimo de Itaguaí possui um pier que permite o carregamento de navios de calado de no máximo 18.1 m e até 230,000 de DWT. Em 2006, o terminal carregou aproximadamente 21.8 milhões de toneladas de minério de ferro.

*Terminal Marítimo de Ilha Guaíba.* A MBR possui seu próprio terminal marítimo na Ilha Guaíba, na baía de Sepetiba, no estado brasileiro do Rio de Janeiro. O terminal de minério de ferro tem um pier que permite o carregamento de navios de até 300.000 de DWT. Em 2006, o terminal carregou aproximadamente 45,7 milhões de toneladas de minério de ferro.

### Transporte Marítimo

Em dezembro de 2006, organizamos nossos negócios de serviço de logística para contêiners. O TVV, a Mineração Andirá e o terminal intermodal TERCAM foram transferidos para Docenave, cujo nome corporativo foi mudado para Log-In Logística Intermodal S.A. (Log-In). Em fevereiro de 2007, a CVRD e a Log-In arquivaram uma solicitação junto à CVM para obter o registro de uma oferta primária e secundária a ser listada no “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo(BOVESPA).

Operamos em três áreas distintas do transporte marítimo: transporte de granéis secos de longo curso, serviços de cabotagem e serviços de rebocadores. A tabela abaixo mostra as informações relacionadas ao volume de carga que nosso serviço de navegação de longo curso realizou nos períodos indicados.

	Para o ano findo em 31 de dezembro,		
	2004	2005	2006
		(milhares de toneladas)	
minério de ferro:			
CVRD.....	5.291	1.981	160
Terceiros .....	312	148	148
Carvão .....	306	—	0
Outros.....	830	2.196	2.243
Total .....	6.739	4.325	2.551

Para o transporte de cargas mostrado acima, em 2006, operamos uma frota de graneleiros, que inclui três navios *capsize* que nos pertencem e algumas outras embarcações das categorias *capsize* e *panamax* fretados conforme a necessidade. Nossos navios *capsize* têm percorrido todo o mundo transportando minério de ferro primário. Os navios fretados (dois *capsize* e oito *panamax*) foram contratados para o transporte de minério de ferro do terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Estado do Maranhão, até o terminal de Praia Mole, no porto de Tubarão, no Estado do Espírito Santo.

O serviço de transporte de navegação costeira é operado por cinco navios, fretados no sistema “*bare boats*”, que cobrem a costa leste da América do Sul, de Buenos Aires, na Argentina, até Fortaleza, no Estado do Ceará, no nordeste do Brasil, oferecendo um serviço semanal. Este serviço transportou 90.370 teus (unidade equivalente a 20 pés) em 2006.

Operamos também uma frota de 19 rebocadores (sete próprios e 12 fretados) nos portos de Vitória, Espírito Santo, Trombetas, no Pará, São Luís, no Maranhão, e Aracaju, em Sergipe.

*Concorrência na indústria de logística.* Nossas ferrovias competem com o transporte rodoviário, incluindo caminhões, com os principais fatores sendo o custo, a segurança e o prazo de entrega. Temos também muitos concorrentes no serviço de navegação de cabotagem.

## Investimentos em Siderurgia

Temos investimentos nas seguintes *joint ventures* em negócios de siderurgia, dados de 7 de maio de 2007.

	Nossa participação direta ou indireta no capital		Parceiros	Receitas líquidas em 2006 (US\$ milhões)	Principais Produtos
	Votante	Total			
	(%)				
CSI (Califórnia, Estados Unidos).....	50	50	JFE Steel	1.358	Laminado a quente; laminado a frio; aço revestido; tubos de aço
Siderar (Argentina) (1)	0	0	Empregados da Ternium	1.658	Laminado a quente; laminado a frio, galvanizados a quente, produtos de placas
Ferro Gusa Carajás (Brasil) (2) .....	100	100	-	55	Ferro-gusa
Usiminas (Brasil) (3).....	6	3	Nippon Usiminas Previ Caixa dos Empregados da Usiminas Outros	5.703	Laminado a quente; laminado a frio, placas pesadas, aço eletro-galvanizado

(1) Vendemos nossa participação de 4.85% na Siderar em dezembro de 2006.

(2) Em março de 2007, adquirimos participação de 18% da Nucor na Ferro Gusa Carajás por US\$ 20 milhões, e agora possuímos 100% da Ferro Gusa.

(3) Em novembro de 2006, vendemos 5% de ações com direito a voto e 2% do total de ações. A partir de dezembro de 2006, detínhamos 18% de ações com direito a voto e 9% do capital total. Em maio, vendemos 12% das ações com direito a voto e 6% do capital total, e planejamos vender adicionalmente 36.691 ações que não foram vendidas através da oferta pública registrada das ações da Usiminas concluída em maio de 2007.

(4) Possuímos 4.740.925 ações da Gerdau S.A até o final do primeiro semestre de 2006. Como nossa participação representa apenas 0,7% do capital total, a Gerdau não foi incluída no nosso resultado financeiro. Vendemos todas as ações da Gerdau no segundo semestre de 2006.

O valor de mercado de nossos investimentos na Usiminas, que é uma empresa com ações negociadas em bolsas de valores, foi de US\$ 844 milhões em 31 de dezembro de 2006. O valor patrimonial líquido deste investimento foi de US\$ 744 milhões, em 31 de dezembro de 2006. Recebemos US\$ 48 milhões em dividendos desses investimentos em 2006. Em novembro de 2006, vendemos um total de 5.362.928 ações ordinárias da Usiminas para a Nippon Steel, Votorantim Participações S.A. e Camargo Correa S.A. por US\$ 176 milhões. Aplicamos os recursos desta venda na redução do valor principal a pagar de nossas aquisições.

Fechamos um acordo acionário com os outros membros do grupo controlador da Usiminas pelo qual (i) ficamos com 6.608.608 ações ordinárias, e (ii) os acionistas controladores da Usiminas realizarão um estudo de viabilidade sobre um potencial investimento por parte da Usiminas na construção de uma usina de placas de aço. Em março de 2007, arquivamos junto à CVM uma aplicação para o registro de uma oferta pública de nossas ações da Usiminas que não estão sujeitas ao acordo acionário. Em maio de 2007, vendemos através de uma oferta pública registrada na CVM 13.802.499 ações da Usiminas e recebemos um montante de US\$ 728 milhões. Ao mesmo tempo, entramos em um acordo com “período de bloqueio” por um período de 90 dias a partir do dia 25 de abril de 2007. No entanto, a CVRD pretende vender as 36.691 ações remanescentes que não foram objeto do exercício da opção, depois que o período de bloqueio tenha expirado ou seja renunciado.

Operamos também um projeto de ferro-gusa não agressivo ao meio-ambiente no norte do Brasil, através de nossa subsidiária Ferro Gusa Carajás S.A. (“Ferro-Gusa”). A Ferro-Gusa foi operada como uma *joint venture* com a Nucor Corporation (“Nucor”) até 27 de março de 2007, quando compramos toda a participação da Nucor no negócio (18%) da Ferro-Gusa por US\$ 20 milhões. A Ferro-Gusa utiliza dois pequenos altos-fornos convencionais para produzir aproximadamente 400.000 toneladas de ferro-gusa por ano, usando o minério de ferro de nossas minas em Carajás. A fonte de carvão vegetal é exclusivamente de eucaliptos plantados numa floresta cultivada de 82.000 acres, com o projeto total abrangendo aproximadamente 200.000 acres.

## Energia

### *Brasil*

O gerenciamento de fornecimento eficaz de energia no Brasil é uma prioridade para nós, por contra das incertezas associadas às mudanças na estrutura regulatória e aos riscos de aumento dos preços das tarifas elétricas e de escassez de energia, como o Brasil enfrentou no segundo semestre de 2001. Nós percebemos oportunidades favoráveis de investimento no setor elétrico brasileiro e aproveitamos, investindo em oito projetos de geração de energia hidroelétrica no Brasil. Ver a Nota 12 nos demonstrativos financeiros consolidados. Planejamos usar a eletricidade produzida por esses projetos para suprir nossas necessidades internas. Poderemos enfrentar atrasos na construção de alguns projetos de geração devido a questões ambientais e regulatórias, o que poderá encarecer os custos. Como um grande consumidor de eletricidade, esperamos que o investimento em projetos energéticos nos ajudará a reduzir os custos e nos proteger contra a volatilidade do preço da energia.

Temos atualmente sete usinas hidroelétricas em operação e uma em construção no Brasil. Detemos 43,85% de um consórcio que tem concessão para construir a usina hidroelétrica de Santa Isabel, no rio Araguaia. Em 2006, prosseguimos com nossos esforços para devolver a concessão do projeto de Santa Isabel para a agência reguladora do setor no Brasil (ANEEL) diante das dificuldades em obter as licenças ambientais obrigatórias para dar início à obra. Além disso, algumas de nossas afiliadas geram parte de sua própria energia elétrica.

As operações comerciais de Capim Branco I começaram em fevereiro de 2006. Capim Branco II iniciou suas operações no primeiro trimestre de 2007, contribuindo no fornecimento de uma parcela de nossas necessidades de energia elétrica no sudeste do Brasil.

A Valesul atualmente obtém uma parte de suas necessidades de energia elétrica a partir de quatro usinas hidroelétricas que lhe pertencem integralmente, situadas no Estado de Minas Gerais, uma parte da usina hidroelétrica de Machadinho, no Estado de Santa Catarina, na qual a Valesul tem uma participação de 7,28%, e o restante de terceiros, a preço de mercado. A Valesul consegue fornecer 40% de suas próprias necessidades de energia elétrica. A Valesul está envolvida em litígios relacionados as tarifas da Light – Serviços de Eletricidade S.A., ou Light, cobradas a Valesul pela transmissão de eletricidade. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais*.

### *Canadá*

As necessidades energéticas para a produção de nosso sulfeto de ferro canadense representam somente um quinto da energia exigida para processar minérios lateríticos. Além disso, energia de baixo custo é disponível a partir de nossas instalações hidroelétricas em Ontário e de compras de energia de nossas operações em Manitoba. Em 2006, nossas instalações hidroelétricas em Ontário geraram aproximadamente 19% das necessidades de energia de nossas operações em Ontário.

### *Indonésia*

A produção de níquel requer alto consumo de eletricidade, e os custos de energia são um componente significativo de nossos custos para produção de níquel, especialmente para o processamento de minérios lateríticos em nossas operações da PT Inco na Indonésia.

Praticamente, todas as necessidades de energia do forno elétrico da PT Inco são fornecidas a baixo custo pelas instalações de geração elétrica no alto do rio Larona, produzindo uma média de 165 megawatts, e suas instalações perto da aldeia de Balambano, que iniciaram a operação em 2000, gerando em média 110 megawatts.

A PT Inco anunciou planos em 2004 de construir uma terceira represa no rio Larona, perto da aldeia de Karebbe. A nova barragem é o primeiro estágio de um programa capital de vários anos visando aumentar a produção anual da PT Inco em 25% para cerca de 90.000 toneladas de níquel em matte até 2010. A nova represa deverá aumentar a capacidade de geração hidroelétrica da PT Inco em média 90 megawatts anualmente. Em janeiro de 2006, a PT Inco suspendeu temporariamente as obras de fundamento no canteiro da nova barragem, devido à dependência de uma permissão necessária emitida pelo Ministério das Florestas em termos aceitáveis para a PT Inco. Embora estejamos otimistas de que receberemos as aprovações necessárias para continuar a obra, qualquer atraso afetará o cronograma geral do projeto e a capacidade da PT Inco de alcançar a produção anual de 90.000 toneladas de níquel em matte até 2010, elevando os custos de produção da PT Inco.

## QUESTÕES REGULATÓRIAS

### Mineração

#### *Brasil*

Segundo a Constituição brasileira, todos os recursos minerais no Brasil pertencem ao governo brasileiro. A Constituição brasileira exige que as empresas de mineração operem de acordo com as determinações da legislação vigente.

A Constituição Brasileira e o Código de Mineração impõem às empresas mineradoras várias restrições regulatórias relacionadas, entre outras coisas, à:

- maneira como serão explorados os depósitos minerais,
- saúde e segurança dos trabalhadores e das áreas residenciais localizadas nas proximidades das operações de mineração,
- proteção e restauração do meio-ambiente,
- prevenção contra poluição, e
- promoção das comunidades locais onde as minas estão situadas.

As empresas mineradoras no Brasil só podem explorar e extrair recursos minerais conforme as autorizações de exploração ou concessões de extração fornecidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, ou DNPM, uma agência do Ministério de Minas e Energia do governo brasileiro. O DNPM concede autorizações de exploração ao requerente por um período inicial de três anos. Essas autorizações são renováveis conforme decisão do DNPM por mais um período de um a três anos, desde que o requerente seja capaz de mostrar que a renovação se faz necessária para a conclusão adequada das atividades de exploração. As atividades locais de exploração devem começar em 60 dias, a partir da publicação oficial da autorização de exploração. Depois de concluir as atividades de prospecção e de exploração geológica no local, a empresa deverá submeter um relatório final ao DNPM. Se a exploração geológica revelar a existência de depósitos minerais que sejam economicamente exploráveis, a empresa requerente terá um ano (prazo que pode ser prolongado pelo DNPM) a partir da aprovação do relatório pelo DNPM para solicitar uma concessão de mineração ou transferir seu direito para terceiros. Quando a concessão de mineração for concedida, a empresa que detém a concessão deverá iniciar as atividades de mineração dentro de seis meses. O DNPM fornece a concessão por um período indeterminado que durará até o esgotamento do depósito mineral. Os minerais extraídos que são especificados na concessão pertencem à empresa que recebeu a autorização. Com a aprovação prévia do DNPM, a empresa proprietária de uma concessão de mineração poderá transferi-la para terceiros, que sejam qualificados a possuir a concessão. Em alguns casos, as concessões de mineração são contestadas judicialmente por terceiros.

O governo brasileiro cobra um *royalty* chamado CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) sobre as receitas decorrentes da venda de minerais que extraímos, isento de impostos, custos de seguro e custos de transportes. As taxas atuais anuais que pagamos sobre nossos produtos estão relacionadas a seguir:

- bauxita, potássio e manganês: 3%;
- minério de ferro, caulim, cobre, níquel, fertilizantes e outros minerais: 2%; e
- ouro: 1%.

O Código de Mineração e as leis de mineração subordinadas, assim como a legislação e as regulamentações sobre a mineração impõem igualmente outras obrigações financeiras. Por exemplo, as empresas mineradoras devem compensar os proprietários das terras pelos danos e perdas de recursos causados pelo uso e ocupação da terra (sejam devido à exploração ou extração) e devem também partilhar com os proprietários da terra os resultados da exploração com base em 50% da CFEM. As mineradoras devem também compensar o governo por prejuízos causados às terras da União. Uma substancial maioria de nossas minas e concessões de exploração mineral se encontra em terras que nos pertencem ou terras públicas para as quais detemos concessões de mineração.

Estamos atualmente envolvidos numa série de processos judiciais e administrativos alegando que não conseguimos arrecadar a quantia apropriada da CFEM. Além disso, estamos discutindo com o DNPM a taxa aplicável para o potássio.

Devido ao fato de potássio ser um fertilizante, acreditamos que a taxa aplicável seja a de 2%, que é aplicada aos fertilizantes, mas o DNPM afirma que a CFEM deve ser cobrada sobre todos os produtos de potássio, independente do uso que lhes for dado, a uma taxa de 3%, geralmente aplicada para produtos de potássio. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Processos Judiciais*.

### *Canadá*

*Licenças e Permissões.* A discussão que se segue reflete um resumo dos direitos de propriedade, direitos de mineração, licenças, arrendamento ou outros direitos concessionários para explorar ou extrair metais e outros minerais associados de áreas que exploramos atualmente ou esperamos explorar como parte de nossos planos de longo prazo de mineração no Canadá. Com respeito àquelas propriedades que não nos pertencem atualmente mas que estão sujeitas a arrendamentos ou licenças com prazo limitado que não são perpétuos ou não podem ser automaticamente renovados ou prolongados e sobre os quais as reservas minerais estimadas estão localizadas e/ou cobertas pelos nossos planos atuais de longo prazo, nós acreditamos que seremos capazes de obter as renovações e extensões de tais arrendamentos ou licenças, se necessárias como parte de nossos planos de mineração de longo prazo no momento oportuno.

*Operações em Ontário.* Todas as minas operacionais, não-operacionais e propriedades não desenvolvidas que contêm reservas estimadas provadas e prováveis para nossas operações em Ontário se encontram em terras que nos pertencem, com exceção de uma parcela da mina de Copper Cliff South (conhecida como Kelly Lake) e uma parte da mina Victor, não-operacional.

Na província canadense de Ontário, possuímos também direitos de mineração, direitos de superfície, licenças de ocupação e títulos de mineração concedidos a nós pela província de Ontário. Os direitos de mineração são direitos para explorar e extrair minerais sobre, ou sob a terra, e direitos de superfície são direitos de usar a superfície da terra. Esses direitos permanecem em vigor enquanto possuímos a terra à qual esses direitos se aplicam. Possuímos também uma combinação de direitos de mineração e superfície cobrindo a terra arrendada da província de Ontário. Essas terras arrendadas, que incluem uma combinação de direitos de mineração e superfície, são arrendadas por 10 ou 21 anos. Os aluguéis anuais são pagos à província de Ontário para que esses arrendamentos sejam mantidos. Os arrendamentos são renovados por mais 10 ou 21 anos ao chegarem à data de expiração. A CVRD Inco tem atualmente 165 licenças de ocupação para mineração, instalações hidroelétricas e muitos outros propósitos industriais em Ontário. Essas licenças de ocupação permitem a CVRD Inco usar a terra de maneira especificada em cada licença, incluindo o direito de perfurar, escavar e remover minérios e minerais da terra e de seu subsolo. A CVRD Inco tem atualmente uma série de direitos minerários em Ontário. Os direitos minerários representam o direito de explorar a terra referente à reivindicação.

A permissão do governo da província de Ontário é necessária para a CVRD Inco exportar do Canadá produtos intermediários derivados dos minérios de Ontário. Em dezembro de 2005, o governo de Ontário nos concedeu permissão para continuar exportando produtos intermediários de níquel para nossa refinaria de níquel em Clydach, País de Gales, até 31 de dezembro de 2015. Em dezembro de 2005, o governo de Ontário também nos concedeu permissão para continuar exportando concentrados de PGM semi-acabados para nossa refinaria de metais preciosos em Acton, Inglaterra, até 31 de dezembro de 2015. Nós não estamos cientes de nenhuma outra informação ou outros fatores no momento que nos impeçam de chegar a um acordo com a província de Ontário a fim de prolongar as permissões por períodos adicionais nas datas das respectivas expirações.

*Operações de Manitoba.* Os direitos de posse e mineração das terras da CVRD Inco, em Manitoba, consistem de arrendamentos de *order-in-council* (“OIC Leases”), arrendamentos minerais e reivindicações de mineração. Os OIC Leases foram negociados como parte de um acordo firmado em 1956 entre a Inco e a província de Manitoba cobrindo o desenvolvimento de Thompson, depósitos de níquel em Manitoba. Os OIC Leases autorizam ao arrendatário a explorar e extrair todos os minerais no subsolo (exceto hidrocarbonetos, minerais industriais e depósitos de superfície que não sejam incidentais aos processos de mineração, moagem, fundição e refino). Os OIC Leases garantem por um prazo inicial de 21 anos e duas renovações subsequentes confirmadas de 21 anos cada, um período total de arrendamento de 63 anos. As renovações subsequentes do arrendamento além dos prazos de 21 anos garantidos podem ser concedidas ao arbítrio da província de Manitoba. Todos nossos OIC Leases atuais foram renovados duas vezes (cada um se encontra em seu terceiro período garantido de 21 anos) e permanecem em vigor até o período 2020-2025. Os arrendamentos minerais são feitos por um período de 21 anos que é renovável ao arbítrio da província de Manitoba. A CVRD Inco possui sete arrendamentos minerais em Thompson, no cinturão do níquel em Manitoba. A CVRD Inco tem também direitos minerários, concedidos pela província de Manitoba, segundo a legislação, que transmitem ao portador direitos exclusivos aos minerais (exceto minerais a céu aberto) que ocorram sobre ou sob a terra incluída na reivindicação e direitos de acesso à exploração e desenvolvimento minerais que pertencem à província. Um direito minerário, porém, não autoriza seu portador a extrair minerais da terra coberta pela reivindicação. Para extrair minerais da terra coberta pelo direito minerário, o portador deve obter um arrendamento mineral da província de Manitoba.

*Projeto Voisey's Bay.* Nossa subsidiária (100%) Voisey's Bay Nickel Company Limited ("VBNC"), possui direitos minerários (que foram agrupados em licenças minerárias), um arrendamento de mineração e direitos de superfície na província de Newfoundland e Labrador. Todas as atuais reservas minerárias provadas e prováveis do projeto Voisey's Bay se encontram em terras cujo arrendamento para mineração tem o prazo de 25 anos. Desde 30 de setembro de 2002, a VBNC dispõe de direito exclusivo para extrair minerários e realizar a exploração minerária, operações minerárias ou processamento e desenvolvimento mineral sobre ou sob as terras, ou parte das terras cobertas pelo arrendamento desde que a empresa e a CVRD Inco continuem cumprindo com os termos e condições do contrato de desenvolvimento firmado em outubro de 2002 entre a VBNC, Inco e Sua Majestade a Rainha de Newfoundland e Labrador. Este arrendamento de mineração pode ser renovado por mais 10 anos desde que a VBNC esteja em conformidade com os termos do arrendamento e solicite a renovação pelo menos três meses antes da expiração do arrendamento em vigor. Segundo os termos do arrendamento de mineração, a produção não pode exceder uma média de 2,2 milhões de toneladas de minério anuais nos primeiros dez anos de operações mineradoras e uma média de 5,5 milhões de toneladas anuais a partir de então. Não estamos cientes de nenhuma informação no presente que nos impeça de firmar um acordo com a província sobre um novo arrendamento de mineração ou uma extensão do mesmo, quando expirar o arrendamento atual, em setembro de 2027. Em conjunção com o arrendamento de mineração, a VBNC recebeu arrendamento da superfície que a autoriza a usar certas áreas necessárias às operações de mineração. Como o arrendamento para mineração, o arrendamento da superfície entrou em vigor no dia 30 de setembro de 2002 por um período de 25 anos, e pode ser renovado por mais um período 10 anos.

Obedecendo aos termos de um acordo de opção firmado originalmente em 1993, os *royalties* devem ser pagos a terceiros em bases trimestrais sobre os recursos recebidos pela VBNC com a venda de sua produção equivalente a 3% dos retornos líquidos de fundição da produção da mina a partir das propriedades de Labrador da VBNC, incluindo o depósito de Voisey's Bay, e um *royalty* bruto de 3% (também trimestralmente) aplicado sobre o valor bruto de diamantes brutos e/ou outras pedras preciosas recuperadas nessas propriedades.

Existem também restrições relativas à exportação de produtos intermediários da província de Newfoundland e Labrador. O arrendamento para mineração de nosso projeto Voisey's Bay está sujeito a uma decisão emitida pelo governo da província exigindo que completemos a produção primária (fundição, processamento ou refino) de todos minerários extraídos dentro deste arrendamento. Entretanto, como parte de nosso acordo com o governo para o desenvolvimento do projeto Voisey's Bay, o governo também determinou que poderíamos exportar da província concentrados de níquel contendo até 355.000 toneladas até terminarmos a construção de uma planta de processamento na província.

#### *Indonésia*

As operações da PT Inco na Indonésia são realizadas segundo um Contrato de Trabalho com o governo da Indonésia. O Contrato de Trabalho garante a PT Inco todas as licenças e permissões necessárias para efetuar as operações e concede a PT Inco o direito exclusivo de explorar certas áreas na Ilha de Sulawesi, além de processar e vender o níquel e minerários associados recuperados nessas áreas. O Contrato de Trabalho original foi assinado em 1968 por um período de 40 anos, terminando em 2008. Em janeiro de 1996, ele foi modificado e prolongado pelas partes e agora tem validade até 2025.

Segundo o Contrato de Trabalho modificado, a PT Inco concorda com vários empreendimentos relativos à futura expansão de suas operações, incluindo um empreendimento, sujeito à viabilidade econômica e técnica, de construir usinas de produção em Pomalaa, a sudeste de Sulawesi, e em Bahodopi, no centro de Sulawesi. Uma dessas unidades devia estar operando em 2005 e a outra até 2010. As obrigações da PT Inco em relação à construção da usina de Pomalaa foram reconsideradas a fim de serem cumpridas até 2008, conforme certos acordos de fornecimento fechados com a PT Antam Tbk, uma empresa mineradora diversificada da Indonésia controlada pelo governo. A obrigação da PT Inco em relação à construção da usina em Bahodopi até 2010, sujeita à sua viabilidade econômica e técnica, continua em andamento.

#### *Nova Caledônia*

A Nova Caledônia é um território ultramarino (*collectivité territoriale*) da França que dispõe de status legal especial conforme a constituição francesa com autonomia significativa, exceto em áreas de relações internacionais, defesa, justiça, moeda e algumas outras áreas correlatas. Numa reivindicação pela independência, o governo francês e movimentos políticos da Nova Caledônia (um dos quais representando a população nativa) assinaram o Acordo de Noumea, estabelecendo um processo e um cronograma para aumentar a autonomia da Nova Caledônia nos próximos anos, culminando num referendo a ser realizado até 2014 sobre a independência absoluta ou não em relação à França. Há uma possibilidade de um segundo referendo ser realizado em 2018, caso o resultado do primeiro não favoreça a independência. A fase inicial deste acordo inclui a promulgação de leis sobre a mineração. Embora não acreditemos que esses desdobramentos tenham efeito adverso sobre o projeto Goro, não podemos ter garantias quanto a isso.

Nossa subsidiária Goro Nickel, na qual temos participação de 74%, possui atualmente 69 concessões de mineração no Massif du Sud (parte sul da província de Nova Caledônia) cobrindo 20.600 hectares e autorizando a exploração de níquel, cobalto, cromo, minério de ferro e manganês, aproximadamente 26 direitos de superfície. Dez outras concessões de mineração estão em posse de uma subsidiária da CVRD Inco, fora da área do projeto Goro, numa região mineradora chamada Tiebaghi. Das 69 concessões nas mãos da Goro Nickel, o projeto Goro cobre 6.042 hectares dentro de sete concessões de mineração, das quais quatro são propriedades perpétuas, duas são renováveis antes da expiração em 2016 e uma é renovável antes de sua expiração, em 2051. As concessões em geral representam permissões de longo prazo (normalmente um prazo de 75 anos, com algumas tendo prazo mais longo ou ilimitado) autorizando a exploração de grandes depósitos, que permitem aos seus detentores o direito exclusivo de exploração, extração e mineração. Uma concessão se aplica a um ou vários minerais definidos pela decisão de concessão junto à sua localização geográfica. A autorização para a concessão se baseia no delineamento de corpo mineral explorável durante as atividades de exploração realizadas conforme as permissões para este fim. Os direitos de superfície podem ser concedidos independentemente dos direitos minerários. A Goro Nickel detém direitos de superfície, que são direitos de usar a superfície dentro ou fora da permissão de mineração para atividades relacionadas à mineração, inclusive as superfícies de outros proprietários.

Com respeito à exploração na Nova Caledônia, Goro obteve uma permissão de exploração para uma área perto do depósito de Goro conhecida como Prony West. Subseqüentemente, após a solicitação de nove outras partes interessadas, as permissões de exploração foram canceladas. Goro recorreu da decisão no tribunal de recursos de Paris, mas uma data para a audiência ainda não foi fixada. Se a resolução do tribunal de cancelar a permissão for mantida, esperamos que os direitos de exploração de Prony West fiquem em sujeitos a uma nova solicitação por parte da Goro Nickel de uma permissão de exploração.

De maneira a explorar as concessões que detém atualmente (assim que a construção das instalações for concluída), a Goro Nickel precisa de uma permissão operacional. A Goro Nickel obteve uma permissão operacional em outubro de 2004 com validade de dois anos. Após um longo processo baseado nas reivindicações, alegando supostos impactos adversos ao meio-ambiente causados pelo projeto, por parte de um grupo indígena da Nova Caledônia chamado Comité Rheebeu Nuu, o tribunal administrativo da Nova Caledônia cancelou a permissão operacional de Goro. Embora estejamos recorrendo da decisão para restabelecer a permissão operacional, a Goro Nickel já tinha feito uma solicitação de uma permissão operacional retificada por causa da iminente expiração da permissão operacional original (outubro de 2006) e da nova configuração do projeto. Acreditamos que o processo para obter uma nova permissão operacional está conforme esperado. O fato de o projeto Goro não possuir momentaneamente uma permissão operacional não causa de fato impacto no desenvolvimento porque a permissão operacional não envolve os trabalhos de construção. O Comité Rheebeu Nuu e outros indivíduos, porém, impetraram uma ação para obter uma liminar contra a construção em Goro com base no cancelamento da permissão operacional. Embora tenhamos obtido sucesso contra essa ação judicial, os queixosos recorreram da decisão.

## **Ferrovias**

### *Brasil*

O Ministério dos Transportes do Brasil e a agência reguladora do setor (ANTT) determinam e supervisionam as políticas para o segmento de transporte ferroviário. O governo federal pode oferecer a empresas privadas concessões para construção, operação e exploração comercial de ferrovias. Os contratos de concessão de rodovia oferecidos pelo governo federal impõem algumas limitações ao capital da empresa. Para a FCA, o contrato de concessão determina que cada acionista só pode ter até 20% do capital votante da concessionária, a menos que a ANTT decida de outra forma. O limite de 20% no controle não se aplica às nossas ferrovias Vitória a Minas e Carajás. Estamos em conformidade com as exigências impostas pelos contratos de concessão para nossas operações da ferrovia pela FCA, para as quais recebemos autorização da ANTT de deter 99.99% do controle da empresa. A ANTT estabelece também diferentes limites tarifários para serviços ferroviários de cada concessionária e de cada produto transportado. Enquanto essas limitações forem respeitadas, os preços reais cobrados podem ser negociados diretamente com os usuários de cada serviço.

O contrato de concessão da MRS estabelece que cada acionista só pode possuir até 20% do capital votante da acionária, a menos que a ANTT determine de outra maneira. Como resultado de nossa aquisição da CAEMI e da Ferteco em 2003, aumentamos nossa participação na MRS dos 20%, para 37,2% do capital votante e 40,5% do capital total. Em abril de 2006, a ANTT publicou uma resolução exigindo que (i) vendêssemos nossas ações ordinárias da MRS, devido à aquisição e consolidação da Ferteco, que são cobertas pelo acordo de acionistas da MRS; ou (ii) (a) levássemos os acionistas da MRS a aprovar algumas mudanças na estrutura do capital da MRS, ou (b) renunciássemos a nossos direitos de voto e veto especificamente em relação às ações da MRS que possuímos em consequência da aquisição e consolidação da Ferteco. A resolução da ANTT também recomenda que cumpramos com a decisão do CADE de unificarmos nossa participação na MRS num só bloco de ações. Em maio de 2006, informamos a ANTT nossa decisão de renunciar aos direitos de voto e veto em relação às ações da MRS acima mencionadas, que representam 10,9% do capital total e 19,3%



do capital votante da MRS. A ANTT aprovou nossa decisão e suspendeu suas recomendações de consolidar nossas participações da MRS conforme decisão do CADE. Ver *Item 4. Informações sobre empresa—Segmentos de negócios—Logística e Item 8. Informações financeiras—Processos judiciais.*

## **Energia**

### *Brasil*

A indústria energética brasileira é regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia e pela agência reguladora ANEEL. O papel da ANEEL é implementar e fazer cumprir as políticas e regulamentações elaboradas pelo Ministério de Minas e Energia visando a organização e a regulamentação do setor elétrico e das empresas de eletricidade. A ANEEL tem a responsabilidade de garantir um mercado de energia eficiente e econômico através da regulamentação, execução, assim como pelo controle dos preços e da eficácia operacional das empresas elétricas.

Segundo a lei que governa o setor elétrico, as concessões garantem direitos exclusivos para gerar e transmitir ou distribuir eletricidade numa determinada área por um período de tempo que deve ser suficiente para a concessionária recuperar seus investimentos. As concessões para geração elétrica, antes de 11 de dezembro de 2003, eram asseguradas por um prazo de até 35 anos e podiam ser renovadas conforme decisão do governo federal por um período adicional de 20 anos. As concessões autorizadas depois de 11 de dezembro de 2003 têm assegurado um prazo de até 35 anos, sem possibilidade de renovação. As concessionárias (distribuidoras) são obrigadas a fornecer eletricidade para os serviços públicos, em bases ininterruptas, em quantidade suficiente e dentro dos padrões de qualidade.

Em função da natureza hidrológica e integrada da matriz de geração elétrica no Brasil, o Decreto 2655/1998 criou o Mecanismo de Realocação de Energia, conhecido como MRE, um dispositivo legal para partilhar os riscos hidrológicos e, conseqüentemente, reduzir a volatilidade da geração de energia entre as geradoras. De maneira a implementar o MRE, a ANEEL designa um nível de produção de energia, conhecido como Energia Garantida, para cada geradora que pode ser revisado a cada cinco anos. A Energia Garantida é calculada de acordo com um modelo estatístico baseado na média pluviométrica na região em questão, quantidade de água nos rios e quantidade de água nos reservatórios de cada usina num período cobrindo vários anos. Cada geradora tem autorização de fechar contratos para a venda de até 100% de sua Energia Garantida. Na medida em que uma geradora tenha assinado contrato para a venda de sua Energia Garantida, e desde que os membros do MRE, como um todo, sejam capazes de satisfazer os níveis de Energia Garantida do MRE, ela receberá pagamentos baseados nesses termos contratuais, independente de seu nível real de geração. Se todos os membros do MRE cumprirem sua energia contratada e houver excedente de energia restante, a geração líquida desse excedente de energia é designada entre as geradoras em diferentes regiões e esse excesso de energia pode ser vendido no mercado varejista.

Todos contratos para compra e venda de energia no mercado varejista são atualmente registrados no mercado de varejo, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, conhecida como a CCEE. A CCEE é uma entidade privada sem fins lucrativos sujeita à autorização, regulamentação e supervisão da ANEEL, e é responsável pela operação do mercado varejista de energia e pela garantia de que as transações de energia no mercado de curto prazo sejam feitas e resolvidas de modo eficiente. A CCEE é principalmente designada para efetuar a resolução de divergências entre a quantidade de energia contratada em acordos bilaterais dos vários participantes do mercado (geradoras, distribuidoras, negociantes e grandes consumidores), e a quantidade de energia sendo de fato consumida e produzida. As decisões são tomadas de acordo com os preços à vista da CCEE, que são expressos em R\$/MWh e calculados para cada período estabelecido por cada mercado.

Em março de 2004, o governo brasileiro intensificou a regulamentação do setor elétrico, especialmente no segmento de geração, com a aprovação da Lei 10.848/2004 e das regulamentações promulgadas em obediência a lei. A nova legislação transfere algumas áreas regulatórias da ANEEL para o Ministério de Minas e Energia. Segundo essa nova lei, todos os consumidores de eletricidade, incluindo os grandes consumidores, tais como a CVRD, devem comprar a totalidade de suas necessidades de energia através de contratos. Esta lei cria dois mercados paralelos para a energia elétrica: um mercado regulamentado, no qual as distribuidoras fecham contratos de abastecimento com clientes regulamentados, sujeito a preços regulamentados, e um mercado não-regulamentado, no qual os consumidores livres, firmam contratos com produtores independentes de energia pelos preços praticados no mercado. Os consumidores regulamentados podem migrar para o mercado não-regulamentado, mas somente após o término de seus contratos de longo prazo.

A nova lei criou uma Câmara de Comércio de Energia, a CCEE, para substituir o Mercado Atacadista de Energia (“MAE”). Exceto pela substituição do MAE pela CCEE como mercado varejista de energia, não esperamos mudanças significativas nos procedimentos para transações de curto prazo. As empresas auto-geradoras de energia, tais como a CVRD, são obrigadas a fornecer uma porcentagem pré-determinada de sua geração de energia a partir das novas concessões adquiridas depois de 2004 ao mercado regulamentado para a aquisição das distribuidoras.

Pelo fato de a regulamentação para o setor estar sujeita a mudanças, não podemos ter certeza sobre o impacto material que esta nova lei pode ter sobre os negócios de energia. Mudanças no ambiente regulatório podem afetar adversamente nossos investimentos em energia. A Valesul está atualmente envolvida num litígio referente às tarifas cobradas pela Light relativas à transmissão de eletricidade. Ver *Item 8. Informações financeiras—Processos judiciais*.

### *Indonésia*

As instalações hidroelétricas existentes da PT Inco foram construídas e estão operando segundo o decreto de 1975 do governo da Indonésia. Essas instalações geram praticamente todas as necessidades de eletricidade da PT Inco. O decreto de 1975 dá ao governo o direito de adquirir as instalações hidroelétricas da PT Inco com dois anos de aviso prévio à PT Inco. Tal notificação ainda não foi feita pelo governo. Se esse direito for exercido, o decreto estabelece que as instalações hidroelétricas serão adquiridas pelo governo pelo seu valor depreciado, sujeito ao fornecimento por parte do governo a PT Inco de energia suficiente para satisfazer suas necessidades operacionais, por uma tarifa baseada no custo mais uma margem normal de lucro, para o prazo restante do Contrato de Trabalho da PT Inco. A nova barragem hidroelétrica que deve ser construída como parte do mais recente programa de expansão da PT Inco também deverá estar sujeita a este decreto.

### **Questões Ambientais**

A legislação ambiental está se tornando mais rigorosa em todo o mundo, o que pode provocar custos mais elevados para cumprir com as determinações ambientais, por exemplo se formos obrigados a modificar nossas instalações, desenvolver novos procedimentos ou comprar novos equipamentos.

### *Brasil*

As legislações federal, estadual e municipal contêm provisões para o controle e a proteção do meio-ambiente no Brasil. Essas leis governam o uso de recursos naturais, a recuperação e restauração das áreas exploradas, o controle de emissões atmosféricas, o tratamento dos resíduos industriais, assim como a utilização, manipulação e a remoção de materiais perigosos e o controle dos recursos hídricos.

De modo a realizar nossa exploração, geração elétrica e atividades industriais, devemos preparar avaliações de impacto ambiental e submetê-las às autoridades que supervisionam a concessão de licenças ambientais. Somos obrigados a cumprir com exigências legais e estabelecer bons relacionamentos com as partes interessadas, especialmente as comunidades instaladas perto de nossas operações. Nosso sistema de gerenciamento ambiental é elaborado para fornecer uma abordagem sistemática das questões ambientais.

Pela Lei Federal 9.605/1998, a não obediência das leis ambientais e das regulamentações pode resultar em penalidades criminais, tais como detenção e outras restrições para os indivíduos (incluindo diretores, representantes e gerentes das empresas), além de multas e penas de prestação de serviços comunitários por parte das empresas. As penalidades administrativas variam de advertências e multas até suspensão das atividades empresariais, e podem incluir a perda ou redução de incentivos, ou o cancelamento ou interrupção das facilidades de crédito por parte das instituições governamentais.

*Emissão das licenças ambientais.* Precisamos obter licenças ambientais de maneira a construir, desenvolver, expandir e operar instalações que utilizem recursos naturais ou que possam poluir o ambiente. As validades dessas licenças podem variar de um a dez anos, e devem ser renovadas para a continuação do empreendimento. Procuramos obter as licenças necessárias para cada uma de nossas instalações e atividades. Em alguns casos, este processo requer uma quantidade de tempo significativa para a preparação de relatórios ambientais abrangentes e sua avaliação, assim como para o estabelecimento dos programas apropriados para a educação ambiental de comunidades residindo em áreas afetadas pelos projetos propostos. Fizemos acordos com as autoridades apropriadas federais e governamentais com respeito às instalações sempre que uma desobediência ambiental é detectada de modo a fazer com que essas instalações cumpram as leis em vigor.

*Compensação ambiental.* A Lei Ambiental 9.985/2000 exige que paguemos “compensação ambiental” ao estado e autoridades federais a fim de criar e manter os sítios protegidos, no valor de pelo menos 0,5% dos investimentos totais de cada empreendimento com substancial impacto sobre o meio-ambiente. Existem várias dúvidas relativas ao foco e a aplicação desta lei, inclusive a taxa que será aplicada pelas agências ambientais dos governos estaduais, como tal taxa será aplicada e em que bases os investimentos serão avaliados. Atualmente, estamos contestando esta compensação de necessidade de pagamento.

*Reserva Legal da Amazônia.* O desenvolvimento econômico da Bacia do Amazonas está regulamentado pelo Código Brasileiro de Florestas. Com o intuito de desenvolver projetos na região amazônica, com participação (80%) em cada propriedade rural deve ser alocada para a preservação de florestas. A respeito dos projetos de mineração em desenvolvimento, somos capazes de alocar a terra onde não existem atividades de exploração com o propósito de preservação, e esperamos adquirir terras inexploradas se for necessário para cumprir com o Código. Possuímos uma série de projetos na Reserva Legal da Amazônia, tais como as minas da CVRD, MRN, PPSA e CADAM. Estamos por enquanto abaixo dos limites de exploração em todos esses projetos. Algumas de nossas minas podem se aproximar desse limite, à medida que expandimos nossas operações. Existem várias incertezas em relação ao foco e à aplicação do Código Brasileiro de Florestas.

*Medidas de prevenção e controle ambiental.* Nossas políticas ambientais também visam evitar, controlar e reduzir o impacto ambiental causado por nossas operações. Para isto, fizemos vários investimentos relacionados ao meio-ambiente em nossas instalações (aproximadamente US\$ 86 milhões em 2006). Investimos também no desenvolvimento de projetos ambientais direcionados às comunidades localizadas perto de nossas instalações (cerca de US\$ 2 milhões em 2006).

*Uso das águas.* Somos usuários intensos de água nos 11 estados com recursos hídricos que variam da altíssima disponibilidade hídrica da região amazônica até a escassez verificada na região Nordeste. O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos implementado em toda a CVRD inclui avaliações de disponibilidade de água nas áreas onde operamos e programas para racionalizar e controlar a utilização da água. Monitoramos continuamente a nova legislação e regulamentação sobre a água e nos interessamos particularmente pelos requisitos adotados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, que definem as condições para obtenção de água, além das autorizações e tarifas aplicáveis a este uso e à remoção de seus efluentes.

*Sistema de controle ambiental:* Sendo uma empresa mineradora, o controle de emissão atmosférica é um de nossos principais objetivos, inclusive em nossas usinas de pelotização. Os sistemas e equipamentos de controle, tais como o armazenamento e aspersão de água nas estradas, além da utilização de inibidores de pó químico ou a instalação de filtros e precipitador eletrostático em nossas instalações são complementados pelos sistemas de monitoramento completo e *software* de controle. Além de atender todas as exigências legais, a qualidade do ar em nossas instalações e seus efeitos nas comunidades vizinhas são continuamente avaliados, e fazemos os investimentos necessários para melhorar a qualidade do ar.

A respeito da melhoria da qualidade da água, nos empenhamos para tratar e controlar os poluentes que são atirados no mar, nos rios ou em outras fontes hídricas, assim como fazemos exaustivamente reciclagem de água em nossas operações. Estamos pesquisando novos processos e tecnologias para aperfeiçoar a utilização, reciclagem e tratamento da água. Através de nosso sistema abrangente de gerenciamento dos resíduos e a remoção dos detritos, visamos alcançar um maior controle da geração e descarte de resíduos a fim de desenvolver oportunidades de re-utilização, reciclagem e redução dos rejeitos.

Em 2003, nosso manual de desmobilização de minas, que descreve um conjunto completo de diretrizes, incluindo práticas e procedimentos técnicos, a serem seguidas durante o fechamento das minas. O manual destaca os procedimentos para a reabilitação e monitoramento de áreas degradadas, os principais passos e a seqüência a ser obedecida durante o fechamento, e quaisquer passivos que possam resultar do fechamento da mina. O manual também oferece critérios básicos padronizados, com base nas diretrizes da CVM e da SEC (FAS 143), para a avaliação de custo, estabelecimento de orçamentos atuais, desmobilização futura e recuperação (*ver a Nota 3 de nosso demonstrativo financeiro consolidado*).

As águas da mina, as barragens de resíduos e os depósitos estéreis são classificados de acordo com uma matriz de riscos envolvendo todos os parâmetros relacionados à construção, operação e controle de segurança. Um programa de auditoria completo foi estabelecido, capaz de avaliar a estabilidade de todas essas estruturas e fornecer os elementos necessários para o desenvolvimento de planos de ação corretiva ou preventiva, quando for preciso.

Nosso programa ambiental também inclui projetos de reflorestamento, que pretendem proteger o solo contra a erosão e criar redutores de impacto entre nossas atividades e as comunidades nas áreas vizinhas. Nós fazemos parcerias com universidades e entidades governamentais de pesquisa para realizar estudos aprofundados para desenvolver procedimentos de reflorestamento, proteção do solo usando espécies nativas da região e aperfeiçoamento do crescimento, das taxas de crescimento das novas plantas semeadas.

Participamos também na manutenção e preservação de aproximadamente 1,3 milhão de hectares de florestas brasileiras, incluindo as Unidades de Conservação e o Território Indígena de Xikrin, localizados na área amazônica de Carajás, e possuímos e preservamos a Reserva Natural do Vale do Rio Doce na Mata Atlântica, no estado do Espírito Santo. Nos últimos 25 anos oferecemos apoio a comunidades indígenas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento de

infra-estrutura e assistência técnica, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade dessas comunidades. Os gastos com esses programas totalizaram US\$ 9 milhões em 2006.

No primeiro trimestre de 2006, membros da comunidade Xikrin bloquearam a ferrovia, interrompendo os embarques de minério de ferro. Em outubro de 2006, manifestantes invadiram nossas instalações em Carajás, paralisando as operações nestas por dois dias. Em 31 de outubro de 2006, anunciamos a suspensão do pacote de ajuda financeira voluntária para a comunidade Xikrin. Em conformidade com uma decisão judicial, desde então depositamos as quantias especificadas em juízo para criar um fundo administrado pela justiça em benefício dos Xikrins, e estamos explorando com a FUNAI outros programas potenciais de ajuda.

*Mata Atlântica.* A floresta da Mata Atlântica está protegida pela Constituição brasileira e outras leis visando garantir seu desenvolvimento sustentável. Certas leis regulam atividades que podem interferir com a vegetação da floresta, que são classificadas em termos de estágios de crescimento “primário” e “secundário”. O abate e outras interferências na vegetação primária por empresas classificadas pela lei como de “utilidades públicas” (tais como as ferrovias e empresas elétricas) são permitidos dependendo de determinadas condições, e a lei previne que as atividades mineradoras não sejam realizadas por empresas de “utilidades públicas”. Contudo, essa lei não permite interferência na vegetação secundária da floresta a fim de preparar o terreno para atividades de mineração. As provisões compensatórias da lei exigem que coloquemos de lado terras na Mata Atlântica para preservação que sejam equivalentes em área e características ecológicas de qualquer terra que utilizemos para atividades mineradoras na floresta. Nossas operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo podem ser afetadas por essas regulamentações.

#### *Canadá*

As operações da CVRD Inco no Canadá estão sujeitas a várias leis e regulamentações ambientais relacionadas às emissões atmosféricas, detritos na água, solos, reciclagem, controle hídrico, desmobilização e recuperação da área, saúde e segurança dos empregados entre outras.

*Redução da emissão de SO<sub>2</sub> e metais CEPA.* Nossas operações de fundição (*smelting*) em Ontário estão sujeitas à legislação do governo de Ontário exigindo que a CVRD Inco reduza significativamente suas emissões de dióxido de enxofre (“SO<sub>2</sub>”). Em 2006, nossas emissões de SO<sub>2</sub> foram de 183.000 toneladas, atingindo o limite requerido. Em 2007, deveremos cumprir com um limite de redução de emissões de 175.000 toneladas (anteriormente de 265.000 toneladas) e reduzir o nível de concentração no solo de SO<sub>2</sub> dos anteriores 0,50 ppm para 0,34 ppm. De 2008 a 2014, os limites de emissão podem ser reduzidos abaixo de 175.000 toneladas, dependendo das taxas reais de produção num período sequencial de três anos. Em 2015, o limite cairá para 66.000 toneladas para o SO<sub>2</sub>.

Com base em nosso plano “vida dos negócios”, nossa produção em Ontário pode ser mantida bem além do prazo de expiração de 2015. Esperamos que nossas operações de Sudbury alcancem os limites de 2007 devido à instalação em 2006 da tecnologia de osculador de leito fluidizado com tecnologia de câmara (*scrubber*) para lavagem de gás em nossa fundição de Ontário. Acreditamos que esta tecnologia, associada à nossa capacidade de financiar e adquirir permissões de emissão, conforme autorizava a legislação de 2005, deverá nos permitir alcançar os limites em vigor até 2014, sem afetar seriamente nossas taxas de produção nas operações de Ontário ou necessitar de investimentos adicionais significativos. A obediência aos limites de 2015 exigirá investimentos importantes, cujas estimativas estão incluídas em nosso plano quinquenal de investimento. Estamos atualmente estudando várias tecnologias a fim de cumprir com o limite de 2015.

As emissões das operações de fundição de Manitoba são também regulamentadas pela legislação de Manitoba limitando as emissões de SO<sub>2</sub> a 23.000 toneladas por mês e 220.000 toneladas por ano. Em 2006, as emissões de nossas operações em Manitoba ficaram dentro desses limites, com 191.000 toneladas por ano. Para Manitoba, as metas de limites para 2015 são de 22.800 toneladas para o SO<sub>2</sub>, 198 toneladas para partículas e uma redução de 90% dos metais tóxicos CEPA segundo os valores de 1988. Esses níveis pretendidos são inferiores ao limite atual de emissão, e não seremos capazes de atender a essa exigência sem fazermos importantes investimentos, e ao cumprirmos com essas determinações poderemos afetar adversamente nossos níveis de produção, resultados financeiros e fluxo de caixa, particularmente em nossas operações de Manitoba.

Esperamos também que o governo federal do Canadá estabeleça uma legislação sobre os limites de emissão antes de 2015. Em abril de 2006, o governo federal, através do Departamento de Meio-Ambiente do Canadá, encorajou as fundições e refinarias à base de metal a prepararem voluntariamente “Planos de Prevenção de Poluição”, abordando os “limites alvos” de SO<sub>2</sub>, partículas e outros metais tóxicos. De acordo com as discussões com Departamento de Meio-Ambiente do Canadá, o alvo limite para 2015 de nossas operações

*Os solos em Sudbury e Port Colborne.* A CVRD Inco tem trabalhado com autoridades regulatórias e outras partes interessadas para avaliar os elevados níveis de níquel e outros metais em solos na vizinhança de nossas instalações de

processamento em Sudbury e Port Colborne, Ontário, que podem estar relacionados à emissão histórica de partículas contendo metal trazidas pela ação dos ventos. A CVRD Inco concordou espontaneamente em realizar uma avaliação detalhada dos riscos e recuperar os solos conforme necessário a fim de reduzir os riscos para níveis inexpressivos nas áreas de Sudbury e Port Colborne. Todos esforços necessários para empreender a recuperação ou investigação dessas questões podem envolver gastos importantes. Levando em conta a existência de vários recursos legais, além de estudos científicos e médicos sendo realizados atualmente, não é possível prever o efeito dessas ações e estudos sobre nossos negócios, resultados de operação e condições financeiras.

*Emissões.* Em 2010, uma regulamentação promulgada pelo governo de Ontário (chamada “Air Pollution Regulation – Local Air Quality”) entrará em vigor em relação às refinarias de metal. Esta regulamentação incorpora os padrões existentes da qualidade do ar, mas o Ministério do Meio Ambiente de Ontário planeja revisar muitos desses padrões em bases contínuas para os contaminadores prioritários, que incluem níquel, chumbo, cádmio, arsênico e outros. Um novo padrão proposto para o chumbo e o cádmio foi publicado em 2006. Se os padrões propostos se tornarem lei, a obediência exigirá modificações nos processos. Nosso plano quinquenal inclui estimativas para essas alterações. Esperamos que o Ministério do Meio Ambiente divulgue sua proposta de novos padrões para o níquel em 2007.

*Decreto do Ar Limpo e Efeito Estufa.* O governo canadense está no processo de retificação das provisões do Decreto do Ar Limpo (“CAA”) relacionado ao controle de emissões de gases que provocam o efeito estufa, SO<sub>2</sub> e partículas e metais. Algumas das propostas mais importantes afetando nossos negócios incluem (i) substituição de substâncias cancerígenas (níquel e cobalto podem ser afetados), (ii) metas obrigatórias de emissão (redução gradual da meta a cada 15 anos, alcançando uma redução, baseada nos níveis de 1990, num montante que será definido no intervalo entre 60% e 80% até 2050), (iii) troca do carbono por não cumprimento e (iv) uma proposta para regular os agentes contaminadores por setor e região. Neste estágio do processo legislativo, não sabemos quais os gastos adicionais de operação e capital serão necessários para atender às decisões dessas retificações ou quais efeitos eles terão sobre nossos negócios, resultados financeiros e fluxo de caixa dessas operações.

*Decreto de Proteção Ambiental do Canadá (“CEPA”).* Em obediência ao *Canadian Environmental Protection Act*, em 2006, o governo categorizou aproximadamente 23.000 substâncias químicas considerando dois critérios: (a) persistência, bioacumulação e toxicidade inerente ao meio ambiente; e (b) alto risco para seres humanos com elevada probabilidade de exposição para os indivíduos no Canadá. Para substâncias que se encaixam em ambos critérios da categorização, devem ser realizadas avaliações detalhadas, e, se for considerado necessário, medidas de gerenciamento de risco poderão ser exigidas. No final de 2006, o governo começou a estudar 200 substâncias químicas de prioridade máxima. O cobalto e o cloreto de cobalto estão entre essas substâncias e estudos específicos sobre elas poderão começar ao final de 2007 ou no início de 2008. Não podemos prever o impacto que os dados da CEPA terão sobre nossos negócios, resultados financeiros e fluxo de caixa das operações.

*Sílica (Canadá e Estados Unidos).* Em 2006, Conferência Americana de Higiene Industrial (“ACGIH”) adotou novos limites de exposição à sílica, com valores de TWA (tempo – média ponderada) de 0.025 µg/m<sup>3</sup> para sílica cristalina de cristobalito e quartzo- a cristalino. Esses valores de TWA equivalem à metade do valor do limite anterior e representam um desafio considerável a ser atendido. Para atender aos valores de TWA propostos através de controles de engenharia, seriam necessários significativos recursos operacionais. Em algumas jurisdições, os limites de exposição da ACGIH se tornaram limites regulatórios legais, ao serem publicados. Conseqüentemente, em Thompson, Manitoba e Voisey’s Bay, Newfoundland, os valores da ACGIH são legalmente obrigatórios. Não está claro no momento o impacto, inclusive em termos de reivindicações de compensações, que os valores de TWA para a sílica segundo a ACGIH terão sobre nossos resultados financeiros.

### *Indonésia*

As operações da PT Inco estão sujeitas a regulamentações e licenças emitidas pelo governo indonésio. A PT Inco está em conformidade com essas regulamentações e licenças, exceto em relação aos níveis de emissão de pó a partir de suas instalações. Durante vários anos, a PT Inco tem mantido um programa com o governo da Indonésia para explorar os meios mais eficazes de reduzir ainda mais as emissões de pó da PT Inco. Este programa incluiu a instalação de precipitadores eletroestáticos, depuradores secos e molhados e outros equipamentos para capturar e reduzir as emissões de pó e partículas dos secadores, estufas redutoras e conversores da PT Inco. Em 2005, a PT Inco instalou equipamentos de controle de pó em um de seus quatro fornos, o que reduziu as emissões abaixo dos limites fixados pelo governo, e também tratou as questões de qualidade do ar no local de trabalho. Em consequência do sucesso destes equipamentos no forno, equipamentos similares foram instalados num outro forno no início de 2007, e planejamos instalar os mesmos equipamentos nos dois outros fornos até o final de 2007. Embora a PT Inco não tenha recebido indicações das autoridades governamentais da Indonésia de que estaria sujeita a multas e sanções por exceder determinados limites de emissão, como a empresa trabalha no sentido de corrigir esses problemas, a PT Inco pode ainda estar sujeita a ações regulatórias pela não obediência a esses limites.

### *Nova Caledônia*

Nosso projeto Goro está sujeito às regulamentações ambientais da Nova Caledônia e da França. Durante a preparação para a fase operacional, foi construído um berçário para árvores capaz de produzir 500.000 mudas e que deverá começar a funcionar em 2007. O monitoramento ambiental, particularmente para o ambiente marinho, prosseguiu em 2006. Goro tem sido alvo de manifestações ambientais por conta de certos grupos na Nova Caledônia. O Comité Rheebeu Nuu, uma associação ambiental local, se opôs ao desenvolvimento do projeto Goro e tem feito apelos às autoridades governamentais na Nova Caledônia e na França, com base em várias reivindicações ambientais. Uma das queixas se refere à nossa permissão operacional. Ver –*Mineração—Nova Caledônia*.

### *Estados Unidos*

*Clean Air Act*. Os compostos de níquel estão entre os produtos químicos ou grupos químicos regulamentados como perigosos poluidores da atmosfera (“HAPs”) segundo o *Clean Air Act* nos Estados Unidos. Em obediência a essa legislação, a EPA tem fixado padrões rigorosos com base tecnológica para controlar as emissões de HAPs a partir de categorias importantes de “fonte principal”. Este processo continuará no futuro e, em última análise, poderá incluir a determinação de padrões suplementares com base nos riscos. Alguns desses padrões poderão limitar as emissões de níquel e seus compostos, mais provavelmente através de limites sobre emissões gerais de partículas. Embora não pareça que programa de controle HAP de “fonte principal” venha a se concentrar nas indústrias que usam ou produzem níquel, é possível que algumas fontes emissoras de níquel venham a ser afetadas pelos novos padrões. Não nos é possível prever os investimentos ou aumentos dos custos operacionais nos quais a CVRD Inco ou seus clientes poderão incorrer, se for este o caso.

### *União Européia*

*REACH*. Em outubro de 2003, a Comissão Européia adotou projeto de lei visando consolidar e dinamizar 30 diferentes leis da UE. A nova Política Européia de Produtos Químicos, mais conhecida como REACH (o acrônimo em inglês para “Registro, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos”), que entrará em vigor em 1º de junho de 2007, destina-se a proteger a saúde humana e o meio-ambiente dos riscos provocados pelos produtos químicos. Com este objetivo, ficou estabelecido um sistema abrangente para o gerenciamento de produtos químicos novos e existentes que são fabricados na Europa ou por ela importados. A definição de produtos químicos é muito ampla e inclui metais, ligas e todos composto contendo metais.

Segundo a REACH, os importadores serão obrigados a registrar certos produtos químicos antes de estes entrarem no mercado europeu. Certas substâncias, possivelmente incluindo o níquel e o cobalto, estarão sujeitas a uma autorização antes da importação. O pedido de autorização deve incluir uma análise de possíveis substitutos e, se os substitutos apropriados forem considerados disponíveis, um plano de substituição. Se os substitutos aplicáveis não estiverem disponíveis, informações sobre atividades de pesquisas e desenvolvimentos relevantes devem ser fornecidas, se aplicável. Porém, não se sabe ao certo como funcionarão na prática a análise desses substitutos e o desenvolvimento de um plano de substituição. A CVRD Inco e outras empresas que produzem e vendem níquel e cobalto criaram uma série de consórcios a fim administrar o registro de produtos similares.

*Revisão Legislativa Completa e Avaliação de Risco*. A regulação 793/93(EEC) da EU é um dispositivo cobrindo a avaliação de risco e os controles para as substâncias existentes, incluindo cinco substâncias de níquel (sulfato de níquel, cloreto de níquel, nitrato de níquel, carbonato de níquel e metal de níquel). A Agência Dinamarquesa de Proteção Ambiental (a “EPA dinamarquesa”) foi indicada como a principal agência realizando avaliações de risco dessas substâncias. A avaliação de risco para a saúde humana foi concluída no começo de 2006 e a EPA dinamarquesa divulgou no final de 2006 uma estratégia de redução dos riscos. A principal recomendação é uma revisão dos limites de exposição ocupacional para várias espécies de níquel. A avaliação de risco para o meio-ambiente causado pelo níquel deverá ser publicada em 2007.

### *Internacional*

*Certificados ISO e OHSAS*. Nosso sistema de gerenciamento ambiental se baseia na International Organization for Standardization (ISO), padrão 14001 e, pelo Occupational Health and Safety Standards (OHSAS) 18001. Obtivemos o certificado ISO 14001 cobrindo as operações de minério de ferro e de pelotização (Alegria, Timbopeba, Água Limpa, Fábrica Nova, Fazendão, Cauê, Conceição, Córrego do Feijão, Brucutu, Morro da Mina, Gongo Soco, Fábrica, Mutuca, Tamanduá, Capitão do Mato, Pico, Capão Xavier, Jangada e complexo de Carajás), manganês e usinas de ferro-liga (mina do Azul, RDME e RDMN), operações de níquel (Clydach Refinery, Acton Refinery, Inco TNC Limited, Jinco Nonferrous Metal, IATM Dalian & Shenyang), operações portuárias (complexo de Tubarão e CPBS), nosso centro de pesquisa, operações de alumínio (Alunorte, Albrás e Valesul) e instalações de produção de caulim (PPSA e CADAM). A Samarco e

a MRN estão também certificadas segundo este padrão. Obtivemos também os certificados OHSAS 18001 para o sistema MBR, nossa refinaria em Clydach, a refinaria em Acton, assim como para as operações de nossa IATM Dalian & Shenyang, e Jinco Nonferrous Metals Co.

*Harmonização da Classificação e Rotulação dos Produtos Químicos.* Em 1990, a International Labour Organization iniciou um projeto para harmonizar os sistemas existentes para a classificação e rotulação de produtos químicos. Isso levou à criação de uma classificação de risco globalmente harmonizada e compatível chamado Globally Harmonized System (“GHS”). Embora a adoção do GHS pelos países separadamente seja voluntária, a meta do Intergovernmental Forum on Chemical Safety é promover a ampla adoção do GHS até 2008. O Japão, recentemente, implementou o GHS, enquanto os Estados Unidos aplicarão o GHS para fins de transporte em janeiro de 2008. Outros países implementarão o GHS nos próximos anos. Não acreditamos que a adoção do GHS tenha impacto substancial sobre os resultados de nossas operações ou nossa situação financeira.

### **Investment Canada Act**

Em 20 de outubro de 2006, obtivemos a aprovação do Investment Canada Act, na forma de uma decisão de “benefício líquido para o Canadá” por parte do Ministério da Indústria canadense, em relação à nossa oferta para comprar as ações ordinárias em circulação da Inco Limited. Em conexão com a aprovação, fizemos uma série de empreendimentos em razão dos quais pretendemos tomar certas medidas, inclusive as que se seguem:

*Criação dos Negócios de Níquel com Base no Canadá.* Nós nos comprometemos a sediar nossos negócios globais de níquel em Toronto, Ontário, com responsabilidade sobre os negócios globais de níquel e atividade correlatas da CVRD, além de autorização para expandir seus negócios como líder global na indústria do níquel. Para apoiar essa autorização, transferiremos a responsabilidade administrativa sobre nossos interesses em projetos futuros e existentes de níquel para a CVRD Inco, inclusive nossa participação nos projetos de Onça Puma e Vermelho, no Brasil. As atividades globais da CVRD Inco serão administradas a partir de Toronto, Ontário, cuja sede continuará exercendo as funções de escritório central e atividades com participação canadense significativa. Nós nos comprometemos de que não haverá demissões nas instalações operacionais canadenses por pelo menos três anos e que, por um período determinado, os empregos agregados a estas instalações não serão reduzidos abaixo de 85%, a contar da data em que ocorreu a aquisição da CVRD.

*Aceleração do Projeto de Desenvolvimento de Voisey’s Bay.* Declaramos que apoiaremos plenamente o projeto de desenvolvimento de Voisey’s Bay e exprimimos nosso desejo de acelerar sua implementação. Manifestamos igualmente nossa intenção, após a conclusão da aquisição da Inco Limited, de nos reunirmos com o governo de Newfoundland e Labrador para iniciar discussões a respeito de nosso desejo de acelerar o projeto de desenvolvimento de Voisey’s Bay em um período de 12 a 18 meses.

*Enfatizar os Investimentos no Futuro a Longo Prazo da CVRD Inco.* Para ajudar a fortalecer a posição da CVRD Inco como líder nos negócios globais de exploração e contribuir para garantir a viabilidade a longo prazo das operações da CVRD Inco em Sudbury, Ontário, e Thompson, Manitoba, os investimentos canadenses serão aumentados em várias áreas, incluindo na exploração, pesquisa e desenvolvimento, por um período de três anos.

*Responsabilidade Social Corporativa.* Aumentaremos nossos gastos em programas de aprendizado para a First Nations, programa de emprego para estudantes e recrutamento, educação, formação e treinamento de empregados no Canadá por um período de três anos. Aumentaremos os gastos em programas de obediência ambiental no Canadá durante o mesmo período.

*Contribuições Contínuas para as Comunidades.* Conservaremos nosso envolvimento e compromisso com o crescimento do grupo minerador de Ontário, incluindo sua afiliação no Mineral Industry Cluster Council. Respeitaremos todos os acordos firmados pela CVRD Inco com os governos das províncias, governos locais, sindicatos de trabalhadores e grupos aborígenes, incluindo a Labrador Inuit Association e a Innu Nation, no Canadá. Honraremos igualmente todos os compromissos firmados pela CVRD Inco em relação ao financiamento de instituições educacionais, incluindo os compromissos arcados em relação ao Centre for Excellence in Mining Innovation, na Laurentian University, em Sudbury, Ontário.

Cada um dos empreendimentos que iniciamos em acordo com o Ministério da Indústria canadense está sujeito ao “Investment Canada Act, Guidelines—Administrative Procedures, Monitoring of Investments.” Entre outras coisas, essas diretrizes determinam que a performance seja julgada no contexto dos resultados gerais e que um investidor que seja incapaz de cumprir com um compromisso não será responsabilizado quando tal incapacidade ficar claramente além de seu controle.

## INVESTIMENTOS

A tabela a seguir apresenta nossos investimentos históricos por área de negócios pelos períodos indicados. Ver *Item 5. Linhas Gerais—Principais Fatores Afetando Receitas e Resultados Operacionais.—Alienações e Vendas de Ativos*, para uma descrição de nossas alienações de ativos.

	Para o ano findo em 31 de dezembro,		
	2004	2005 (US\$ milhões)	2006
Minerais Ferrosos .....	636	1.584	1.994
Minerais não ferrosos .....	302	264	787
Logística.....	484	1.092	649
Alumínio.....	224	669	850
Carvão.....	10	135	83
Energia.....	79	125	92
Centro corporativo .....	178	108	220
Aquisições e outros investimentos	179	1.021	15.953
Total.....	2.092	4.998	20.628

### Investimentos em 2006 e orçamento para investimentos em 2007

Durante 2006, a CVRD efetuou gastos de capital e outros investimentos de US\$ 20.628 milhões, dos quais US\$ 3.464 milhões foram em crescimento orgânico, compostos de US\$ 2.988 milhões em projetos e US\$ 476 milhões em pesquisa e desenvolvimento, ao passo que US\$ 1.360 milhões foram investidos na manutenção dos negócios existentes, e US\$ 15.804 milhões em aquisições. Os investimentos totais em 2006, excluindo gastos com aquisições e outros investimentos e incluindo US\$ 324 milhões resultantes de dois meses de consolidação da CVRD Inco, foram US\$ 4.824 milhões. Esta informação sobre investimentos inclui gastos com pesquisa e desenvolvimento, que são tratados como despesas correntes para fins contábeis.

Em 2006, adquirimos duas empresas: Inco (US\$ 18.931 milhões) e Valesul (US\$ 28 milhões). Adquirimos também alguns ativos da Rio Verde Mineração por US\$ 47 milhões. Ver *Item 4. Aquisições, Vendas de Ativos e Mudanças Significativas em 2005 e 2006*. Os US\$ 18.931 milhões investidos na aquisição da Inco refletem o preço de compra de US\$ 17.744 milhões mais a dívida líquida da Inco de US\$ 1.187 milhões. A quantia de US\$ 15.691 milhões foi paga aos acionistas da Inco em 2006, e US\$ 2.053 milhões foram usados para pagar os acionistas da Inco em 2007. A compra da participação minoritária de 39,8% na Caemi, pertencente aos acionistas minoritários, equivalente a US\$ 2.552 milhões, envolveu uma troca de ações, portanto não houve desembolso financeiro.

Em nosso planejamento financeiro para 2007, temos orçados US\$ 7.351 milhões para investimentos. Deste total, 72,9%, ou US\$ 5.356 milhões, serão atribuídos a investimentos no crescimento— US\$ 4.904 milhões em projetos e US\$ 452 milhões em pesquisa e desenvolvimento— os US\$ 1.995 milhões restantes serão destinados a investimentos na manutenção de operações existentes (“stay-in-business capital expenditures”). A aquisição da AMCI Holdings Australia Pty (anunciada em fevereiro de 2007) por US\$ 656 milhões, excluindo dívida líquida, não foi incluída no orçamento de 2007.

O orçamento para investimentos em 2007 consolida os investimentos planejados na CVRD Inco, que representam US\$ 1.950 milhões de investimentos programados para este ano. O orçamento para o *stay-in-business capital expenditure* (investimentos para manutenção dos negócios) para as operações de níquel em Ontário e Manitoba, no Canadá, foi fixado em US\$ 477 milhões, devido à idade dessas operações e o baixo nível de investimentos no período 2003-2005 (uma média anual de US\$ 208 milhões). Esses investimentos são importantes para a conservação dessas operações e o prolongamento de suas vidas úteis.

O crescimento econômico global, a retomada dos investimentos na indústria de metais e mineração, elevando os preços da matéria prima, e a valorização das moedas dos países exportadores de minerais em relação ao US\$— como o R\$ do Brasil e o dólar canadense— contribuíram para um aumento acentuado no custo dos projetos minerais. Os preços dos equipamentos e serviços de engenharia aumentaram substancialmente desde 2003, o que contribuiu para um importante aumento no custo unitário dos projetos de mineração em todo o mundo. Temos nos esforçados para minimizar o impacto desses aumentos nos custos do investimento.

O investimento de US\$ 1.869 milhões, ou 25,4% do total orçado para 2007, foi destacado para nossos negócios de minerais ferrosos. O investimento de US\$ 885 milhões é atribuído à divisão de alumínio, ao passo que US\$ 784 milhões



serão destinados a nosso negócio de logística. O investimento de US\$ 3.125 milhões está programado para nosso negócio de minerais não-ferrosos.

A tabela a seguir descreve nossos gastos com os principais projetos de investimento em 2006 e nossos investimentos orçados para 2007, junto com os gastos totais estimados para cada projeto.

Área	Projeto	Realizado	Orçamento		Status
		2006	2007	Total	
			(US\$ milhões)		
Minerais Ferrosos	Expansão da capacidade de produção de minério de ferro em Carajás para 85 Mtpa (Sistema Norte)	87	-	296	Este projeto acrescentou 15 milhões de toneladas por ano à capacidade de produção de minério de ferro. Foi concluído no terceiro trimestre de 2006.
	Expansão da capacidade de produção de minério de ferro em Carajás para 100 Mtpa (Sistema Norte)	258	87	366	Este projeto acrescentou 15 milhões de toneladas por ano à capacidade de produção. Foi concluído em janeiro de 2007.
	Expansão da capacidade de produção de minério de ferro em Carajás para 130 Mtpa (Sistema Norte)	-	66	1.828	Este projeto, que está sujeito à aprovação de nosso Conselho de Administração, deverá acrescentar 30 milhões de toneladas por ano à capacidade de produção, com a construção de uma nova planta consistindo de trituração primária e unidades de processamento e classificação. Conclusão prevista para 2009.
	Brucutu: mina de minério de ferro (Sistema Sudeste)	415	43	856	Este projeto acrescentou 30 milhões de toneladas por ano à capacidade de produção. Foi concluído no terceiro trimestre de 2006.
	Expansão da mina de minério de ferro de Fazendão (Sistema Sudeste)	23	111	129	Projeto para a produção de 15,8 milhões de toneladas por ano de minério bruto (ROM), ou não processado. Este projeto permitirá à terceira usina de pelotização da Samarco iniciar suas operações. A obra começou no segundo trimestre de 2006 e deve ser concluída no primeiro trimestre de 2008.
	Itabiritos: usina de pelotização (Sistema Sul)	98	417	759	Este projeto envolve a construção de uma usina de pelotização em Minas Gerais, com capacidade nominal de produção de 7 milhões de toneladas por ano, assim como a construção de uma planta de concentração de minério de ferro. Início das operações previsto para o segundo semestre de 2008.
	Minerais não ferrosos	Salobo : mina de cobre	-	78	855
Onça Puma: mina de níquel		64	658	1.437	Onça Puma deverá ter uma capacidade nominal de produção de 58.000 toneladas. A construção começou em julho de 2006 e os principais equipamentos já estão sendo contratados. O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2008.
Vermelho: mina de níquel		62	97	1.452	Vermelho tem uma capacidade estimada de produção de 46.000 toneladas por ano de níquel refinado, e 2.800 toneladas por ano de cobalto. O trabalho para obter as licenças ambientais necessárias ainda está em progresso.
Goro		n.a.	938	3.212	Goro tem uma capacidade estimada de produção de 60.000 toneladas por ano de níquel refinado e 4.600 toneladas de cobalto. Comissionamento está programado para o final de 2008.
Alumínio	Expansão da Alunorte: estágios 4 e 5—alumina	219	-	583	Os estágios 4 e 5 começaram a operar no primeiro semestre de 2006, expandindo a capacidade da refinaria de alumina para 4,3 milhões de toneladas por ano, em comparação aos 2,4 milhões de toneladas em 2005.

Paragominas I: mina de bauxita	219	35	352	O primeiro módulo da mina tem uma capacidade nominal de produção de 5,4 milhões de toneladas por ano de bauxita. As operações começaram em Janeiro de 2007.
Expansão da Alunorte: estágios 6 e 7—alumina	226	520	846	Os estágios 6 e 7 aumentarão a capacidade de refino de alumina para 6,26 milhões de toneladas por ano. A conclusão deste projeto está prevista para meados de 2008.
Paragominas II: mina de bauxita	16	115	196	A segunda fase de Paragominas acrescentará 4,5 milhões de toneladas por ano de bauxita à capacidade de produção de 5,4 milhões de toneladas por ano alcançada na primeira fase. A conclusão está programada para o segundo trimestre de 2008.

Todos os números reportados na tabela acima são apresentados em base caixa, segundo nosso planejamento financeiro para 2006 e 2007.

Além desses projetos, a CVRD tem orçamento de US\$ 452 milhões para pesquisa e desenvolvimento. Do total deste orçamento, 72% deverão ser gastos no Brasil e 28% na América do Sul, América do Norte, África, A Australásia e Europa.

#### Item 4A. Comentários do pessoal

Nenhum.

#### Item 5. Revisão e Perspectivas Financeiras

##### PANORAMA

No quarto trimestre de 2006, adquirimos 87,73% da Inco, segundo maior produtor global de níquel. A aquisição nos levou à posição de um dos maiores produtores mundiais de níquel, com receitas diversificadas em termos de produto, mercado e presença geográfica, e somos a segunda maior empresa mundial de mineração em termos de valor de mercado.

O ano de 2006 foi o quarto ano consecutivo em que registramos recorde de crescimento das receitas, lucro operacional e lucro líquido. Apesar das pressões de preço recentes— devido principalmente aos preços mais elevados dos equipamentos e da matéria prima, refletindo os altos níveis de produção na indústria de mineração, os custos maiores dos combustíveis e energia, e a valorização do R\$ em relação ao US\$ — geramos lucro líquido de US\$ 6.528 milhões em 2006, um aumento de 34,8% sobre 2005. Nossos resultados foram impulsionados basicamente por um aumento de 40,6% do lucro operacional, refletindo um crescimento de 53,6% nas receitas líquidas, compensado parcialmente por um declínio nas margens operacionais de 42,5% da receita líquida em 2005 para 38,9% em 2006.

O aumento nas receitas foi um reflexo da forte demanda e dos preços mais altos para nossos principais produtos, causado principalmente pela continuidade da forte demanda da China e pela maior demanda de outros mercados na Ásia e Europa, assim como pelos elevados níveis de produção sustentados pelos novos projetos entrando em vigor, a operação em capacidade máxima na maior parte de nossas unidades, os ganhos de produtividade e a aquisição da Inco no quarto trimestre de 2006. O declínio geral das margens do lucro operacional reflete basicamente o impacto dos ajustes contábeis da compra aos valores de estoque em conexão com a aquisição da Inco.

#### *Demanda*

##### *Demanda de minério de ferro e pelotas*

A demanda por produtos de minério de ferro é um resultado da demanda global de aço, que é, por sua vez, extremamente influenciada pela atividade econômica mundial. Nos últimos anos, temos testemunhado um aumento substancial da demanda, particularmente por parte da China. A demanda global de aço tem crescido desde 2002, e a demanda global de minério de ferro cresceu aproximadamente 8,3% em 2006. Na China, onde nos tornamos o maior fornecedor de minério de ferro em 2006, esperamos que, apesar a produção siderúrgica tender a crescer com taxas mais moderadas no curto prazo do que em comparação aos últimos dez anos, a demanda de minério de ferro importado continuará exigindo quantidades adicionais até o final desta década, mantendo assim a pressão sobre a ofert a global.

A demanda de minério de ferro superou nossa capacidade de produção durante o ano de 2006, e esperamos que esta situação se mantenha em 2007. Continuamos investindo no aumento de nossa capacidade e nossa produção programada de minério de ferro em 2007 é superior àquela de 2006, mas continuamos enfrentando um excesso de demanda. Esperamos continuar revendendo minério de ferro de terceiros a fim de atender a demanda. Em 2006, compramos 10,2 milhões de toneladas de minério de ferro e 8,9 milhões de toneladas de pelotas de terceiros.

No início de 2006, a demanda global de pelotas, que é mais concentrada na América do Norte e na União Européia, diminuiu. De modo a nos ajustarmos ao novo nível da demanda, decidimos temporariamente fechar nossa usina em São Luís no final de março e acelerar a manutenção planejada e redistribuir os volumes de minério de ferro fino. A usina de São Luís reiniciou suas operações em julho. Acreditamos que haja um crescimento potencial significativo da demanda de pelotas e estamos assim expandindo nossa produção de pelotas em dois projetos - Itabirito, no Estado de Minas Gerais, envolvendo a construção de uma usina de pelotização com capacidade de produção estimada de 7 milhões de toneladas por ano, e a terceira usina de pelotização de Samarco, com capacidade de produção esperada de 7,6 milhões de toneladas por ano. Ambos projetos têm início programado para 2008.

#### *Demanda de níquel*

A demanda de níquel primário é impulsionada basicamente pelas condições econômicas mundiais e está associada à produção industrial. A demanda global de níquel primário aumentou aproximadamente 8%, atingindo cerca de 1.384.000 toneladas em 2006. Os principais catalisadores para a demanda de níquel em 2006 foram a intensa atividade econômica mundial, a robusta recuperação da produção global de aço inoxidável, e a demanda sólida de níquel para aplicações em aços não inoxidáveis. A demanda de níquel foi forte em todas as regiões globais em 2006, mas particularmente na China, responsável por aproximadamente metade do crescimento da demanda mundial.

A utilização do níquel na produção de aço inoxidável representa em torno de 60% da demanda total de níquel primário. A produção global de aço inoxidável cresceu 15,8%, alcançando aproximadamente 28 milhões de toneladas em 2006. Acreditamos que a produção de aço inoxidável foi ajudada por uma demanda crescente, resultante da intensa atividade econômica mundial, assim como pela necessidade dos consumidores de reabastecer seus baixos estoques de aço inoxidável. A China comandou a expansão das capacidades de aço inoxidável em 2006, e estimamos que ela continuará liderando a demanda nos próximos anos. Estimamos que a produção chinesa de aço inoxidável em 2006 tenha crescido mais de 2 milhões de toneladas, chegando a 5,3 milhões de toneladas.

Em 2006, o setor de aço não-inoxidável contribuiu para a forte demanda por ligas com alto teor de níquel nos Estados Unidos e Europa, impulsionada pelos setores energético e aeroespacial. O crescimento no setor de energia incluiu uma intensificação na aplicação nas indústrias de petróleo, gás natural líquido e nuclear.

O mercado global de níquel continua enfrentando os efeitos das limitações estruturais do lado da oferta. A fonte da produção global de níquel hoje é basicamente o sulfato de níquel, e, como essas fontes tradicionais estão esgotadas, o crescimento futuro da produção dependerá dos depósitos de laterítico. O desenvolvimento de projetos de laterítico em áreas inexploradas continuou enfrentando atrasos importantes resultantes de problemas de custo, obstáculos técnicos e políticos. A maioria dos novos projetos de abastecimento não deverá incrementar a produção antes de 2009. Em 2006, a oferta de níquel primário cresceu aproximadamente 5%, atingindo 1.354 milhões de toneladas. O aumento na oferta das fontes tradicionais limitou-se a menos de 3%, devido à interrupção da produção em várias empresas. A oferta tradicional foi expandida por uma nova fonte de níquel primário introduzida durante o ano, e conhecida como ferro-gusa NiCr.

A forte demanda de níquel, associada aos aumentos limitados da oferta do produto, resultou num déficit estimado do abastecimento global de cerca de 30.000 toneladas em 2006. Os estoques da London Metal Exchange (LME) declinaram para apenas 6.594 toneladas ao final de 2006 – uma queda de 29.448 toneladas, ou 82% – representando menos de dois dias de consumo mundial de níquel.

Em 2007, prevemos a continuidade da forte demanda de níquel para aplicações na fabricação de aço inoxidável e de aços não-inoxidáveis, com a China permanecendo a principal força desta demanda, já que sua produção de aço inoxidável está aumentando para satisfazer o forte crescimento econômico esperado, assim como a demanda doméstica. Acreditamos que a demanda subjacente de níquel continuará sendo pressionada pela disponibilidade da oferta.

#### *Demanda de alumínio*

A demanda por produtos de alumínio é impulsionada pelas condições econômicas mundiais. Nos anos recentes, a China tem sido a principal responsável pela demanda no setor de produtos de alumínio. Os produtores chineses anunciaram planos de crescimento substancial na produção de alumina para os próximos anos. O crescimento da produção

de alumina na China é sustentado por um aumento acentuado nas importações de bauxita, o que pode criar uma pressão para o aumento do preço da bauxita no curto prazo.

#### *Demanda de cobre*

A demanda global de cobre é impulsionada basicamente pelas condições econômicas mundiais. Nos últimos anos, o crescimento da demanda de cobre tem sido provocado principalmente pelas importações chinesas. O comportamento do mercado de cobre em 2006 se caracterizou pela escassez de metal concentrado e refinado. Como no mercado global de níquel, há poucos amortecedores de impacto do lado da oferta – estoques estão relativamente reduzidos, produtores já operam em plena capacidade e não são esperados aumentos significativos na capacidade global dentro do curto prazo.

#### *Demanda de serviços de transporte*

A demanda por nossos serviços de transporte no Brasil é impulsionada principalmente pelo crescimento econômico brasileiro, em particular pelos setores agrícola e siderúrgico. A demanda por transporte ferroviário cresceu mais lentamente nos dois últimos anos devido às menores exportações de produtos agrícolas do Brasil e à menor produção de aço no país. Essas duas indústrias são os principais usuários de nossas ferrovias. Estes dois mercados começaram a se recuperar em 2007.

#### **Capacidade de produção**

As expansões de capacidade são fatores fundamentais influenciando nossas receitas. Continuamos investindo num grande número de instalações. As expansões concluídas que tiveram efeito significativo sobre os resultados de 2006 incluem as seguintes:

- A expansão do projeto Carajás para 85 milhões de toneladas por ano, concluída no terceiro trimestre de 2006. Em 2006, produzimos 81,8 milhões de toneladas de minério de ferro em Carajás.
- Nosso projeto inicial de minério de ferro de Fábrica Nova, com capacidade de 15 milhões de toneladas por ano, iniciou suas operações no segundo trimestre de 2005 e produziu 13,2 milhões de toneladas em 2006.
- As operações em nossa mina de minério de ferro de Brucutu entraram em operação em setembro de 2006. A produção totalizou 7,7 milhões de toneladas em 2006, e deve alcançar 23 milhões de toneladas em 2007 e 30 milhões de toneladas em 2008.
- A expansão do porto de Tubarão, no Sistema Sudeste, foi concluída em dezembro de 2006.
- Os estágios 4 e 5 de expansão da Alunorte, destinados a aumentar sua capacidade nominal para 4,4 milhões de toneladas por ano, em relação aos 2,4 milhões anteriores, foram concluídos no primeiro trimestre de 2006. A produção atingiu 3,9 milhões de toneladas em 2006 e deve alcançar sua plena capacidade em 2007.
- Compramos 26 locomotivas (todas para transporte de minério de ferro) e 416 vagões (basicamente para o transporte de minério de ferro) em 2006.
- Concluímos a expansão de capacidade de nosso projeto na mina de potássio de Taquari-Vassouras em setembro de 2005, aumentando sua capacidade de 600.000 toneladas por ano para 850.000 toneladas por ano. Em 2006, produzimos 731.000 toneladas de potássio.
- Nossa usina de coque metalúrgico em Yankuang, que tem uma capacidade de produção estimada de 2 milhões de toneladas por ano e 200.000 toneladas por ano de metanol, começou seus testes de produção em junho de 2006. A produção total em 2006 foi de 268.000 toneladas de coque e esperamos produzir 1,2 milhão de toneladas em 2007.

Além dos projetos acima, os importantes projetos que se seguem deverão afetar nossos resultados em 2007:

- A expansão de Carajás para 100 Mtpy foi concluída em janeiro de 2007.

- A mina de Paragominas, com capacidade de produção estimada em 5,4 milhões de toneladas de bauxita por ano, foi licenciada no primeiro trimestre de 2007. A bauxita de Paragominas será usada para abastecer a refinaria de alumina da Alunorte.

Ver Item 4. *Informações sobre a Empresa—Investimentos*, para maiores detalhes relacionados a nosso orçamento para investimentos em 2007.

### Preços

A tabela a seguir mostra nossos preços médios realizados para nossos principais produtos para cada um dos anos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro,		
	2004	2005	2006
	(US\$ por tonelada, exceto se houver ressalvas)		
Minério de ferro .....	19,63	32,63	40,00
Pelotas .....	39,81	70,79	75,21
Manganês .....	75,85	84,90	70,60
Ferro-ligas .....	956,49	846,88	886,97
Níquel (1) .....	-	-	31.981,53
Cobre (1) .....	-	-	7.317,07
Concentrado de cobre .....	747,21	982,41	1.824,36
Caulim .....	135,76	145,32	164,78
Potássio .....	196,83	232,81	195,09
Platina (US\$/oz) (1) .....	-	-	1.115,59
Cobalto (US\$/lb) (1) .....	-	-	14,93
Alumínio .....	1.686,05	1.841,16	2.558,76
Alumina .....	256,15	290,48	343,99
Bauxita .....	25,53	28,36	30,46

(1) Representa apenas os últimos 2 meses de 2006

### Minérios e metais

**Minério de ferro.** Nossas vendas de minério de ferro são feitas conforme contratos de fornecimento de longo prazo, que prevêem ajustes de preços anuais. As mudanças cíclicas na demanda global de produtos siderúrgico afetam os preços de venda e os volumes no mercado mundial de minério de ferro. Diferentes fatores influenciam a variação do preço em US\$ por tonelada de vários tipos de minério de ferro, tais como o teor de ferro de depósitos de minério específicos, os vários processos de beneficiamento e purificação necessários para produzir o produto final desejado, tamanho das partículas, teor de umidade e o tipo e a concentração de substâncias contaminantes (tais como fósforo, alumina e minério de manganês) no minério de ferro. Os minérios finos, granulados e as pelotas, em geral, determinam as diferenças de preço. Normalmente, realizamos negociações anuais de preço, começando em novembro de cada ano. Devido à variedade de minério de ferro, às características físicas e qualidade da pelota, o minério de ferro e as pelotas não são consideradas como *commodities*. Este fator, associado à estrutura do mercado, impediu o desenvolvimento do mercado de futuros do minério de ferro. Não efetuamos *hedge* sobre nossa exposição à volatilidade do preço do minério de ferro.

Impulsionada pelos altos níveis contínuos no mercado global de minério de ferro, a demanda dos clientes por este produto continuou superando nossa capacidade de produção em 2006. Refletindo este excesso de demanda, fechamos acordos com as principais siderúrgicas em maio de 2006 pelos quais nossos preços de referência para o minério de ferro aumentaram em média 19,0% e os preços da pelota diminuíram 3,0%. Esses acordos de preço tiveram um efeito positivo sobre nossas receitas brutas em 2006. Nossos preços de referência por unidade de ferro para nossos minérios finos aumentaram em 2006 em 19,0%, após aumentarem 71,5% em 2005, em comparação aos níveis de 2004. Em dezembro de 2006, firmamos acordos com as principais siderúrgicas segundo os quais nossos preços de referência em 2007 para o minério fino de Carajás (SFCJ) e do Sistema Sul (SSF) aumentaram 9,5% sobre os de 2006. Os preços da pelota produzida por altos-fornos, tanto em Tubarão quanto em São Luis, aumentarão 5,28% em relação a 2006.

**Níquel.** Os preços do níquel e de outros produtos geralmente refletem os preços da LME, o principal mercado para o níquel primário no mundo, ou os preços do metal praticados em outros mercados. O preço do níquel depende principalmente do equilíbrio da demanda de produtos de níquel no mercado, tendo em vista a nossa disponibilidade e de concorrentes, incluindo o fornecimento de metais primários semelhantes de vários produtores, dos estoques de negócio e de consumo, estoques de materiais secundários ou sucatas contendo níquel e outros materiais em forma utilizável ou reciclável, e os fornecimentos de outros materiais que podem substituir o níquel. No longo prazo, uma determinante de

preço de particular importância serão os custos associados à chegada de uma oferta adicional de níquel ao mercado para satisfazer a demanda geral do produto.

Nosso preço de realização para o níquel tende a ficar atrás das oscilações de preço à vista do níquel na LME, devido, principalmente, aos termos de nossos contratos de venda com determinados clientes. Efetuamos um prêmio sobre os preços à vista da LME para nossos produtos de níquel refinado.

*Operações de produtos de alumínio.* O alumínio é vendido num mercado dinâmico, onde os preços são determinados pelos preços de referência predominantes em alguns mercados, tais como a London Metal Exchange e a New York Mercantile Exchange (NYMEX), no momento da entrega.

Estamos envolvidos na produção e venda de bauxita, alumina e alumínio através de diversas *joint ventures*. Algumas delas são subsidiárias consolidadas e outras são consideradas pelo método patrimonial. Os acordos básicos são os seguintes:

- MRN (*joint venture* não consolidada na qual temos 40%), produtora de bauxita. A MRN vende para nós e para outros parceiros neste empreendimento conjunto pelo esquema *take-or-pay* por um preço determinado por uma fórmula associada ao preço do alumínio em contratos de três meses na London Metal Exchange, e pelo preço da alumina exportada da Austrália. Nós vendemos parte da bauxita que compramos da MRN para a Alunorte e alguns de nossos clientes não-afiliados.
- Alunorte (uma subsidiária consolidada na qual detemos 57% do capital), produtora de alumina. Em 2006, a Alunorte comprou toda sua necessidade de bauxita da MRN, e seu compromisso de compra anual em 2006 foi de aproximadamente US\$ 221 milhões. Em 2007, a Alunorte também comprará bauxita da mina de Paragominas. A empresa vende alumina pelo sistema *take-or-pay* para nós e outros membros da *joint-venture* em proporção às suas respectivas participações, por um preço que é determinado por uma fórmula baseada no preço do alumínio em contrato de três meses da London Metal Exchange. Em 2006, 23,3% da produção de alumina da Alunorte foram vendidos para clientes não afiliados.
- Albras (uma subsidiária consolidada na qual temos participação de 51%) produtora de alumínio primário. A Albras vende pelo sistema *take-or-pay* para nós e outros membros da *joint-venture*, em proporção às respectivas participações. Nós vendemos o alumínio que compramos da Albras diretamente para os clientes.
- Valesul (uma antiga *joint venture* não consolidada que se tornou uma subsidiária consolidada e na qual temos todo o controle - 100%). Também produz alumínio e vende produtos de alumínio diretamente para seus clientes.

*Minério de manganês e ferro-liga.* Os preços do minério de manganês e de ferro-liga são influenciados pelas tendências do mercado siderúrgico. Os preços do minério de manganês são geralmente negociados em bases anuais usando uma referência fixada no mercado japonês que se baseia no preço de referência de ferro-liga correspondentes. Os preços de ferro-liga são negociados em licitações abertas, contratos trimestrais (particularmente na Europa) ou à vista. Eles são influenciados por uma série de fatores e são mais voláteis do que os preços do minério de manganês. Dentre os principais fatores estão o preço do minério de manganês, os estoques dos produtores e comerciantes, interrupções ocasionais na produção e tarifas *anti-dumping* nos principais mercados (EUA, Europa, Japão e Coreia do Sul). Os preços médios de realização do minério de manganês declinaram 16,8% em 2006. Os preços médios realizados de ferro-liga aumentaram 4,7% em 2006.

Em reação ao contínuo excesso de oferta global que resultou em acumulações de estoques e queda dos preços de ferro-liga, administramos nossos negócios de minério de manganês e ferro-ligas em 2006 visando cortar os custos e maximizar a eficiência. Neste contexto, reduzimos a produção, em parte fechando fornos ineficientes e algumas minas menores de manganês, e também começamos a misturar o minério da mina Azul com aquele comprado de outros produtores, produzindo uma combinação capaz de melhorar a produtividade no processo de fabricação de ligas.

*Cobre.* Vendemos nosso concentrado de cobre em um mercado global dinâmico onde os preços são determinados com base: (i) nos preços dos mercados, como a London Metal Exchange (LME) e a COMEX, ao momento da entrega, e (ii) nos encargos de tratamento e refino negociados com cada cliente. Os preços globais do cobre na LME aumentaram 42,8% em 2006, sobre o ano precedente. Esses preços elevados refletem o crescimento da demanda global, principalmente da China, assim como o nível historicamente baixo dos estoques.

*Logística.* Obtemos nossas receitas de logística principalmente a partir das tarifas cobradas aos nossos clientes pelo transporte de cargas via nossas ferrovias, portos e navios. A maior parte destas receitas provém das ferrovias, e

praticamente toda nossa receita com logística está indexada ao R\$. Os preços no mercado brasileiro de ferrovias estão sujeitos a níveis máximos estipulados pela autoridade regulatória brasileira, mas eles refletem basicamente a concorrência com a indústria de transporte rodoviário.

### ***Aquisições e vendas***

Efetuamos uma série de aquisições e vendas significativas nos últimos anos. Para mais informações ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Panorama dos Negócios—Mudanças Significativas Recentes e Aliações e Vendas de Ativos*. Durante 2006 e 2007, as seguintes transações tiveram impacto substancial sobre nossa performance:

#### ***Aquisições***

- Em outubro de 2006, adquirimos 75,66% da Inco numa oferta de compra voluntária. Após uma oferta subsequente e compras adicionais, acumulamos 87,73% das ações (em 31 de dezembro de 2006), e em Janeiro de 2007 a fusão da Inco com nossas subsidiárias resultou em nosso total controle do capital da empresa. Pagamos um preço total de US\$ 17.151 milhões, dos quais US\$ 15.098 milhões foram desembolsados em 2006 e US\$ 2.053 milhões em 2007.
- Em abril de 2007, pagamos US\$ 656 milhões para a aquisição de 100% da AMCI Holdings Australia Pty—AMCI HA, uma empresa australiana que opera e controla ativos de carvão através de *joint ventures*.
- Em maio de 2007, entramos em uma operação através da qual obtivemos efetivamente o controle de 100% do capital total da MBR para os próximos 30 anos. Antes desta transação tínhamos uma participação de 89,9% da MBR, diretamente e indiretamente pela participação de 80% na empresa Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A.(EBM), cujo maior ativo é a participação de 51% na MBR. Adquirimos o adicional de 6,247% da EBM por US\$ 231 milhões, e simultaneamente entramos em um acordo de usufruto em relação a 13,753% do capital total da EBM que não possuímos. Este acordo nos garante todos os direitos e obrigações ligadas às ações da EBM, incluindo dividendos, para os próximos 30 anos. Em troca, a CVRD irá pagar o total de US\$ 61 milhões a um pagamento anual de US\$ 48 milhões. Como já consolidamos a MBR, esta transação não irá afetar significativamente o resultado consolidado das operações.
- Em julho de 2006, adquirimos os 45,5% restantes da Valesul Alumínio S. A., que havia sido anteriormente uma *joint venture* com direitos de voto idênticos, por US\$ 28 milhões. Com esta aquisição, começamos a consolidar a Valesul. A Valesul representou US\$ 153 milhões de nossas vendas de alumínio primário em 2006.
- Em março de 2006, compramos a participação minoritária da Caemi que estava em circulação no mercado através de fusão de capital. Em dezembro de 2006, a Caemi foi fundida à CVRD.

#### ***Vendas***

- Em dezembro de 2006, nós vendemos nossa participação de 4,85% na Sideral - S.A.I.C, uma usina localizada na Argentina, para a Ternium S.A. por US\$ 108 milhões.
- No segundo semestre de 2006, vendemos todas as nossas ações da Gerdau S.A. por US\$ 67 milhões.
- Em novembro de 2006, anunciamos nosso ingresso no grupo controlador da Usiminas e a venda simultânea de uma parte de nossas ações que não estavam sujeitas ao acordo entre acionistas controladores por US\$ 176 milhões.
- Em maio de 2007, vendemos em uma oferta pública de ações registrada junta a CVM, 13.802.499 ações da Usiminas e recebemos o total de US\$ 728 milhões. Adicionalmente, entramos em um acordo de imobilização por um período de 90 dias a partir do dia 25 de abril de 2007. Após vencimento ou renúncia do período de imobilização, pretendemos vender 36.691 ações adicionais que não foram vendidas, de acordo com a opção de distribuição a maior da oferta.
- Em maio de 2006, vendemos nossa participação de 50% na Gulf Industrial Investment Company (GIIC), uma produtora de pelotas sediada em Bahrain, para nosso sócio na *joint venture*, Gulf Investment Corporation, por US\$ 418 milhões.

- Em fevereiro de 2006, vendemos nossa participação de 49% na Nova Era Silicon, uma produtora de ferrosilicone com operações no Estado de Minas Gerais para nossos sócios, a JFE Steel Corporation, por US\$ 14 milhões.
- Em fevereiro de 2006, vendemos nossa participação de 40% no consórcio para construir e operar a usina hidroelétrica de Foz do Chapecó para Furnas Centrais Elétricas por US\$ 4 milhões.

#### *Impacto da aquisição da Inco*

Nossos resultados em 2006 refletem apenas dois meses de operação das CVRD Inco, conforme é mostrado abaixo.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro de 2006</b>	
	<b>Total CVRD</b>	<b>Atribuível a CVRD Inco</b>
	(US\$ milhões)	
Receita bruta.....	US\$ 20.363	US\$ 2.802
Custo dos bens vendidos .....	10.147	2.230
Lucro operacional .....	7.637	411

Dos custos dos bens vendidos atribuíveis à CVRD Inco, US\$ 953 milhões foram gerados por ajustes contábeis à compra, de acordo com o SFAS 141 e 142. Segundo esses padrões, os ativos de uma empresa adquirida, incluindo estoques, devem ser ajustados ao valor justo da aquisição. Quando os estoques relativos forem vendidos, a diferença entre o valor justo e o custo de produção é incluído nos custos dos bens vendidos. Aplicando estes princípios, o valor de mercado dos estoques da Inco na época da aquisição foi ajustado para cima em US\$1.686 milhões, em 31 de dezembro de 2006, quando adquirimos 87,73% das ações. Os US\$ 946 milhões de diferença do valor de mercado foram reconhecidos no quarto trimestre de 2006, com a venda de uma parcela do estoque. Contabilizamos US\$ 984 milhões para o primeiro trimestre de 2007, e um ajuste de US\$ 78 milhões será feita no segundo trimestre de 2007, devido à conclusão da aquisição da Inco em janeiro de 2007 e ao considerável aumento dos preços do níquel desde outubro de 2006.

Em conseqüência da aquisição da Inco, reconhecemos, em base preliminar, US\$ 3.876 milhões de ágio em 31 de dezembro de 2006, que aumentou no primeiro trimestre de 2007, quando pagamos o saldo do preço de compra. Aumentamos também substancialmente nosso endividamento para financiar a aquisição, conforme será discutido em mais detalhes a seguir.

#### *Taxas de câmbio*

A maior parte de nossas receitas é denominada em US\$, enquanto a maior parte de nossos custos (outros que não as despesas de serviço) tem historicamente sido indexada ao R\$. Em conseqüência disso, a força do R\$ nos últimos anos teve impacto negativo sobre os resultados financeiros de nossas operações. Por outro lado, devido ao fato de a maior parte de nossa dívida ser denominada em US\$, a valorização do R\$ nos proporcionou ganhos cambiais.

A aquisição da Inco alterou significativamente a composição de nossos custos de serviço não relacionados à dívida. Por conta dessa aquisição, uma parcela significativa de nossos custos está agora denominada em dólares canadenses e rúpias indonésias. A diversificação de nossos custos deverá reduzir o impacto da valorização do R\$ sobre nossos resultados financeiros reportados a partir de operações em períodos futuros.

As alterações nas taxas de câmbio tiveram efeito adverso sobre nosso lucro operacional em 2006. A taxa de câmbio média R\$/US\$ era de R\$2,4341 durante 2005 e de R\$ 2,1771 durante 2006, representando uma valorização de 11,8% do R\$. Embora o US\$ tenha desvalorizado 8,7% do final de 2005 ao final de 2006, em comparação à desvalorização de 11,0% do final de 2004 ao final de 2005, nossos ganhos em moedas estrangeiras no geral foram superiores em 2006, devido principalmente ao aumento substancial na dívida contraída em relação à aquisição da Inco.

#### *Inflação no Brasil*

Conforme cálculos do IGP-M, a taxa de inflação brasileira foi de aproximadamente 12,4% em 2004, 1,2% em 2005, e 3,8% em 2006. Nos quatro primeiros meses de 2007, a taxa de inflação no Brasil foi de 1,15%. A maior parte de nossos custos no Brasil é em R\$, ao passo que a maior parte de nossas receitas vem de fora do Brasil em US\$. A inflação brasileira tem um impacto negativo sobre nossas margens operacionais.



## Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais mais importantes consistem de custo de produtos vendidos, despesas de venda, gerais e administrativas e despesas com pesquisas e desenvolvimento.

- *Custos de produtos vendidos.* Nossos custos de produtos vendidos consistem principalmente dos custos de matéria prima (em especial a bauxita comprada pelo sistema *take-or-pay* da MRN, e o minério de ferro, pelotas e níquel comprados de terceiros), serviços (especialmente remoção de esteril das minas e frete), materiais e suprimentos, mão-de-obra, combustível, energia e depreciação e exaustão das minas. Conforme descritos acima, nossos custos de bens vendidos refletem também o efeito não-caixa dos ajustes contábeis das compras em relação à nossa aquisição da Inco.
- *Despesas de venda, gerais e administrativas.* Nossas despesas de venda, gerais e administrativas consistem basicamente de despesas com pessoal, despesas de venda e depreciação.
- *Despesas de pesquisas e desenvolvimento.* Nossas despesas de pesquisas e desenvolvimento consistem principalmente de investimentos relacionados à exploração mineral e estudos para o desenvolvimento de novos projetos.

## RESULTADOS DAS OPERAÇÕES — 2006 COMPARADO A 2005

### Receitas

Nossas receitas operacionais brutas subiram para US\$ 20.363 milhões em 2006, um aumento de 51,9% sobre 2005. Nossas receitas operacionais líquidas aumentaram 53,6% para US\$ 19.651 milhões em 2006. A tabela a seguir resume nossas receitas brutas por produto e nossas receitas operacionais líquidas nos períodos indicados:

	Ano findo em 31 de dezembro,		Variação %
	2006	2005	
	(US\$ milhões)		
Minério de ferro e pelotas			
Minério de ferro.....	US\$ 10.027	US\$ 7.396	35,6%
Pelotas .....	1.979	2.083	(5,0)
Subtotal.....	12.006	9.479	26,7
Níquel e outros produtos (1).....	2.802		100,0
Manganês e ferro-ligas .....	563	571	(1,4)
Potássio.....	143	149	(4,0)
Caulim.....	218	177	23,2
Concentrado de cobre (2) .....	779	391	99,2
Minerais e metais.....	16.511	10.767	53,3
Receitas de serviços de logística.....	1.376	1.216	13,2
Produtos de alumínio.....	2.381	1.408	69,1
Outros produtos e serviços.....	95	14	578,6
Receitas brutas .....	20.363	13.405	51,9
Impostos de valor agregado .....	(712)	(613)	16,2
Receitas operacionais líquidas .....	US\$ 19.651	US\$ 12.792	53,6%

(1) Inclui cobre, metais preciosos, cobalto e outros derivados produzidos pela CVRD Inco

(2) Exclui cobre produzido pela CVRD Inco

*Minério de ferro.* As receitas brutas com minério de ferro aumentaram 35,6%, impulsionadas principalmente por um crescimento de 22,7% nos preços médios de venda e por um aumento de 10,6% nos embarques do produto. Os aumentos de preço resultaram de um acordo com as principais siderúrgicas em maio de 2006 pelo qual nossos preços de referência para o minério de ferro subiram em média 19%. Este aumento de preço, que foi retroativo a janeiro para a maioria dos clientes na Europa e a abril para a maioria dos clientes na Ásia, começou a afetar favoravelmente nossas receitas brutas no final do segundo trimestre de 2006. O aumento dos embarques se tornou possível devido à maior produção em nossas minas existentes, à expansão de nossa mina de Carajás, ao início das operações de nossa mina Fábrica Nova em abril de

2005 e à produção de nossa mina da MBR, Mar Azul, que adquirimos no primeiro trimestre de 2006. Nossa mina de Brucutu iniciou as operações no terceiro trimestre de 2006, aumentando ainda mais nossa capacidade de produção.

*Pelotas.* As receitas brutas com pelotas diminuíram 5,0%. O total de embarques em 2006 de 25.354 milhões de toneladas foi 11,0% inferior ao total de 2005, refletindo principalmente nossa decisão de fechar temporariamente a usina de pelotização de São Luis de março a julho de 2006, em reação à menor demanda provocada pelos cortes na produção de aço na Europa e América do Norte. Refletindo a menor demanda de pelotas, concordamos em reduzir em 3% o preço de referência das pelotas de altos-fornos e de redução direta em nossas negociações com as principais siderúrgicas em maio de 2006, o que começou a exercer um impacto sobre nossas receitas brutas ao final do segundo trimestre de 2006. Apesar desta redução nos preços de referência, os preços médios de venda para 2006 foram 6,8% maiores em 2006 do que em 2005. Conforme descrito acima, nós fechamos acordos com as principais siderúrgicas pelos quais nossas pelotas de alto-forno e redução direta produzidas em nossas usinas de Tubarão e São Luis aumentarão em 5,28%, em comparação a 2006.

*Níquel e outros produtos.* Adquirimos a Inco na segunda quinzena de outubro de 2006, e nossos resultados de 2006 abrangem dois meses de suas operações. O níquel e outros produtos vendidos pela CVRD Inco representaram receitas de US\$ 2.802 milhões em 2006.

*Minério de manganês e ferro-liga.* As receitas brutas das vendas de minério de manganês e de ferro-liga declinaram 1,4%. Por causa dos preços de mercado menores para ferro-liga, reduzimos nossa produção desde 2005. Ver *Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Linhas Gerais—Preços—Minério de manganês e Ferro-liga.*

- As receitas brutas de ferro-liga aumentaram 2,8%, passando de US\$ 494 milhões em 2005 para US\$ 508 milhões em 2006, devido a um aumento de 4,7% em média nos preços de venda, parcialmente compensados por um declínio de 1,3% nos volumes.
- As receitas brutas com minério de manganês diminuíram 28,6%, de US\$ 77 milhões em 2005 para US\$ 55 milhões em 2006, refletindo um declínio de 16,8% nos preços médios de venda e uma queda de 14,1% nos volumes.

*Potássio.* As receitas brutas das vendas de potássio foram inferiores em 4,0%, de US\$ 149 milhões em 2005 para US\$ 143 milhões em 2006. O declínio foi causado por uma queda de 16,2% nos preços médios de venda. Os volumes de venda aumentaram 14,5%, refletindo um ano inteiro de operação com capacidade aumentada na mina de Taquari-Vassouras.

*Caulim.* As receitas brutas das vendas de caulim aumentaram 23,2%, de US\$ 177 milhões em 2005 para US\$ 218 milhões em 2006, principalmente devido a um aumento de 13,4% nos preços médios de venda. Os volumes cresceram 8,6%.

*Serviços de logística.* As receitas brutas de serviços de logísticas aumentaram 13,2%. O aumento reflete a valorização do *real*, já que nossos preços são geralmente denominados em *reais*, assim como os aumentos de preço em *reais*. Em particular:

- As receitas de transporte ferroviário aumentaram 14,8%, de US\$ 881 milhões em 2005 para US\$ 1.011 milhões em 2006. Os preços médios subiram 14,2%. Os volumes embarcados permaneceram estáveis.
- As receitas das operações portuárias aumentaram 13,5%, de US\$ 230 milhões em 2005 para US\$ 261 milhões em 2006. Os preços médios aumentaram 17,1%. Os volumes caíram 3,1%.
- As receitas de embarque permaneceram estáveis, US\$ 105 milhões em 2005 e US\$ 104 milhões em 2006.

*Produtos de alumínio.* As receitas de produtos de alumínio aumentaram 69,1%. Os principais fatores foram:

- Um aumento de 51,2% nas receitas brutas com as vendas de alumínio, de US\$ 823 milhões em 2005 para US\$ 1.244 milhões em 2006. Este aumento se deveu basicamente a uma alta de 39,0% nos preços médios de venda, refletindo a forte demanda mundial por alumínio. Os volumes cresceram 8,5%, principalmente devido à consolidação da Valesul, iniciada em julho de 2006.
- Um aumento de 108,7% nas receitas brutas com as vendas de alumina, de US\$ 531 milhões em 2005 para US\$ 1.108 milhões em 2006. O aumento das receitas brutas de alumina resultou de um aumento de 76,2% dos volumes de venda, refletindo o início das operações dos estágios 4 e 5 da refinaria Barcarena da Alunorte no

primeiro trimestre de 2006. Esses projetos de expansão aumentaram nossa capacidade de produção anual de 2,5 milhões de toneladas para 4.4 milhões de toneladas. O crescimento da produção de alumina compensou amplamente o impacto contábil da eliminação das vendas de alumina da Alunorte para a Valesul com sua consolidação no início de julho de 2006. Os preços de alumínio mais elevados da LME, usados como referência para nossas vendas do produto, provocaram um aumento de 18,4% nos preços médios de venda.

- As receitas brutas com venda de bauxita declinaram 46,3%, caindo de US\$ 54 milhões em 2005 para US\$ 29 milhões em 2006. Os volumes caíram 50,0%, refletindo o maior consumo de bauxita pela nossa subsidiária Alunorte, que reduziu a quantidade de bauxita disponível para venda aos clientes. Isso foi parcialmente compensado por um aumento de 7,4% nos preços médios de venda devido aos preços mais elevados da LME para o alumínio, que serve como preço de referência para nossas vendas de bauxita.

*Cobre* As receitas brutas de nossas vendas de cobre praticamente dobraram, devido a um aumento de 85,7% nos preços médios de venda e um aumento de 7,3% nos volumes vendidos. Isso reflete as vendas de concentrado de cobre das operações no Brasil, mas não as vendas de cobre pela CVRD Inco que estão incluídas em níquel e outros produtos.

*Outros produtos e serviços.* As receitas brutas de outros serviços e produtos aumentaram de US\$ 14 milhões em 2005 para US\$ 95 milhões em 2006, principalmente refletindo um embarque de carvão realizado no primeiro trimestre de 2006 e as vendas de ferro-gusa.

### **Custos e despesas operacionais**

Como outras empresas de mineração e metais, estamos enfrentando atualmente os preços mais elevados dos equipamentos, peças de reposição, energia, matéria prima e serviços. A valorização do *real* contra o dólar americano aumentou essas pressões, por causa de nossos custos denominados em *reais*. A tabela a seguir resume nossos custos e despesas operacionais para os períodos indicados.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro.</b>		<b>Varição %</b>
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	
	(US\$ milhões)		
Custo de minérios e metais .....	US\$ 7.946	US\$ 4.620	72,0
Custo de serviços de logística.....	777	705	10,2
Custo de produtos de alumínio.....	1.355	893	51,7
Outros.....	69	11	527,3
Custo dos produtos vendidos.....	10.147	6.229	62,9
Despesas de venda, gerais e administrativas.....	816	583	40,0
Pesquisa e desenvolvimento .....	481	277	73,6
Outros custos e despesas.....	570	271	110,3
Total de custos e despesas operacionais.....	US\$ 12.014	US\$ 7.360	63,2

## Custo dos produtos vendidos

A tabela a seguir resume os componentes de nossos custos dos produtos vendidos para os períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro,		2005	Variação %
	2006	Atribuível à CVRD Inco (US\$ milhões)		
	Total			
Serviços terceirizados .....	US\$ 2.056	132	US\$ 1.483	38,6
Custos de materiais .....	1.584	128	1.126	40,7
Energia				
Combustível.....	912	91	630	44,8
Energia elétrica .....	623	31	456	36,6
Subtotal .....	1.535	122	1.086	41,3
Aquisição de minério de ferro e pelotas .....	758	--	761	(0,4)
Aquisição de outros produtos				
Níquel.....	482	482	--	--
Produtos de alumínio.....	336	--	299	12,4
Outros.....	97	32	33	193,9
Subtotal.....	915	514	332	175,6
Pessoal .....	917	210	514	78,4
Depreciação e exaustão .....	899	124	585	53,7
Ajustes de estoques.....	946	946	--	--
Outros .....	537	54	342	57,0
Total .....	US\$ 10.147	US\$ 2.230	US\$ 6.229	62,9%

Nosso custo total de produtos vendidos aumentou 62,9%. Este aumento resultou basicamente dos seguintes fatores:

- *Impacto da aquisição da Inco.* As operações da CVRD Inco no quarto trimestre de 2006 contribuíram para o custo total de produtos vendidos de US\$ 2.230 milhões. Conforme descrito acima, US\$ 946 milhões deste valor são relacionados a ajustes contábeis da aquisição, segundo o SFAS 141/142, que determinou que ajustássemos ao valor de mercado os estoques da Inco na época da aquisição. O excesso do preço de mercado sobre o custo de produção desses estoques é incluído no custo dos produtos vendidos quando os estoques são vendidos. Esperamos incorrer em mais US\$ 1.062 milhões nos custos de bens vendidos em 2007 em relação aos estoques restantes.
- *Impacto da valorização do real.* O valor médio do real aumentou 11,8% contra o dólar americano em 2006, comparado a 2005. Considerando que a maior parte de nossos custos e despesas é denominada em reais, isso provocou maiores custos em dólar.
- *Serviços terceirizados.* Os custos dos serviços terceirizados aumentaram 38,6% em 2006. Do aumento de US\$ 573 milhões, US\$ 132 milhões foram atribuíveis à CVRD Inco. O aumento restante de US\$ 441 milhões foi provocado basicamente pela valorização do real frente ao dólar americano e aos maiores custos de frete ferroviário, devido à produção de minério de ferro de nossa subsidiária MBR, que utiliza a ferrovia MRS para o transporte de seu minério de ferro até o porto. Os custos mais elevados com serviços terceirizados refletem também a maior quantidade de remoção de resíduos em nossas minas e os custos maiores dos serviços de manutenção.
- *Custos dos materiais.* Os custos dos materiais aumentaram 40,7% em 2006. Do aumento de US\$ 573 milhões, a CVRD Inco contribuiu com US\$ 128 milhões. O aumento restante US\$ 330 milhões refletiu principalmente os maiores volumes e a valorização do real frente ao dólar americano.
- *Aquisição de minério de ferro e pelotas.* Os custos do minério de ferro e pelotas comprados de outras mineradoras permaneceram estáveis, já que os aumentos de preço compensaram amplamente os declínios nas toneladas compradas. O minério de ferro comprado de terceiros em 2006 diminuiu 33,8%, caindo para 10,2 milhões de toneladas em 2006, comparado aos 15,4 milhões de toneladas compradas em 2005. Compramos 8,9 milhões de toneladas de pelotas de terceiros em 2006, um declínio de 7,1% em comparação aos 9,7 milhões de toneladas compradas em 2005.
- *Aquisição de outros produtos.* A aquisição de outros produtos aumentou US\$ 583 milhões em 2006, dos quais US\$ 514 milhões foram atribuíveis a CVRD Inco. Os US\$ 69 milhões restantes se deveram basicamente às

compras mais elevadas de bauxita de terceiros por parte da Alunorte a fim de abastecer as operações de refino de alumina da usina de Barcarena, da Alunorte. Esperamos que as compras de bauxita de terceiros declinem devido ao início das operações da mina de Paragominas em 2007.

- *Custos de energia.* Os custos de energia aumentaram 41,3% em 2006. Do aumento de US\$ 449 milhões, US\$ 122 milhões foram atribuíveis à CVRD Inco. Os custos de eletricidade cresceram US\$ 167 milhões, dos quais US\$ 31 milhões foram atribuíveis à CVRD Inco. O aumento restante nos custos de eletricidade reflete principalmente os preços da eletricidade 31,1% mais elevados para a produção de alumínio, impulsionados pelo contrato de eletricidade da Albras, pelo qual uma parcela dos preços é indexada ao preço do alumínio da LME e pela consolidação da Valesul, que paga um preço mais alto pelo seu fornecimento de eletricidade. O volume de eletricidade consumido também cresceu 17,6%. Os custos de combustível aumentaram US\$ 282 milhões, dos quais a CVRD Inco responsabilizou-se por US\$ 91 milhões. O aumento restante de US\$ 191 milhões foi provocado pela maior produção, pela valorização do *real* e pelos preços mais elevados.
- *Custos com pessoal.* Os custos com pessoal cresceram 78,4%. Do aumento de US\$ 403 milhões, US\$ 210 milhões foram atribuíveis à CVRD Inco. O restante do aumento reflete o impacto dos reajustes salariais de 2006, realizados em julho de 2005, o aumento em nosso número de empregados devido aos projetos de expansão e nossa consolidação da Valesul, a valorização do *real* diante do dólar americano, e o pagamento de bônus especiais aos empregados em agosto de 2006. Em julho de 2006, concordamos com um aumento salarial de 3% que entrou em vigor em Janeiro de 2007.

#### Despesas de venda, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas aumentaram 40,0%. Do aumento de US\$ 233 milhões, US\$ 62 milhões foram atribuíveis à CVRD Inco. O restante do aumento resultou principalmente das maiores despesas de venda devido ao aumento dos volumes de venda, ao aumento salarial anual dos funcionários administrativos e à valorização do *real* frente ao dólar americano.

#### *Despesas de pesquisas de desenvolvimento*

As despesas de pesquisa e desenvolvimento aumentaram 73,6%. Do aumento de US\$ 204 milhões, US\$ 39 milhões foram atribuíveis à CVRD Inco. O restante do aumento reflete basicamente um aumento em estudos de exploração mineral e projetos em várias regiões, incluindo a América do Sul, Ásia, África e Austrália. O aumento inclui também US\$ 25 milhões em despesas relacionadas à construção de uma planta hidrometalúrgica para o processamento de cobre.

#### *Outros custos e despesas*

Os demais custos e despesas praticamente dobraram. O aumento de US\$ 299 milhões se deveu principalmente às provisões de US\$ 171 milhões para fechamento de minas e outras questões de recuperação ambiental, resultado de uma revisão completa.

### Lucro operacional por segmento

A tabela a seguir apresenta informações referentes a nosso lucro operacional por segmento como porcentagem das receitas dos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro,					
	2006			2005		
	Lucro (prejuízo) operacional no segmento		(% das receitas operacionais líquidas)	Lucro (prejuízo) operacional no segmento		(% das receitas operacionais líquidas)
(US\$ milhões)		(US\$ milhões)				
<b>Minerais ferrosos</b>						
Minério de ferro.....	US\$	5.168	53,0%	US\$	4.085	57,0%
Pelotas.....		630	33,3		661	33,0
Minério de manganês.....		(49)	—		(11)	—
Ferro-ligas.....		3	0,6		83	18,6
<b>Minerais não ferrosos</b>						
Níquel e outros produtos.....		411	14,6		-	-
Potássio.....		28	20,7		44	31,9
Caulim.....		-	—		(26)	—
Concentrado de cobre.....		464	61,1		146	38,1
<b>Produtos de alumínio</b>						
Alumina.....		294	26,7		37	7,3
Alumínio.....		631	51,9		395	48,3
Bauxita.....		-	-		5	9,3
<b>Logística</b>						
Ferrovias.....		274	32,9		173	23,5
Portos.....		64	29,5		65	33,2
Navios.....		(6)	—		(7)	—
<b>Outros</b> .....		(275)	—		(218)	—
<b>Total</b> .....	US\$	<u>7.637</u>	38,9%	US\$	<u>5.432</u>	42,5%

Nosso lucro operacional declinou como porcentagem das receitas operacionais líquidas de 42,5% em 2005 para 38,9% em 2006.

- Esta queda foi causada principalmente pelo declínio nas margens de nossos negócios de minério de ferro, de manganês, ferro-liga e potássio, que, junto ao impacto da consolidação da Inco e sua margem operacional de 14,6%, compensou amplamente as margens maiores em nossos negócios de cobre, alumina e alumínio.
- O encolhimento das margens em nossos negócios de minério de ferro reflete basicamente o impacto da valorização do *real* frente ao dólar americano, maiores despesas com pesquisa e desenvolvimento, depreciação mais elevada devido à expansão de nossa base de ativos e os custos mais altos com frete e outros serviços terceirizados. Juntos, esses fatores compensaram amplamente o impacto provocado pelos maiores preços médios de venda.
- As receitas e as margens operacionais cresceram em nossos negócios de cobre, alumina e alumínio. Em cada um desses segmentos, os preços mais fortes compensaram amplamente os aumentos nos custos de produção descritos acima.
- Os declínios significativos das margens nos segmentos de manganês e ferro-liga se deveram aos menores preços de mercado para esses produtos e aos custos mais elevados de produção descritos acima.
- O declínio da margem de potássio se deveu aos menores preços do potássio, observados acima, e aos maiores custos de produção em função principalmente da valorização do *real* face ao dólar americano.
- A margem operacional do níquel e de outros produtos reflete parcialmente o impacto dos ajustes contábeis da aquisição em relação aos estoques, mencionados anteriormente.

### **Lucro (prejuízo) não operacional**

A tabela abaixo traz os detalhes de nosso lucro (prejuízo) operacional para os períodos indicados.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro,</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
	(US\$ milhões)	
Lucro financeiro.....	US\$ 327	US\$ 123
Despesas financeiras.....	(1.338)	(560)
Ganhos (perdas) líquidos.....	529	299
Ganho com venda de investimentos.....	674	126
Lucro (despesas) não operacionais.....	US\$ 192	US\$ (12)

Nossas receitas líquidas não-operacionais foram de US\$ 192 milhões em 2006, comparadas às despesas líquidas não-operacionais de US\$ 12 milhões em 2005. Esta mudança reflete basicamente:

- Maiores ganhos cambiais sobre nossos passivos denominados em dólares americanos provocados pela variação da taxa de câmbio da dívida da CVRD.
- Um aumento do lucro financeiro devido principalmente às maiores taxas de juros e nossos saldos médios de caixa mais elevados.
- Um aumento das despesas financeiras, principalmente devido a um aumento significativo na dívida média em relação à aquisição da Inco.
- Ganho de US\$ 674 milhões sobre a venda de investimentos em 2006, com a venda de nossa participação na Siderar (US\$ 96 milhões), Usiminas (US\$ 175 milhões), GIIC (US\$ 338 milhões), Nova Era Silicon (US\$ 9 milhões) e Gerdau (US\$ 56 milhões), comparados aos ganhos em 2005 relacionados à venda da Quebec-Cartier Mining Company (US\$ 126 milhões).

### **Imposto de renda**

Em 2006, contabilizamos uma despesa líquida com impostos de US\$ 1.432 milhões, comparada à de US\$ 880 milhões verificada em 2005. A carga fiscal efetiva ou nosso lucro anterior à tributação foi de 18,3% em 2006 e de 16,2% em 2005. Nosso encargo fiscal efetivo é inferior à alíquota estatutária devido aos seguintes fatores: (i) lucro de algumas subsidiárias não-brasileiras sujeito a impostos menores, (ii) temos direito de deduzir a quantia de nossas distribuições que se caracterizam como juros sobre capital próprio, e (iii) nós nos beneficiamos dos incentivos fiscais aplicáveis aos nossos lucros sobre a produção em determinadas regiões brasileiras.

### **Afiliadas e Joint Ventures**

Nosso capital nos resultados das afiliadas, *joint ventures* e provisões para perdas sobre investimentos patrimoniais resultou num ganho de US\$ 710 milhões em 2006, comparado a um ganho de US\$ 760 milhões em 2005. A tabela a seguir resume a composição de nosso patrimônio líquido nos resultados de nossas afiliadas e *joint ventures* para os períodos indicados.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro,</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
	(US\$ milhões)	
<b>Patrimônio nos resultados de nossas afiliadas e joint ventures</b>		
Ferrosos.....	US\$ 312	US\$ 435
Logística.....	95	54
Produtos de alumínio.....	76	65
Aço.....	201	197
Carvão.....	26	9
Capital total nos resultados de nossas afiliadas e joint ventures, e provisões para perdas.....	US\$ 710	US\$ 760

A alteração entre os anos de 2005 e 2006 reflete basicamente os menores resultados dos minerais ferrosos por conta da venda da GIIC e dos resultados mais elevados em logística devido à melhor performance da MRS Logística.

## RESULTADOS DAS OPERAÇÕES — 2005 COMPARADO A 2004

### Receitas

Nossas receitas operacionais brutas subiram para US\$ 13.405 milhões em 2005, um aumento de 58,1% sobre 2004. Nossas receitas operacionais líquidas cresceram 58,6%, alcançando US\$ 12.792 milhões em 2005. A tabela a seguir resume nossas receitas brutas por produtos e nossas receitas operacionais para os períodos indicados:

	Ano findo em 31 de dezembro,		Variação percentual
	2005	2004	
	(US\$ milhões)		
Minério de ferro.....	US\$ 7.396	US\$ 3.995	85,1%
Pelotas .....	2.083	1.148	81,4
Subtotal.....	9.479	5.143	84,3
Manganês e ferro-ligas .....	571	701	(18,5)
Potássio.....	149	124	20,2
Caulim.....	177	164	7,9
Cobre .....	391	201	94,5
Minerais e metais.....	10.767	6.333	70,0
Receitas de serviços de logística.....	1.216	877	38,7
Produtos de alumínio.....	1.408	1.250	12,6
Outros produtos e serviços.....	14	19	(26,3)
Receitas brutas .....	13.405	8.479	58,1
Impostos sobre valor agregado .....	(613)	(413)	48,4
Receitas operacionais líquidas .....	US\$ 12.792	US\$ 8.066	58,6%

*Minério de ferro.* As receitas brutas com o minério de ferro aumentaram 85,1%, de US\$ 3.995 milhões em 2004 para US\$ 7.396 milhões em 2005, impulsionadas principalmente por uma alta de 66,3% nos preços médios de venda e por um crescimento de 11,4% nos embarques de minério de ferro. Esses aumentos de preços resultaram basicamente da alta de 71,5% dos preços do minério de ferro, negociada com as principais siderúrgicas em fevereiro de 2005, retroativa a janeiro para a maioria dos clientes na Europa e a abril para a maior parte dos clientes asiáticos. Aumentamos também nossos embarques de minério de ferro em 23,1 milhões de toneladas, ou 11,4%, em comparação a 2004. O aumento dos embarques foi possível graças à produção mais elevada de nossas minas existentes, aos aumentos da produção inicial em nosso projeto de expansão de Capão Xavier e Fábrica Nova, e ao aumento das compras de minério de ferro de terceiros, passando de 15,9 milhões de toneladas para 16,4 milhões de toneladas, em resposta ao sólido crescimento da demanda.

*Pelotas.* As receitas brutas provenientes das pelotas cresceram 81,4%, passando de US\$ 1.148 milhões em 2004 para US\$ 2.083 milhões em 2005. O aumento foi provocado principalmente por uma alta de 77,8% dos preços médios de venda. O preço mais elevado reflete o aumento de 86,67% no preço das pelotas que fixamos com as principais siderúrgicas em fevereiro de 2005, retroativo a janeiro para a maioria dos clientes europeus e a abril para a maior parte dos clientes asiáticos. O total de embarques em 2005 de 28,5 milhões de toneladas ficaram 3,6% maiores do que as 27,5 milhões de toneladas registradas no mesmo período em 2004, principalmente por conta da produção maior das nossas usinas de pelotização em atendimento à demanda.

*Minério de manganês e ferro-liga.* As receitas brutas das vendas de minério de manganês e de ferro-liga caíram 18,5%, de US\$ 701 milhões em 2004 para US\$ 571 milhões em 2005. Devido aos preços de mercado mais baixos para ferro-liga, reduzimos nossa produção durante 2005. Ver Item 5. *Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras—Linhas Gerais—Preços—Minério de Manganês e Ferro-liga.* Em consequência disso:

- As receitas brutas de ferro-liga caíram 21,0%, de US\$ 625 milhões em 2004 para US\$ 494 milhões em 2005, devido a um declínio de 14,1% do volume de vendas e a uma queda de 11,5% nos preços médios de venda.



- As receitas brutas do minério de manganês ficaram estáveis em US\$ 76 milhões (2004) e US\$ 77 milhões (2005), refletindo um aumento de 11,2% nos preços médios de venda e um declínio de 9,5% dos volumes.

*Potássio.* As receitas brutas das vendas de potássio cresceram 20,2%, passando de US\$ 124 milhões em 2004 para US\$ 149 milhões em 2005. O aumento foi causado por uma alta média de 18,3% nos preços de venda, refletindo a forte demanda. Os volumes de venda subiram 1,6%.

*Caulim.* As receitas brutas das vendas de caulim cresceram 7,9%, de US\$ 164 milhões em 2004 para US\$ 177 milhões em 2005, devido principalmente a um aumento de 6,1% nos preços de venda. Os volumes permaneceram relativamente estáveis.

*Serviços de logística.* As receitas brutas dos serviços de logística aumentaram 38,7%, de US\$ 877 milhões em 2004 passaram para US\$ 1.216 milhões em 2005. O aumento reflete a valorização do *real*, visto que nossos preços são em geral denominados em *real*, assim como os aumentos dos preços em *reais*. Em particular:

- As receitas de transportes ferroviários aumentaram 44,0%, de US\$ 612 milhões em 2004 para US\$ 881 milhões em 2005. Os preços médios subiram 50,0%. Os volumes embarcados ficaram estáveis.
- As receitas das operações portuárias cresceram 32,9%, de US\$ 173 milhões em 2004 para US\$ 230 milhões em 2005. Os preços médios aumentaram 25,7%. Os volumes cresceram 6,7%.
- As receitas de embarques marítimos aumentaram 14,1%, de US\$ 92 milhões em 2004 para US\$ 105 milhões em 2005. Nossos preços médios de venda aumentaram 25,0%. Os volumes caíram 5,0% devido a problemas operacionais com um de nossos navios.

*Produtos de alumínio.* As receitas brutas de alumínio cresceram 12,6%, de US\$ 1.250 milhões em 2004 para US\$ 1.408 milhões em 2005. Os principais fatores foram:

- Um aumento de 11,4% nas receitas brutas das vendas de alumínio, de US\$ 739 milhões em 2004 para US\$ 823 milhões em 2005. Este aumento foi causado principalmente por uma alta de 8,9% nos preços médios de venda, refletindo a forte demanda mundial por alumínio. Os volumes cresceram 4,0% em função do aumento da produção.
- Um aumento de 15,9% nas receitas brutas das vendas de alumina, de US\$ 458 milhões em 2004 para US\$ 531 milhões em 2005. O aumento das receitas brutas de alumina resultou de um aumento de 2,2% no volume de vendas e de um crescimento da demanda mundial de alumina, que provocou uma alta de 13,5% nos preços de venda.
- As receitas brutas de bauxita permaneceram estáveis, em US\$ 54 milhões em 2005, comparadas às de US\$ 53 milhões em 2004. Um aumento de 11,3% nos preços médios de venda, devido à alta geral do preço da bauxita no mundo, foi parcialmente compensado por um declínio de 8,3% dos volumes, refletindo o maior consumo de bauxita por parte de nossa subsidiária Alunorte, que reduziu a quantidade de bauxita disponível para ser vendida aos clientes.

*Cobre.* A produção de cobre da CVRD teve início em junho de 2004. As receitas brutas das vendas de cobre praticamente dobraram de US\$ 201 milhões em 2004 (sete meses de operação) para US\$ 391 milhões. A produção de nossa mina de cobre de Sossego em 2005 foi inferior ao que inicialmente esperávamos devido à necessidade de substituir equipamentos (adequados à rigidez das rochas). Os novos equipamentos entraram em operação no quarto trimestre de 2005. Problemas com a moagem provocaram quedas significativas na produção durante o primeiro trimestre de 2006. As receitas brutas de 2005 também foram influenciadas favoravelmente pelos preços do cobre, que continuaram registrando níveis inéditos, refletindo a forte demanda chinesa, as interrupções da produção mundial e os menores níveis de estoques reportados.

*Outros produtos e serviços.* As receitas brutas de outros produtos e serviços foram inferiores em 26,3%, somando US\$ 19 milhões em 2004 para US\$ 14 milhões em 2005.

### *Custos e despesas operacionais*

A valorização do *real* frente ao dólar americano aumentou essas pressões para nós, já que aproximadamente 70% de nossos custos são indexados ao *real*. A tabela que se segue resume nossos custos e despesas operacionais para os períodos indicados.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro,</b>		<b>Variação %</b>
	<b>2005</b>	<b>2004</b>	
	(US\$ milhões)		
Custo de minério e minerais .....	US\$ 4.620	US\$ 2.881	60,4%
Custo de serviços de logística.....	705	513	37,4
Custo de produtos de alumínio.....	893	674	32,5
Outros .....	11	13	(15,4)
Custo dos produtos vendidos.....	6.229	4.081	52,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas .....	583	452	28,5
Pesquisa e desenvolvimento.....	277	153	81,0
Outros custos e despesas .....	271	257	5,4
Total de custos e despesas operacionais.....	<u>US\$ 7.360</u>	<u>US\$ 4.943</u>	48,9%

### *Custo dos produtos vendidos*

*Geral.* O custo total dos produtos vendidos aumentou 52,6%, de US\$ 4.081 milhões em 2004 para US\$ 6.229 milhões em 2005. Este aumento resultou basicamente dos seguintes fatores :

- O valor médio do *real* aumentou 16,8% sobre o dólar americano em 2005, comparado ao de 2004. Considerando que aproximadamente 70% de nossos custos são denominados em *real*, isso levou a um aumento nos custos em dólares americanos.
- Os custos de materiais aumentaram US\$ 646 milhões, ou 58,3%, em 2005, puxados principalmente pela alta nos preços da matéria prima e combustíveis, assim como devido à expansão da produção e um aumento nos preços de peças sobressalentes.
- Os custos de serviços terceirizados subiram US\$ 670 milhões, ou 82,4%, em 2005, devido principalmente aos maiores volumes de venda, aumento das despesas com frete ferroviário, maior remoção de resíduos nas minas e preços mais elevados dos serviços de manutenção.
- O custo do minério de ferro e das pelotas compradas de outras mineradoras aumentou 60,5%, refletindo os aumentos de preço em 2005, assim como os maiores volumes comprados. O minério de ferro comprado de outros fornecedores em 2005 aumentou para 16,4 milhões de toneladas, 3,2% acima das 15,9 milhões de toneladas compradas em 2004.
- Os custos de energia cresceram US\$ 141 milhões, ou 44,8%, em 2005, impulsionados principalmente pelas tarifas elétricas mais altas constantes no contrato de longo prazo da Albras para abastecimento de eletricidade. Além do preço básico, o vendedor participa dos lucros de nossa venda de alumínio primário quando o preço supera os US\$ 1.450,00 por tonelada, conforme registrado na London Metal Exchange (“LME”). O preço da LME tem superado este limite durante todo o contrato até o momento.

*Custo dos minerais e metais.* O custo dos minerais e metais aumentou 60,4% para US\$ 4.620 milhões em 2005, tendo sido de US\$ 2.881 milhões em 2004, principalmente devido aos preços mais altos dos insumos, à valorização do *real* frente ao dólar americano e à expansão da produção. O custo dos minérios e metais durante 2005 também refletiu uma alta de US\$ 130 milhões dos custos relacionados à mina de cobre de Sossego, que começou suas operações em junho de 2004.

*Custo dos serviços de logística.* O custo dos serviços de logística cresceu 37,4%, de US\$ 513 milhões em 2004 para US\$ 705 milhões em 2005, devido aos maiores volumes de carga, custos mais elevados dos combustíveis, custos maiores dos fretes cobrados pela MRS e a valorização do *real* sobre o dólar americano.

*Custo dos produtos de alumínio.* O custo dos produtos de alumínio teve alta de 32,5%, passando de US\$ 674 milhões em 2004 para US\$ 893 milhões em 2005, refletindo basicamente os preços mais elevados da bauxita comprada da MRN pela Alunorte, combustíveis mais caros e preços mais altos nos contratos de abastecimento de eletricidade da Albras.

*Custo de outros produtos e serviços.* O custo de outros produtos e serviços declinou de US\$ 13 milhões em 2004 para US\$ 11 milhões em 2005.

#### *Despesas de vendas, gerais e administrativas*

As despesas de vendas, gerais e administrativas aumentaram 28,9%, de US\$ 452 milhões em 2004 para US\$ 583 milhões em 2005. O aumento se deveu principalmente às maiores despesas de venda em função do aumento do volume de vendas, ao reajuste salarial anual dos funcionários administrativos e à valorização do *real* frente ao dólar americano.

#### *Despesas de pesquisa e desenvolvimento*

As despesas com pesquisa e desenvolvimento cresceram 81,0%, de US\$ 153 milhões em 2004 para US\$ 277 milhões em 2005, devido ao aumento da exploração mineral e de estudos de projetos em várias regiões, incluindo a América do Sul, Ásia, África e Austrália.

#### *Outros custos e despesas*

Os demais custos e despesas cresceram de US\$ 257 milhões em 2004 para US\$ 271 milhões em 2005.

### **Lucro Operacional por Segmento**

A tabela a seguir fornece informações relativas a nosso lucro operacional como porcentagem das receitas para os períodos indicados.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro,</b>			
	<b>2005</b>		<b>2004</b>	
	<b>Lucro (prej.) operacional do segmento</b> (US\$ milhões)	<b>(% da receita operacional líquida do segmento)</b>	<b>Lucro (prej.) operacional do segmento</b> (US\$ milhões)	<b>(% da receita operacional líquida do segmento)</b>
<b>Minerais ferrosos</b>				
Minério de ferro .....	US\$ 4,085	57,0%	US\$ 1,836	47,5%
Pelotas .....	661	33,0	268	24,3
Minério de manganês .....	(11)	—	26	36,1
Ferro-ligas .....	83	18,6	243	42,2
<b>Minerais não-ferrosos</b>				
Ouro .....	-	—	(2)	—
Potássio .....	44	31,9	53	48,6
Caulim .....	(26)	—	51	32,3
Cobre .....	146	38,1	92	46,5
<b>Produtos de alumínio</b>				
Alumina .....	37	7,3	71	16,1
Alumínio .....	395	48,3	435	59,1
Bauxita .....	5	9,3	5	9,4
<b>Logística</b>				
Ferrovias .....	173	23,5	150	29,3
Portos .....	65	33,2	51	35,4
Navios .....	(7)	—	(39)	—
<b>Outros</b> .....	(218)	—	(117)	—
<b>Total</b> .....	<b>US\$ 5,432</b>	<b>42,5</b>	<b>US\$ 3,123</b>	<b>38,7</b>

Nosso lucro operacional cresceu como porcentagem das receitas operacionais líquidas de 38,7% em 2004 para 42,5% em 2005. Este aumento foi causado basicamente pelas maiores receitas e margens operacionais nos negócios de minério de ferro e de pelotas. Em cada um desses segmentos, os preços compensaram amplamente os aumentos do custo de produção acima descritos.

A melhora nos segmentos de minério de ferro e pelotas foi parcialmente compensada por um declínio nas margens operacionais na maioria dos demais segmentos:

- O declínio das margens no segmento de alumínio reflete principalmente a valorização do *real* e os preços mais elevados de energia e matéria prima, que compensaram amplamente os preços mais altos do alumínio.
- O declínio das margens operacionais do caulim se deveu aos custos mais altos de armazenamento e embalagem, assim como às despesas portuárias na Europa e os custos mais elevados dos combustíveis.
- O declínio das margens operacionais do cobre resultou basicamente dos maiores custos operacionais por unidade e volumes abaixo do esperado, em função das condições adversas de perfuração mencionadas acima.
- O declínio das margens operacionais no segmento de ferrovias reflete acima de tudo os preços mais altos dos combustíveis, que foram compensados apenas parcialmente pelos maiores preços médios de venda.

### **Receita (despesa) não-operacional**

A tabela a seguir mostra detalhes de nossas receitas (despesas) não-operacionais para os períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de,	
	2005	2004
	(US\$ milhões)	
Lucro financeiro.....	US\$ 123	US\$ 82
Despesas financeiras .....	(560)	(671)
Ganhos (perdas) cambiais e monetários líquidos.....	299	65
Ganhos sobre vendas de investimentos.....	126	404
Receitas (despesas) não-operacionais .....	US\$ (12)	US\$ (120)

Tivemos despesas não-operacionais líquidas de US\$ 12 milhões em 2005, comparadas às de US\$ 120 milhões em 2004. Essa alteração resultou basicamente dos seguintes fatores:

- O impacto positivo das oscilações cambiais sobre nossa dívida líquida denominada em dólar americano devido à valorização do *real*, que foi de 11,0% em 2005 e de 8,1% em 2004.
- Um aumento do lucro financeiro de US\$ 82 milhões em 2004 para US\$ 123 milhões em 2005, devido principalmente a um rendimento maior dos investimentos em títulos do tesouro.
- Um declínio nas despesas financeiras de US\$ 671 milhões em 2004 para US\$ 560 milhões em 2005, principalmente em função de uma redução na dívida média.
- Um ganho sobre a venda de investimentos em 2005 de US\$ 126 milhões por conta da venda da Quebec Cartier Mining Company em julho de 2005, em comparação a um ganho de US\$ 404 milhões em 2004, que se deveu à venda da CST.

### **Imposto de Renda**

Em 2005, registramos uma despesa líquida com impostos de US\$ 880 milhões, comparada à de US\$ 749 milhões em 2004. A alíquota fiscal efetiva sobre nosso lucro antes da tributação foi de 16,2% em 2005 e de 24,9% em 2004. Nossa alíquota fiscal efetiva é inferior à determinada pelo estatuto porque (i) o lucro de algumas subsidiárias não-brasileiras está sujeito a taxas fiscais menores, (ii) somos autorizados a deduzir o valor de nossas distribuições que caracterizamos como juros sobre capital próprio e (iii) nos beneficiamos de incentivos fiscais aplicáveis a nossos lucros sobre a produção em determinadas regiões do Brasil. A alíquota fiscal efetiva declinou em 2005 porque uma maior proporção de nosso lucro foi gerada por subsidiárias não-brasileiras ou qualificada a incentivos fiscais.

### **Afiliadas e Joint Ventures**

Nosso capital nos resultados das afiliadas e *joint ventures* e nas provisões para perdas com investimentos registrou um ganho de US\$ 760 milhões em 2005, comparado a um ganho de US\$ 542 milhões em 2004. A tabela a seguir resume

a composição de nosso patrimônio nos resultados de afiliadas e *joint ventures* e as provisões para perdas com investimentos em capital para os períodos indicados.

	<b>Ano findo em 31 de dezembro,</b>	
	<b>2005</b>	<b>2004</b>
	(US\$ milhões)	
<b>Patrimônio nos resultados de afiliadas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos</b>		
Ferrosos .....	US\$ 435	US\$ 170
Logística .....	54	33
Produtos de alumínio.....	65	71
Aço .....	197	271
Carvão.....	9	--
Outros.....	--	(3)
Capital total nos resultados das afiliadas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas .....		
	<b>US\$ 760</b>	<b>US\$ 542</b>

*Minerais ferrosos.* Nosso capital nos resultados nas afiliadas e *joint ventures* de minério de ferro e pelotas e provisões para perdas em investimentos totalizou um ganho de US\$ 435 milhões em 2005, comparado a um ganho de US\$ 170 milhões em 2004. As melhoras em cada uma dessas afiliadas se deveram à forte demanda do mercado de minério de ferro e pelotas, assim como aos preços mais elevados.

*Logística.* Em 2005, nosso patrimônio nos resultados nas afiliadas e *joint ventures* de logísticas e provisões para perdas em investimentos registrou um ganho de US\$ 54 milhões, comparado ao de US\$ 33 milhões em 2004, refletindo os melhores resultados da MRS Logística S.A.

*Produtos de alumínio.* Nosso patrimônio nos resultados de nossas afiliadas e *joint ventures* de alumínio e provisões para perdas em investimentos foi de US\$ 65 milhões em 2005, comparado ao de US\$ 71 milhões em 2004. Esses declínios decorreram basicamente de nossos menores resultados na Valesul, por conta de seus custos de energia e combustíveis mais elevados, que compensaram amplamente os melhores resultados da MRN.

*Aço.* Em 2005, contabilizamos um ganho líquido de US\$ 197 milhões de nosso patrimônio nos resultados de siderúrgicas afiliadas e *joint ventures*, comparado a um ganho líquido de US\$ 271 milhões em 2004. O declínio se deveu principalmente ao impacto da venda da CST em 2004 e à queda nos resultados da CSI em 2005, ambos sendo parcialmente compensados pelo melhor desempenho em 2005 da Usiminas, resultado principal dos preços médios de venda mais elevados.

*Carvão.* Em 2005, registramos dividendos recebidos nos resultados de nossa *joint venture* de carvão, Longyu, de US\$ 9 milhões. Em janeiro de 2006, a CVRD recebeu seu primeiro embarque experimental de carvão, aproximadamente 40.000 toneladas, da China para o Brasil.

## LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

### *Linhas Gerais*

No curso normal dos negócios, nossas principais aplicações de recursos são: investimentos, distribuição de dividendos e reembolso da dívida. Temos, historicamente, alcançado esses objetivos utilizando o caixa gerado a partir de nossas atividades operacionais e através de dívidas de curto e longo prazos. Acreditamos que essas fontes de recursos, junto a nosso caixa e caixa-equivalente disponível, continuarão sendo apropriadas para cumprir com nossas necessidades de capital antecipadas.

Além disso, de tempos em tempos, nós revisamos oportunidades de investimento e aquisições e faremos, se a oportunidade for propícia, aquisições e investimentos para implementar nossa estratégia de negócios. Em geral, fazemos investimentos diretamente ou através de nossas subsidiárias, *joint ventures* ou empresas afiliadas, e financiamos esses investimentos através de recursos gerados internamente, da emissão de dívidas ou de uma combinação desses métodos.

Os empréstimos feitos para nossa importante aquisição em relação à Inco e o refinanciamento desses empréstimos, junto à dívida da CVRD Inco, nos proporcionou um aumento significativo no valor de nosso endividamento atual consolidado e do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos uma dívida de longo prazo de US\$ 21.833 milhões, comparada à de US\$ 4.932 milhões ao final de 2005. Nossas despesas financeiras aumentaram em consequência desses empréstimos.

O financiamento do preço de compra da Inco e das despesas relacionadas à transação foi realizado através de saques de US\$ 14.600 milhões de nosso empréstimo ponte (todas em 2006) e disponibilidade de caixa. Começamos refinar a aquisição em novembro de 2006, e em 31 de dezembro de 2006 tínhamos conseguido o refinanciamento de 84% da quantia originalmente sacada. Pagamos nosso empréstimo ponte integralmente ao final de abril de 2007. As principais fontes de recursos foram as seguintes:

- Uma emissão de títulos de 10 e 30 anos no valor de US\$ 3.750 milhões por nossa subsidiária Vale Overseas Limited realizado em novembro de 2006;
- Uma emissão de US\$ 2.544 milhões de debêntures de 4 e 7 anos denominadas em R\$ e não-convertíveis foi finalizado em dezembro de 2006; e
- Uma transação financeira de US\$ 6.000 milhões de 5 e 7 anos de pré-exportação que foi concluída em dezembro de 2006.

Em 2007, além do refinanciamento do saldo restante de nossa aquisição, esperamos que nossas principais necessidades de caixa incluam o pagamento da dívida que vence em 2007, gastos de capital orçados em US\$ 7.351 milhões, distribuição mínima de dividendos anunciada para 2007 de US\$ 1.650 milhões e o preço de compra de US\$ 656 milhões pela aquisição da AMCI descrita a seguir. Esperamos satisfazer essas necessidades de caixa principalmente através de uma combinação de fluxo de caixa operacional, caixa e caixa-equivalente disponível.

### ***Fontes de Recursos***

Nossas principais fontes de liquidez são o caixa e o caixa-equivalente disponível, e o fluxo de caixa de nossas operações. Em 31 de dezembro de 2006, dispúnhamos de caixa e caixa-equivalente de US\$ 4.448 milhões. Nossas atividades operacionais geraram fluxos de caixa positivos de US\$ 7.232 milhões em 2006.

Além disso, a CVRD se comprometeu em créditos com o objetivo de melhorar a eficiência de seu gerenciamento de caixa e reduzir os riscos de refinanciamento da dívida durante momentos de instabilidade nos mercados financeiros. Atualmente, estamos comprometidos com créditos de US\$ 650 milhões que estão disponíveis até maio de 2007, com um período de amortização se sacado em dois anos, e uma linha de crédito recorrente de US\$ 500 milhões que está disponível até 2011. Em maio de 2007, concluímos um acordo para uma nova linha de crédito recorrente no valor de US\$ 650 milhões. Não usamos nenhum desses recursos disponíveis em créditos comprometidos ou recorrentes. A CVRD Inco também tem uma linha de crédito recorrente de US\$ 750 milhões que está disponível até 2011. Atualmente, US\$ 642 milhões estão disponíveis por esta linha de crédito, já que a parcela restante foi utilizada. Dependendo da aprovação do emprestador, certos compromissos dessa linha podem ser prolongados por um período adicional de um ano na data de cada aniversário. Em 31 de dezembro de 2006, não havia quantia nenhuma sacada da linha de crédito recorrente. No entanto, duas cartas totalizando um crédito de US\$ 108 milhões foram emitidas sob os termos desta linha. Nós geramos um total de US\$ 837 milhões em caixa através da alienação de investimentos em 2006. Em maio de 2007, fechamos uma transação para a venda das ações da Usiminas por US\$ 728 milhões.

Acreditamos que estamos bem posicionados para levantar capital adicional, considerando nosso acesso aos mercados de capitais globais e nossa classificação de investimento. Após a aquisição da Inco, a agência Moody's confirmou nossa classificação Baa3 em moeda estrangeira, o Dominion Bond Rating Serviços confirmou nossa classificação de BBB (alta), a Fitch Ratings confirmou nossa classificação BBB-, e a Standard & Poor's abaixou nossa classificação de BBB+ para BBB e nos colocou em período de observação de crédito com implicações negativas. Em fevereiro de 2007, a Standard & Poor's nos retirou do período de observação e elevou nossa classificação para BBB.

### ***Utilização dos Recursos***

#### ***Aquisições***

Em 2006, usamos caixa de US\$ 13.201 milhões, líquido de caixa, para comprar subsidiárias. Este valor inclui o caixa usado para adquirir a Inco em outubro de 2006, assim como o caixa usado para adquirir a participação restante de 45,5% na Valesul por US\$ 28 milhões em julho de 2006. Em abril 2007, compramos a AMCI Holdings Australia Pty – AMCI HA por aproximadamente US\$ 656 milhões, excluindo a dívida líquida. Em maio de 2007, aumentamos nossa participação na EBM para 86,25% por US\$ 231 milhões. O ativo principal da EBM é a participação de 51% na subsidiária MBR, na qual já temos uma participação de 89,9%. Simultaneamente entramos em um acordo de usufruto em relação a 13,75% do capital total da EBM que não possuímos, o que nos garante todos os direitos e obrigações em relação a estas

ações para os próximos 30 anos e consequentemente o controle efetivo de 100% da MBR. Em troca, pagaremos US\$ 61 milhões mais um pagamento anual de US\$ 48 milhões para os donos destas ações.

#### *Investimentos*

Os investimentos totalizaram US\$ 4.538 milhões em 2006. Em 2007, temos um orçamento de US\$ 7.351 milhões para investimentos. Esta quantia inclui investimentos em projetos assim como despesas com manutenção e exploração. Para mais informações sobre os projetos específicos aos quais este orçamento se destina, ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Investimentos*.

#### *Dividendos*

Distribuimos um total de dividendos e juros sobre capital próprio de US\$ 1.300 milhões em 2006. O dividendo mínimo anunciado para 2007 é de US\$ 1.650 milhões. As primeiras parcelas desses dividendos foram aprovadas pelo Conselho de Administração no valor de US\$ 825 milhões e foram pagas em 30 de abril de 2007. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Dividendos e Juros sobre Capital Próprio*.

#### *Recompra de ações*

Nós recomparam nossas ações preferenciais no mercado aberto de junho até agosto de 2006, seguindo nosso programa anunciado de recompras limitadas a 5% de nossas ações preferenciais. Recomparamos um total de 15.149.600 ações sob este programa a um custo de US\$ 301 milhões.

#### *Dívida*

Em 31 de dezembro de 2006, tínhamos uma dívida agregada pendente de US\$ 22.581 milhões, consistindo de dívidas de curto prazo de US\$ 1.459 milhões (inclusive US\$ 711 milhões em parcelas atuais de dívida de longo prazo e US\$ 25 milhões de empréstimos de partes relacionadas), e dívida de longo prazo (excluindo parcelas atuais) de US\$ 21.122 milhões. Em 31 de dezembro de 2006, aproximadamente US\$ 909 milhões de nossa dívida estavam garantidas em vínculos a alguns ativos.

Nossa dívida de curto prazo consiste principalmente de financiamentos de negócios denominados em dólar americano, basicamente na forma de pré-pagamentos de exportação e vendas adiantadas de exportação com instituições financeiras estrangeiras e brasileiras.

Nossas principais categorias de endividamento de longo prazo (incluindo a parcela atual da dívida de longo prazo e excluindo os encargos acrescidos) são as seguintes:

- *Empréstimos e financiamentos denominados em dólar americano (US\$ 10.814 milhões em 31 de dezembro de 2006)*. Esses empréstimos incluem linhas de financiamento de exportação, financiamento de importação das agências de crédito de exportação e empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Eles incluem também nossa aquisição da CVRD Inco que foi saldada em abril de 2007. Os empréstimos geralmente têm taxas de juros flutuante com *spreads* baseados no índice LIBOR. A quantia pendente em 31 de dezembro de 2006 não inclui os US\$ 6.000 milhões sacados na transação de financiamento antes da exportação em janeiro de 2007, cujos recursos foram usados para saldar parte dos saques feitos sob a linha de *senior acquisition facility*.
- *Papéis de renda fixa denominados em dólares americanos (US\$ 6.897 milhões em 31 de dezembro de 2006)*. Emitimos vários títulos pré-fixados através de nossa subsidiária financeira Vale Overseas Limited com uma garantia da CVRD. Esses incluem os US\$ 3.750 milhões de papéis de renda fixa emitidos em novembro de 2006 para refinar uma parcela de nossos saques sob o *senior acquisition facility*.
- *Empréstimos denominados em dólares americanos garantidos por recebíveis de exportações futuras (US\$ 345 milhões em 31 de dezembro de 2006)*. Temos um programa de securitização de US\$ 550 milhões com base em recebíveis existentes e futuros gerados por nossa subsidiária CVRD Overseas Ltd a partir de exportações de minério de ferro e pelotas para seis de nossos clientes na Europa, Ásia e Estados Unidos. A transação de securitização é dividida em três parcelas de renda fixa e uma de taxa flutuante.
- *Debêntures brasileiras não-convertíveis denominadas em reais (US\$ 2.774 milhões em 31 de dezembro de 2006)*. Em novembro de 2006, emitimos debêntures não-convertíveis no valor de aproximadamente US\$ 2.500 milhões, em duas séries, com vencimentos de quatro e sete anos. A primeira série, aproximadamente US\$ 700

milhões, vence 2010 e com juros em 101,75% da variação acumulada da taxa de juros do CDI (certificado de depósito bancário). A segunda série aproximadamente US\$ 1.800 milhões, com maturidade em 2013 traz juros em relação aos do CDI mais 0,25% ao ano. Os recursos provenientes dessas emissões foram usados para saldar os saques feitos pela nossa *senior acquisition facility*.

- *Títulos perpétuos (US\$ 86 milhões em 31 de dezembro de 2006)*. Emitimos títulos perpétuos que são negociáveis por 48.000 milhões de ações preferenciais da MRN. Os juros são pagos sobre os títulos em valor igual aos dividendos pagos às ações preferenciais subjacentes.
- *Outras dívidas domésticas. (US\$ 728 milhões em 31 de dezembro de 2006)*. Temos vários empréstimos contraídos no Brasil, principalmente com o BNDES e alguns bancos privados, a maioria dos quais está atrelada às taxas flutuantes brasileiras, com o saldo basicamente indexado ao dólar americano.

Alguns de nossos instrumentos de dívida de longo prazo contêm compromissos financeiros. Nossos principais compromissos requerem que mantenhamos certos índices, tais como dívida/patrimônio, dívida líquida/EBITDA e cobertura das despesas financeiras. Estamos em absoluta conformidade com os compromissos financeiros, considerando o ano terminado em 31 de dezembro de 2006, e acreditamos que nossos compromissos atuais não restringirão significativamente nossa capacidade de tomar emprestados fundos adicionais de que precisamos para satisfazer nossas necessidades de capital. Acreditamos que conseguiremos operar dentro dos termos de nossos compromissos financeiros no futuro previsível. Nenhum desses compromissos restringe diretamente nossa capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio no nível da empresa controladora.

## **DEBÊNTURES PARTICIPATIVAS**

Simultaneamente ao primeiro estágio de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures para nossos acionistas existentes na época. Os termos das debêntures foram fixados de maneira a garantir que nossos acionistas antes da privatização (incluindo o governo brasileiro) participassem conosco nos futuros benefícios financeiros que resultariam da exploração de certos recursos minerais que não haviam sido levados em conta ao ser determinado o preço mínimo de compra de nossas ações na privatização. De acordo com o contrato das debêntures, os acionistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a uma percentagem combinada de nossas receitas líquidas (as receitas menos o imposto de valor agregado, tarifa de transporte e despesas de seguro relacionado à negociação dos produtos) provenientes de alguns recursos minerais identificados que nos pertenciam na época da privatização, desde que não ultrapássemos limites definidos. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos acionistas cessará quando os recursos minerais pertinentes chegarem à exaustão. Com base nos níveis de produção atuais e nas estimativas de novos projetos, iniciamos os pagamentos referentes aos recursos de cobre em 2004 e esperamos começar os pagamentos relativos aos recursos de minério de ferro em aproximadamente 2016 para o Sistema Norte e aproximadamente em 2028 para o Sistema Sul, e os pagamentos relacionados a outros recursos minerais ao final da década atual.

Os pagamentos totais dessas debêntures dos acionistas são de US\$ 2 milhões em 2004, relativos aos resultados de 2003. Os pagamentos totais dessas debêntures dos acionistas são de US\$ 5 milhões em 2005, relativos aos resultados de 2004. Em 2006, efetuamos pagamentos totais de debêntures dos acionistas no valor de US\$ 6 milhões. Fizemos também um pagamento de US\$ 6 milhões em 30 de março de 2007, relacionado ao segundo semestre dos resultados de 2006. Ver Nota 18 em nosso demonstrativo financeiro consolidado para obter uma descrição dos termos dessas debêntures.



## OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A tabela a seguir resume nossa dívida de longo prazo, dívida de curto prazo, obrigações de arrendamentos operacionais, obrigações de compra e as obrigações *take-or-pay* da Alunorte em 31 de dezembro de 2006. Esta tabela exclui outras obrigações que possamos ter, inclusive obrigações de aposentadoria (discutidas na Nota 17 de nosso demonstrativo financeiro consolidado).

	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	2008-2009	2010-2011	A partir de então
	(US\$ milhões)				
Dívida de longo prazo.....	US\$21.833	US\$ 711	US\$ 8.990	US\$ 1.792	US\$ 10.340
Dívida de curto prazo.....	723	723	-	-	-
Pagamento de juros (1) .....	12.000	1.186	1.880	1.371	7.568
Obrigações de arrendamentos operacionais.....	1.129	48	96	96	889
Obrigações de compra (2).....	12.292	3.653	2.668	1.398	4.573
Obrigações <i>take-or-pay</i> (MRN) (3) .....	647	252	395	-	-
<b>Total.....</b>	<b>US\$48.629</b>	<b>US\$ 6.573</b>	<b>US\$ 14.029</b>	<b>US\$ 4.657</b>	<b>US\$ 23.370</b>

(1) Consiste em estimativas de pagamento futuro de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, calculadas com base em taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis em 31 de dezembro de 2006 e assumindo (i) que todos os pagamentos de amortização e pagamentos no vencimento dos nossos empréstimos, financiamentos e debêntures serão feitos nas datas programadas, e (ii) que as notas perpétuas serão resgatadas na primeira data permitida.

(2) As quantias, inclusive para compras de minério de ferro de empresas mineradoras localizadas no Brasil, têm como base os preços de 2006.

(3) Estamos comprometidos através de um acordo *take-or-pay* a comprar bauxita da MRN por um preço determinado segundo uma fórmula baseada nos preços internacionais correntes do alumínio.

## ACORDOS FORA DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2006, nossos acordos fora do balanço patrimonial consistiam basicamente do seguinte.

- Em 31 de dezembro de 2006, prolongamos as garantias para empréstimos obtidos por afiliadas no valor US\$ 3 milhões denominadas em dólares americanos. Não esperamos perdas relacionadas a essas garantias. Estabelecemos um pagamento de tarifas para a prolongação dessas garantias, no caso da Samarco. Ver Nota 18 em nossos demonstrativo financeiro consolidado para maiores informações sobre essas garantias.
- Fornecemos uma garantia cobrindo determinados pagamentos de rescisão ao fornecedor conforme contrato de abastecimento de energia elétrica firmado em outubro de 2004 para nosso projeto Goro, na Nova Caledônia. O valor do pagamento de rescisão depende de uma série de fatores. Se Goro descumprir uma ordem contratual, os pagamentos de rescisão podem alcançar até 145 milhões de Euros. Assim que tiver início o fornecimento elétrico contratado, as quantias de garantia declinarão ao longo da duração do acordo.
- Em relação ao financiamento de arrendamento com vantagens fiscais da Girardin relativas ao projeto Goro, fornecemos certas garantias segundo as quais temos pagamentos garantidos até um valor de US\$ 100 milhões.

## POLÍTICAS CRÍTICAS DE CONTABILIDADE E ESTIMATIVAS

Acreditamos que são críticas as políticas contábeis que se seguem. Consideramos que uma política contábil é crítica quando é importante para a situação e os resultados financeiros de nossas operações e exigem avaliações e estimativas substanciais da parte de nossa diretoria. Para um resumo de todas nossas políticas contábeis importantes, ver a Nota 3 em nosso demonstrativo financeiro consolidado.

### *Reservas Minerais e Vida Útil das Minas*

Regularmente, avaliamos e atualizamos nossas estimativas das reservas minerais provadas e prováveis. Nossas reservas minerais provadas e prováveis são determinadas usando em geral técnicas de avaliação reconhecidas. Para calcular nossas reservas, precisamos adotar premissas sobre as condições futuras, que são altamente incertas, inclusive os

preços futuros do minério, taxas de câmbio de moedas estrangeiras, taxas de inflação, tecnologias de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em todas ou algumas dessas premissas podem ter impacto substancial sobre nossas reservas.

Um dos métodos que utilizamos em nossas estimativas de reserva é determinar as datas de fechamento das minas utilizadas no registro do valor justo do passivo para nossas obrigações com a desmobilização de ativos e os períodos sobre os quais nós amortizamos nossos ativos minerais. Quaisquer mudanças em nossas estimativas do total esperado da mina no futuro ou as vidas úteis dos ativos podem ter impacto sobre os encargos de depreciação, exaustão e amortização registrados em nossos demonstrativos financeiros consolidados em relação ao custo dos bens vendidos. As mudanças da vida útil das minas podem também afetar significativamente nossas estimativas de custos ambientais e de recuperação do local, que são descritas mais profundamente abaixo.

### ***Custos Ambientais e de Recuperação das Áreas Degradadas***

Os gastos relacionados ao cumprimento contínuo das regulamentações ambientais são contabilizados nos lucros ou capitalizados correspondentemente. Os programas contínuos são destinados a minimizar o impacto ambiental de nossas atividades.

A SFAS 143, "Accounting for Asset Retirement Obligations", ou contabilidade das obrigações de desmobilização de ativos, exige que reconheçamos um passivo pelo valor justo de nossas obrigações de desmobilização dos ativos no período em que elas ocorrerem, se uma estimativa razoável puder ser feita. Consideramos as estimativas contábeis relacionadas aos custos de recuperação e fechamento das minas como estimativas contábeis críticas porque:

- Não voltaremos a incorrer na maior parte desses custos por um bom número de anos, o que exige que façamos estimativas sobre um longo período;
- As leis de recuperação e fechamento podem mudar no futuro ou as circunstâncias afetando nossas operações podem mudar, em ambos casos provocando alterações significativas em nossos planos atuais;
- O cálculo do valor justo de nossas obrigações de desmobilização dos ativos de acordo com a SFAS 143 requer que atribuamos probabilidades para os fluxos de caixa projetados, que adotemos premissas de longo prazo sobre a taxa de inflação, que determinemos nossas taxas de juros livres de risco ajustadas ao crédito e que estabeleçamos prêmios de risco de mercado que sejam apropriados às nossas operações, e
- Levando em conta o significado desses fatores na determinação de nossos custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas, as mudanças em algumas ou todas essas estimativas podem exercer impacto substancial sobre nosso lucro líquido. Em particular, considerando os longos períodos nos quais muitos desses custos são descontados do valor presente, as mudanças de nossas premissas sobre taxas de juros livres de riscos e ajustadas ao crédito podem ter impacto importante sobre o tamanho de nossas provisões.

Nosso Departamento Ambiental desenvolveu um guia que define as regras e procedimentos a serem usados para avaliar nossas obrigações de desmobilização de ativos. Os custos futuros com desmobilização de ativos de todas nossas minas e áreas exploradas são estimados anualmente, considerando o estágio atual da exaustão e da data projetada de exaustão de cada mina e área explorada. As estimativas de custos de desmobilização dos ativos são descontadas do valor presente usando uma taxa de juros livres de risco ajustadas ao crédito. Em 31 de dezembro de 2006, nossas estimativas de valor justo do total de nossas obrigações agregadas de desmobilização de ativos era de aproximadamente US\$ 676 milhões.

### ***Deterioração de ativos de longa vida útil e ágio***

Efetuamos aquisições que incluem uma quantidade significativa de ágio, ativos intangíveis e tangíveis. Segundo os princípios contábeis geralmente reconhecidos, exceto para o ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida, esses ativos são amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas, e são verificados para determinar se são recuperáveis dos lucros operacionais na base de um fluxo de caixa não descontado durante suas vidas úteis, sempre que eventos ou mudanças das circunstâncias indicarem que o valor implícito não pode ser recuperado. Os fatores que podem desencadear uma revisão de deterioração são os seguintes:

- Desempenho significativamente inferior aos resultados operacionais históricos ou projetados ou às unidades de negócios ou entidades adquiridas;

- Mudanças substanciais na maneira como usamos os ativos adquiridos ou na nossa estratégia geral de negócios; ou
- Tendências industriais ou econômicas significativamente desfavoráveis.

Quando determinamos que o valor implícito dos ativos intangíveis de vida útil definida pode não ser recuperável com base nas verificações de um ou mais indicadores de deterioração, avaliamos todas as deteriorações com base num método de fluxo de caixa descontado projetado utilizando uma taxa de juros determinada por nossa diretoria a fim de medir o risco inerente em nosso modelo de negócios atual.

Desde 2002, paramos de amortizar o saldo do ágio que existia em 31 de dezembro de 2001. Somos obrigados a atribuir o ágio das unidades reportadas e verificar o ágio reportado de cada unidade em relação à deterioração pelo menos uma vez por ano, o que fazemos no dia 30 de setembro de cada ano. No primeiro passo da verificação, comparamos o valor de mercado e a quantia implícita da unidade reportada para identificar qualquer perda de deterioração do ágio. Se a quantia implícita de uma unidade reportada ultrapassar o valor de mercado da unidade, devemos realizar o segundo passo da verificação de deterioração para avaliar o valor, se houver, da perda e deterioração do ágio da unidade. O ágio resultante de nossa combinação de negócios com a continuidade da participação não-controladora deve ter sua deterioração verificada usando uma abordagem que seja coerente com a abordagem que a entidade usou para avaliar a participação não-controladora na data da aquisição. Para patrimônios em que investimos, determinamos anualmente se existe um declínio, que não seja temporário, no valor de mercado do investimento.

### ***Alocação do preço de compra***

Em 31 de dezembro de 2006, compramos 87,73% das ações da Inco Limited em circulação no mercado por um valor total de US\$ 15.009 milhões, gerando US\$ 3.876 milhões de ágio estimado, após o reconhecimento dos ativos e passivos identificáveis (tangíveis e intangíveis) adquiridos pelos seus valores de mercado respectivos. A SFAS No. 142, “*Goodwill and Other Intangible Asset*,” ou ágio e outros ativos intangíveis, foi aplicada em conexão com nossa aquisição, e nenhuma amortização do ágio gerado em consequência desta aquisição foi registrada.

Utilizamos o “método de compra” para contabilizar as transações de nossa combinação de negócios, o que requer que determinemos racionalmente o valor de mercado dos ativos e passivos identificáveis das empresas adquiridas separadamente, a fim de determinar a quantia de ágio a ser reconhecida como ativo intangível. Após a aquisição do ativo, que inclui os direitos às reservas de minas de recursos naturais, o estabelecimento do valor para esses ativos inclui a aplicação de valores de mercado sobre as reservas compradas, que são classificadas no balanço patrimonial como propriedade, usina e equipamento.

As alocações preliminares dos preços de compra baseadas nos valores de mercado dos ativos e passivos comprados têm como referência as estimativas de avaliação interna da diretoria. Essas alocações serão finalizadas com base na avaliação e outros estudos em progresso, realizados por nós com a assistência de especialistas externos em avaliações. De modo correspondente, os ajustes de alocação de preços reconhecidos em nosso demonstrativo financeiro em 31 de dezembro de 2006 são preliminares e sujeitos à revisão, que poderá ser importante.

### ***Derivativos e atividades de hedge***

A SFAS 133, “*Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities*,” ou contabilidade para instrumentos financeiros derivativos e atividades de *dehedge*, conforme retificação das SFAS 137, SFAS 138 e SFAS 149, exige que reconheçamos todos os instrumentos financeiros derivativos como ativos ou passivos em nosso balanço patrimonial e que avaliemos estes instrumentos pelo seu valor de mercado. As alterações no valor de mercado dos derivativos são registradas em cada período nos lucros correntes ou outro lucro abrangente (fora do lucro líquido), no segundo caso dependendo de a transação ser designada como um *hedge* efetivo. Nós não designamos nenhum instrumento financeiro derivativo como *hedge* e os ajustes do valor de mercado a nossos derivativos foram assim contabilizados em nosso lucro líquido corrente. Se tivéssemos designado nossos instrumentos de *hedge* como nos permite a SFAS 133, teria havido ajustes correspondentes do valor de mercado, para alguns de nossos instrumentos de *dehedge*, em relação aos itens protegidos no caso de *hedges* de valor de mercado ou diretamente ao patrimônio líquido no caso de operações de *hedge* de fluxo de caixa. Em 2006, registramos uma cobrança de US\$ 116 milhões em relação aos ajustes do valor de mercado sobre instrumentos derivativos.

## ***Impostos de Renda***

Em conformidade com a SFAS 109, “*Accounting for Income Taxes*,” ou contabilidade para Impostos de Renda, reconhecemos os efeitos dos impostos deferidos de prejuízo fiscal com períodos-base anteriores e diferenças temporárias em nossos demonstrativos financeiros consolidados. Registramos uma compensação de avaliação quando acreditamos que é grande a probabilidade de que os ativos fiscais não sejam plenamente recuperáveis no futuro.

Quando preparamos nossos demonstrativos financeiros consolidados, estimamos nossos impostos com base em várias jurisdições onde realizamos negócios. Isso requer que estimemos nossa exposição fiscal real e atual e que avaliemos as diferenças temporárias resultantes de tratamento divergente de certos itens para propósitos fiscais e contábeis. Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais deferidos, que mostramos em nosso balanço patrimonial consolidado. Devemos em seguida avaliar a probabilidade de nossos ativos e passivos fiscais deferidos serem recuperados a partir de futuros rendimentos tributáveis. Na medida em que acreditamos que a recuperação não é provável, estabelecemos uma compensação de avaliação. Quando estabelecemos uma compensação de avaliação ou aumentamos esta compensação num período contábil, contabilizamos a despesa fiscal em nosso demonstrativo financeiro. Quando reduzimos a compensação de avaliação, registramos um benefício fiscal em nosso demonstrativo financeiro.

Para determinar nossa provisão para imposto de renda, dos nossos ativos e passivos fiscais deferidos e qualquer avaliação de compensação a ser contabilizada em nossos ativos fiscais líquidos deferidos é preciso considerável apreciação, estimativas e premissas sobre questões extremamente incertas. Para cada ativo de imposto de renda, avaliamos a probabilidade de uma parte ou todo o ativo não ser realizado. A compensação de avaliação feita em relação aos prejuízos fiscais acumulados depende de nossa apreciação da probabilidade de geração de futuros lucros tributáveis dentro da entidade legal na qual o ativo fiscal deferido relacionado é registrado com base em nossos planos de produção e vendas, preços de venda, custos operacionais, planos de reestruturação do grupo para subsidiárias, custos de recuperação de áreas exploradas e custos de capital planejados.

## ***Contingências***

Nós divulgamos os passivos contingentes significativos, a menos que a possibilidade de algum prejuízo resultante seja considerada remota, e ativos contingentes significativos quando a entrada de benefícios econômicos é provável. Discutimos nossas contingências substanciais na Nota 18 de nosso demonstrativo financeiro.

Nós registramos as contingências de acordo com a SFAS 5, “*Accounting for Contingencies*,” ou contabilidade de contingências, que exige que contabilizemos um prejuízo estimado de uma contingência de prejuízo quando as informações disponíveis antes da emissão de nosso demonstrativo financeiro indicar que é provável que um evento futuro confirme que um ativo foi deteriorado ou um passivo ocorreu na data do demonstrativo financeiro, e o valor do prejuízo pode ser razoavelmente estimado. Em particular, considerando a natureza incerta da legislação tributária brasileira, as avaliações de potenciais passivos fiscais exigem uma apreciação significativa da diretoria. Devido à sua natureza, as contingências só serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer – e normalmente esses eventos ocorrerão durante alguns anos no futuro. Avaliar tais passivos, particularmente dentro do ambiente incerto da legislação brasileira, envolve automaticamente o exercício de uma substancial apreciação e estimativa da diretoria sobre o resultado de eventos futuros.

A provisão para contingências em 31 de dezembro de 2006, totalizando US\$ 1.641 milhões, consiste de provisões de US\$ 378 milhões, US\$ 260 milhões, US\$ 972 milhões e US\$ 31 milhões para reivindicações trabalhistas, civis, fiscais e outras, respectivamente.

## ***Benefícios pós-aposentadoria dos Empregados***

Nós patrocinamos um plano de aposentadoria de benefícios definidos para nossos aposentados. Registramos esses benefícios de acordo com a SFAS No. 87, “*Employers’ Accounting for Pension s*,” ou contabilidade para aposentadoria dos empregados, e emendas.

A determinação do valor de nossas obrigações para benefícios de aposentadoria depende de certas premissas atuariais. Essas premissas estão descritas na Nota 17 de nosso demonstrativo financeiro consolidado e inclui, entre outros, a taxa de retorno esperada no longo prazo sobre os ativos do plano e aumentos salariais. Em conformidade com o U.S. GAAP, os resultados reais que diferem de nossas premissas são acumulados e amortizados em períodos futuros e geralmente afetam nossas despesas reconhecidas e obrigações contabilizadas nesses períodos futuros.

## **Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Empregados**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Visão Geral**

Nosso Conselho de Administração estabelece diretrizes e políticas gerais para nosso negócio e monitora a implementação das mesmas diretrizes e políticas pelos nossos diretores executivos. O Conselho de Administração se reúne ordinariamente todo o mês, ou extraordinariamente, sempre que, convocado pelo seu presidente, vice-presidente ou outros dois membros. As decisões do Conselho de Administração exigem um quorum que represente a maioria dos membros e são tomadas por voto majoritário.

De acordo com a legislação societária brasileira, o Conselho de Administração deve ter no mínimo três membros. Cada membro titular e seu respectivo suplente são eleitos pela Assembléia Geral Ordinária e podem ser destituídos a qualquer tempo. Nosso estatuto social estabelece que o Conselho de Administração deve ser composto de onze membros e onze suplentes. Nossos empregados têm o direito de eleger um membro titular e seu respectivo suplente. De acordo com a legislação societária brasileira, os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas da CVRD. Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um prazo de dois anos, permitida a reeleição. Cada suplente auxilia e representa um determinado membro do conselho. Na ausência de um membro do conselho, seu respectivo suplente poderá participar nas reuniões do Conselho de Administração e votar.

Dez dos onze de nossos atuais diretores e nove de nossos atuais diretores substitutos foram nomeados para seus cargos pela Valepar, nossa principal acionista, segundo o acordo de acionistas da Valepar e as provisões da lei brasileira. Para uma descrição dos procedimentos pelos quais nossos diretores são eleitos, ver *Item 10. Informações Adicionais—Memorando e Artigos de Incorporação—Ações Ordinárias e Preferenciais—Geral*. Para uma descrição do acordo de acionistas da Valepar, ver *Item 7. Principais Acionistas e Transações Relacionadas—Principais Acionistas*.

## Diretores da CVRD

A tabela abaixo relaciona os membros atuais do Conselho de Administração. Todos os nossos diretores foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, em 2007, e seus mandatos expiram em 2009. Adicionalmente, Demian Fiocca foi eleito conselheiro, mas ainda não assumiu o cargo. A posição para substituto do Sr. Francisco Augusto da Costa e Silva está vago.

	Ano da primeira eleição	Cargo	Idade
Sérgio Ricardo Silva Rosa (1) .....	2003	Presidente	47
José Ricardo Sasseron (1) .....	2007	Diretor	51
Jorge Luiz Pacheco (1) .....	2003	Diretor	52
Sandro Kohler Marcondes (1) .....	2007	Diretor	43
Márcio da Silveira Teixeira Júnior (1) .....	2003	Vice-Presidente	61
Renato da Cruz Gomes (1) .....	2001	Diretor	54
Hiroshi Tada (1) .....	2005	Diretor	62
Oscar Augusto de Camargo Filho (1) .....	2003	Diretor	69
João Batista Cavaglieri (2) .....	2007	Diretor	51
Francisco Augusto da Costa e Silva (1) .....	2005	Diretor	58

(1) Nomeados pela Valepar e aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

(2) Nomeado por nossos empregados e aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

A tabela a seguir relaciona os membros substitutos do Conselho de Administração.

	Eleito em	Cargo	Idade
Sérgio Ricardo Lopes de Farias (1) .....	2005	Diretor substituto	42
Rita de Cássia Paz Andrade Robles (1) .....	2005	Diretora substituto	40
Luiz Mariano de Campos (1) .....	2007	Diretor substituto	65
José Mauro Guahyba de Almeida (1) .....	2005	Diretor substituto	62
João Moisés de Oliveira (1) .....	2001	Diretor substituto	62
Luiz Carlos de Freitas (1) .....	2007	Diretor substituto	54
Hidehiro Takahashi (1) .....	2005	Diretor substituto	51
Wanderlei Viçoso Fagundes (1) .....	2003	Diretor substituto	61
Paulo Soares de Souza (2) .....	2007	Diretor substituto	43
Caio Marcelo de Medeiros Melo (1) .....	2007	Diretor substituto	34

(1) Nomeados pela Valepar e aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

(2) Nomeado por nossos empregados e aprovado pela Assembléia Geral Ordinária em 2005.

Resumimos a seguir a experiência, áreas de especialização e principais interesses em outros negócios de nossos diretores atuais:

*Sérgio Ricardo Silva Rosa.* O Sr Rosa é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, tendo sido designado Presidente em maio de 2003. O Sr Rosa é atualmente o Presidente da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ou Previ, onde trabalha desde 2000. É também conselheiro da Valepar, e Diretor Presidente da Litel Participações S.A.. É conselheiro da Brasil Telecom Participações desde dezembro de 2000, e da Sauípe S.A. desde maio de 2001. Antes de ingressar na Previ, o Sr Rosa atuou como Presidente da Confederação Nacional dos Bancários de junho de 1994 a maio de 2000. De janeiro de 1995 a dezembro de 1996, o Sr Rosa foi vereador do Município de São Paulo. Graduiu-se em jornalismo pela Universidade de São Paulo.

*José Ricardo Sasseron.* O Sr. Sasseron é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2007. Ele iniciou sua carreira em 1980 no Banco do Brasil. Entre 1996 e 1998, foi Presidente do Conselho Fiscal da Previ. Em 2001, atuou como membro do Conselho de Gestão e Previdência Complementar (CGPC) e como Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (ANAPAR). De 2005 a 2007, o Sr. Sasseron foi Presidente do Conselho de Administração da Sauípe S.A., e em 2004, retornou a Previ, onde atuou como membro do Conselho Deliberativo até 2006. O Sr. Sasseron é, atualmente, Diretor de Seguridade da Previ. Ele é graduado em História pela Universidade de São Paulo.

*Jorge Luiz Pacheco.* Sr Pacheco é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. O Sr Pacheco é gerente de acompanhamento de empresas estratégicas na Previ desde dezembro de 2000. Antes disso, ele trabalhava no Banco do Brasil S.A. desde 1973. É também diretor da Valepar e da Litel, e ocupou a posição de executivo no conselho fiscal da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Graduiu-se em Ciências

Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas - FCPE - Cândido Mendes/RJ e pós-graduação em finanças e administração pelo IBMEC/RJ.

*Sandro Kohler Marcondes.* O Sr. Marcondes é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2007. Atualmente, o Sr. Marcondes é diretor do Banco do Brasil S.A.. Ele iniciou sua carreira no Banco em 1982, tendo exercido vários cargos no país e exterior. Desde 2005, atua como diretor da BB Leasing, do Banco do Brasil Securities (Nova Iorque), da BB Securities (Londres) e da BB Tur. Ele é graduado em administração de empresas pela Universidade Estadual de Guarapuava e mestre pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo.

*Mário da Silveira Teixeira Júnior.* O Sr. Teixeira é membro do conselho da CVRD desde maio de 2003. Em 1 de julho de 1971 ingressou na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, onde serviu como diretor executivo de março de 1983 a janeiro de 1984, quando foi nomeado diretor chefe de departamento no Banco Bradesco S.A. Em 1992, tornou-se diretor administrativo, em 1998 foi vice-presidente e, de março de 1999 até julho 2001, foi membro do Conselho de Administração. De julho de 2001 a março de 2002, o Sr. Teixeira foi diretor presidente da Bradespar e em março de 2002 retornou ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também conselheiro da Valepar, VBC Participações S.A., VBC Energia S.A., Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Companhia Piratininga de Força e Luz, Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimentos S.A., com sede em Lisboa, Portugal, e Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento. O Sr. Teixeira ocupou os cargos de Vice-Presidente da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento, membro do Conselho de Administração da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas e conselheiro da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Latasa S.A., Globo Cabo S.A., São Paulo Alparagatas S.A e Tubos e Conexões Tigre S.A.. O Sr. Teixeira formou-se em engenharia civil e administração de empresas pela Universidade de São Paulo.

*Renato da Cruz Gomes.* O Sr. Gomes é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. O Sr. Gomes é Diretor Executivo da Bradespar S.A. desde 2000. De 1976 a 2000, ocupou várias posições no BNDES e exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de muitas empresas nos últimos 15 anos, como: Aracruz, Iochpe, Bahia Sul, Globo Cabo e Latasa. Também foi membro do Conselho Consultivo do Factor Sinergia – Fundo de Investimento de Valores Mobiliários em Ações - e membro do comitê de investimentos do Bradesco Templeton Value and Liquidity Fund. O Sr. Gomes é Diretor Executivo da Valepar desde abril de 2001 e membro do Conselho de Administração da Valepar. Formou-se em engenharia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ e é pós-graduado em Gestão Empresarial pela SDE.

*Hiroshi Tada.* O Sr. Tada ingressou em nosso Conselho de Administração em abril de 2005. Desde 1968 o Sr. Tada ocupou diversas posições na Mitsui & Co. Ltd. ou Mitsui, onde hoje é o Vice-presidente executivo da empresa. Formou-se em engenharia de minas pela Universidade de Kyoto, Japão e possui mestrado na Universidade de Harvard em AMP.

*Oscar Augusto de Camargo Filho.* O Sr. Camargo Filho é membro de nosso Conselho de Administração desde outubro de 2003. Atualmente é sócio da CWH Consultoria Empresarial. De 1999 a 2003, atuou como Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística. De 1973 a 2003, ocupou diversas posições na CAEMI, incluindo a de Diretor Presidente e membro de seu Conselho de Administração. De 1963 a 1973 ocupou diversas posições dentro da Motores Perkins S.A., como a de Diretor Comercial e de Vendas e gerente de vendas e serviços. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito na Universidade de São Paulo.

*João Batista Cavaglieri.* O Sr. Cavaglieri é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2007. Ele é dirigente sindical desde 1990, tendo assumido a presidência do Sindicato dos Ferroviários dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais em 1996. Este sindicato representa empregados lotados em Vitória e ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

*Francisco Augusto da Costa e Silva.* O Sr. Costa e Silva ingressou em nosso Conselho de Administração em abril de 2005. Ele também é sócio da Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, um escritório de direito no Rio de Janeiro. O Sr. Costa e Silva também é membro do Conselho de Administração do

Banco do Brasil S.A., do Comitê de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), e do comitê de desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Começou sua carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde ocupou diversas posições, como a de diretor. Ainda, integrou o Conselho de Administração de diversas empresas e instituições como a Solpart Participações S.A., Aracruz Celulose S.A., PISA Papel de Imprensa S.A., Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES -FAPES e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ. O Sr Costa e Silva também foi Presidente da CVM e presidiu o Council of Securities Regulators of the Americas – COSRA. Atuou na Comissão da Moeda e do Crédito - COMOC e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar integrou o Comitê Executivo da International Organization of Securities Commissions– IOSCO. O Sr Costa e Silva formou-se em direito pela Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro– UERJ, e pós-graduação em MBA pela COPPEAD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ.



## DIRETORES EXECUTIVOS

### Visão Geral

Nossos diretores executivos são nossos representantes legais e são responsáveis pelo dia-a-dia operacional, além de serem responsáveis pela implementação das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com o nosso Estatuto Social, a diretoria executiva é composta por no mínimo seis e no máximo nove membros. O Conselho de Administração elege os diretores executivos por um período de dois anos, podendo destituí-los a qualquer tempo. Segundo a Legislação Societária Brasileira, os diretores executivos devem ser residentes no Brasil. A Diretoria Executiva reúne-se semanalmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por qualquer Diretor Executivo.

### Diretores Executivos

A tabela abaixo relaciona nossos diretores executivos atuais. O mandato de cada um de nossos diretores executivos expira em 2007.

	<u>Ano da nomeação</u>	<u>Cargo</u>	<u>Idade</u>
Roger Agnelli .....	2001	Diretor Presidente	48
Fabio de Oliveira Barbosa.....	2002	Diretor Executivo Financeiro	46
José Carlos Martins.....	2004	Diretor Executivo (Minerais ferrosos)	57
Murilo Ferreira.....	2005	Diretor Executivo (Níquel, Marketing & Vendas de cobre e alumínio)	53
José Auto Lancaster Oliveira.....	2004	Diretor Executivo (Minerais não-ferrosos)	60
Eduardo de Salles Bartolomeo.....	2006	Diretor Executivo (Logística)	42
Gabriel Stoliar.....	1997	Diretor Executivo (Planejamento e controle)	53
Carla Grasso .....	2001	Diretora Executiva (Recursos humanos e Serviços Corporativos)	45
Tito Botelho Martins.....	2006	Diretor Executivo (Assuntos corporativos)	44

Resumimos abaixo a experiência e área de especialidade, assim como principais interesses em outros negócios de nossos diretores executivos atuais.

*Roger Agnelli.* O Sr. Agnelli foi eleito CEO e Diretor Presidente da Companhia Vale do Rio Doce em julho de 2001. Anterior a sua eleição, ele foi Presidente do Conselho de Administração da CVRD de maio de 2000 a julho de 2001. Sr Agnelli construiu sua carreira profissional no Grupo Financeiro Bradesco de 1981 a 2001, onde alcançou o cargo de Diretor Executivo do Banco Bradesco em 1998, permanecendo nesta função até o ano de 2000; também foi Diretor-Presidente da Bradespar de março de 2000 a julho de 2001. Devido a suas atividades nas áreas de investimentos, fusões e aquisições e gestão de ativos, também foi membro de Conselho de Administração de diversas companhias com atuação relevante no Brasil, dentre elas: Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A. – LATASA, VBC Energia, Brasmotor, Mahle Metal Leve, Rio Grande Energia e Serra da Mesa Energia. O Sr. Agnelli foi também conselheiro da UGB Participações e Vice-Presidente da ANDIB – Associação Nacional dos Bancos de Investimento. O Sr. Agnelli é membro do Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um corpo consultivo ao Presidente do Brasil e membro do Conselho de Investimentos Internacionais, formado para assessorar o Presidente da República da África do Sul, o Dr. Thabo Mbeki. O Sr. Agnelli é Presidente do Conselho Econômico China-Brasil e membro do conselho de administração da Asea Brown Boveri (ABB), Duke Energy Corporation e Suzano Petroquímica S.A. Recentemente tornou-se membro do *International Advisory Committee*, da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), e membro do Conselho de Administração da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. Foi convidado a fazer parte do Conselho Internacional da *Brookings Institution*. O Sr. Agnelli é formado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, Brasil.

*Fabio de Oliveira Barbosa.* Sr. Barbosa foi eleito nosso Diretor Financeiro Executivo em maio de 2002. Até maio de 2006 ele foi Presidente do Conselho de Administração da CAEMI. Anteriormente, atuou como membro de nosso Conselho de Administração de abril de 2000 a março de 2002. Antes, atuou como Presidente do Conselho de Administração do BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S.A., e também como membro do conselho das seguintes empresas: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, CST e TELESP— Telecomunicações de São Paulo. Antes de se juntar a nós, atuou como Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda desde julho de 1999, tendo atuado como Secretário-Adjunto nos quatro anos anteriores. De 1992 a 1995, atuou como Assessor da Diretoria Executiva do Banco Mundial, em Washington D.C. De 1990 a 1992, foi Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral da Unidade de Política Fiscal do Ministério da

Economia, Fazenda e Planejamento. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Macroeconômica, ambos no Ministério do Planejamento. Anteriormente, ocupou vários cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Paraná, no Ministério do Trabalho e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Graduiu-se em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui mestrado em economia pela Universidade de Brasília (UnB).

*José Carlos Martins.* Sr. Martins foi eleito diretor executivo de nossa divisão de minerais ferrosos em abril de 2005 e anteriormente eleito diretor executivo de participações e desenvolvimento de negócio em abril de 2004. Com mais de 30 anos de experiência na indústria de metais, foi diretor e presidente da Aços Villares de 1986 a 1996 e diretor da área siderúrgica na CSN, de 1997 a 1999. Em 1999, o Sr. Martins tornou-se Presidente da Latasa, um dos maiores produtores de latas de alumínio da América Latina. Com a compra da Latasa pela Rexam, uma empresa do Reino Unido, em 2003, tornou-se Diretor-Presidente da divisão sul-americana de bebidas em lata da Rexam, a Rexam Beverage Can South America. O Sr. Martins é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*Murilo Ferreira.* O Sr. Ferreira foi eleito Diretor Executivo de nossas participações, energia e desenvolvimento de novos negócios em abril de 2005. Ingressou na CVRD em 1977 e possui ampla experiência em diversas áreas da empresa, principalmente a de Alumínio e Ferroligas. Em 1998 foi apontado como diretor de finanças e comercial na Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE, que foi incorporada pela CVRD em dezembro de 2003. O Sr. Ferreira foi CEO da Albras – Alumínio Brasileiro S. A.. Além de Diretor do Departamento de Alumínio desde dezembro de 2003. O Sr. Ferreira também é membro do Conselho de Administração da MRN - Mineração Rio do Norte S.A., Valesul Alumínio S.A. e ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. O Sr. Ferreira é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), e possui MBA pela EBAP-FGV.

*José Auto Lancaster Oliveira.* Sr. Lancaster foi eleito diretor executivo de nossa divisão de minerais não ferrosos em setembro de 2004. Também é e membro do Conselho Administrativo da Caniço Resources Corp. e executivo da Companhia Minera Andino Brasileira Ltd., Companhia Minera Latino Americana Ltda., Tethys Mining LLC and Vale do Rio Doce Kaolin S.A. - Valekaol. Anteriormente, o Sr. Oliveira exercia o cargo de presidente da Mineração Serra do Sossego S.A. e gerente de exploração da subsidiária brasileira da British Petroleum. Graduado em geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil e com Ph.D em geologia econômica pela Mackay School of Mines, na University of Nevada, Reno (Estados Unidos).

*Eduardo de Salles Bartolomeo.* O sr. Bartolomeo foi nomeado diretor executivo de nossa divisão de logística em dezembro de 2006. Antes disso, o sr. Bartolomeo foi diretor do departamento de operações logísticas de janeiro de 2004 até julho de 2006. Em seguida, ele foi CEO da PETROFLEX de agosto a dezembro de 2006. Sua carreira começou na COSIPA – Cia. Siderúrgica Paulista – como estagiário em 1988 e foi promovido a chefe do departamento de posicionamento e conversão de placas em 1989, onde permaneceu até 1991. De 1994 a 2003, o sr. Bartolomeo trabalhou para a AMBEV – Cia. de Bebidas das Américas, onde ocupou vários cargos, inclusive o de diretor regional de usina. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense – UFF, ele obteve seu mestrado na Universidade Católica de Leuven, Bélgica.

*Gabriel Stoliar.* O Sr. Stoliar atua, desde outubro de 2001, como Diretor Executivo de Planejamento e Gestão da CVRD. Em setembro de 1997, ele foi inicialmente nomeado diretor executivo do Centro Corporativo. Também é conselheiro da Usiminas e PPSA. Em 1994, foi indicado Conselheiro da BNDESPAR. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente da Divisão Operacional responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel da BNDESPAR. Em 1988, foi indicado pela BNDESPAR como Gerente de Operações na Área de Bens de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1982, foi promovido Gerente do BNDES, para a Área de Projetos do FINSOCIAL. Em 1978, ingressou no BNDES como Analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Iniciou sua carreira como analista em organização de empresas no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. É graduado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduado em Engenharia de Produção e tem MBA da PDG/EXEC-SDE no Rio de Janeiro.

*Carla Grasso.* Sra. Grasso foi indicada diretora executiva de recursos humanos e serviços corporativos em

outubro de 2001. De dezembro de 1997 a outubro de 2001, a Sra. Grasso atuou como diretora de pessoal, administração e IT para o Centro Corporativo da CVRD. Antes disso, ela atuou como secretária do escritório brasileiro de seguridade social suplementar, de janeiro de 1994 a novembro de 1997, como assessora do Ministro da Seguridade Social, de dezembro de 1992 a novembro de 1993, como assessora financeira e coordenadora da política fiscal no Ministério da Fazenda, de outubro a dezembro de 1992; como assessora financeira e coordenadora do Ministério do Planejamento, de novembro de 1988 a março de 1990; como assessora da Presidência do Cebae – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, de janeiro a novembro de 1988. Em 1997, foi indicada diretora executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD). É graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

*Tito Botelho Martins.* O Sr. Martins foi eleito Diretor Executivo da CVRD para assuntos corporativos em abril de 2006. O Sr. Martins ingressou na CVRD em 1985 e possui ampla experiência em assuntos de finanças corporativas. Foi diretor do departamento de Finanças Corporativas da CVRD e também diretor financeiro da FCA entre agosto de 1999 e Setembro de 2003. O Sr. Martins trabalhou em diversas posições em empresas filiadas à CVRD, como a FCA, Samarco, Ferrobarragem, Açominas, Gulf Industrial Investment Corporation, Itabasco e Hispanobrás. Desde outubro de 2003, o Sr. Martins é diretor presidente da CAEMI e da MBR. Formou-se em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e conduziu cursos de pós-graduação em diversas instituições no Brasil e no exterior.

### CONSELHO FISCAL

Pela Legislação Societária Brasileira, as corporações podem ter estabelecido um Conselho Fiscal, como órgão cujos membros são eleitos pelos acionistas e são independentes da nossa administração e dos auditores externos. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal segundo a Legislação Societária Brasileira é o monitoramento das atividades da administração e revisão das Demonstrações Contábeis reportando os resultados diretamente aos acionistas. Estabelecemos um conselho fiscal permanente, que pode ter entre três e cinco membros. Além disso, o estatuto da CVRD deu poder ao nosso conselho fiscal para que tome responsabilidade sobre outras questões, conforme descrito acima.

Em conformidade com as normas do comitê de auditoria de empresas registradas no NYSE e na SEC, a partir de 31 de julho de 2005, designamos e demos poder ao nosso conselho fiscal para desempenhar o papel do comitê de auditoria sujeito à isenção estipulada na Lei do Mercado de Capitais - 10A-3(c)(3). Esta medida foi tomada seguindo a alteração em nosso estatuto aprovado pelos acionistas em 19 de julho de 2005. Nosso Conselho de Administração determinou o Sr. Aníbal Moreira dos Santos como especialista financeiro.

De acordo com nosso estatuto, o Conselho Fiscal é responsável pelo estabelecimento de procedimentos para o recebimento, retenção e tratamento de quaisquer reclamações relacionadas a questões de contabilidade, controles e auditoria, bem como procedimentos para a submissão confidencial e anônima de assuntos relacionados a tais questões; recomendando e auxiliando nosso Conselho de Administração na indicação, estabelecimento de compensação e dispensa de auditores independentes; pré-aprovação de serviços a serem prestados por nossos auditores independentes; e supervisão do trabalho desempenhado por auditores externos, com poderes para suspender o pagamento de compensação aos auditores independentes e resolver divergências entre a gerência e os auditores no que diz respeito ao relatório financeiro.

Os membros de nosso Conselho Fiscal devem atender às exigências aplicáveis de elegibilidade da lei societária brasileira. Um membro de nosso Conselho Fiscal não pode (i) ocupar cargo de membro do Conselho de Administração, do conselho fiscal ou comitê de assessoramento de qualquer empresa concorrente da CVRD ou que tenha interesses conflitantes com a CVRD, a menos que a conformidade deste requerimento for expressamente desconsiderado por uma decisão tomada pelos acionistas nas assembleias gerais, (ii) seja funcionário ou membro da gerência da CVRD ou de suas subsidiárias e coligadas, ou (iii) seja cônjuge ou parente de até terceiro grau por afinidade ou consanguinidade de um diretor ou membro do Conselho de Administração da CVRD.

Em 27 de abril de 2007, os acionistas reelegeram os atuais membros do conselho fiscal e seus respectivos substitutos. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para um mandato de um ano. Portadores de ações preferenciais classe A, incluindo as *golden shares*, podem eleger um membro do conselho fiscal e seu respectivo substituto. Portadores não-controladores de ações ordinárias possuindo pelo menos 10% das ações ordinárias em circulação podem também eleger um membro do conselho fiscal e seu substituto. Os mandatos dos membros do conselho fiscal expiram na data da assembléia anual dos acionistas após suas eleições.

A tabela abaixo relaciona os atuais membros do conselho fiscal.

	<b>Ano em que foi primeiramente nomeado</b>
Bernard Appy (1).....	2006
José Bernardo de Medeiros Neto (2) .....	2005
Marcelo Amaral Moraes (2).....	2004
Aníbal Moreira dos Santos (2).....	2005

(1) Nomeados pelos portadores de ações preferenciais.

(2) Nomeados pela Valepar.

A tabela a seguir relaciona os membros substitutos do conselho fiscal.

	<b>Ano em que foi primeiramente nomeado</b>
Tarcísio José Massote de Godoy (1) .....	2004
Marcos Coimbra (2) .....	2006
Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo (2) .....	2004
Vago .....	-

(1) Nomeado pelos portadores de ações preferenciais.

(2) Nomeados pela Valepar.

Resumimos abaixo a experiência, áreas de especialidade e principais interesses externos fora da empresa dos membros do nosso conselho fiscal.

*Bernard Appy.* O Sr. Appy foi eleito membro do conselho fiscal da CVRD em abril de 2006. Desde abril de 2006 ocupa o cargo de Secretário do Ministério da Fazenda do Brasil, que já havia ocupado anteriormente de janeiro de 2003 a maio de 2005. De maio de 2005 a março de 2006, exerceu a função de Secretário para Políticas Econômicas no Ministério da Fazenda no Brasil. Desde 1997, o Sr. Appy é membro do Departamento de Economia da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. De 1995 a 2002, foi sócio na LCA Consultores Ltda., uma empresa de consultoria em economia. Formou-se em economia pela Universidade de São Paulo – USP e concluiu o curso de mestrado em economia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

*José Bernardo de Medeiros Neto.* O Sr. Medeiros Neto é membro do conselho fiscal da CVRD desde 2005. Ele é o atual presidente da AFABB-RS, a associação de ex-funcionários do Banco do Brasil S.A., e presidente do conselho fiscal da Previ. De 1980 a 1982, foi C.E.O. do Banrisul Financeira S.A. De 1975 a 1980, Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL. Ele é ex-funcionário do Banco do Brasil S.A., onde ocupou diversos cargos de 1957 a 1974. O Sr. Medeiros Neto formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Marcelo Amaral Moraes.* O Sr. Moraes é membro do conselho fiscal da CVRD desde 2004. Ele é gerente de investimento da Bradespar S.A. desde 2000. De 1995 a 2000, trabalhou em fusões e aquisições e departamentos de mercado de capital do Banco Bozano, Simonsen. Em 2004, ele foi suplente do conselho de administração da Net Serviços S.A. e, em 2003, membro suplente do Conselho de Administração da CVRD. O Sr. Moraes formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e tem MBA pela COPPEAD e UFRJ.

*Aníbal Moreira dos Santos.* O Sr. Santos Moraes é membro do conselho fiscal da CVRD desde 2005. Foi diretor executivo da Caemi Canada Inc., Caemi Canada Investments Inc., CMM Overseas, Ltd., Caemi International Holdings BV e Caemi International Investments NV, subsidiárias da CAEMI, de 1998 a 2003, quando se aposentou. De 1983 a 2003 foi diretor financeiro da CAEMI. De 1999 a 2003, foi membro do Conselho Fiscal da CADAM S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da MBR e Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. de 1998 a 2003. O Sr Santos é contador formado pela Escola Técnica de Comércio da Fundação Getúlio Vargas.

## COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

### Comitês de assessoramento

Nosso Estatuto Social estabelece a criação de cinco comitês técnicos e de assessoramento ao Conselho de Administração, a saber: Desenvolvimento Executivo, Estratégico, Financeiro, Contábil e Governança e Sustentabilidade. Nem todos os membros destes comitês são membros do Conselho de Administração. Os membros de cada comitê de assessoramento serão escolhidos na reunião do Conselho de Administração a se realizar em maio de 2007.

- *O Comitê de Desenvolvimento Executivo* é responsável por reportar as políticas gerais de recursos humanos; recomendar os níveis de remuneração dos nossos diretores executivos; estabelecer diretrizes para avaliar o desempenho de nossos diretores executivos; e fazer relatórios sobre políticas relativas às responsabilidades corporativas, tais como ambiental, saúde, segurança e responsabilidade da companhia submetidas aos nossos diretores executivos.
- *O Comitê Estratégico* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange às diretrizes estratégicas e o planejamento estratégico submetidos anualmente ao Conselho por nossos diretores executivos; os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da Companhia; oportunidades de investimentos e/ou desinvestimentos submetidas pelos diretores executivos, e fusões e aquisições.
- *O Comitê Financeiro* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange às políticas financeiras e aos sistemas internos de controle financeiro da companhia; à compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento anual; e à consistência com a política geral sobre dividendos e a estrutura de capital da Companhia.
- *Comitê Contábil*: responsável por propor ao Conselho de Administração a indicação do funcionário responsável pela auditoria interna da companhia; reportar as políticas e o plano anual de auditoria da companhia apresentado pelo responsável pela auditoria interna, e a sua execução; monitorar os resultados da auditoria interna da companhia e identificar, priorizar e propor ações a serem acompanhadas pelos diretores executivos; e analisar o relatório anual, bem como as Demonstrações Contábeis da companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração.
- *Comitê de Governança e Sustentabilidade*: responsável pela avaliação de nossas práticas de governança corporativa e pelos trabalhos do Conselho de Administração, além de recomendar melhorias no código de ética e em nosso sistema de gerenciamento de modo a evitar conflitos de interesse entre a empresa e seus acionistas ou administradores; e divulgar relatórios sobre conflitos potenciais entre a empresa e seus acionistas ou administradores.

## **REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES EXECUTIVOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E DO DOS COMITÊS DE ACESSORAMENTO**

### **Visão Geral**

De acordo com o nosso Estatuto Social, os acionistas são responsáveis por estabelecer o valor total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e aos diretores executivos. Nossos acionistas determinam o valor da remuneração global anual dos administradores na Assembléia Geral Ordinária a cada ano. A fim de estabelecer o total de remuneração dos conselheiros e diretores, nossos acionistas geralmente consideram uma série de fatores que variam desde atributos, experiência e qualificação dos nossos conselheiros e diretores executivos, bem como o desempenho recente de nossas operações. Uma vez que a remuneração global é estabelecida, os membros de nosso Conselho de Administração, em colegiado, são responsáveis por determinar a distribuição, de acordo com nosso Estatuto Social entre os conselheiros e diretores executivos, posteriormente segundo recomendação do Presidente. O Comitê de Desenvolvimento Executivo elabora recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito à remuneração global anual dos diretores executivos. Além da remuneração fixa, nossos diretores executivos também têm direito a bônus e pagamentos de incentivo.

Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2006, pagamos aproximadamente US\$ 14,9 milhões em remuneração agregada a nossos diretores executivos, dos quais aproximadamente US\$ 6,0 milhões foram em remuneração fixa e aproximadamente US\$ 8,9 milhões foram remunerações e benefícios variáveis em espécie garantidos, e cerca de US\$ 605.000 em agregado aos membros de nosso Conselho de Administração por serviços em todas as capacidades, sendo todos em remuneração fixa. As quantias acumuladas para fornecer aposentadoria, pensão e benefícios semelhantes para nossos diretores executivos foram de US\$0,9 milhão. Não há pagamento de benefícios similar para os membros de nosso Conselho de Administração.

Para o ano terminado em 31 de dezembro de 2006, nenhum membro do conselho ou diretor executivo teve qualquer interesse financeiro ou outros em transações nos envolvendo, senão sua competência como membro do conselho ou diretor executivo.

Em 30 de abril de 2007, o número total de ações ordinárias em posse de nossos diretores e diretores executivos era de 58.480, e o número total de ações preferenciais classe A em posse de nossos diretores e diretores executivos era de 285.341. Nenhum de nossos diretores ou diretores executivos possui vantajosamente um por cento ou mais de qualquer classe de ações.

### **Conselho Fiscal**

Durante 2006, o valor pago mensalmente a cada um dos membros de nosso conselho fiscal foi de aproximadamente US\$ 5,000, excluindo benefícios. Pagamos um agregado de aproximadamente US\$ 197,000 aos membros do conselho fiscal em 2006. Além disso, os membros do conselho fiscal são reembolsados em suas despesas de viagem relacionadas a suas funções.

### **Comitês de Assessoramento**

Pagamos um agregado de aproximadamente US\$ 169,000 aos membros de nossos comitês de assessoramento em 2006. Além disso, os membros dos comitês de assessoramento da CVRD são reembolsados por despesas de viagem relacionadas ao desempenho de suas funções.

## EMPREGADOS

### Geral

A tabela abaixo apresenta o número de nossos empregados por categoria conforme as datas indicadas.

	Em 31 de dezembro,		
	2004	2005	2006
Minerais ferrosos.....	13.107	17.858	21.279
Logística.....	8.820	11.269	10.479
Minerais não ferrosos .....	1.332	2.307	14.644
Alumínio, aço e desenvolvimento de negócios.....	2.149	4.400	3.557
Administrativos.....	5.563	2.726	2.687
Total.....	30.971	38.560	52.646

Principalmente devido à aquisição da Inco Limited em outubro de 2006, o número total de nossos empregados aumentou em 14.086, de 38.650 em 2005 para 52.646 em 2006. Dos 14.086 adicionais, 12.047 eram empregados da Inco Limited que são agora empregados da CVRD Inco, considerados como parte do grupo de minerais não-ferrosos da CVRD.

### Relações Trabalhistas

Nossos empregados são membros de 40 sindicatos diferentes. Em geral, temos um bom relacionamento com nossos empregados, embora tenhamos enfrentado greves e paralisações de trabalho em nossas operações de Voisey's Bay, a mais recente em setembro de 2006, e em nossas operações em Ontário, em abril de 2007. Temos acordos coletivos com os empregados sindicalizados em nossas operações do Canadá, Reino Unido, Nova Caledônia e Indonésia.

### Salários e Benefícios

Os salários e benefícios da CVRD e de suas subsidiárias são geralmente fixados individualmente por empresa. A CVRD estabelece seus programas de salários e benefícios para a CVRD e suas subsidiárias, exceto a CVRD Inco, através de negociações periódicas com seus sindicatos. Em julho de 2006, a CVRD fechou um acordo com os sindicatos sobre um aumento salarial de 3.0% e a manutenção dos benefícios atuais, com validade até novembro de 2007. As provisões para os acordos coletivos com os sindicatos também são aplicadas aos empregados não sindicalizados. A CVRD Inco estabelece salários e benefícios para funcionários sindicalizados através de acordos coletivos. Para funcionários não sindicalizados a CVRD Inco estabelece um programa salarial anual em janeiro de cada ano para todos os outros locais exceto o Reino Unido, que estabelece seu programa anual de salário no mês de agosto. A CVRD e suas subsidiárias oferecem a seus empregados e aos dependentes destes outros benefícios, incluindo assistência médica suplementar.

### Planos de Pensão

Os empregados da CVRD e da maior parte de suas subsidiárias são elegíveis para participarem dos planos de pensão administrados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA ("Valia"). Patrocinada pela CVRD e essas subsidiárias, a Valia é uma fundação social não-lucrativa de previdência suplementar com autonomia financeira e administrativa. Substancialmente, todos os participantes de planos mantidos pela Valia são participantes de um "novo plano" Valia, implementado em maio de 2000. O novo plano é basicamente um plano de contribuição definida com um aspecto de benefício definido em relação aos serviços anteriores a maio de 2000. A Valia mantém também o "plano antigo", que é um plano de benefícios definidos, com benefícios baseados nos anos de serviço, salário e benefícios de previdência social. Este plano cobre os participantes aposentados e seus beneficiários, assim como um número relativamente pequeno de empregados que se recusaram a passar do antigo para o novo plano quando este foi estabelecido em maio de 2000. Os empregados da Albras, Alunorte, MBR e CADAM participam de diferentes planos de pensão mantidos pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. Para novos empregados da CADAM e MBR, essas empresas patrocinam o plano Valia.

A CVRD Inco patrocina planos de pensão de benefícios definidos principalmente no Canadá, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Indonésia. Cada uma dessas jurisdições nas quais os planos são adotados possui legislação e regulamentações que, além de outras exigências estatutárias, cobrem as contribuições mínimas a serem feitas para esses planos a fim de saldar seus passivos potenciais, conforme calculados de acordo com essas legislações e regulamentações. Subsidiária da CVRD Inco, a Voisey's Bay Nickel Company Limited possui um plano de pensão com contribuição definida. Além disso, a CVRD Inco oferece acordos de benefícios suplementares de aposentadoria para os empregados que têm direito.



## Compra de ações da empresa pelos empregados

Os estatutos da CVRD nos autorizam estabelecer planos de opção de ações, mas por enquanto isso ainda não foi realizado.

## Compensação com base na performance

Todos os empregados da controladora CVRD recebem compensações em incentivos a cada ano num valor baseado na performance da CVRD, na performance do departamento do empregado e na performance individual do empregado. Acordos de incentivos semelhantes estão em vigor em outras empresas dentro do grupo CVRD.

Os executivos da CVRD também recebem anualmente bônus em dinheiro, com base na performance do indivíduo e da empresa, e bônus deferidos com períodos de três anos baseado na performance da CVRD, avaliados pelo retorno total ao acionista em relação a um grupo de empresas similares durante o período de referência.

## Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas

### PRINCIPAIS ACIONISTAS

#### Visão Geral

*Principais Acionistas da CVRD.* A tabela a seguir apresenta algumas informações relativas à propriedade de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A em 30 de abril de 2007, por parte de cada pessoa que reconhecemos como sendo portadora de mais de 5% de qualquer classe de nosso capital em circulação e por parte dos diretores e diretores executivos do grupo.

	<u>Número de ações</u>	<u>Porcentagem da classe</u>
<b>Ações ordinárias</b>		
Valepar (1).....	784.294.266	53,3%
BNDESPAR (2).....	100.578.860	6,8
Diretores e diretores executivos com um grupo.....	58.480	*
<b>Ações preferenciais Classe A (3)</b>		
Diretores e diretores executivos com um grupo.....	285;341	*
<b>Golden Shares</b>		
Governo brasileiro .....	6	100,0

(1) Ver a tabela a seguir para maiores informações sobre os acionistas da Valepar. Devido ao fato de cada acionista da Valepar ter direito de vetar a transferência por parte da Valepar das ações que ela possui na CVRD, cada um dos acionistas da Valepar pode ser considerado um portador de toda a participação da Valepar segundo as regras da SEC. Em geral, uma pessoa que tem ações com poder de voto ou poder de investimento em relação aos títulos, é tratada como proprietário usufrutuário desses títulos. Isso não significa que a pessoa tenha os benefícios econômicos ou outros de um proprietário.

(2) Exclui as ações ordinárias possuídas diretamente pela Valepar, na qual a BNDESPAR tem participação controladora.

(3) O governo brasileiro (Tesouro Nacional) possui, através do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, 30.452.064 ações preferenciais classe A, representando 3,2% das ações preferenciais classe A em circulação, e a BNDESPAR detém 728.668 ações preferenciais classe A, representando 0,1% das ações preferenciais classe A em circulação.

(\*) Representa menos de 1% das ações da classe em circulação.

*Acionistas da Valepar.* A tabela a seguir apresenta informações, em 30 de abril de 2007, referentes à propriedade das ações ordinárias da Valepar e da Litel Participações S.A.

	<u>Número de ações ordinárias da Valepar</u>	<u>Porcentagem das ações ordinárias da Valepar</u>
<b>Valepar S.A.</b>		
Litel Participações S.A (1).....	315.982.596	49,00%
Eletron S.A.....	188.718	0,03
Bradespar S.A. (2) .....	136.796.982	21,21
Mitsui & Co. Ltd.....	117.644.142	18,24
BNDESPAR.....	<u>74.250.000</u>	<u>11,51</u>
Total .....	<u><u>644.862.438</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

- (1) A Litel tem 99.568.944 ações preferenciais classe B da Valepar, o que representa 71,41% das ações preferenciais. A Litela, uma afiliada da Litel, possui 39.862.884 ações preferenciais classe B da Valepar, representando 28,59% das ações preferenciais.
- (2) A Bradespar é controlada por um grupo consistindo da Cidade de Deus – Cia. Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.

<b>Litel Participações S.A.</b>		
BB Carteira Ativa 0(1).....	202.753.508	73,59%
BB Carteira Ativa II(1) .....	53.388.026	19,38%
BB Renda Fixa IV(1).....	19.371.990	7,03%
Outras .....	822	—
Diretores e diretores executivos como um grupo.....	<u>3</u>	<u>—</u>
Total .....	<u><u>275.514.349</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

- (1) Cada uma das BB Carteira Ativa 0, BB Carteira Ativa II e BB Renda Fixa IV é um fundo de investimento. A BB Carteira Ativa 0 pertence inteiramente (100%) a Previ. A BB Carteira Ativa II pertence parcialmente (59,36%) a Funcef, sendo 35,8% da Petros e 4,84% da Fundação Cesp. A BB Renda Fixa IV pertence inteiramente (100%) a Previ. Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp são fundos de pensão brasileiros.

*Participações do Governo Brasileiro.* Em 1997, nós fomos privatizados pelo governo brasileiro, que vendeu sua participação controladora para a Valepar. O Tesouro Nacional e o BNDES subsequentemente venderam ações adicionais em 2002. Atualmente, a BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, possui ações ordinárias representando aproximadamente 6,8% de nossas ações ordinárias em circulação e 0,1% de nossas ações preferenciais classe A. O governo brasileiro possui agora cerca de 3,2% de nossas ações preferenciais classe A (sem contar aquelas nas mãos da BNDESPAR), e seis *golden shares* da CVRD, o que dá direito de veto sobre certas decisões que podemos propor. Para uma descrição detalhada dos poderes de veto concedidos ao governo brasileiro, em virtude de sua posse de *golden shares*, ver *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais—Geral*.

### Principal Acionista

Nosso acionista principal é a Valepar. Os acionistas da Valepar firmaram um acordo acionário com validade até 2017. Este acordo:

- Concede direitos de preferência de compra sobre qualquer transferência das ações da Valepar e direitos de preferência na subscrição de novas emissões de ações da Valepar;
- Proíbe a aquisição direta de ações da CVRD por parte dos acionistas da Valepar, a menos que autorizada pelos outros acionistas;
- Proíbe ônus sobre as ações da Valepar (outros que não estejam em conexão com o financiamento de nossa aquisição);
- Exige em geral que cada parte retenha o controle de sua participação na empresa com propósitos especiais em ações da Valepar, a menos que os direitos de preferência acima mencionados sejam observados;

- Direito aos assentos no conselho da Valepar e no nosso;
- Compromete os acionistas da Valepar a apoiarem uma política de dividendos da CVRD de distribuição de 50% do lucro líquido da CVRD para cada ano fiscal, a menos que os acionistas da Valepar se comprometam a apoiar uma política diferente de dividendos para um ano determinado;
- Determina a manutenção por parte da CVRD de uma estrutura de capital que não exceda os limites especificados de dívida/patrimônio;
- Exige que os acionistas da Valepar votem com as ações que possuem indiretamente da CVRD e levem seus representantes no Conselho de Administração a votarem somente de acordo com as decisões das reuniões prévias da Valepar anteriores às reuniões do acionistas ou do Conselho de Administração da CVRD; e
- Estabelece exigências de maioria absoluta para certas medidas significativas relacionadas a Valepar ou a nós.

Em conformidade com o acordo dos acionistas da Valepar, os portadores de pelo menos 75% das ações ordinárias da Valepar devem concordar em capacitar a Valepar a apoiar as seguintes questões:

- Qualquer emenda nos estatutos da CVRD;
- Qualquer aumento do capital da CVRD através de subscrição de ações, criação de nova classe de ações, mudança nas características das ações existentes ou na redução de capital da CVRD;

Qualquer emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, pela CVRD, bônus de subscrição, partes beneficiárias a título oneroso, opções para compra de ações ou qualquer outro título mobiliário;

- 
- Qualquer determinação de preço de emissão para qualquer nova ação do capital ou outro título da CVRD;
- Qualquer reunião, cisão ou fusão da qual a CVRD tomar parte, assim como qualquer alteração na forma corporativa da CVRD;
- Qualquer dissolução, *receivership*, falência ou qualquer outra ação voluntária para a reorganização financeira ou qualquer cancelamento a partir daí;
- A eleição e substituição do Conselho de Administração da CVRD, incluindo o presidente do conselho, e qualquer executivo da CVRD;
- Venda ou aquisição de participação patrimonial em qualquer outra empresa por parte da CVRD, assim como a aquisição de quaisquer ações do capital da CVRD ou Valepar;
- A participação por parte da CVRD num grupo de empresas ou num consórcio de qualquer tipo;
- A execução da distribuição, investimento, exportações, transferência de tecnologia, licença de propriedade, exploração de patente, licença para usar e arrendar acordos, ao qual a CVRD tomará parte;
- A aprovação e emenda do plano de negócios da CVRD;
- A determinação da remuneração dos diretores da CVRD, assim como dos deveres do conselho;
- Qualquer participação no lucro entre os administradores da CVRD;
- A determinação da remuneração dos executivos da CVRD;
- Qualquer mudança no propósito corporativo da CVRD;

- A distribuição ou não-distribuição de qualquer dividendo sobre qualquer ação do capital da CVRD a não ser aquela determinada nos estatutos da CVRD e qualquer pagamento de juros sobre capital próprio;
- A nomeação e substituição de auditores independentes da CVRD;
- A criação de qualquer garantia “in rem”, autorização de garantias incluindo a adoção de fianças por parte da CVRD com relação às obrigações de terceiros quaisquer, inclusive afiliadas e subsidiárias;
- A aprovação de qualquer resolução ou assunto que, em conformidade com a lei aplicável, autorize um acionista a cancelar seus direitos;
- A nomeação e substituição por parte do Conselho de Administração de qualquer representante da CVRD em subsidiárias, empresas relacionadas a CVRD ou outras empresas nas quais a CVRD tenha o direito de nomear diretores e executivos; e
- Qualquer mudança no limite dívida/patrimônio, conforme definido no acordo dos acionistas.

Além disso, o acordo dos acionistas determina que qualquer emissão de certificados de participação por parte da CVRD ou qualquer alienação de ações da CVRD em posse da Valepar exige o consentimento unânime de todos os acionistas da Valepar.

#### **ADS - American Depositary Shares (Ações Depositárias Americanas)**

Em 30 de abril de 2007, as ADS representavam 26,9% de nossas ações ordinárias no mercado e 49,4% de nossas ações preferenciais classe A em circulação.

#### **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2006, nós estendemos nossas garantias para empréstimos obtidos por nossa afiliada Samarco no valor de US\$ 3 milhões. Ver Nota 18 em nosso demonstrativo financeiro consolidado.

Temos relações comerciais no decorrer de nossos negócios habituais com uma série de empresas que são afiliadas com acionistas da Valepar, nosso principal acionista. A mais importante dessas são nossas vendas de minério de ferro e pelotas para a Usiminas, na qual tanto a Previ quanto nós temos participações. Temos também relações comerciais estreitas no decorrer de nossos negócios com a Mitsui, uma acionista da Valepar.

Para obter informações referentes a investimentos em afiliadas e *joint ventures* e informações sobre transações com terceiras partes importantes, ver Nota 18 de nosso demonstrativo financeiro consolidado.

## Item 8. Informações Financeiras

### PROCESSOS JUDICIAIS

Nós e nossas subsidiárias somos réus de várias ações judiciais no curso normal de nossos negócios, inclusive processos civis, administrativos, fiscais e trabalhistas. Separamos ou depositamos judicialmente quantias para cobrir prejuízos contingenciais estimados em função de decisões adversas dos tribunais. Acreditamos que as provisões feitas para esses prejuízos contingenciais são suficientes para arcar com perdas prováveis relacionadas a tais processos.

Estamos atualmente envolvidos em cinco processos perante o Conselho de Administração de Defesa Econômica, ou CADE, que é o principal regulador antitruste brasileiro. Três desses processos envolvem a revisão pós-transação de aquisições ou transações de *joint ventures*, que são exigidas em praticamente todas nossas aquisições e *joint ventures*. Os dois outros processos são administrativos e alegam que nos envolvemos em conduta ilegal contra a concorrência e dizem respeito a nossos negócios de logística. Pretendemos nos defender com vigor dessas acusações, porém, não nos é possível prever os resultados. Se o CADE vier a decidir que nos envolvemos em conduta desleal com a concorrência, ele poderá nos obrigar a interromper tal conduta e/ou pagar multas.

No dia 10 de agosto de 2005, o CADE revelou sua decisão em relação à revisão pós-transação de nossas aquisições da Mineração Socoimex S.A., S.A. Mineração Trindade—Samitri, Ferteco Mineração S.A., Belém—Administrações e Participações Ltda., e CAEMI Mineração e Metalurgia S.A., e ao acordo para desfazer a participação cruzada na Companhia Siderúrgica Nacional. O CADE aprovou essas transações, sujeitas às seguintes condições: devemos (i) renunciar plenamente nossos direitos de preferência relacionados à mina de minério de ferro de Casa de Pedra e reestruturar nossa participação acionária na MRS Logística S.A. (MRS), ou (ii) vender nossos ativos que anteriormente pertenciam à Ferteco Mineração S.A., uma empresa adquirida em 2001 e consolidada em agosto de 2003. Impetramos uma ordem de execução junto aos tribunais federais a fim de contestar os erros processuais nessa parte da decisão do CADE relacionada à mina de Casa de Pedra e entramos com um pedido de liminar para suspender os efeitos de toda a decisão na ordem de execução. A liminar foi concedida no dia 10 de novembro de 2005 e confirmada, em bases preliminares, pelo Tribunal Federal em 19 de dezembro de 2005. Entretanto, em 2 de fevereiro de 2006, a justiça federal emitiu parecer desfavorável sobre a ordem de execução, que foi mantido pelo Tribunal Federal em 26 de março de 2007. Estamos atualmente recorrendo da decisão judicial junto ao STJ, pedindo nova liminar suspendendo os efeitos da decisão do CADE enquanto não sair a decisão sobre nosso recurso. Além da ordem de execução, e das medidas preventivas, no caso de não sermos favorecidos pela decisão, nós iniciamos uma ação judicial junto à justiça federal em Brasília no dia 19 de maio de 2006, requisitando uma declaração de nosso direito de sermos indenizados por perdas e danos incorridos se tivéssemos obedecido a parte da decisão do CADE relativa à mina de Casa de Pedra, e uma determinação do valor da indenização antes de escolhermos entre a venda da Ferteco e a opção da Casa de Pedra/MRS.

Inúmeros processos judiciais contestando a legalidade do preço mínimo do leilão fixado em nossa privatização em 1997 ainda estão pendentes, inclusive uma série de ações legais de classe. O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) emitiu decisões favoráveis nessas ações que foram objetos de recursos dos respectivos requerentes. Ao final de 2005, nos casos em que os queixosos questionam o preço pago pelo bloco controlador da CVRD, as decisões do STJ foram derrubadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que os processos devam ser submetidos novamente ao STJ a fim de prosseguir com a fase de publicação compulsória, segundo os procedimentos jurídicos brasileiros, no que tange as bases para estabelecimento de um preço mínimo no programa de privatização. Essas decisões do STF ainda podem acolher recursos por parte de todos os réus. Nos casos restantes, em que apenas aspectos irregulares do convite à licitação estavam sendo contestados, o STF manteve as decisões favoráveis. Não acreditamos que, separadamente ou de modo agregado, essas ações afetem adversamente o resultado do processo de privatização ou que produzam de outra forma qualquer efeito negativo para a CVRD.

Somos réus em ações judiciais que pretendem anular o acordo de concessão pelo qual nós e alguns dos outros réus operamos o terminal portuário de Praia Mole, no Estado do Espírito Santo. O processo, iniciado em 1998, ainda se encontra em seus estágios primários e acreditamos que falte mérito à reivindicação.

Somos réus em dois processos diferentes ajuizados pelo município de Itabira, no Estado de Minas Gerais. Em uma dessas ações, iniciada em 1996, o município de Itabira alega que nossas operações de minério de ferro na região provocaram danos ambientais e sociais, e queixa-se dos prejuízos no que diz respeito à degradação da área de uma de nossas minas, assim como requer a imediata restauração do complexo ecológico afetado e a execução de programas ambientais compensatórios na região. Os danos alegados, ajustados à data em que foram registrados, chegam a aproximadamente US\$767 milhões. Nós solicitamos a anulação dessa ação, considerando que ela não apresenta uma controvérsia real. De fato, em 20 de junho de 2000, as autoridades ambientais locais concederam uma licença de operação para nossas operações de minério de ferro em Itabira. Esta licença apresenta as condições relativas à restauração ambiental da área degradada e a execução de programas ambientais compensatórios. Desde então, nós renovamos a licença

operacional e pretendemos continuar cumprindo com as condições fixadas pela licença operacional renovada. No outro processo, o município de Itabira reivindica o direito de ser reembolsado pelas despesas incorridas em relação aos serviços públicos prestados em consequência das atividades de mineração. Os prejuízos alegados, ajustados à data de seu registro, totalizam aproximadamente US\$888 milhões. Acreditamos que não haja mérito nesta ação e pretendemos nos defender com vigor em ambos processos judiciais.

Somos atualmente réus em uma série de processos administrativos por parte do DNPM, os mais importantes dos quais iniciados em março de 2006, alegando que deixamos de pagar o valor integral da CFEM, decorrente das receitas geradas por nossas atividades de minério de manganês. Acreditamos que as reivindicações do DNPM carecem de mérito e pretendemos contestá-las com vigor. A soma agregada dessa reivindicação nos processos administrativos é de aproximadamente US\$ 1,300 milhões. Se não formos bem sucedidos nos processos administrativos, poderão exigir que façamos depósitos judiciais dos valores reivindicados a fim de podermos recorrer de quaisquer decisões desfavoráveis. Somos também réus em um processo judicial semelhante movido pelo município de Mariana, alegando que deixamos de cumprir com o pagamento pleno da CFEM decorrente das receitas geradas pelas atividades de pelotização. Acreditamos as queixas do município de Mariana carecem de mérito e pretendemos nos defender vigorosamente. Estamos também envolvidos em litígio com o DNPM devido à porcentagem aplicável das receitas a ser utilizada no cálculo da CFEM devida sobre o potássio. Ver *Item 4. Informações sobre a Empresa—Questões Regulatórias—Mineração*.

Estamos envolvidos em litígio quanto a certos aspectos da regulamentação tributária recente, que exige que os ganhos das subsidiárias estrangeiras sejam incluídos na determinação dos impostos pagos no Brasil. Obtivemos uma liminar em fevereiro de 2003 suspendendo nossa obrigação de pagar o valor em questão. Esta liminar continua em vigor por conta de um recurso arquivado no tribunal de recursos federal em setembro de 2005, contestando uma decisão adversa tomada pelo STJ em julho de 2005. Não contabilizamos as provisões para esses impostos em nossos demonstrativos financeiros.

Em conformidade com a Resolução 591 da ANEEL, datada de novembro de 2003, a ANEEL autoriza a LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. (Light) a cobrar de certos clientes no Estado do Rio de Janeiro, incluindo a Valesul, várias tarifas adicionais pelo uso do sistema de distribuição. Em janeiro de 2004, a Valesul deu início ao litígio contestando a legalidade dessa cobrança. Em junho de 2004, a Valesul obteve uma decisão favorável isentando-a de pagar essas contas. A Light recorreu dessa decisão e, em setembro de 2004, obteve decisão favorável do STF que derrubou a decisão do STJ, obrigando assim a Valesul a retomar os pagamentos pendentes. A Valesul impetrou novo recurso judicial e está aguardando sua decisão.

## **DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Conforme nossa política de dividendos, nossa diretoria propõe a nosso Conselho de Administração, até o dia 31 de Janeiro de cada ano, um valor mínimo por ação, expresso em dólar americano que será distribuído naquele ano aos nossos acionistas. Os dividendos e/ou juros sobre capital próprio são determinados em dólar americano, considerando nossa geração de fluxo de caixa esperada no ano da distribuição. A proposta estabelece dois pagamentos semestrais a serem efetuados nos meses de abril e outubro de cada ano. Ela é submetida ao Conselho de Administração nas reuniões agendadas para os meses de abril e outubro. Uma vez aprovada, os dividendos ou juros sobre capital próprio são pagos em R\$ e convertidos pela taxa de câmbio em vigor no último dia útil antes da reunião do conselho em abril e outubro. A diretoria pode também propor ao Conselho de Administração, dependendo da evolução da performance de nosso fluxo de caixa, um outro pagamento aos acionistas de um valor adicional por ação além do dividendo mínimo inicialmente estabelecido. Para 2007, nossa diretoria propôs ao Conselho de Administração dividendos de US\$ 1,650 milhões. Nossa prática normal é de pagar o mesmo dividendo ou juros sobre capital próprio sobre as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A. A primeira parcela destes dividendos, representando US\$ 825 milhões, foi aprovada dia 16 de abril de 2007, e distribuída em 30 de abril de 2007.

Segundo as leis brasileiras e nossos estatutos, somos obrigados a distribuir aos acionistas, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, um valor anual igual a não menos de 25% da quantia distribuível, a qual nos referimos como dividendo obrigatório, a menos que o Conselho de Administração advirta aos acionistas durante a assembléia que o pagamento do dividendo obrigatório do ano precedente é desaconselhável, levando em conta nossa situação financeira. Para uma discussão sobre provisões para distribuição de dividendos conforme a legislação brasileira e nossos estatutos, ver *Item 10. Informações Adicionais*.

Nossas distribuições são feitas na forma de dividendos ou na forma de juros sobre capital próprio. Os dividendos relacionados às ADS e aos portadores não-residentes de ações ordinárias e preferenciais classe A, não estão sujeitos a imposto retido na fonte, exceto para dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Esses dividendos estarão sujeitos à tributação em taxas variáveis. As distribuições de juros sobre capital próprio para os acionistas, incluindo os portadores de ADS, estão sujeitas à tributação no Brasil. Ver *Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações Fiscais Brasileiras*.

Segundo a lei, somos obrigados a realizar reuniões anuais com nossos acionistas até o dia 31 de abril de cada ano, nas quais devemos declarar o valor do dividendo anual. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar os dividendos provisórios. Segundo a Lei das S.A. no Brasil, os dividendos devem ser pagos normalmente ao portador dentro de 60 dias após a data em que o dividendo foi informado, a menos que o acionista resolva fixar uma outra data para o pagamento, o que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do final do ano fiscal em que o dividendo foi declarado. Um acionista tem um período de três anos, a partir da data de pagamento do dividendo, para reivindicar seus dividendos (ou pagamento de juros sobre capital próprio) relativos às suas ações, após o qual ele não terá mais direito a estes pagamentos. De 1997 a 2003, todas as distribuições foram feitas na forma de juros sobre capital próprio. Em 2004, 2005 e 2006, parte da distribuição foi realizada na forma de juros sobre capital próprio e parte na forma de dividendos. Ver *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais—Pagamentos de Juros sobre Capital*.

Efetuamos distribuição em espécie sobre as ações ordinárias e preferenciais classe A subjacentes às ADS em moeda brasileira para os administradores representando os portadores de ADS. O administrador então converte esses valores em dólar americano e os transfere para os portadores de ADS. Para maiores informações sobre a legislação brasileira relativa à distribuição de dividendos, ver *Item 10. Informações Adicionais—Tributação—Considerações Fiscais Brasileiras*.

A tabela abaixo apresenta as distribuições em dinheiro feitas aos portadores de ações ordinárias e preferenciais classe A nos períodos indicados. Um desdobramento de ações na base de três por uma ocorreu em agosto de 2004, e os valores para os períodos anteriores não foram reavaliados para dar efeito ao desdobramento. Em maio de 2006, realizamos um desdobramento de duas por uma, e os valores não foram reavaliados para dar efeito ao desdobramento. Calculamos a conversão dos dólar americano usando a taxa de venda comercial efetiva no dia do pagamento. Os valores são expressos em sua forma bruta, sem qualquer imposto.

<u>Ano</u>	<u>Data de pagamento</u>	<u>R\$ por ação na data do pagamento</u>	<u>US\$ por ação na data de pagamento</u>
2002	Abril 30.....	2,305	0,98
	Dezembro 10.....	2,68	0,71
2003	Abril 30.....	1,62	0,56
	Outubro 31.....	3,42	1,20
2004	Abril 30.....	2,06	0,70
	Outubro 29 (1) (2).....	1,27	0,45
2005	Abril 29.....	1,11	0,43
	Outubro 31 (3).....	1,57	0,70
2006	Abril 28 (4) (5).....	1,15	0,54
	Outubro 31 (6).....	0,57	0,27
2007	Abril 30 (7).....	0,69	0,34

- (1) Em 29 de outubro de 2004, pagamos R\$ 1,03 por ação em juros sobre capital próprio e R\$ 0,24 por ação em dividendos.
- (2) Um desdobramento de ações na base de 3 por 1 ocorreu em agosto de 2004.
- (3) Em 31 de outubro de 2005, pagamos R\$ 0,68 por ação em juros sobre capital próprio e R\$ 0,89 por ação em dividendos.
- (4) Um desdobramento de ações na base de 2 por 1 ocorreu em maio de 2006.
- (5) Em 28 de abril de 2006, pagamos R\$ 0,67 por ações em juros sobre capital próprio e R\$ 0,48 por ação em dividendos.
- (6) Em 31 de outubro de 2006, pagamos R\$ 0,56 por ações em juros sobre capital próprio e R\$ 0,02 por ação em dividendos.
- (7) Em 30 de abril de 2006, pagamos R\$ 0,26 por ações em juros sobre capital próprio e R\$ 0,43 por ação em dividendos.

## Item 9. Oferta e Subscrição

### HISTÓRICO DO PREÇOS DAS AÇÕES

A tabela a seguir apresenta informações relativas a nossas ADSs preferenciais e ordinárias, conforme reportado pela Bolsa de Valores de Nova Iorque, e nossas ações preferenciais classe A e ações ordinárias, conforme reportado pela BOVESPA, nos períodos indicados. Os preços das ações foram ajustados a fim de refletir os desdobramentos de ações.

	Reais por ação ordinária		Reais por ação preferencial classe A		Dólares por ADS preferencial classe A		Dólares por ADS ordinária	
	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa
2002.....	18,17	8,33	17,03	8,48	4,92	3,42	5,00	3,63
2003.....	28,47	13,48	24,67	12,91	8,65	4,05	9,93	4,29
2004.....	38,75	21,67	32,10	18,83	12,19	6,05	14,51	7,04
2005.....	49,95	32,00	43,50	27,50	19,78	10,97	22,54	12,80
2006.....	65,00	43,72	55,00	37,10	26,25	16,10	30,34	19,76
1T05.....	47,88	35,50	39,51	29,75	15,00	11,03	18,28	13,03
2T05.....	42,25	32,00	36,00	27,50	13,45	10,97	16,00	12,80
3T05.....	49,95	35,02	43,43	29,88	19,78	12,66	22,39	14,76
4T05.....	49,70	41,88	43,50	37,05	19,60	16,44	22,54	18,43
1T06.....	56,40	45,51	48,90	39,95	22,19	18,50	25,64	21,14
2T06.....	59,55	45,50	49,08	37,10	24,20	16,10	29,09	20,07
3T06.....	53,40	43,72	45,50	37,33	20,95	16,86	24,43	19,76
4T06.....	65,00	45,50	55,00	39,41	26,25	18,06	30,34	20,90
1T07.....	77,15	58,80	65,90	50,84	31,82	23,65	37,60	27,51
Dezembro 2006.....	65,00	59,50	55,00	50,10	26,25	23,47	30,34	27,58
Janeiro 2007.....	71,65	58,80	60,53	50,84	28,73	23,65	33,93	27,51
Fevereiro 2007.....	77,15	69,60	65,90	59,60	31,82	27,50	37,10	32,98
Março 2007.....	76,85	67,50	64,61	56,85	31,55	26,76	37,60	31,85
Abril 2007.....	86,00	76,20	75,45	64,16	35,72	31,55	42,43	37,37
Maio 2007 (1).....	89,20	84,69	74,54	71,00	36,85	33,83	43,88	40,27

(1) Até 7 de Maio de 2007



## MERCADO DE AÇÕES

Nossas ações negociadas no mercado consistem de ações ordinárias e ações preferenciais classe A, ambas sem valor nominal. Nossas ações ordinárias e nossas ações preferenciais classe A são negociadas no mercado brasileiro na BOVESPA, com os nomes VALE3 e VALE5, respectivamente. Nossas ações ordinárias e preferenciais classe A são também negociadas na LATIBEX, com os nomes XVALO e XVALP, respectivamente. LATIBEX é um mercado eletrônico criado em 1999 na Bolsa de Valores de Madri com objetivo de permitir a negociação de títulos de valores latino-americanos com denominações em Euro.

Em dezembro de 2003, concordamos em cumprir com as maiores exigências de governança corporativa e requisitos de transparência estabelecidos pela BOVESPA a fim de qualificar a empresa com o Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

Para se tornar uma empresa Nível 1, o emissor deve concordar em:

- garantir que as ações representando pelo menos 25% do capital total estejam efetivamente disponíveis para negociação;
- adotar procedimentos de oferta que favoreçam amplamente a posse diversificada das ações sempre que uma oferta pública for realizada;
- cumprir com um padrão mínimo de divulgação trimestral dos resultados da empresa;
- obedecer a certa políticas mais estritas de transparência em relação às transações efetuadas pelos acionistas controladores, diretores e executivos envolvendo os títulos lançados pelo emissor;
- divulgar todos os acordos existentes entre os acionistas, assim como planos de opção por ações; e
- informar aos acionistas a agenda de eventos corporativos.

Nossas ADS ordinárias, cada uma representando uma ação ordinária, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova York desde março de 2002, com o código RIO. Nossas ADS preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial classe A, têm sido negociadas na NYSE desde junho de 2000, com o código RIOPR. As ADS preferenciais classe A haviam sido anteriormente negociadas no mercado de balcão desde 1994. O JPMorgan Chase Bank atua como depositário para as ADS ordinárias e preferenciais. Em 30 de abril de 2007, havia 862.645.444 ADS em circulação, representando 49,4% de nossas ações preferenciais classe A, 26,9% de nossas ações ordinárias ou 35,7% de nosso capital total.

## **Item 10. Informações Adicionais**

### **MEMORANDOS E ARTIGOS DE ASSOCIAÇÃO**

#### **Objetivos e Propósitos da Empresa**

Nossos propósitos corporativos estão definidos em nossos estatutos e incluem:

- exploração de depósitos minerais no Brasil e no exterior, por meios de extração, processamento, industrialização, transporte e comércio de bens minerais;
- construção de operações ferroviárias e exploração do nosso próprio tráfego ferroviário ou de terceiros;
- construção e operação de terminais marítimos próprios ou de terceiros, e a exploração de atividades náuticas para fornecer apoio às operações portuárias;
- provisão de serviços de logística com transporte de carga, compreendendo a geração, armazenamento, transbordos, distribuição e entrega dentro do contexto de um sistema de transporte multimodal;
- produção, processamento, transporte, industrialização e comércio de toda e qualquer fonte e forma de energia, envolvendo também atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comércio de seus produtos, derivados e subprodutos;
- realização, no Brasil e no exterior, de outras atividades que podem afetar direta e indiretamente a execução de seus propósitos corporativos, incluindo pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, a exploração, industrialização e comércio de recursos florestais e a provisão de serviços de qualquer espécie; e
- constituição ou participação de qualquer forma em outras empresas, consórcios, associações, direta ou indiretamente relacionados a seus propósitos de negócios.

#### **Poderes dos Conselheiros**

Segundo a Lei das S.A. brasileira, se um conselheiro ou um diretor executivo tiver conflito de interesse com a empresa em relação a qualquer transação proposta, o conselheiro ou diretor executivo não poderá votar em nenhuma reunião do Conselho de Administração ou da diretoria em questões referentes a esta transação e deve revelar a natureza e extensão do conflito de interesse para transcrição na ata da reunião. De qualquer maneira, um conselheiro ou diretor executivo não pode realizar qualquer negócio com a empresa, incluindo empréstimos, exceto se for em termos e condições razoáveis ou justos que sejam idênticos aos termos e condições praticados no mercado ou oferecidos por terceiros. Conforme nossos estatutos, os acionistas estabelecem a remuneração agregada pagável aos diretores e diretores executivos. O Conselho de Administração atribui a remuneração entre seus membros e os diretores executivos. Ver *Item 6. Diretores, Administração e Empregados—Remuneração*. Nossos estatutos não estabelecem quaisquer limites de idade obrigatória para a aposentadoria.

## AÇÕES ORDINÁRIAS E AÇÕES PREFERENCIAIS

Apresentamos abaixo algumas informações referentes ao nosso capital acionário autorizado e emitido e um breve resumo de algumas provisões de nossos estatutos e da Lei das S.A. brasileira. Esta descrição não pretende ser completa e é qualificada em referência aos nossos estatutos (uma tradução em inglês foi arquivada junto a SEC) e à Lei das S.A. brasileira.

### Geral

Nossos estatutos autorizam a emissão de até 1,8 bilhão de ações ordinárias e até 3,6 bilhões de ações preferenciais classe A, em cada caso baseado unicamente na aprovação do Conselho de Administração sem qualquer aprovação adicional dos acionistas.

Cada ação ordinária dá direito ao portador de votar em assembleias de acionistas. Portadores de ações ordinárias não têm direito a qualquer preferência relacionada a nossos dividendos ou outras distribuições.

Portadores de ações preferenciais classes A e *golden shares* têm em geral direito aos mesmos direitos de voto que os portadores de ações ordinárias, exceto em relação à eleição de membros do Conselho de Administração, e têm direito a um dividendo mínimo anual preferencial não-acumulativo de (i) pelo menos 3% do valor de mercado por ação, calculado de acordo com a demonstração financeira, que serve como referência para o pagamento de dividendos, ou (ii) 6% de suas ações *pro rata* do capital integralizado, o que for maior. Os acionistas não-controladores portadores de ações ordinárias representando pelo menos 15% de nosso capital votante e ações preferenciais classe A representando pelo menos 10% de nosso capital total, têm direito a nomear um membro e um substituto para nosso Conselho de Administração. Se não for possível reunir um grupo de acionistas portadores de ações preferenciais classe A para atingir o limite acima mencionado, os acionistas portadores de preferenciais classe A ou ações ordinárias representando pelo menos 10% de nosso capital total têm direito a reunir suas participações para nomear um membro e um substituto para nosso Conselho de Administração. Portadores de ações preferenciais classe A e *golden shares* podem eleger um membro do conselho fiscal permanente e seu respectivo substituto. Acionistas não-controladores portadores de ações ordinárias abrangendo pelo menos 10% de nossas ações ordinárias em circulação podem também eleger um membro de nosso conselho fiscal e seu substituto.

O governo brasileiro possui seis *golden shares* da CVRD. As *golden shares* são ações preferenciais que dão a seus portadores os mesmos direitos (inclusive em relação ao voto e à preferência de dividendo) que os portadores de ações preferenciais classe A. Além disso, os portadores de *golden shares* têm direito de veto a qualquer medida proposta relacionada às seguintes questões:

- (1) uma mudança de nosso nome;
- (2) uma mudança de local da nossa sede;
- (3) uma mudança em nosso propósito de negócio no que tange as atividades mineradoras;
- (4) qualquer liquidação de nossa empresa;
- (5) qualquer alienação ou fim de atividades de qualquer um ou mais dos estágios seguintes de nossos sistemas integrados de exploração de minério de ferro:
  - (a) depósitos minerais, depósitos de minério, minas;
  - (b) ferrovias; ou
  - (c) terminais portuários e marítimos;
- (6) qualquer mudança nos estatutos a respeito dos direitos atribuídos às classes de capital social emitidas por nós; e
- (7) qualquer mudança nos estatutos relacionada aos direitos concedidos às *golden shares*.

### Cálculo do valor a distribuir

A cada Assembleia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve recomendar, com base na proposta dos diretores executivos, como alocar nossos lucros do ano fiscal precedente. Para a Lei das S.A. brasileira, o lucro líquido de uma empresa após tributação e contribuição social para o ano fiscal em questão, líquido de perdas acumuladas em anos

fiscais anteriores e de valores alocados à participação dos empregados e diretores no lucro, representa seus “lucros líquidos” para o ano em questão. Segundo a legislação brasileira, um valor igual ao “lucro líquido”, posteriormente deduzido dos valores designados à reserva legal, reserva de contingência ou reserva de lucro não realizado estabelecidas por nós em conformidade com a lei aplicável (discutida a seguir) e adicionado de reversões de reservas constituída em anos anteriores, estará disponível para distribuição aos acionistas em qualquer ano particular. Tal valor, os lucros líquidos ajustados, é aqui tratado como o valor distributível. Podemos também estabelecer de modo arbitrário reservas, reservas para projetos de investimento e reservas para investimentos fiscais, conforme discutido abaixo.

*Reserva legal.* Pela Lei das S.A. brasileira, somos obrigados a manter uma reserva legal a qual devemos atribuir 5% de nossos “lucros líquidos” para cada ano fiscal até o valor das reservas atingir 20% de nosso capital integralizado. Os prejuízos líquidos, se existirem, serão debitados contra a reserva legal.

*Reservas arbitrárias.* Segundo a Lei das S.A. brasileira, uma empresa pode também estabelecer alocações arbitrárias dos “lucros líquidos” até onde fixarem seus estatutos. Nossos estatutos estabelecem uma reserva arbitrária para esgotamento mineral, que pode ser levada em conta na alocação dos lucros líquidos em qualquer ano fiscal. Atualmente, mantemos uma reserva para o esgotamento do incentivo fiscal, criada para certas operações de exploração. As apropriações para a reserva arbitrária de esgotamento não foram usada desde 1996, quando os incentivos fiscais relativos expiraram. Para maiores detalhes, ver Nota 16 de nosso demonstrativo financeiro consolidado. Não há limites no tamanho ou valor dos recursos que podem ser retidos na reserva arbitrária de esgotamento. No entanto, a soma da reserva legal, da reserva de esgotamento e da reserva para projetos de investimento, em quantia não superior a 50% da distribuição lucro líquido até o máximo do capital social da companhia, não pode exceder o valor de nosso capital integralizado.

*Reserva de contingência.* Pela lei brasileira, uma parcela de nossos “lucros líquidos” pode também ser alocada de forma discricionária a uma “reserva de contingência” para um prejuízo antecipado que seja considerado provável nos anos futuros. Qualquer valor assim alocado num ano anterior deve ser revertido no ano fiscal no qual o prejuízo foi previsto se tal prejuízo não ocorrer de fato. Nunca alocamos um valor para a reserva de contingência.

*Reserva para projetos de investimento.* Pela lei brasileira, podemos alocar uma parcela de nossos “lucros líquidos” para apropriações discricionárias visando a expansão de uma usina ou outros projetos de investimento de capital, o valor do qual baseado no orçamento de capital anteriormente apresentado pela diretoria e aprovado pela assembléia dos acionistas. Conforme a Lei 10.303/2001, os orçamentos de capital com uma duração superior a um ano devem ser revisados a cada assembléia anual dos acionistas. Após a conclusão dos projetos de capital relevantes, podemos reter a apropriação até os acionistas votarem pela transferência total ou parcial da reserva para o capital ou lucros retidos.

*Reserva de lucro não realizado.* Em 1º de março de 2002, pela Lei 10.303/2001, o valor com o qual o dividendo obrigatório exceder a parcela “realizada” dos lucros líquidos para um determinado ano pode ser alocado à reserva de lucro não realizado. A parcela “realizada” dos lucros líquidos é o valor pelo qual os “lucros líquidos” superam a soma de (i) nossos resultados líquidos positivos, se houver, a partir do método patrimonial de contabilidade dos lucros e prejuízos de nossas subsidiárias e algumas afiliadas, e (ii) os lucros, ganhos ou retornos obtidos em transações concluídas depois do final do ano fiscal seguinte.

*Reserva de investimento de incentivo fiscal.* Pela lei brasileira, uma parcela dos “lucros líquidos” pode também ser alocada a uma “reserva de investimento de incentivo fiscal” em valores correspondentes às deduções em nossos impostos gerados por créditos para determinados investimentos aprovados pelo governo.

A Lei das S.A. brasileira estabelece que todas alocações discricionárias de “lucros líquidos”, incluindo as reservas discricionárias, reserva de contingência, reserva de lucro não realizado e reserva de projetos de investimento, estão sujeitas à aprovação por parte dos votos dos acionistas na assembléia anual e podem ser transferidas para o capital, ou usadas no pagamento de dividendo nos anos seguintes. A reserva de investimento de incentivo fiscal e a reserva legal também estão sujeitas à aprovação pelo voto dos acionistas em assembléia anual e podem ser transferidas para o capital, mas não estão disponíveis para pagamentos de dividendos nos anos subsequentes.

Nosso cálculo dos “lucros líquidos” e das alocações para reservas em qualquer ano fiscal é determinado com base em nossa demonstração de resultados preparada conforme a lei das S.A. brasileira. Nossos demonstrativos financeiros consolidados são elaborados de acordo com o U.S. GAAP e, embora nossas alocações para reservas e dividendos venham a ser refletidas nesses demonstrativos financeiros, os investidores não conseguirão calcular tais alocações ou valores de dividendo exigidos a partir de nossos demonstrativos financeiros consolidados.

## **Dividendos obrigatórios**

A Lei das S.A. brasileira e nossos estatutos estabelecem que devemos distribuir aos nossos acionistas em forma de dividendos ou juros sobre capital próprio um valor anual igual a não menos de 25% do valor distribuível, chamado dividendo obrigatório, a menos que o Conselho de Administração advirta aos nossos acionistas na assembléia geral que o pagamento de dividendos obrigatórios para o ano seguinte não é aconselhável tendo em vista nossa situação financeira. O conselho fiscal deve revisar todas essas determinações e reportá-las para os acionistas. Além do dividendo obrigatório, nosso Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas o pagamento de dividendos de outros fundos então legalmente disponíveis. Qualquer pagamento de dividendos provisórios será líquido do valor do dividendo obrigatório para aquele ano fiscal. Os acionistas devem também aprovar a recomendação do Conselho de Administração com relação a qualquer distribuição requerida. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao tamanho da reserva legal, reserva de contingência e reserva de lucro não realizado. O valor do dividendo obrigatório não está sujeito ao tamanho da reserva de esgotamento discricionária. Ver *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Cálculo do Valor a Distribuir*. Até o presente, o Conselho de Administração nunca determinou que o pagamento de dividendo obrigatório não fosse aconselhável.

Em novembro de 2002, nosso Conselho de Administração aprovou uma nova política de dividendos. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Dividendos e Juros sobre Capital Próprio*.

## **Prioridade de pagamento de dividendo das ações preferenciais**

Em conformidade com nossos estatutos, os portadores de ações preferenciais classe A e de *golden shares* têm direito a um dividendo mínimo anual não-acumulativo preferencial equivalente a (i) pelo menos 3% do valor de mercado por ação, calculado de acordo com o demonstrativo financeiro que serve de referência para o pagamento de dividendos, ou (ii) 6% de sua participação *pro rata* em nosso capital integralizado, o que for maior. Na medida em que declaramos dividendos de um ano qualquer em valores que excedam os dividendos preferenciais sobre as ações preferenciais classe A, e após os portadores de ações ordinárias terem recebido distribuições equivalentes, por ação, aos dividendos preferenciais pagos sobre as ações preferenciais classe , os portadores de ações ordinárias e os portadores de ações preferenciais classe A receberão a mesma quantia adicional de dividendos por ação. Desde a primeira etapa de nossa privatização, em 1997, temos tido quantias distribuíveis suficientes para conseguirmos distribuir valores idênticos para os acionistas portadores de papéis ordinários e preferenciais.

## **Outras questões relacionadas às ações preferenciais classe A**

Nossos estatutos não prevêm a conversão de ações preferenciais classe A em ações ordinárias, além disso, as ações preferenciais classe A não têm qualquer preferência em nossa liquidação e não há provisões de resgate associadas às ações preferenciais classe A.

## **Pagamentos sobre o patrimônio dos acionistas**

Em conformidade com a Lei das S.A. brasileira em vigor desde 1º de Janeiro de 1996, as empresas brasileiras são autorizadas a pagar quantias limitadas aos acionistas e tratar tais pagamentos como uma despesa para fins de imposto de renda. De acordo com a Lei 9.249 datada de 26 de dezembro de 1995, nossos estatutos estabelecem a distribuição de juros sobre capital próprio como uma alternativa de pagamento para os acionistas. A taxa de juros aplicada se limita à taxa de juros de longo prazo brasileira, ou TJLP, para o período aplicado. A dedução do valor dos juros pagos não pode superar (1) 50% do lucro líquido (após dedução de provisões para contribuição social sobre os lucros líquidos e antes da dedução da provisão do imposto de renda corporativo) antes de levar em conta qualquer distribuição para o período em relação ao qual o pagamento é efetuado, ou (2) 50% da soma dos lucros retidos e das reservas de lucro. Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeito ao imposto de renda retido na fonte na taxa de 15%, exceto para um beneficiário localizado numa jurisdição de paraíso fiscal (ou seja, num país que não imponha imposto de renda ou que imponha numa taxa máxima inferior a 20%), neste caso a taxa é de 25%. Segundo nossos estatutos, o valor pago aos acionistas como juros sobre capital próprio (isento de qualquer imposto retido na fonte) pode ser incluído como parte de qualquer dividendo mínimo e obrigatório. Pela Lei das S.A. brasileira, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que a quantia líquida recebida, após o pagamento efetuado por nós dos impostos brasileiros aplicáveis em relação à distribuição de juros sobre capital próprio, seja pelo menos igual ao dividendo obrigatório.

## **Direitos de voto**

Toda ação ordinária dá direito a seu portador a um voto nas assembléias dos acionistas. Os portadores de ações preferenciais classe A têm direito aos mesmos direitos de voto que os portadores de ações ordinárias, exceto que não podem votar na eleição dos membros do Conselho de Administração, e excetuando-se também o caso de dividendos

atrasados, como descrevemos a seguir. Um dos membros do conselho fiscal permanente e seu substituto são eleitos pela maioria dos votos dos portadores de ações preferenciais classe A. Os portadores de ações preferenciais classe A e ações ordinárias podem, em determinadas circunstâncias, associar suas respectivas participações para eleger membros de nosso Conselho de Administração.

As *golden shares* concedem aos seus portadores os mesmos direitos de voto que aos portadores de ações preferenciais classe A. As *golden shares* conferem também alguns outros direitos substanciais de voto em relação às medidas particulares, conforme descritos no *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais*.

A Lei das S.A. brasileira estabelece que as ações sem direito a voto ou com direitos restritos a voto, tais como as ações preferenciais classe A, adquiram direitos de voto assim que a empresa tenha deixado de pagar por três anos fiscais consecutivos (ou por período mais curto estabelecido no documento constituinte da empresa) qualquer dividendo mínimo ao qual as ações têm direito e continuar até que os pagamentos a partir daí sejam feitos. Nossos estatutos não estabelecem nenhum período mais curto.

Qualquer alteração nas preferências ou vantagens de nossas ações preferenciais classe A, ou a criação de uma classe de ação com prioridade sobre as ações preferenciais classe A, exigirá a aprovação dos portadores de uma maioria das ações preferenciais classe A em circulação, votando como uma classe numa reunião especial.

### **Assembléia Geral Ordinária**

Uma Assembléia Geral Ordinária se reúne todos os anos para decidir todas as questões relacionadas a nossos propósitos corporativos e aprovar tais resoluções à medida que as considerarem necessárias para nossa proteção e bem-estar.

Segundo a lei brasileira das S.A., os acionistas votando na assembléia geral têm o poder, entre outros, de:

- emendar os estatutos;
- eleger ou dispensar membros do Conselho de Administração e membros do conselho fiscal a qualquer momento;
- receber relatórios anuais e aceitar ou rejeitar os demonstrativos financeiros e recomendações da diretoria, inclusive a atribuição de lucros líquidos e de valores distribuíveis para pagamento de dividendo obrigatório e alocação às várias contas de reservas.;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista em falta com as obrigações estabelecidas pela lei e pelos estatutos;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos contribuídos por acionistas em consideração à emissão de capital acionário;
- aprovar resoluções reconhecendo nossa forma legal para fundir, consolidar, cindir, dissolver e liquidar a empresa e destituir nossos liquidantes e examinar suas contas; e
- autorizar a diretoria a entrar com pedido de falência ou solicitar uma concordata.

Todas as reuniões dos acionistas, incluindo a assembléia anual, são convocadas através de publicação, pelo menos quinze dias antes da data marcada e pelos menos três vezes, de nota no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* e em jornais de ampla circulação na cidade em que nossa sede está registrada, ou seja no Rio de Janeiro. Nossos acionistas designaram anteriormente o *Jornal do Commercio* para este fim. Da mesma forma, como nossas ações são negociadas na BOVESPA, devemos publicar um aviso em um dos jornais de São Paulo. Tal aviso deve conter a agenda para a reunião e, no caso de emendas a serem feitas aos nossos estatutos, uma indicação do assunto em questão. Além disso, segundo nossos estatutos, os portadores de *golden shares* têm direito a um aviso formal 15 dias antes a seu representante legal sobre qualquer reunião de acionistas para considerar qualquer medida proposta sujeita a direitos de veto associados às *golden shares*. Ver *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Geral*.

Uma reunião de acionistas pode ser realizada se os acionistas presentes representarem pelo menos um quarto do capital votante. Se tal participação não for atingida, um novo aviso deve ser feito de modo similar ao descrito acima, exceto pela publicação com oito dias de antecedência, e uma reunião poderá então ser realizada sem um número específico

de participantes, sujeita ao quorum e exigências de voto mínimos para certas questões, conforme discutido mais adiante. Um acionista sem direito a voto pode comparecer às reuniões dos acionistas e tomar parte na discussão de assuntos postos em consideração.

Exceto quando a lei determinar de outra forma, as resoluções de uma reunião de acionistas são aprovadas pela maioria simples dos votos, as abstenções não sendo levadas em conta. Segundo a legislação brasileira, a aprovação de acionistas representando pelo menos a metade das ações emitidas e em circulação é exigida para os tipos de medidas descritas a seguir, assim como, no caso da cláusula (a) e cláusula (b), uma maioria das ações emitidas e em circulação das classes afetadas:

(a) criação de uma nova classe de ações preferenciais ou um aumento desproporcional numa das classes existentes de ações preferenciais em relação a outras classes de ações, além do que é permitido pelos estatutos;

(b) mudança de prioridade, direito, privilégio ou condição de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais ou a criação de qualquer classe de ações preferenciais não-votantes que tenha uma prioridade, preferência, direito, condição, resgate ou amortização superior a uma classe existente de ações, tais como as ações preferenciais;

(c) redução do dividendo obrigatório;

(d) alteração dos propósitos corporativos;

(e) fusão com uma outra empresa ou nossa consolidação ou cisão;

(f) nossa dissolução ou liquidação;

(g) participação num grupo centralizado de empresas conforme definido pela Lei das S.A. brasileira; e

(h) cancelamento de nossa liquidação.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital acionário forem autorizadas a votar, cada ação terá direito a um voto. As assembleias anuais dos acionistas devem ser realizadas até o dia 30 de abril de cada ano. As reuniões dos acionistas são convocadas, realizadas e presididas pelo Presidente e Vice-Presidente de nosso Conselho de Administração. Um acionista pode ser representado numa assembleia geral dos acionistas por um portador de procuração indicado pelo menos um ano antes da assembleia, que deve ser acionista, representante da empresa ou um advogado. Para uma empresa pública, como a nossa, o representante legal pode ser uma instituição financeira.

#### **Direitos de retirada**

Nossas ações ordinárias e preferenciais classe A não são resgatáveis, porém, em determinados casos previstos na legislação societária brasileira, acionistas dissidentes têm o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações, se for aprovada uma das seguintes matérias em uma assembleia geral por acionistas que representem, pelo menos, 50% das ações com direito a voto:

- (1) criação nova classe de ação preferencial ou aumentar desproporcionalmente uma classe existente em relação a outras classes de ações (a menos que tais medidas sejam previstas e autorizadas pelos estatutos);
- (2) modificação a preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações, ou criar uma nova classe de ações com privilégios maiores do que os das classes existentes de ações preferenciais;
- (3) redução a distribuição obrigatória de dividendos;
- (4) alteração nossos propósitos corporativos;
- (5) promover fusão a uma outra empresa ou nos consolidarmos;
- (6) transferir todas as nossas ações para uma outra empresa de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral de tal empresa, uma fusão do capital;
- (7) aprovação a aquisição do controle de uma outra empresa por um preço que supere certos limites estabelecidos pela Lei das S.A. brasileira;

- (8) aprovação nossa participação num grupo centralizado de empresas conforme definido pela Lei brasileira das S.A.; ou
- (9) no evento de uma entidade resultante de (a) uma fusão, (b) fusão de capital conforme descrita na cláusula (6) acima, ou (c) uma cisão que realizarmos não conseguirmos nos tornar uma empresa listada dentro dos próximos 120 dias a contar da data da assembleia de acionistas em que tal decisão foi tomada.

Somente os portadores de ações adversamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos itens (1) e (2) acima poderão exigir de nós que suas ações sejam resgatadas. O direito de resgate mencionado nos itens (5), (6) e (8) acima só poderá ser exercido se nossas ações não satisfizerem certos testes de liquidez no momento da decisão dos acionistas. O direito de resgate prescreverá 30 dias após a publicação da ata de uma reunião relevante dos acionistas, a menos que, no caso dos itens (1) e (2) acima, a resolução esteja sujeita a confirmação por parte dos acionistas portadores de ações preferenciais (que deve ser feita em reunião especial a ser realizada no prazo de um ano), e neste caso o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da reunião especial.

Teremos o direito de reconsiderar qualquer medida dando margem a direitos de resgate num prazo de dez dias após a expiração de tais direitos se o resgate das ações dos acionistas dissidentes colocar em perigo nossa estabilidade financeira. A Lei 9.457, datada de 5 de maio de 1997, que retificou a Lei das S.A. brasileira, contém provisões que, entre outras, restringem os direitos de resgate em certos casos e permitem que as empresas resgatem suas ações pelos seus valores econômicos, sujeito a certas exigências. Atualmente, nossos estatutos não estabelecem que nosso capital acionário será resgatável pelo seu valor econômico e, conseqüentemente, qualquer resgate em conformidade com a Lei das S.A. brasileira seria efetuado por pelo menos seu valor de mercado por ação, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas: desde que a assembleia geral dos acionistas dando margem aos direitos de resgate tenha ocorrido mais de sessenta dias após o último balanço patrimonial aprovado, um acionista terá direito a exigir que suas ações sejam avaliadas com base no novo balanço patrimonial datado num prazo de 60 dias a partir desta assembleia geral dos acionistas.

### **Direitos de preferência**

Cada um de nossos acionistas possui em geral um direito de preferência para subscrever à compra de ações em todo aumento de capital, em proporção à sua participação. Um período mínimo de 30 dias, após o aviso sobre o aumento de capital, é dado para que este direito seja exercido e o direito é negociável. Pela Lei das S.A. no Brasil, o Conselho de Administração pode decidir não estender os direitos de preferência a nossos acionistas, ou reduzir o período de 30 dias para o exercício deste direito, em ambos casos com respeito a qualquer emissão de ações, debêntures convertíveis em ações ou certificados de garantia no contexto de uma oferta pública, sujeito ao limite sobre o número de ações que podem ser emitido com a aprovação do conselho sem qualquer aprovação adicional por parte dos acionistas. No evento de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção de capital representada pelas ações preferenciais classe A, os portadores de ADS preferenciais terão direito de preferência para subscreverem somente às ações preferenciais classe A recentemente emitidas. No evento de um aumento de capital que reduza a proporção de capital representada pelas ações preferenciais classe A, os acionistas terão direito de preferência para subscreverem às ações preferenciais classe A, em proporção a suas participações, e às ações ordinárias somente até onde for necessário para evitar a diluição de suas participações gerais na empresa. No evento de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção de capital representada pelas ações ordinárias, os acionistas terão direito de preferência para subscreverem somente para as ações ordinárias que acabam de ser emitidas. No evento de um aumento de capital que reduza a proporção representada pelas ações ordinárias, os portadores de ações ordinárias terão direito de preferência para subscreverem para as ações preferenciais classe A somente até o ponto necessário para impedir que ocorra uma diluição em seus interesses gerais na empresa.

### **Direitos de tag-along**

Segundo a legislação brasileira, no evento de uma venda do controle da Empresa, o comprador é obrigado a oferecer aos portadores de ações ordinárias votantes o direito de vender suas ações por um preço igual ou de pelo menos 80% do valor das ações ordinárias com direito a voto representando o controle.

### **Formulário e transferência**

Nossas ações preferenciais classe A e ações ordinárias estão registradas num formulário no nome do acionista ou da pessoa por ele nomeada. A transferência dessas ações é feita em acordo com a Lei das S.A. brasileira, que determina que uma transferência de ações seja feita pelo nosso agente de transferência, o Banco Bradesco S.A., mediante a apresentação de instruções válidas de transferência de ações para nós pelo transferidor ou seu representante. Quando as ações preferenciais ou ordinárias são adquiridas ou vendidas numa bolsa de valores do Brasil, a transferência é efetuada nos registros de nosso agente de transferência por um representante da firma de serviços financeiros ou pelo sistema de



compensação de valores mobiliários. As transferências de ações por parte de um investidor estrangeiro são realizadas da mesma maneira e são executadas pelo agente local do investidor, que é também responsável pela atualização da informação relacionada ao investimento estrangeiro fornecida ao Banco Central.

A BOVESPA opera um sistema central de compensação através da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. Um portador de nossas ações pode participar desse sistema e todas as ações selecionadas para entrar no sistema serão depositadas em custódia na CBLC (através de uma instituição brasileira que seja devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e mantenha uma conta de compensação na CBLC). O fato de essas ações estarem sujeitas à custódia na entidade pertinente será refletido em nosso registro de acionistas. Cada acionista participante será, por sua vez, inscrito em nosso registro de acionistas beneficiários, que é mantido pela CBLC e será tratado do mesmo modo que os acionistas registrados.

## CONTRATOS RELEVANTES

Para obter informações relativas aos contratos relevantes, ver *Item 4. Informações sobre a Empresa e Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras.*

### CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES AFETANDO PORTADORES DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS

Não existem restrições sobre a propriedade de nosso capital acionário por parte de indivíduos ou entidades legais sediadas fora do Brasil. Todavia, o direito de converter pagamentos de dividendos e recursos resultantes das vendas de ações preferenciais classes A ou ações ordinárias em moeda estrangeira e remeter essas quantias para fora do Brasil está sujeito a restrições segundo a legislação sobre investimentos estrangeiros, que geralmente exige, entre outras coisas, que o investimento em questão seja registrado no Banco Central. Essas restrições sobre a remessa de capital estrangeiro para fora do país podem dificultar ou impedir que o administrador das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias representadas por ADS, ou portadores que trocaram ADS por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, convertam dividendos, distribuições ou dinheiro de qualquer venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, conforme for o caso, em dólares americanos e remeta esse valor em dólares americanos para fora do país. Atrasos, ou recusas de conceder qualquer aprovação exigida pelo governo para converter pagamentos em moeda brasileira e remessas para o exterior das quantias pertencentes à portadores de ADS podem afetar adversamente os portadores desses recibos.

Pela Resolução 2.689/2000, os investidores estrangeiros podem investir em quase todos ativos financeiros e se envolver em quase todas as transações disponíveis nos mercados brasileiros de capital e finanças, desde que certas exigências sejam cumpridas. De acordo com a Resolução 2.689/2000, a definição de investidor estrangeiro inclui indivíduos, entidades legais, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, domiciliada ou sediada no exterior.

Segundo a Resolução 2.689/2000, um investidor estrangeiro deve:

- nomear pelo menos um representante no Brasil, com poderes para desempenhar ações relacionadas a seus investimentos,
- completar o formulário de registro de investidor estrangeiro apropriado,
- registrar-se como investidor estrangeiro na CVM, e
- registrar seu investimento estrangeiro no Banco Central.

Os títulos e outros ativos financeiros nas mãos de um investidor estrangeiro em conformidade com a Lei 2.689/2000 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, os títulos negociados são restritos a transações realizadas em bolsas de valores ou através de mercados de balcão organizados, licenciados pela CVM, exceto no caso de subscrição, bonificação, conversão de debêntures em ações, índices de títulos, compra e venda de cotas de fundos de investimentos e, se permitido pela CVM, em transações particulares, cancelamentos ou suspensão de negócio. Além do mais, a transferência para o exterior ou a atribuição dos títulos ou outros ativos financeiros em posse de investidores estrangeiros em conformidade com a Resolução 2.689/2000 é proibida, exceto para transferências resultantes de uma reorganização corporativa, ou ocorrendo devido à morte de um investidor.

A Resolução 1.927/1992 do Conselho Monetário Nacional, que é o reelaborado e ratificado anexo V da Resolução 1.289/1997, a que chamamos de Anexo V da Resolução, estabelece que para a emissão de recibos de depósitos em mercados estrangeiros em relação às ações dos emissores brasileiros. Ele determina que o dinheiro resultante da venda de ADS por portadores de ADS fora do Brasil está isento dos controles brasileiros de investimentos estrangeiros e portadores de ADS que não sejam residentes numa jurisdição de paraíso fiscal (ou seja, um país ou localidade que não imponha tributação sobre o lucro ou onde o imposto máximo não supere 20%, ou onde a legislação imponha restrições sobre a divulgação da composição acionária ou da posse dos investimentos) terá direito a um tratamento fiscal favorável.

Um registro eletrônico foi emitido por um administrador no nome do JPMorgan Chase Bank, o depositário, em relação à ADS. Em conformidade com o registro eletrônico, o administrador e o depositário podem converter dividendos e outras distribuições em relação às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias representadas pela ADS em moeda

estrangeira e remeter o dinheiro para fora do Brasil. Se um portador trocar suas ADS por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, o portador poderá continuar contando com o registro eletrônico do administrador por apenas cinco dias úteis após a troca. Depois disso, o portador deverá tentar obter seu próprio registro eletrônico junto ao Banco Central pela Lei 4.131/1962 ou Resolução 2.689/2000. A partir daí, a menos que o portador tenha registrado seu investimento no Banco Central, este portador não poderá converter em moeda estrangeira e remeter para fora do Brasil os recursos obtidos com a disposição de, ou distribuições em relação a, essas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Desde 14 de março de 2005, existe somente um mercado de câmbio no Brasil. As moedas estrangeiras só podem ser compradas através de um banco brasileiro autorizado a operar no mercado. No passado, pelas regulamentações brasileiras, as transações em moeda estrangeira eram realizadas no mercado de câmbio de taxa comercial ou mercado de câmbio de taxa flutuante. As taxas nesses dois mercados eram geralmente idênticas. Embora as taxas sejam negociadas livremente no mercado de câmbio, elas podem ser fortemente influenciadas pelas intervenções do Banco Central. Ver *Item 3. Informações Importantes—Taxas de Câmbio*.

Segundo a Lei das S.A. brasileira, sempre que houver um sério desequilíbrio no balanço de pagamentos do Brasil ou razões para prever um sério desequilíbrio, o governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre as remessas para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil, e sobre a conversão de moeda brasileira em moeda estrangeira. Tais restrições podem dificultar ou impedir que o administrador ou portadores que trocaram ADS por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias subjacentes convertam as distribuições ou dinheiro resultante da venda dessas ações, conforme for o caso, em dólares americanos e remetam estes dólares americanos para o exterior.

## TRIBUTAÇÃO

Este texto contém uma descrição das principais consequências tributárias no Brasil e nos Estados Unidos para os portadores de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS. Não tivemos a pretensão de elaborar um relato abrangente e exaustivo de todas as implicações tributárias relevantes para um portador de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS.

Os portadores de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS devem buscar mais informações com seus consultores tributários a respeito das consequências tributárias da compra, titularidade e venda de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS, incluindo, especialmente, as consequências de quaisquer outras leis estaduais, locais ou nacionais.

Embora não haja atualmente entre o Brasil e os Estados Unidos nenhum acordo bilateral tratando especificamente da questão do imposto de renda, a Receita Federal dos dois países tem mantido discussões sobre o assunto e que poderão resultar em um futuro acordo bilateral. Não podemos prever se e quando tal acordo entrará em vigor ou como afetará os acionistas norte-americanos, definidos abaixo, que sejam portadores de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS.

### Considerações sobre a tributação brasileira

O relato a seguir resume as principais consequências tributárias brasileiras da aquisição, posse e venda de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS por um portador que não tenha domicílio no Brasil, para fins tributários (“portador não-brasileiro”). As considerações são baseadas na legislação e nas normas tributárias do Brasil em vigor nesta data e que estão sujeitas a alterações (possivelmente com efeito retroativo). Esta discussão não enfoca genericamente todas as implicações tributárias brasileiras aplicáveis a qualquer portador não-brasileiro. Portanto, cada portador não-brasileiro deve se informar com seu consultor tributário sobre as consequências fiscais de um investimento em ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS.

*Tributação de dividendos.* Os dividendos, incluindo dividendos em espécie, que pagamos com base nos lucros do período iniciado em ou depois de 1º de janeiro de 1996 (1) ao depositário de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias lastreado as ADS ou (2) a portador não-brasileiro de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, geralmente não estão sujeitos a desconto na fonte de imposto de renda brasileiro. Os dividendos pagos em função de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 podem estar sujeitos a desconto na fonte de imposto de renda brasileiro em diferentes alíquotas, dependendo do ano em que os lucros foram gerados.

*Distribuições de juros sobre o capital próprio.* Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem pagar juros sobre o capital próprio como uma forma alternativa de fazer a distribuição de dividendos, os quais podem ser pagos em dinheiro. A base de cálculo dos juros sobre o capital próprio é feita conforme o estabelecido em

suas normas contábeis internas. A taxa de juros aplicada pode não ficar acima da TJLP fixada periodicamente pelo Banco Central. Além disso, o montante pago pode não ser maior, para fins de tributação, do que (1) 50% do lucro líquido (após o desconto da provisão da contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas antes de considerar tal pagamento de juros e a provisão do imposto de renda de pessoa jurídica) no período coberto pelo pagamento ou (2) 50% da soma dos rendimentos retidos e das reservas de lucros a partir do início do exercício fiscal de que trata o pagamento.

O montante de juros distribuídos aos acionistas é deduzível, para efeitos tributários de contribuição social sobre o lucro líquido de pessoa jurídica, desde que sejam observados os limites acima descritos. Assim, o benefício para nós, ao contrário de um pagamento de dividendos, é a redução equivalente a 34% do montante na cobrança de nossos impostos corporativos. Sujeita a algumas restrições, uma alíquota de 15% de imposto de renda é descontada dos acionistas sobre o pagamento de juros, exceto se o beneficiário estiver isento de imposto no Brasil, e nessa condição os pagamentos são livres de impostos brasileiros, e exceto se o beneficiário estiver em uma jurisdição de paraíso fiscal, isto é, um país ou localidade que não cobra imposto de renda ou que tem uma alíquota máxima de imposto de renda abaixo de 20% ou cuja legislação interna impõe restrições à divulgação da composição acionária ou da propriedade do investimento, caso este em que a alíquota incidente é de 25%.

### *Tributação de ganhos de capital*

Dois tipos de portadores não-brasileiros devem ser examinados no que diz respeito à tributação brasileira: (1) os portadores não-brasileiros que não possuem residência ou domicílio em paraíso fiscal (como definido abaixo), que estão registrados junto ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários para investir no Brasil de acordo com a Resolução nº 2.689, ou são portadores de Ações ADS; e (2) outros portadores não-brasileiros, entre os quais se inclui todo e qualquer não-residente no Brasil que investe no país através de quaisquer outros meios, bem como todo tipo de investidor situado em paraíso fiscal (isto é, uma jurisdição que não cobra imposto de renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda é menor que 20% e/ou onde a legislação interna impõe restrições à divulgação da propriedade de ações ou investimentos). Os investidores identificados no item (1) estão sujeitos a um tratamento fiscal mais favorável, tal como descrito abaixo.

A Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, determina que podem estar sujeitos à tributação no Brasil os ganhos de capital obtidos no exterior em decorrência da venda de ativos situados no Brasil, feita por não-residentes para outros não-residentes. Neste sentido, quando da venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, definidas como ativos situados no Brasil, o portador não-brasileiro pode estar sujeito à cobrança de imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos, dentro das normas descritas abaixo, não importando se a transação é realizada no Brasil ou no exterior, com um brasileiro residente ou não. Em relação às ADS, embora acreditemos que não se enquadram na definição de ativos situados no Brasil, para efeito desta norma, considerando-se o aspecto geral e pouco claro da norma e a falta de jurisprudência pertinente, não podemos prever se tal entendimento irá prevalecer nas instâncias judiciais brasileiras. Daí porque podem estar sujeitos à cobrança de imposto de renda no Brasil, conforme as normas descritas acima, os ganhos com a venda de ADS por um portador não-brasileiro para um brasileiro residente, ou mesmo para um não-brasileiro residente, caso a Justiça decida que as ADS constituem ativos situados no Brasil.

O depósito de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias em troca de ADS pode estar sujeito à cobrança de imposto de renda brasileiro se o custo de aquisição das ações preferenciais classe A ou das ações ordinárias for menor do que (i) o preço médio por ação preferencial classe A ou ação ordinária na bolsa de valores brasileira em que o maior número de tais ações foi vendido no dia do depósito; ou (ii), se nenhuma ação preferencial classe A ou ação ordinária foi vendida naquele dia, o preço médio na bolsa de valores brasileira em que o maior número de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias foi vendido nos 15 pregões imediatamente anteriores ao depósito. Neste caso, a diferença entre o custo de aquisição e o preço médio das ações preferenciais classe A ou das ações ordinárias calculado da forma descrita acima será considerado ganho de capital sujeito a tributação. Há motivos para se argumentar que essa tributação não se aplica ao caso de investidores registrados de acordo com as normas da Resolução nº 2.689/2000 e que não sejam de paraíso fiscal. O resgate de ADS em troca de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias não está sujeito a imposto de renda brasileiro, desde que seja cumprido o regulamento que dispõe sobre registro de investimentos junto ao Banco Central.

É importante esclarecer que, para fins de tributação brasileira, as normas do imposto de renda sobre ganhos decorrentes da venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias variam conforme o domicílio do portador não-brasileiro, a forma pela qual esse portador não-brasileiro registrou seu investimento no Banco Central e/ou

como a venda foi realizada. O ganho auferido em decorrência de uma transação realizada em uma bolsa de valores, de mercadorias e de futuros no Brasil é a diferença entre o montante em *reais* obtido pela venda e o custo de aquisição das ações vendidas, sem nenhum ajuste pela inflação.

Os rendimentos auferidos com a venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias realizada na bolsa de valores brasileira (incluindo as transações realizadas no Mercado de Balcão) estão:

- isentos de imposto de renda quando os rendimentos forem auferidos por um portador não-brasileiro que (i) registrou seu investimento no Banco Central brasileiro, conforme o estabelecido pela Resolução nº 2.689/2000 (“portador 2.689”) e (ii) não seja portador em paraíso fiscal; ou
- estão sujeitos a uma alíquota de 15% de imposto de renda em qualquer outro caso, incluindo os rendimentos auferidos por um portador não-brasileiro que (i) não seja um “portador 2.689” ou (ii) um portador em paraíso fiscal. Nestes casos, a transação estará sujeita a uma alíquota de 0,005% do valor da venda, como imposto de renda descontado na fonte e pode ser compensada no eventual imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

Quaisquer outros rendimentos auferidos com a venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias que não seja feita na bolsa de valores brasileira estão sujeitos a uma alíquota de 15% de imposto de renda, exceto para portadores em paraíso fiscal, sujeitos, neste caso, a 25% de imposto de renda. Caso estes rendimentos estejam relacionados a transações realizadas no Mercado de Balcão brasileiro, com corretagem, uma alíquota de 0,005% de imposto de renda será descontada na fonte sobre o valor da transação e pode ser compensada com o eventual imposto de renda devido sobre o ganho de capital. Não se pode dizer com certeza até quando continuará vigorando esse tratamento favorável atual dos “portadores 2.689”.

No caso de resgate de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS ou de uma redução de capital feita por empresa brasileira, a diferença positiva entre o montante recebido pelo portador não-brasileiro e o custo de aquisição das ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS resgatadas é tratada como ganho de capital decorrente da venda ou troca de ações não realizada em bolsa de valores brasileira e está, portanto, sujeita a uma alíquota de 15% de imposto de renda, ou 25%, se for o caso.

Qualquer exercício de direitos preferenciais relacionados a ações preferenciais classe A ou ações ordinárias não estará sujeito à tributação brasileira. Qualquer rendimento auferido com a transação estará sujeito ao imposto de renda brasileiro, segundo as mesmas normas aplicáveis à venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

*Outros impostos brasileiros.* Não existe nenhum imposto brasileiro incidente sobre herança, doação ou sucessão que seja aplicável à titularidade, transferência ou venda de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS por um portador não-brasileiro, exceto impostos sobre herança e doação que são cobrados em alguns estados do país em casos de doações feitas ou heranças transmitidas por um titular não-brasileiro para pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesses estados. Não existem taxas de selos, de emissão de registro ou impostos assemelhados que devam ser pagos por portadores de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS.

A legislação tributária brasileira criou o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que incide, entre outras operações, sobre o câmbio, quando da conversão de *reais* em moeda estrangeira e a conversão de moeda estrangeira em real. Embora a alíquota do IOF seja atualmente de 0%, com algumas exceções específicas, o Ministério da Fazenda tem poder legal de aumentar a alíquota para um máximo de até 25%, mas somente sobre transações ocorridas depois da regulamentação pertinente (i.e., não tem efeito retroativo).

O IOF também incide sobre operações relativas a títulos, seguros e valores imobiliários, inclusive as realizadas na bolsa de valores, mercadorias e futuros. A alíquota deste imposto para ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS é de 0% atualmente. Mas o Ministério da Fazenda tem o poder legal de aumentar a alíquota para um máximo de até 1,5% ao dia. Qualquer aumento desse tipo será aplicável apenas em transações futuras.

Além disso, como regra geral, as transações realizadas no Brasil que impliquem saque ou transferência de *reais* de uma conta mantida numa instituição financeira brasileira estão sujeitas à cobrança de 0,38% de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Atualmente estão isentos da CPMF os recursos transferidos para aquisição de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias na bolsa de valores brasileira e a remessa para o

exterior dos rendimentos auferidos com a venda de ações no Brasil em transação cambial. De acordo com a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, a alíquota da CPMF é zero nos saques feitos em contas bancárias para a compra de ações ordinárias em ofertas públicas, desde que a oferta pública esteja registrada na CVM e que o emitente esteja listado na bolsa de valores brasileira. A CPMF expira em 31 de dezembro de 2007, mas é provável que seja prorrogada. Quando for o caso, a CPMF é descontada dos montantes transferidos da conta pela instituição financeira que realiza a transação.

### **Considerações sobre o imposto de renda nos Estados Unidos**

Este resumo não pretende ser uma descrição exaustiva de todas as conseqüências tributárias da aquisição, titularidade ou venda de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS. É um sumário que se aplica a acionistas dos Estados Unidos, tais como definidos abaixo, e que sejam portadores de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADS como investimento permanente. Não se aplica a tipos especiais de acionistas, como:

- algumas instituições financeiras,
- companhias de seguro,
- corretoras de valores mobiliários ou de moedas estrangeiras,
- organizações isentas de tributação,
- corretoras de valores mobiliários que sejam elegíveis para contabilizar seus investimentos em ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, ou ADS em marcação a mercado,
- titulares que possuem ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS para fazer cobertura *hedge*, opções, conversão ou qualquer outra transação financeira integrada para fins tributários,
- portadores cuja moeda, para fins tributários, não é o dólar americano
- associações e entidades similares para fins de tributação nos Estados Unidos,
- pessoas sujeitas ao imposto mínimo alternativo, ou
- pessoas que possuem 10% ou mais de nossas ações com direito de voto.

Esta discussão é baseada no Internal Revenue Code, a legislação tributária norte-americana, de 1986, incluindo as emendas posteriores feitas até hoje, e também nas decisões administrativas e judiciais, bem como nas regulamentações definitivas, temporárias e sugeridas pelo Tesouro norte-americano, cujas eventuais mudanças podem alterar as conseqüências tributárias descritas aqui.

**OS PORTADORES DE AÇÕES DEVEM FALAR COM SEUS CONSULTORES TRIBUTÁRIOS A RESPEITO DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL NORTE-AMERICANA SOBRE IMPOSTO DE RENDA EM SEUS CASOS ESPECÍFICOS, ASSIM COMO QUAISQUER CONSEQÜÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DECORRENTES DE LEIS ESTADUAL E LOCAL OU COM JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA FORA DOS ESTADOS UNIDOS.**

Esta discussão é também parcialmente baseada em representações dos depositários e no pressuposto de que cada obrigação estipulada no Contrato de Depósito e qualquer outro acordo pertinente serão cumpridos conforme os seus termos.

Conforme utilizado no presente relatório anual, o termo “detentor norte-americano” significa um detentor de ações ordinárias ou de ADSs, que seja, para as finalidades do imposto de renda federal nos Estados Unidos:

- cidadão norte-americano ou estrangeiro residente nos Estados Unidos,

- pessoa jurídica instalada ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos ou de qualquer subdivisão política do país, ou
- indivíduo que esteja de alguma forma sujeito à tributação federal norte-americana sobre o rendimento líquido de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS.

A expressão “detentor norte-americano” também se aplica a alguns ex-cidadãos do país.

De modo geral, para fins de tributação norte-americana, os portadores de certificados americanos de ações (ADRs) evidenciando a titularidade de ADS são tratados como beneficiários das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias representadas por essas ADS. Depósitos e resgates de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias em troca de ADS não acarretarão para os portadores a realização de ganhos ou perdas, para fins de tributação nos Estados Unidos.

*Tributação de dividendos.* As distribuições feitas por conta de ADS, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, inclusive distribuições na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, para fins de tributação brasileira, fora de nossos lucros acumulados, como estabelecido para fins de tributação norte-americana, antes da redução causada por qualquer imposto de renda brasileiro retido por nós, serão tributáveis para você como renda de dividendos de origem estrangeira e não terá direito à dedução de dividendos recebidos permitida para empresas.

Você será solicitado a incluir como renda os dividendos pagos em *real*, num montante equivalente ao valor em dólar americano, calculado com base no câmbio que estiver em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo agente depositário, ou por um portador norte-americano no caso do portador de ações ordinárias ou preferenciais classe A, não converte os reais em dólares americanos na data que os receber, é possível que o portador norte-americano reconheça a perda ou ganho em moeda estrangeira, que seria perda ou ganho usual, quando os *reais* são convertidos em dólares americanos. Dividendos pagos pela CVRD não serão elegíveis para dedução de dividendos recebidos permitida para corporações sob o Código. Se você for portador de ADS, deverá ter direito a um dividendo quando este for recebido pelo depositário.

Salvo alguns casos excepcionais de operações de *hedge* e posições de curto prazo, o montante de dividendos em US\$ recebido por um indivíduo antes de 1º de janeiro de 2011, no que diz respeito às ADS, estará sujeito à tributação de uma alíquota máxima de 15% se os dividendos forem “dividendos qualificados”. Os dividendos pagos por ADS serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ADS forem negociáveis imediatamente no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos, e (ii) se a empresa não era, no ano anterior ao do pagamento do dividendo, e não é, no ano em que o dividendo for pago, uma companhia de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”). As ADS são listadas na Bolsa de Valores de Nova York e se qualificam como negociáveis imediatamente no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos desde que estejam devidamente listadas. Com base nas demonstrações financeiras auditadas da CVRD e em dados relevantes do mercado acionário, a CVRD acredita que não foi considerada PFIC, para fins de imposto de renda norte-americano, no seu exercício fiscal de 2005 ou 2006. Além disso, ainda com base nas demonstrações financeiras auditadas da CVRD e suas atuais expectativas com relação ao valor e à natureza de seus ativos, e dados relevantes do mercado acionário, não prevemos que a empresa se tornará uma PFIC por seu exercício fiscal de 2007.

A julgar pelas informações existentes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos das ações preferenciais classe A e ações ordinárias serão tratados como dividendos qualificados, porque as ações preferenciais classe A e ações ordinárias não são listadas em bolsa de valores norte-americana. Além disso, o Tesouro norte-americano anunciou que pretende promulgar normas segundo as quais os portadores de ADS, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e intermediários através dos quais esses valores mobiliários são mantidos, poderão contar com certificados de emitentes para fazer com que os dividendos sejam tratados como dividendos qualificados. Como esses procedimentos ainda não foram oficializados, não está claro se estaremos em condições de cumpri-los. Portadores de ADS, ações preferenciais classe A e ações ordinárias devem verificar com seus consultores tributários a respeito da disponibilidade da alíquota reduzida do imposto sobre dividendos, considerando-se as suas circunstâncias particulares.

Excetuando-se as limitações e restrições aplicáveis de um modo geral, você terá direito a um crédito no seu passivo fiscal nos Estados Unidos ou uma dedução ao computar seu rendimento tributável nos Estados Unidos, para efeito dos impostos de renda brasileiros retidos por nós. Você deve satisfazer requisitos mínimos de retenção para ter direito a um crédito fiscal estrangeiro computável nos impostos brasileiros recolhidos sobre dividendos. O limite

dos impostos estrangeiros com direito a crédito é calculado separadamente para tipos específicos de renda. Por isso, os dividendos pagos por nós sobre nossas ações constituirão geralmente “renda passiva” (ou, para alguns portadores, “renda de serviços financeiros”). Créditos fiscais estrangeiros podem não ser permitidos para impostos de renda impostos com respeito de certas posições de *hedge* e curto prazo nos valores mobiliários ou em respeito aos acordos nos quais o lucro econômico esperado de portadores norte-americanos não é substancial. Portadores norte-americanos devem consultar seus próprios consultores fiscais com relação às implicações dessas regras à luz de seus específicos pormenores.

*Tributação sobre ganhos de capital.* Numa venda ou troca de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS, você reconhecerá um ganho ou perda de capital equivalente à diferença, se houver, entre o montante realizado com a venda ou troca e sua base de tributação nas ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS. Este ganho ou perda será ganho ou perda de capital de longo prazo se o seu período de posse das ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS for maior que um ano. O montante líquido de ganho de capital de longo prazo reconhecido por portadores individuais dos Estados Unidos antes de 1º de janeiro de 2011 geralmente está sujeito à tributação de no máximo 15%. Sua capacidade de usar as perdas de capital para compensar a renda está sujeita a limites.

Qualquer ganho ou perda será ganho ou perda nos Estados Unidos, para fins de crédito fiscal estrangeiro nos Estados Unidos. Conseqüentemente, se um imposto brasileiro for retido na fonte sobre a venda de ADS, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e você não receber uma significativa renda de fonte estrangeira de outras fontes, você poderá não receber benefícios efetivos de crédito fiscal estrangeiro nos Estados Unidos relacionado ao imposto brasileiro retido na fonte. Você deve verificar com seu consultor tributário sobre a aplicação das regras do crédito fiscal estrangeiro no investimento e venda de ADS, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Se um imposto brasileiro é recolhido na fonte sobre a venda de ações, o montante realizado por um portador dos Estados Unidos incluirá o montante bruto dos recursos dessa venda antes da dedução do imposto brasileiro. Veja item 10. *Informação adicional – Tributação – Considerações sobre impostos brasileiros.*

#### ***Pedido de informação e retenção preventiva***

As informações a respeito da distribuição de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADS e os recursos da venda ou outro negócio devem ser registradas na agência norte-americana da Receita Federal, a Internal Revenue Service. Estes pagamentos podem estar sujeitos, nos Estados Unidos, à chamada *withholding backup*, uma retenção preventiva temporária, feita na fonte, sobre um percentual dos rendimentos do contribuinte (dividendos e juros, por exemplo), para cobrir eventual dívida que ele possa ter com a Receita, caso o contribuinte não tenha fornecido seu número de registro no Fisco norte-americano, não cumpriu alguns procedimentos de certificação ou não tiver conseguido uma isenção da retenção preventiva.

O montante de qualquer retenção preventiva recolhida de uma fonte pagadora será liberado como crédito para cobrir a sua dívida com a Receita norte-americana, mas você pode ter direito a uma restituição, desde que a informação requerida seja fornecida em tempo hábil ao Internal Revenue Service.



## **DOCUMENTOS DISPONÍVEIS**

Nós estamos sujeitos às exigências de informações previstas na Securities Exchange Act promulgada em 1934, incluindo emendas, e assim protocolamos regularmente nossos relatórios e outras informações afins junto à SEC. Os relatórios e outras informações protocoladas por nós junto à SEC podem ser examinados e copiados na Sala de Consultas Públicas (Public Reference Room) da SEC, na 100 F Street, N.E., Washington, D.C. 20549. Mais informações sobre o funcionamento da Sala de Consultas Públicas podem ser junto a SEC: 1-800-SEC-0330. Pode-se ainda examinar os relatórios e outras informações da CVRD no escritório da Bolsa de Valores de Nova York, 11 Wall Street, New York, New York 10005, onde as ADS da CVRD estão listadas. Nossos registros na SEC também estão disponíveis para o público no site da SEC: <http://www.sec.gov>. Para mais informações sobre a obtenção de cópias dos registros públicos da CVRD na Bolsa de Valores de Nova York, ligue para (212) 656-5060.

Nós apresentamos demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos também à CVM.

## Item 11. Considerações quantitativas e qualitativas sobre risco de mercado

### POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Um objetivo essencial em nossa estratégia de crescimento e de flexibilidade financeira é ter uma eficiente administração de risco. Para cumprir este objetivo, o Conselho de Administração estabeleceu uma política de administração de risco e um comitê de administração de risco. De acordo com este sistema, nós mensuramos, monitoramos e gerenciamos o risco de mercado utilizando um único parâmetro e levando em conta a natural diversificação de nossa carteira. Gerenciamos o risco utilizando operações de *hedge* somente quando consideramos necessário para nossa estratégia corporativa ou para manter nosso nível de flexibilidade financeira. Os membros do comitê de administração de risco em 2007 são Fabio de Oliveira Barbosa, Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores, Gabriel Stoliar, Diretor Executivo (Planejamento e Desenvolvimento de Negócios), Murilo Ferreira, Diretor Executivo (Níquel e Comercialização de Metais Básicos), Guilherme Cavalcanti, Diretor de Finanças Corporativas e Almir Ferreira, Diretor de Suprimentos. O comitê de administração de risco presta assistência aos diretores executivos na análise e revisão de informações referentes ao gerenciamento de risco corporativo e estrutura, incluindo as políticas, procedimentos e práticas relevantes que são empregadas para gerenciar riscos. Nossa política de administração de risco tem a finalidade de promover um sistema eficaz de gerenciamento de risco e assegurar que os riscos sejam apresentados pelo menos uma vez por trimestre ao comitê de administração de risco.

Com a aquisição da mineradora canadense Inco, teremos que ampliar nossa política de gerenciamento de risco, a fim de garantir sua eficácia. Durante este período de transição, a CVRD Inco manterá sua própria política de administração de risco, sujeita às diretrizes e estratégias estabelecidas por nosso comitê de administração de risco.

A política de administração de risco da CVRD Inco define as responsabilidades de seu comitê interno de administração de risco, sua composição e conduta, apresentando requisitos, controles, limites máximos de *hedge* e autorizações pertinentes que são delegadas pelo nosso Conselho de Administração. Segundo esta política, as operações de *hedge* estão sujeitas a limites máximos, aprovados pelo nosso Conselho de Administração. Os limites máximos geralmente correspondem a um percentual máximo do volume projetado da produção anual (ou requisitos anuais, no caso de suprimentos ou moedas) para o ano vigente ou futuro, até um período de cinco anos. Estas políticas e procedimentos foram estabelecidos para reduzir tanto as incertezas relacionadas a riscos de mercado para os negócios e operações específicos da CVRD Inco quanto o efeito das flutuações do mercado na produção de metais e dos suprimentos essenciais nos lucros e no fluxo de caixa.

Considerando-se a natureza de nossos negócios e operações, os principais riscos de mercado que administramos são a volatilidade da taxa de juros, o risco cambial e o risco dos preços das commodities. Alguns desses riscos nós enfrentamos utilizando instrumentos derivativos. Nossas atividades de gerenciamento de risco seguem uma política de administração de risco que, de modo geral, proíbe atividades de especulação e vendas a descoberto e exige a diversificação das transações e contrapartidas. Periodicamente monitoramos e avaliamos nossa posição, com a finalidade de avaliar nossos resultados financeiros e o impacto em nosso fluxo de caixa. Também revemos periodicamente os limites de crédito e a credibilidade de nossas contrapartidas de *hedge*.

Em conformidade com SFAS 133 – norma de procedimento contábil para “Instrumentos Financeiros Derivativos e Atividades de *Hedge*,” com emendas da SFAS 137 e SFAS 138, nós reconhecemos todos os derivativos em nosso balanço patrimonial em valor de mercado e o ganho ou perda em valor de mercado é incluído nos resultados. Os balanços de ativos (passivo) em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e mudanças no valor de mercado dos derivativos são mostrados na tabela a seguir.

	<b>Ouro</b>	<b>Taxas de juros (LIBOR)</b>	<b>Moedas</b>	<b>Produtos de alumínio</b>	<b>Cobre</b>	<b>Níquel</b>	<b>Platina</b>	<b>Total</b>
<b>Valor de mercado em 1º de janeiro, 2005 .....</b>	<b>US\$ (37)</b>	<b>US\$ (17)</b>	<b>US\$ 4</b>	<b>US\$ (182)</b>	<b>US\$ -</b>	<b>US\$ -</b>	<b>US\$ -</b>	<b>US\$ (232)</b>
Liquidação financeira.....	11	9	(1)	70	-	-	-	89
Ganhos (perdas) não realizados no ano.....	(17)	6	(2)	(88)	-	-	-	(101)
Efeito de mudanças no câmbio .....	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>	<u>—</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>
<b>Ganho (perda) não realizado em 31 de dezembro, 2005</b>	<b><u>US\$ (46)</u></b>	<b><u>US\$ (4)</u></b>	<b><u>US\$ 1</u></b>	<b><u>US\$ (210)</u></b>	<b><u>US\$ -</u></b>	<b><u>US\$ -</u></b>	<b><u>US\$ -</u></b>	<b><u>US\$ (259)</u></b>
<b>Valor de mercado em 1 de janeiro, 2006.....</b>	<b>US\$ (46)</b>	<b>US\$ (4)</b>	<b>US\$ 1</b>	<b>US\$ (210)</b>	<b>US\$ -</b>	<b>US\$ -</b>	<b>US\$ -</b>	<b>US\$ (259)</b>
Ganho (perda) reconhecido na consolidação da Inco.....	-	4	9	-	<b>(364)</b>	62	(22)	(311)
Liquidação Financeira.....	19	2	(6)	102	-	(87)	-	30
Ganhos (perdas) não realizados no ano.....	(23)	4	(19)	(187)	65	42	2	(116)
Efeito de mudanças no câmbio .....	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>
<b>Ganho (perda) não realizado em 31 de dezembro, 2006.....</b>	<b><u>US\$ (54)</u></b>	<b><u>US\$ 6</u></b>	<b><u>US\$ (15)</u></b>	<b><u>US\$ (318)</u></b>	<b><u>US\$ (299)</u></b>	<b><u>US\$ 17</u></b>	<b><u>US\$ (20)</u></b>	<b><u>US\$ (683)</u></b>

## RISCOS DAS TAXAS DE JUROS E DE CÂMBIO

A tabela abaixo apresenta nossa dívida contratada a taxas flutuantes e fixas de longo prazo, discriminada de acordo com a moeda, local e estrangeira, e com o percentual de nossa dívida total de longo prazo nas datas indicadas, incluindo empréstimos de diferentes procedências, exceto os débitos acumulados e ajustes de conversão, como constam em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

	Em 31 de dezembro			
	2005		2006	
	(US\$ milhões, exceto percentuais)			
Dívida a taxas flutuantes:				
Denominada em <i>Real</i> .....	100	2,1%	3.125	14,5%
Denominada em outras moeda.....	2.901	60,3	10.924	50,5
Dívida a taxas fixas:				
Denominada em <i>Real</i> .....	32	0,6	21	0,1
Denominada em outras modas.....	1.778	37,0	7.543	34,9
Sub-total.....	<u>4.811</u>	<u>100,0</u>	<u>21.613</u>	<u>100,0</u>
Ajustes de conversão (1).....	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>-</u>
Débitos Acumulados	<u>121</u>		<u>172</u>	
Total do volume contábil.....	<u>4.932</u>	<u>-</u>	<u>21.833</u>	<u>-</u>

(1) Ajuste devido ao método contábil de conversão, que requer a conversão de todos os ativos e passivos em dólares americanos para a taxa de conversão prevalecente na data de cada balanço ou na primeira taxa de conversão disponível se a taxa de 31 de dezembro não estiver disponível.

A tabela abaixo apresenta informações sobre as nossas obrigações de dívida a partir de 31 de dezembro de 2006 e que são susceptíveis de mudanças em função das taxas de juros e de câmbio. A tabela mostra os principais fluxos de caixa e taxas médias ponderadas de juros dessas obrigações na data prevista de vencimento. A média ponderada dos juros variáveis é baseada na taxa de referência aplicável em 31 de dezembro de 2006. Os fluxos de caixa efetivos das obrigações da dívida são denominados principalmente em dólares americanos, ou *reais*, ou nas moedas indicadas.

	<b>Taxa média ponderada de juros (%) (1)(2)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Até 2036</b>	<b>Total</b>	<b>Fluxo de caixa do valor de mercado em 31/12/06 (3)</b>	<b>Valor de mercado em 31 de dezembro, 2006 (3)</b>
Denominado em US\$										
								(US\$ milhões)		
Taxa fixa										
Bonds	6,90%	111,4	-	-	-	-	6.774,4	6.885,9	7.185,2	7.509,5
Empréstimos	5,87%	21,5	20,1	63,3	58,7	103,9	71,5	339,1	339,1	339,1
Securitização	5,90%	57,0	53,0	55,2	57,5	30,0	62,5	315,2	315,2	315,2
Financiamento de operações	5,99%	1,5	-	-	-	-	-	1,5	1,5	1,5
Taxa flutuante										
Empréstimos	5,87%	201,9	8.459,4	258,2	258,4	363,5	601,3	10.142,6	10.318,7	10.142,6
Securitização	5,90%	28,9	-	-	-	-	-	28,9	28,9	28,9
Financiamento de operações	5,99%	62,0	23,7	4,0	109,0	65,0	215,0	478,6	495,4	478,6
Subtotal		<b>484,2</b>	<b>8.556,2</b>	<b>380,7</b>	<b>483,6</b>	<b>562,4</b>	<b>7.724,7</b>	<b>18.191,8</b>	<b>18.684,0</b>	<b>18.815,4</b>
<b>Denominada em Real</b>										
Empréstimos a taxas fixas	13,31%	20,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	20,6	20,6	20,6
Empréstimos a taxas flutuantes	13,31%	16,1	15,9	13,8	722,6	13,8	2.343,2	3.125,3	3.125,3	3.125,3
Subtotal		<b>36,1</b>	<b>16,0</b>	<b>13,9</b>	<b>722,7</b>	<b>13,9</b>	<b>2.343,4</b>	<b>3.145,9</b>	<b>3.145,9</b>	<b>3.145,9</b>
<b>Denominada em outras moedas</b>										
Empréstimos a taxas fixas	3,90%	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	1,1	1,1
Empréstimos a taxas flutuantes	4,73%	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	0	15,8	15,8	15,8
Subtotal		<b>3,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,2</b>	<b>3,2</b>	<b>3,1</b>	<b>0,00</b>	<b>16,9</b>	<b>16,9</b>	<b>16,9</b>
<b>Sem vencimento</b>		-	-	-	-	-	-	<b>258,3</b>	<b>258,3</b>	<b>258,3</b>
<b>Total</b>		<b>524,0</b>	<b>8.575,9</b>	<b>397,8</b>	<b>1.209,4</b>	<b>579,4</b>	<b>10.068,1</b>	<b>21.612,9</b>	<b>22.105,0</b>	<b>22.236,5</b>

(1) as taxas médias ponderadas de juros não levam em conta o efeito dos derivativos

(2) as taxas médias ponderadas variáveis de juros são baseadas na taxa de referência aplicável em 31 de dezembro de 2006.

(3) Inclui somente obrigações da dívida de longo prazo.

## Risco de taxas de juros

Estamos expostos ao risco de taxas de juros proveniente da parcela de nossa dívida contratada a taxas flutuantes. Essa parcela da dívida consiste sobretudo de empréstimos feitos em US\$ relacionados a *trade finance* e empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais, além de empréstimos em R\$ referentes ao financiamento de debêntures e aquisição de serviços no mercado brasileiro. De modo geral, nosso endividamento em moeda estrangeira com taxas flutuantes está sujeito principalmente às oscilações da London Interbank Offered Rate (LIBOR). Consequentemente, as flutuações da LIBOR podem afetar negativamente nossos fluxos de caixa. Para minimizar os efeitos da volatilidade das taxas de juros, às vezes aproveitamos a existência de hedges naturais, graças à correlação positiva entre as flutuações das taxas de juros em dólar americano e os preços dos metais. Quando não hedge natural, tentamos de vez em quando obter o mesmo efeito com o recurso de instrumentos financeiros. A taxa flutuante de nossa dívida denominada em *reais* está sujeita principalmente às oscilações do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), fixada trimestralmente pelo Banco Central.

Nós efetuamos transações com instrumentos derivativos para proteger a exposição da empresa ao risco da dívida em dólares americanos a taxas flutuantes. Nossos instrumentos derivativos consistem em opções e *swaps* para converter a exposição aos juros flutuantes em exposição aos juros fixos ou para introduzir um *cap* em nossa exposição às flutuações da taxa de juros. Um *cap* é um tipo de instrumento derivativo que protege contra o aumento da taxa de juros, permitindo-nos uma taxa máxima a ser paga por nós sobre o montante estimativo da dívida. Inversamente, um *floor* é a taxa mínima que teremos que pagar sobre o montante estimativo da dívida. A tabela abaixo apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Vencimento final
	Valor hipotético	Variação da taxa de juros	Ganho (Perda) não realizado	Valor hipotético	Variação da taxa de juro	Ganho (Perda) não realizado	
			(US\$ milhões, exceto as variações na taxa de juro)				
<i>Floor</i> .....	25	5,8%	0.0	-	-%	-	Nov. 2006
<i>Cap</i> .....	175	5,7– 11,0%	0.0	150	5,7-11,0%	-	Mai 2007
<i>Swap</i> .....	206	5,8– 6,7%	(3,8)	379	5,1-6,7%	6,2	Dez.2011
Total.....			<u>(3,8)</u>			<u>6,2</u>	

## Risco cambial

Estamos expostos ao risco cambial proveniente da dívida em moeda estrangeira. Por outro lado, uma substancial proporção de nossas receitas é denominada em dólares americanos. Isto nos garante um *hedge* natural contra eventuais desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar americano. Por exemplo, quando ocorre uma desvalorização do real, o impacto negativo imediato em nossa dívida denominada em moeda estrangeira é compensado pelo efeito positivo da desvalorização sobre os fluxos de caixa futuros. Em vista disso, nós utilizamos apenas eventualmente os instrumentos derivativos para administrar a exposição cambial em nossa dívida de longo prazo denominada em dólares americanos. Podemos fazer ocasionalmente operações com instrumentos derivativos para minimizar os efeitos que a volatilidade das taxas de câmbio entre o *real* e o dólar americano possam causar no fluxo de caixa.

Nossos fluxos de caixa também estão sujeitos à volatilidade de outras moedas diante do dólar americano. Enquanto os preços da maioria de nossos produtos são basicamente em dólares americanos, uma substancial parcela de nossos custos, despesas e investimentos não é denominada em dólar, mas sobretudo em *reais* e em dólares canadenses. Nos projetos desenvolvidos fora do Brasil e do Canadá, estamos também expostos à volatilidade de outras moedas, como o euro, o dólar australiano e o renminbi chinês.

Utilizamos contratos futuros para minimizar o impacto das flutuações da taxa de câmbio numa parcela dos custos de construção de ativos patrimoniais em nossas operações em Ontário e nas instalações de produção planejadas para o projeto Goro.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Vencimento final
	Valor hipotético	Preço médio	Ganho não-realizado (Perda)	Valor estimativo	Preço Médio	Ganho não-realizado (Perda)	
(US\$ milhões, preço médio e montante estimativo em milhões da moeda local)							
Contratos futuros de compra em renminbi	—	—	—	83	0,129	0,1	Dez. 2007
Contratos futuros de compra em dólar australiano	—	—	—	80	0,716	5,3	Dez. 2007
Contratos futuros em euros	—	—	—	55	1,237	5,0	Nov. 2007
Contratos futuros de compra em libra esterlina	—	—	—	1	1,766	0,2	Mar 2007
Total.....			—			10,6	

A propósito da aquisição da Inco, nós utilizamos instrumentos derivativos para minimizar os efeitos das flutuações da taxa de câmbio entre o dólar canadense e o americano, e fizemos operações de *hedge* com uma parte do valor da aquisição. As transações com derivativos em dólar canadense em 31 de dezembro de 2006 são mostradas na tabela abaixo. Essas transações de derivativos foram liquidadas em 3 de janeiro de 2007, junto com a aquisição das ações remanescentes da Inco.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Vencimento final
	Valor hipotético	Variação do preço	Ganho (Perda) não-realizado	Valor hipotético	Variação da taxa	Ganho (Perda) não-realizado	
(US\$ milhões, exceto variações das taxas)							
Contratos futuros de compra de dólar canadense	—	—	—	2.053	1,13 – 1,16	(28,5)	Jan 2007

Quanto ao refinanciamento da dívida feita com a aquisição, nós emitimos nos mercados de capitais brasileiros debêntures em reais indexadas ao CDI (Certificado de Depósitos Interbancários). Além disso, durante o último trimestre de 2006, conseguimos uma linha de crédito no Brasil, também indexada ao CDI, para financiar a aquisição de propriedade e serviços. Como proteção contra o possível impacto sobre o fluxo de caixa, provocado pelas flutuações cambiais entre o *real* e o dólar americano na emissão da dívida brasileira, fizemos operações de *swap*, mediante as quais convertimos o fluxo de caixa em *real* indexado ao CDI para fluxos de caixa em dólar americano indexado a uma taxa fixa. Em março de 2007, uma transação de *swap* foi concluída e as primeiras séries, num total de US\$ 700 milhões, vencendo em 2010 e tendo uma taxa de juros de 101,75% da variação acumulada da taxa de juros brasileira CDI, foi trocada pelo dólar americano a uma taxa média de 5,8%. A segunda série, num total de US\$ 1.800 milhões, vencendo em 2013 e tendo uma taxa de juros à taxa de juros brasileira CDI mais 0,25% por ano, foi trocada por dólares americanos, a uma taxa média de 5,71%.

Temos outras exposições vinculadas à nossa dívida. Temos uma exposição em euro decorrente de uma linha de crédito do KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau). Para mitigar o risco cambial, fizemos algumas transações que são

especificadas na próxima tabela, que apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos cambiais em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Venciment o final	
	Valor hipotético	Varição da taxa	Ganho (Perda) não-realizado	Valor estimativ o	Varição de taxa	Ganho (Perda) não- realizado		
			(US\$ milhões, exceto nas variações de taxa)					
Taxa flutuante de compra.....	€4,35	Euribor + Spread 1	-	€1,96	Euribor + spread 1	-	Dez. 2011	
Taxa flutuante de venda ... Total.....	US\$16,19	Libor + Spread 2	-	US\$ 13,49	Libor + spread 2	-	Dez. 2011	
			<u>US\$ 0,7</u>			<u>US\$ 2,4</u>		



## RISCO DE PREÇOS DE PRODUTOS

Estamos também expostos a vários riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços dos mercados mundiais para os seguintes produtos:

- minério de ferro e pelotas, os quais representam 46,7% (incluindo receitas brutas originárias da pré-aquisição da CVRD Inco em 2006, em adição às receitas brutas históricas de 2006) de nossas receitas brutas consolidadas de 2006;
- níquel, que representou 25,7% (na mesma base) de nossas receitas brutas consolidadas de 2006;
- minério de manganês e ferro-ligas, que representaram 2,2% (na mesma base) de nossas receitas brutas consolidadas de 2006;
- produtos de alumínio, que representaram 9,3% (na mesma base) de nossas receitas brutas consolidadas de 2006; e
- concentrado de cobre, que representou 3,8% (na mesma base) de nossas receitas brutas consolidadas de 2006.

Outros produtos, como metais do grupo platina e potássio, representaram um percentual pequeno de nossas receitas consolidadas.

Não praticamos transações envolvendo derivativos para cobertura de risco relacionado ao nosso minério de ferro, pelotas, caulim, minério de manganês ou ferro-ligas. Nossa política de gerenciamento de risco nos permite fazer *hedge* contra o risco de mercado somente quando isso é necessário para nossa estratégia corporativa ou para manter a flexibilidade financeira. Atualmente nossas transações envolvendo derivativos incluem compra futura e contratos de venda de níquel, contratos futuros e de opções de alumínio, opções de compra e venda, bem como posições em ouro e instrumentos derivativos para platina e óleo combustível.

Nossa Diretoria Executiva aprovou operações de hedge de uma parcela de nossa produção de alumínio e cobre para 2007 e 2008, a fim de reduzir o risco para o fluxo de caixa decorrente da mudança em nossa estrutura de capital e o expressivo aumento de nossa dívida depois da aquisição da Inco.

### Níquel

Geralmente não utilizamos instrumentos derivativos para fazer *hedge* de nossa exposição às flutuações dos preços do níquel. Entretanto, negociamos contratos futuros de compra na Bolsa de Metais de Londres (LME), os quais são substancialmente compensados por contratos de preço fixo, com a finalidade de manter a exposição ao risco de preço do níquel. Também participamos de contratos futuros de venda na LME, para minimizar o risco de preço decorrente dos estoques de níquel de produtos intermediários e acabados que foram adquiridos.

A tabela abaixo apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos relacionados ao níquel em 31 de dezembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			
Quantidade	Variação de preços	Ganho (Perda) não-realizado	Quantidade	Peço médio	Ganho (Perda) não-realizado	Vencimento Final
(ton)	(US\$ por ton.)	(US\$ milhões)	(tons)	(US\$ por ton.)	(US\$ milhões)	
Contrato futuro de compra.....			6.780	30.283	20	Set. 2008
Contrato futuro de vendas	—	—	996	31.580	(3)	Abril 2007
Total.....					16	

### Alumínio

Com o objetivo de administrar o risco decorrente das oscilações dos preços do alumínio, realizamos operações de *hedge* envolvendo opções de compra e venda, bem como contratos futuros. Estes instrumentos derivativos nos permitiram estabelecer lucros médios mínimos de nossa futura produção de alumínio acima dos nossos custos de produção previstos e, portanto, assegurar uma geração de caixa estável. Contudo, também sentimos o efeito da redução de ganhos potenciais auferidos com aumentos de preço do alumínio no mercado *spot*. Nossa política tem sido a de realizar todos os contratos de derivativos em dinheiro, sem a entrega física de produto.

A tabela abaixo apresenta informação sobre nossa carteira de derivativos para alumínio em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Vencimento Final
	Valor hipotético	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	Valor hipotético	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	
	(tons de alumínio)	(US\$ por ton)	(US\$ milhões)	(tons de alumínio)	(US\$ por ton)	(US\$ milhões)	
<i>Puts</i> compradas.....	78.500	1.375 – 1.625	0,0	564.100	1.375-2.500	54,8	Dez. 2008
Contratos futuros vendidos.....	3.000	1.502 – 1.700	(1,8)	81.000	1.502-2.650	(21,2)	Dez. 2008
<i>Calls</i> vendidas.....	96.500	1.535 – 1.640	(19,3)	582.100	1.565-2.815	(144,8)	Dez. 2008
Outros instrumentos..	147.000	1.400 – 1.700	(94,9)	120.000	1.400-1.700	(130,4)	Dez. 2008
Total.....			(116,0)			(241,6)	

### Cobre

Nós tínhamos contratos de opções de venda a pagar, dando-nos o direito – mas não a obrigação – de vender cobre, e vendemos contratos de opção de compra, dando ao comprador o direito – mas não a obrigação – de comprar cobre por um período de tempo até 2008. Grande parte da posição dos derivativos para o cobre foi adicionada aos nossos livros como resultado da aquisição da Inco.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos para cobre em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Vencimento Final
	Quantidade	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	Quantidade	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	
	(ton)	(US\$ por ton)	(US\$ milhões)	(tons de cobre)	(US\$ por ton)	(US\$ milhões)	
<i>Puts</i> compradas.....	-	-	-	156.000	5.800 – 6.000	91,0	Dez 2008
<i>Calls</i> vendidas.....	-	-	-	156.000	7.650 – 8.500	(41,1)	Dez 2008
Contratos futuros vendidos.....	-	-	-	1.136	7.040	0,8	Dez 2007
Variação das opções futuras.....	-	-	-	107.376	2.205 – 2.891	(349,2)	Dez 2008
Total.....	-	-	-			(298,5)	

### PGMs e outros metais preciosos

Atualmente mantemos uma pequena posição em instrumentos derivativos para ouro, estruturada com a finalidade de administrarmos os riscos decorrentes das oscilações dos preços do ouro, oscilações inerentes ao conteúdo do ouro associadas à produção de concentrado de cobre.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos para ouro em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			Vencimento Final
	Quantidade	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	Quantidade	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	
	(onça)	(US\$ por onça)	(US\$ milhões)	(onça)	(US\$ por onça)	(US\$ milhões)	
<i>Puts</i> compradas .....	222.200	285 – 385	—	162.200	323-325	0,0	Dez 2008
<i>Calls</i> vendidas...	286.240	343 – 440	(46,0)	199.240	376-388	(53,9)	Dez 2008
Outros instrumentos.....	—	—	—	—	—	—	—
Total.....			US\$ (46,0)			US\$ (53,9)	

Entramos em atividades de *hedge* para platina para gerenciar o risco associado à volatilidade dos preços de platina. Estes contratos, que foram incluídos em nossa carteira depois da aquisição da Inco, são geralmente contratos de *swap* ou opções, e pretendem garantir um mínimo de realizações de preço para uma parcela de nossa futura produção desses metais. Mediante tais contratos de *swap*, recebemos preços fixos para a platina e pagamos um preço variável baseado na média mensal dos preços do mercado *spot*.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos para platina em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			
	Quantidade	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	Quantidade de	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	Vencimento Final
	(onça)	(US\$ por onça)	(US\$ milhões)	(onça)	(US\$ por onça)	(US\$ milhões)	
Variação de opções futuras ...				58.818	708 – 814	(19,6)	Dez 2008
Total .....						(19,6)	

### Óleo combustível

Utilizamos contratos de *swap* para óleo combustível a fim de minimizar o impacto das oscilações dos preços da energia que utilizamos. Estes contratos foram incluídos em nossa carteira de derivativos depois da aquisição da Inco. Com estes contratos pagamos preços fixos pela energia e recebemos volumes baseados na média mensal de preços do mercado *spot*.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa carteira de derivativos para platina em 31 de dezembro de 2005 e 2006.

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2006			
	Quantidade de	Variação de preço	Ganho (Perda) não-realizado	Quantidade de	Preço médio	Ganho (Perda) não-realizado	Vencimento Final
	(ton)	(US\$ por ton)	(US\$ milhões)	(tons)	(US\$ por ton)	(US\$ milhões)	
Swaps .....				12.600	\$312	(0,4)	Mar 2007
Total .....						(0,4)	

Existe um derivativo embutido relacionado à energia de nossa subsidiária Albrás, pelo qual temos uma perda não-realizada de US\$ 180,9 milhões a partir de 31 de dezembro de 2006 e de US\$ 124,1 milhões a partir de 31 de dezembro de 2005.

## GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

### Risco & exposição a instituições financeiras

Nós temos uma política rigorosa em relação ao risco de crédito financeiro, decorrente de derivativos e outras transações financeiras executadas junto a instituições financeiras. A política de crédito foi aprovada por nosso Conselho de Administração, que delegou à Diretoria Executiva a aprovação de limites individuais e a exposição ao crédito total da carteira, a ser proposta por nosso departamento financeiro. Numa periodicidade bianual, nossa exposição ao crédito de instituições financeiras é submetida ao comitê financeiro e à Diretoria Executiva. A qualidade do crédito de cada instituição é avaliada com base em sua robustez financeira, classificações cambiais publicadas por agências internacionais de risco, dimensão do patrimônio líquido e de seus produtos financeiros. A política de crédito permite à CVRD somente executar transações financeiras com instituições que tenham pelo

menos uma classificação de crédito A-. Caso a classificação da instituição tenha como parâmetro o teto soberano, a classificação do país em que a instituição for sediada tem que ser pelo menos igual à classificação do Brasil, e a classificação no netária local da instituição tem que ser pelo menos A -. Além disso, só podemos investir nosso caixa e participar de transações de derivativos com instituições cujos limites sejam compatíveis com a nossa política de crédito. Depois da aquisição da Inco, tanto a exposição ao crédito total quanto os limites individuais junto a instituições financeiras, incluindo a carteira da CVRD Inco, foram avaliados de acordo com os termos da política de crédito e submetidas à Diretoria Executiva para aprovação.

### **Exposição ao crédito comercial**

A política de crédito comercial da CVRD estabelece um conjunto de normas segundo as quais a Diretoria Executiva aprova um Limite de Exposição Comercial Anual, representando o máximo de exposição ao crédito comercial que a empresa está disposta a ter. Esse limite de exposição é aplicado a cada segmento dos negócios da CVRD. Para as empresas cujo controle acionário é da CVRD, os limites são estabelecidos também por essa política. Para as demais empresas, a Diretoria Executiva da CVRD recomenda um limite de crédito alinhado com a política da empresa. Essa política estabelece um procedimento para mensurar, conceder e controlar o crédito comercial dentro do grupo, o que exige que cada cliente à procura de crédito comercial precisa ser avaliado em função de sua qualidade de crédito medida pela robustez de suas demonstrações financeiras, porte da empresa, histórico de pagamentos anteriores e risco-país.

Embora a CVRD Inco esteja integrada às nossas operações, ela manterá procedimentos separados no que diz a respeito a crédito comercial, subordinados à política de crédito corporativo da CVRD Inco, que estabelece um procedimento para mensurar, conceder e controlar os limites da exposição ao crédito comercial para a CVRD Inco. Esta política de crédito está sendo revista, para se assegurar que as diretrizes e objetivos referentes ao gerenciamento do risco à exposição de crédito comercial se adequem às políticas da CVRD.

### **Item 12. Descrição de valores mobiliários fora ações do capital**

Não aplicável..

## PARTE II

### Item 13. Insolvências, Dividendos em atraso e inadimplências

Nenhuma.

### Item 14. Modificações nos direitos de portadores de títulos e no uso dos recursos

Nenhuma.

### Item 15. Controles e procedimentos

#### AVALIAÇÃO DOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO

Nosso Comitê de Divulgação de Informações, com a participação de nosso diretor presidente, diretor financeiro, diretor de relações com os investidores, diretor jurídico, diretor de controladoria e diretor de controles internos, avaliou a eficácia de nossos controles e procedimentos de divulgação a partir de 31 de dezembro de 2006. Existem limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos de divulgação, inclusive a possibilidade de erro humano e a possibilidade de que os controles e procedimentos sejam burlados e desobedecidos. Em vista disso, mesmo os controles e procedimentos de divulgação eficazes podem fornecer apenas uma segurança apenas razoável de que seus objetivos de controle serão plenamente atingidos. Com base em nossa avaliação, o nosso diretor presidente e o diretor financeiro concluíram que nossos controles e procedimentos de divulgação foram adequados e eficazes para oferecer uma garantia razoável de que as informações que devem ser divulgadas nos relatórios que protocolamos e submetemos às normas da Exchange Act estão registradas, processadas, condensadas e divulgadas dentro dos prazos especificados nas respectivas normas e formulários, e que são acumuladas e comunicadas à nossa administração, incluindo nosso diretor-presidente e o diretor financeiro, de maneira a permitir a tomada de decisões oportunas em relação à divulgação requerida.

#### RELATÓRIO DA DIRETORIA SOBRE CONTROLES INTERNOS DO RELATÓRIO FINANCEIRO

A diretoria da CVRD é responsável pelo estabelecimento e manutenção de um adequado controle interno do relatório financeiro. O controle interno da empresa no que tange ao relatório financeiro é um processo que tem a finalidade de fornecer uma garantia razoável de credibilidade dos relatórios financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas para uso externo, dentro de princípios contábeis geralmente aceitos. O controle interno da empresa em relação ao relatório financeiro inclui políticas e procedimentos que: (i) fazem parte da manutenção dos registros que, em razoável detalhe, refletem de modo preciso as transações e vendas de ativos da empresa; (ii) forneçam uma razoável garantia de que as transações sejam registradas de modo a permitir a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que as despesas e receitas da empresa estejam sendo feitas somente de acordo com autorização da administração e dos diretores da empresa; e (iii) forneçam garantia razoável com relação à prevenção ou descoberta oportuna de aquisição, uso ou venda não autorizadas de ativos da empresa que possam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações intrínsecas, o controle interno sobre o relatório financeiro pode não evitar ou detectar equívocos. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de uma eficácia futura estão sujeitas ao risco de uma eventual inadequação dos controles, por causa de possíveis mudanças nas condições, e de uma eventual deterioração no grau de cumprimento das políticas ou procedimentos.

A diretoria da CVRD analisou a eficácia do controle interno da empresa sobre o relatório financeiro de 31 de dezembro de 2006, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations (COSO), criado pela Treadway Commission. Com base nessa análise, a diretoria da CVRD concluiu que os controles internos da empresa sobre o relatório financeiro foram eficazes em 31 de dezembro de 2006.

A análise da administração quanto à eficácia do controle interno da empresa sobre o relatório financeiro a partir de 31 de dezembro de 2006 foi auditada pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, empresa de auditoria pública independente, como consta do relatório da administração incluído aqui.

## MUDANÇAS NOS CONTROLES INTERNOS

A administração não identificou no controle interno sobre relatório financeiro, durante o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2006, nenhuma mudança que possa ter afetado ou tenha probabilidade de afetar o controle interno do mencionado relatório.

### Item 16A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

Como foi descrito no Item 16D do Formulário 20-F, em vez de criarmos uma comissão de auditoria independente, nós delegamos ao nosso Conselho Fiscal os poderes necessários para se qualificar à isenção das exigências de um comitê de auditoria, conforme está previsto na Exchange Act Rule 10A-3(c)(3). Nosso Conselho de Administração determinou que um dos membros do Conselho Fiscal, sr. Aníbal Moreira dos Santos, tem qualificações para se enquadrar na categoria de Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria (*Audit Committee Financial Expert*) exigida pela SEC. O sr. Moreira dos Santos corresponde aos requisitos de independência para integrar o Conselho Fiscal, segundo a legislação brasileira. Ele também corresponde aos requisitos de independência da New York Stock Exchange, aplicáveis a membros do comitê de auditoria, caso não nos qualificássemos à isenção prevista na Exchange Act Rule 10A-3(c)(3).

### Item 16B. Código de Ética

A CVRD adotou um código de ética que se aplica a todos os membros do Conselho, executivos e empregados, inclusive o diretor presidente, o diretor financeiro e o diretor de contabilidade da CVRD. Divulgamos o texto completo desse código de ética em nosso site, em <http://www.cvr.com.br> (em Relações com os Investidores; Governança Corporativa; Código de Ética. Cópias de nosso código de ética também podem ser obtidas gratuitamente a quem nos solicitar por escrito no endereço apresentado na capa deste Formulário 20-F. Desde a adoção do código, nenhum dos dirigentes mencionados acima ficou isento de cumprir de modo implícito ou explícito qualquer dispositivo de nosso código de ética.

### Item 16C. Serviços e honorários do contador principal

#### HONORÁRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes nos apresentou os seguintes valores dos seus serviços profissionais de auditoria em 2005 e 2006.<sup>1</sup>

	Ano encerrado em 31 de dezembro	
	2005	2006
	(US\$ mil)	
Honorários por serviços de auditoria .....	1.470	5.072
Honorários por serviços relacionados a auditoria .....	2.736	1.295
Honorários por serviços fiscais .....	85	91
Outros Honorários .....	-	14
Total das Remunerações.....	<u>4.291</u>	<u>6.472</u>

“Honorários de auditoria” é o conjunto de remunerações cobradas pela PricewaterhouseCoopers pelos serviços de auditoria realizados em relação às nossas demonstrações financeiras anuais e consolidadas, auditoria da avaliação gerencial da efetividade dos controles internos da Companhia sob seus relatórios financeiro de 31 de dezembro de 2006, revisão de demonstrações financeiras eventuais e serviços de autenticação executados com relação a arquivamentos e compromissos oficiais ou reguladores. “Honorários por serviços relacionados a auditoria” indica as remunerações cobradas pela PricewaterhouseCoopers por serviços de consultoria contábil e outros que sejam correlacionados ao trabalho de auditoria ou de revisão de nossas demonstrações financeiras e não são considerados estritamente “Honorários de auditoria.” Em 2005 e 2006, os honorários vinculados a auditoria consistiram sobretudo de honorários por serviços relacionados à preparação da CVRD para a avaliação exigida pela Section 404 da Lei

<sup>1</sup> A PwC deve atualizar os números.

Sarbanes-Oxley. “Honorários por serviços fiscais” significa a serviços prestados em relação ao cumprimento das obrigações fiscais, sobretudo a revisão da restituição anual de imposto de renda e a verificação da exatidão dos procedimentos tributários em relação a imposto de renda e impostos sobre vendas.



## POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE PRÉ-APROVAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Nosso Conselho Fiscal está atuando como comitê de auditoria para cumprir com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley, de 2002. Nosso Conselho Fiscal requer à administração que tenha a aprovação do Conselho Fiscal antes de envolver nossos auditores independentes na execução de qualquer serviço de auditoria para nós ou para nossas subsidiárias. Em conformidade com esta política, nosso Conselho Fiscal precisa fazer uma aprovação prévia de todos os serviços de auditoria e não-auditoria executados para a CVRD e suas subsidiárias pelos respectivos auditores independentes.

Nosso Conselho Fiscal adotou uma política de aprovação prévia para serviços de auditoria e não-auditoria executados para a CVRD e suas subsidiárias. De acordo com esta política, o Conselho Fiscal procedeu a uma aprovação prévia de uma lista detalhada de serviços com base em propostas detalhadas de nossas auditorias até determinados limites monetários estabelecidos pela política. Os serviços que não estão relacionados ou que excedam os limites especificados devem ter uma aprovação prévia do Conselho Fiscal separadamente. Periodicamente, são fornecidos ao Conselho Fiscal relatórios sobre os serviços executados de acordo com essa política e a lista dos serviços com aprovação prévia é atualizada. A política do Conselho Fiscal também determina que haja uma lista de serviços proibidos. Os serviços que sejam relacionados a controle interno precisam ter do Conselho Fiscal uma aprovação prévia específica.

### Item 16D. Isenções das Normas para Registro - para Comitês de Auditoria

De acordo com as normas da NYSE e da SEC para empresas listadas, devemos cumprir a determinação da Exchange Act Rule 10A-3, que exige a implantação de um comitê de auditoria composto por membros da Diretoria Executiva e que estejam enquadrados dentro de determinados requisitos ou, em vez disso, que deleguemos poderes ao nosso Conselho Fiscal para exercer o papel de comitê de auditoria, pressupondo que nos qualificamos à isenção prevista na Exchange Act Rule 10A-3(c)(3). Nós designamos e delegamos poderes ao nosso Conselho Fiscal para desempenhar esse papel. Em nossa avaliação, nosso Conselho Fiscal terá condições de atuar de forma independente e satisfazer as demais exigências da Exchange Act Rule 10A-3.

### Item 16E. Compras de valores mobiliários pelo emissor e por compradores associados

No dia 21 de junho de 2006 a Diretoria Executiva aprovou um programa de recompra de nossas ações preferenciais, até 47.986.763 ações preferenciais, executado durante 180 dias. A partir de 31 de dezembro de 2006 adquirimos 15.149.600 ações em tesouraria para subsequente venda ou cancelamento a um custo médio por unidade ponderada de US\$19,98.

<u>Período</u>	<u>Número total de ações (ou unidades) compradas</u>	<u>Preço médio pago por ação (ou unidade)</u>	<u>Número total de ações (ou unidades) compradas como parte dos planos ou programas anunciados publicamente</u>	<u>Número máximo (ou valor aproximado em US\$) de ações (ou unidades) que ainda podem ser compradas dentro dos programas ou planos</u>
<b>De 22 de junho 22 a 30 de junho de 2006</b>	1.281.100	US\$19,20	1.281.100	46.705.663
<b>De 3 de julho a 17 de julho de 2006</b>	13.868.500	US\$19,93	13.868.500	32.837.163
<b>Agosto de 2006</b>	-	NA	-	32.837.163
<b>Setembro de 2006</b>	-	NA	-	32.837.163
<b>Outubro de 2006</b>	-	NA	-	32.837.163

<b>Novembro de 2006</b>	-	NA	-	32.837.163
<b>Dezembro de 2006</b>	-	NA	-	-
<b>Total</b>	<u>15.149.600</u>	<u>US\$19,98</u>	<u>15.149.600</u>	<u>-</u>

### **PART III**

#### **Item 17. Demonstrações financeiras**

O Registrante respondeu ao Item 18 em vez de responder a este Item.

#### **Item 18. Demonstrações financeiras**

Ver páginas F-1 a S-2

#### **Item 19. Anexos**

<u>Anexo número</u>	
1.1	Estatuto social da Companhia Vale do Rio Doce, conforme emenda de 27 de abril de 2006 (versão em inglês)
8	Relação das subsidiárias
12.1	Ratificação do diretor-presidente da CVRD, de acordo com as normas 13a-14 e 15d-14 da Securities Exchange Act de 1934.
12.2	Ratificação do diretor financeiro da CVRD, de acordo com as normas 13a-14 e 15d-14 da Securities Exchange Act de 1934.
13.1	Ratificação do diretor-presidente e do diretor financeiro da CVRD, de acordo com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley Act de 2002.
15.1	Autorização da PricewaterhouseCoopers.

---

A quantidade de títulos da dívida de longo prazo da CVRD ou suas subsidiárias, autorizada mediante qualquer contrato vigente, não ultrapassa 10% do total de ativos da CVRD, em base consolidada. A CVRD concorda em fornecer à SEC, mediante solicitação, uma cópia de quaisquer instrumentos definindo os direitos dos portadores de sua dívida de longo prazo ou suas subsidiárias. Para isso, demonstrações financeiras consolidadas ou não-consolidadas devem ser protocoladas.

## ASSINATURAS

O registrante declara que cumpre todos os requisitos para a protocolação do Formulário 20-F e que autorizou as pessoas abaixo a assinar este relatório anual em seu nome.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

---

Nome: Roger Agnelli  
Título: Diretor-Presidente

By: 

---

Nome: Fabio de Oliveira Barbosa  
Título: Diretor Executivo de Finanças

Data: de maio de 2007



**COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**  
**ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

	Página
Relatório da firma independente registrada de contadores públicos.....	F-2
Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2006 e 2005.....	F-5
Demonstrações consolidadas dos resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.....	F-7
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.....	F-8
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.....	F-9
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas .....	F-10
Informações financeiras suplementares.....	S-1

(Tradução livre do relatório original em inglês)

## **Parecer da firma registrada de auditoria independente**

Aos administradores e acionistas  
da Companhia Vale do Rio Doce

Concluimos a auditoria integrada das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006 da Companhia Vale do Rio Doce e de seus controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2006 e efetuamos os exames das demonstrações financeiras consolidadas de 2005 e de 2004, de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas - PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board) dos Estados Unidos da América. Nossos pareceres, com base em nossos exames, são apresentados a seguir.

### **Demonstrações financeiras consolidadas**

Somos de parecer que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Vale do Rio Doce e de suas controladas (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e os resultados das operações, das mutações do patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos e dos fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossos exames. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas - PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board) dos Estados Unidos da América. Essas normas exigem que os exames sejam planejados e executados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Nossos exames compreenderam a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base adequada para emissão de nosso parecer.

Como mencionado na Nota Explicativa 17, a Companhia alterou a política de contabilização referente a benefícios definidos e outros planos de aposentadoria no exercício de 2006.



## Controles internos sobre relatórios financeiros

Somos também de parecer que a avaliação da administração, incluída no Relatório da administração sobre controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas apresentada no item 15, segundo a qual a Companhia manteve controles internos efetivos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (Controles Internos - Um Módulo Integrado), emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – (COSO), está apresentada adequadamente, em todos os aspectos relevantes, baseada nesse critério. Adicionalmente, somos de parecer que a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework emitido pelo COSO. A administração da Companhia é responsável por manter controles internos efetivos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas e pela avaliação da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas. Nossa responsabilidade é a de emitir pareceres sobre a avaliação da administração e sobre a efetividade dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, com base em nossa auditoria. Nosso exame de auditoria dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas foi conduzido de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas - PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board) dos Estados Unidos da América. Essas normas exigem que os exames sejam planejados e executados com o objetivo de se obter conforto razoável sobre a efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas compreende a obtenção de um entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas, a análise da avaliação efetuada pela administração, o teste e a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos e a realização de outros procedimentos que considerarmos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base razoável para emissão de nossos pareceres.

Os controles internos de uma companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, divulgadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos de uma companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas incluem as políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem precisa e adequadamente as transações e destinações dos ativos da companhia; (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia são efetuados



somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, as futuras avaliações da efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que estes venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adequação às políticas e aos procedimentos venham a se deteriorar.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil  
7 de março de 2007





## Balanços Patrimoniais Consolidados

Em milhões de dólares norte-americanos

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes.....	4.448	1.041
Contas a receber		
Partes relacionadas.....	675	159
Outros.....	2.929	1.490
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	40	22
Estoques.....	3.493	1.142
Imposto de renda diferido.....	410	186
Impostos a recuperar .....	414	362
Outros.....	531	373
	<b>12.940</b>	<b>4.775</b>
Imobilizado líquido.....	<b>38.007</b>	<b>14.166</b>
Investimentos em coligadas, joint ventures e outros investimentos, líquidos de provisão para perdas em investimentos.....	<b>2.353</b>	<b>1.672</b>
Outros ativos		
Ágio na aquisição de controladas.....	4.484	548
Empréstimos e adiantamentos		
Partes relacionadas.....	5	4
Outros.....	109	61
Custo de pensão pago antecipadamente.....	977	308
Despesas antecipadas.....	360	89
Depósitos judiciais.....	852	568
Adiantamento para fornecedor - Energia .....	443	311
Impostos a recuperar .....	305	110
Outros.....	119	32
	<b>7.654</b>	<b>2.031</b>
<b>TOTAL.....</b>	<b>60.954</b>	<b>22.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis consolidadas.



**Balancos Patrimoniais Consolidados**  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto em número de ações)

**Continuação**

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores.....	2.382	1.110
Salários e encargos sociais.....	451	229
Dividendos anuais mínimos atribuíveis aos acionistas.....	1.494	-
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	711	1.218
Empréstimos e financiamentos.....	723	15
Empréstimos de partes relacionadas.....	25	62
Provisão para imposto de renda.....	817	244
Tributos a pagar.....	119	53
Benefícios de pós-aposentadoria de funcionários.....	107	30
Outros.....	483	364
	<b>7.312</b>	<b>3.325</b>
Exigível a longo prazo		
Benefícios de pós-aposentadoria de funcionários.....	1.841	241
Empréstimos e financiamentos.....	21.122	3.714
Provisões para contingências (nota explicativa 18 (c)).....	1.641	1.286
Perda não realizada com instrumentos derivativos.....	733	260
Imposto de renda diferido.....	4.527	2
Provisões para obrigações com desmobilização de ativos.....	676	225
Outros.....	618	396
	<b>31.158</b>	<b>6.124</b>
Participação minoritária.....	<b>2.811</b>	<b>1.218</b>
Compromissos e contingências (nota explicativa 18)		
Patrimônio Líquido		
Ações preferenciais classe A - 3.600.000.000		
ações autorizadas, sem valor nominal e 959.758.200 emitidas.....	4.702	2.150
Ações ordinárias - 1.800.000.000		
ações autorizadas, sem valor nominal e 1.499.898.858 emitidas.....	3.806	3.806
Ações em tesouraria - 15.172.516 ações preferenciais, e 28.291.020 ações ordinárias .....	(389)	(88)
Capital integralizado adicional.....	498	498
Outros prejuízos abrangentes acumulados.....	(1.004)	(2.729)
Reservas de lucros.....	9.555	4.357
Lucros acumulados .....	2.505	3.983
	<b>19.673</b>	<b>11.977</b>
TOTAL.....	<b>60.954</b>	<b>22.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis consolidadas.



**Demonstrações Consolidadas dos Resultados**  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercícios findos em		
	2006	2005	2004
Receitas operacionais, líquidas de descontos, devoluções e abatimentos			
Vendas de minerais e metais.....	16.511	10.767	6.333
Receitas de serviços de logística.....	1.376	1.216	877
Produtos de alumínio.....	2.381	1.408	1.250
Outros produtos e serviços.....	95	14	19
	<b>20.363</b>	<b>13.405</b>	<b>8.479</b>
Impostos sobre vendas e serviços.....	(712)	(613)	(413)
Receitas operacionais líquidas.....	<b>19.651</b>	<b>12.792</b>	<b>8.066</b>
Despesas e custos operacionais			
Custo de minerais e metais vendidos.....	(7.946)	(4.620)	(2.881)
Custo de serviços de logística.....	(777)	(705)	(513)
Custo de produtos de alumínio.....	(1.355)	(893)	(674)
Outros.....	(69)	(11)	(13)
	<b>(10.147)</b>	<b>(6.229)</b>	<b>(4.081)</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	(816)	(583)	(452)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(481)	(277)	(153)
Outros.....	(570)	(271)	(257)
	<b>(12.014)</b>	<b>(7.360)</b>	<b>(4.943)</b>
Resultado operacional.....	<b>7.637</b>	<b>5.432</b>	<b>3.123</b>
Receitas (despesas) não-operacionais			
Receitas financeiras.....	327	123	82
Despesas financeiras.....	(1.338)	(560)	(671)
Ganhos cambiais e monetários, líquidos.....	529	299	65
Ganhos na venda de investimentos.....	674	126	404
	<b>192</b>	<b>(12)</b>	<b>(120)</b>
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de equivalência patrimonial e da participação minoritária .....	<b>7.829</b>	<b>5.420</b>	<b>3.003</b>
Imposto de renda			
Corrente.....	(1.134)	(754)	(433)
Diferido.....	(298)	(126)	(316)
	<b>(1.432)</b>	<b>(880)</b>	<b>(749)</b>
Equivalência patrimonial em coligadas e joint ventures.....	710	760	542
Participação minoritária.....	(579)	(459)	(223)
Lucro líquido.....	<b>6.528</b>	<b>4.841</b>	<b>2.573</b>
Lucro básico e diluído por Ação Preferencial Classe A	<b>2,69</b>	<b>2,10</b>	<b>1,12</b>
Lucro básico e diluído por Ação Ordinária	<b>2,69</b>	<b>2,10</b>	<b>1,12</b>
Média ponderada do número de ações em circulação (milhares de ações)			
Ações ordinárias.....	1.471.608	1.471.608	1.471.608
Ações preferenciais Classe A.....	954.426	831.432	831.432

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis consolidadas.



## Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercícios findos em		
	2006	2005	2004
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido.....			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais:	6.528	4.841	2.573
Depreciação, exaustão e amortização.....			
Dividendos recebidos.....	997	619	399
Equivalência patrimonial em coligadas e joint ventures e provisão para perdas em investimentos.....	516	489	200
Imposto de renda diferido.....	(710)	(760)	(542)
Provisão para contingências.....	298	126	316
Perda na venda do ativo imobilizado.....	48	27	137
Ganho na venda de investimentos.....	106	26	34
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias.....	(674)	(126)	(404)
Perdas (ganhos) líquidos não realizados com instrumentos derivativos.....	(917)	(237)	112
Participação minoritária.....	143	101	134
Juros pagáveis (recebíveis), líquido.....	579	459	223
Outros.....	36	62	93
Redução (aumento) em ativos:	(141)	(159)	(123)
Contas a receber.....			
Estoques.....	(438)	(416)	(98)
Outros.....	859	(138)	(216)
Aumento (redução) em passivos:	(12)	(639)	(78)
Fornecedores.....	(47)	279	230
Salários e encargos sociais.....	(86)	40	28
Impostos a pagar.....	84	413	348
Outros.....	63	154	105
Recursos provenientes das atividades operacionais.....	<b>7.232</b>	<b>5.161</b>	<b>3.471</b>
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento:			
Empréstimos e adiantamentos a receber			
Partes relacionadas			
Adições.....	(18)	(27)	(33)
Pagamentos.....	11	115	51
Outros.....	(16)	-	18
Garantias e depósitos.....	(78)	(59)	(111)
Adições em investimentos.....	(107)	(103)	(34)
Adições ao imobilizado.....	(4.431)	(3.977)	(2.022)
Recursos provenientes da venda de investimentos.....	837	126	579
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado.....	49	16	11
Recursos utilizados para aquisição de subsidiárias, líquido de caixa da adquirida.....	(13.201)	(737)	-
Recursos utilizados nas atividades de investimento.....	<b>(16.954)</b>	<b>(4.646)</b>	<b>(1.541)</b>
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:			
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (captações).....	4.912	763	379
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (pagamentos).....	(4.233)	(849)	(439)
Empréstimos			
Partes relacionadas			
Adições.....	10	10	21
Pagamentos.....	(50)	(43)	(27)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Partes relacionadas.....	14	15	20
Outros.....	21.993	1.757	1.031
Ação em tesouraria.....	(301)	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Partes relacionadas.....	-	-	(3)
Outros.....	(7.635)	(884)	(1.283)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas.....	(1.300)	(1.300)	(787)
Dividendos pagos a minoritários.....	(65)	-	-
Recursos provenientes (utilizados) das atividades de financiamento.....	<b>13.345</b>	<b>(531)</b>	<b>(1.088)</b>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes.....	3.623	(16)	842
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes.....	(216)	(192)	(204)
Caixa inicial na consolidação da nova subsidiária.....	-	-	26
Caixa e equivalentes no início do exercício.....	1.041	1.249	585
Caixa e equivalentes no final do exercício.....	<b>4.448</b>	<b>1.041</b>	<b>1.249</b>
Pagamentos efetuados durante o exercício:			
Juros de curto prazo.....	(9)	(9)	(5)
Juros de longo prazo.....	(565)	(243)	(295)
Imposto de renda.....	(586)	(481)	(108)
Transações que não envolveram caixa			
Imposto de renda pago com créditos.....	(151)	(161)	(100)
Juros capitalizados.....	(126)	(86)	(31)
Emissão de ações preferenciais para aquisição da CAEMI, líquido do caixa da adquirida (Nota explicativa 6).....	(2.552)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis consolidadas.



## Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercícios findos em		
	2006	2005	2004
<b>Ações preferenciais classe A (incluindo seis ações especiais)</b>			
Saldo inicial.....	2.150	1.176	1.055
Aumento de capital (nota explicativa 6).....	2.552	-	-
Transferência de lucros acumulados apropriados.....	-	974	121
Saldo final.....	<b>4.702</b>	<b>2.150</b>	<b>1.176</b>
<b>Ações ordinárias</b>			
Saldo inicial.....	3.806	2.121	1.902
Transferência de lucros acumulados apropriados.....	-	1.685	219
Saldo final.....	<b>3.806</b>	<b>3.806</b>	<b>2.121</b>
<b>Ações em tesouraria</b>			
Saldo inicial.....	(88)	(88)	(88)
Aquisições.....	(301)	-	-
Saldo final.....	<b>(389)</b>	<b>(88)</b>	<b>(88)</b>
<b>Capital integralizado adicional</b>			
Saldo inicial e final do exercício.....	<b>498</b>	<b>498</b>	<b>498</b>
<b>Outros prejuízos abrangentes acumulados</b>			
Ajustes acumulados de conversão			
Saldo inicial.....	(2.856)	(3.869)	(4.449)
Varição no exercício.....	1.228	1.013	580
Saldo final.....	<b>(1.628)</b>	<b>(2.856)</b>	<b>(3.869)</b>
<b>Ganho não realizado em investimentos disponíveis para a venda</b>			
Saldo inicial.....	127	95	74
Varição no exercício.....	144	32	21
Saldo final.....	<b>271</b>	<b>127</b>	<b>95</b>
<b>Superavit (déficit) de provisão para plano de pensão</b>			
Varição no período.....	460	-	-
Efeito do reconhecimento inicial.....	(107)	-	-
Saldo final.....	<b>353</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de outros prejuízos abrangentes acumulados</b>	<b>(1.004)</b>	<b>(2.729)</b>	<b>(3.774)</b>
<b>Reservas de lucros</b>			
Saldo inicial.....	4.357	4.143	3.035
Transferência de lucros acumulados.....	5.198	2.873	1.448
Transferência para capital.....	-	(2.659)	(340)
Saldo final.....	<b>9.555</b>	<b>4.357</b>	<b>4.143</b>
<b>Lucros acumulados</b>			
Saldo inicial.....	3.983	3.315	2.857
Lucro líquido do período.....	6.528	4.841	2.573
Dividendos e Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas			
Ações preferenciais classe A .....	(1.098)	(469)	(241)
Ações ordinárias .....	(1.710)	(831)	(426)
Apropriações para reservas de lucros.....	(5.198)	(2.873)	(1.448)
Saldo final.....	<b>2.505</b>	<b>3.983</b>	<b>3.315</b>
<b>Total do patrimônio líquido.....</b>	<b>19.673</b>	<b>11.977</b>	<b>7.391</b>
<b>O lucro abrangente é constituído de:</b>			
Lucro líquido do período.....	6.528	4.841	2.573
Ajustes acumulados de conversão.....	1.228	1.013	580
Ganho (perda) não realizado em investimentos avaliados ao custo.....	144	32	21
Ganho (perda) não realizado em investimentos disponíveis para a venda.....	(107)	-	-
Superavit (déficit) de provisão para plano de pensão.....	<b>7.793</b>	<b>5.886</b>	<b>3.174</b>
<b>O lucro abrangente total.....</b>	<b>7.793</b>	<b>5.886</b>	<b>3.174</b>
<b>Efeito de impostos sobre lucros abrangentes alocado por cada item</b>			
Ganho não realizado em investimentos disponíveis para venda			
Benefício (despesa) de imposto de renda.....	(124)	-	-
Efeito líquido.....	<b>271</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superavit (déficit) de provisão para plano de pensão.....	(187)	-	-
Benefício (despesa) de imposto de renda.....	353	-	-
Efeito líquido.....	<b>166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ações preferenciais classe A (incluindo seis ações especiais) (1).....</b>	<b>959.758.200</b>	<b>831.455.478</b>	<b>831.455.478</b>
<b>Ações ordinárias.....</b>	<b>1.499.898.858</b>	<b>1.499.898.858</b>	<b>1.499.898.858</b>
<b>Ações em tesouraria (2)</b>			
Saldo inicial.....	(28.313.936)	(28.314.922)	(28.316.118)
Aquisições.....	(15.149.600)	-	-
Vendas .....	-	986	1.196
Saldo final.....	<b>(43.463.536)</b>	<b>(28.313.936)</b>	<b>(28.314.922)</b>
<b>Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas (por ação).....</b>	<b>2.416.193.522</b>	<b>2.303.040.400</b>	<b>2.303.039.414</b>
Ações preferenciais classe A (incluindo seis ações especiais).....	1,16	0,57	0,29
Ações ordinárias.....	1,16	0,57	0,29

(1) Aumento de 128.302.722 (após desdobramento das ações) ações preferenciais devido à incorporação das ações da Caemi.

(2) Em 31 de dezembro de 2006, havia 28.291.020 ações ordinárias e 15.172.516 ações preferenciais em tesouraria, no montante de US\$389. As 28.291.020 ações ordinárias estão em garantia de um empréstimo da controlada Alunorte. Em 31 de dezembro de 2006, 3.617.821 destas ações, cotadas a valor de mercado, seriam suficientes para quitar o saldo da dívida.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis consolidadas.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em milhões de dólares norte-americanos, a menos que informado

### 1 A Companhia e suas operações

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é uma sociedade anônima devidamente organizada sob as leis da República Federativa do Brasil. Nossas operações são executadas pela CVRD e suas controladas, *joint ventures* e coligadas, e consistem principalmente de mineração, produção de metais não ferrosos e logística, bem como atividades de energia, alumínio e aço. Maiores detalhes sobre nossas operações e das nossas *joint ventures* e coligadas estão descritas na nota explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2006, As principais controladas operacionais que consolidamos são:

Controlada	% participação	% Capital Votante	Localização da sede	Atividade principal
Alumina do Norte do Brasil S.A. - Alunorte ("Alunorte").....	57,03	61,74	Brasil	Alumina
Alumínio Brasileiro S.A. - Albras ("Albras").....	51,00	51,00	Brasil	Alumínio
CADAM S.A (CADAM).....	61,48	100,00	Brasil	Caulim
CVRD International S.A. (1).....	100,00	100,00	Suíça	Trading
CVRD Overseas Ltd.....	100,00	100,00	Ilhas Cayman	Trading
Inco Limited (3).....	87,73	87,73	Canadá	Níquel
Ferrovia Centro-Atlântica S. A.....	100,00	100,00	Brasil	Logística
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR.....	89,80	89,80	Brasil	Minério de ferro
Mineração Onça Puma Ltda.....	100,00	100,00	Brasil	Níquel
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.....	100,00	100,00	Brasil	Navegação
Pará Pimentos S.A ("PPSA").....	82,05	85,57	Brasil	Caulim
PT International Nickel Indonesia Tbk ("PT Inco") (4).....	61,16	61,16	Indonésia	Níquel
Rio Doce Manganês S.A.....	100,00	100,00	Brasil	Manganês e Ferroligas
Rio Doce Manganês Europe - RDME.....	100,00	100,00	França	Ferroligas
Rio Doce Manganês Norwav - RDMN.....	100,00	100,00	Noruega	Ferroligas
Urucum Mineração S.A.....	100,00	100,00	Brasil	Minério de ferro, Ferroligas e Manganês
Valesul Alumínio S.A. ("VALESUL") (2).....	100,00	100,00	Brasil	Alumínio

(1) Anteriormente denominada Itabira Rio Doce Company - ITACO

(2) Subsidiária consolidada desde Julho de 2006 (nota explicativa 6 e 13)

(3) Subsidiária consolidada desde Outubro de 2006 (nota explicativa 7)

(4) Através da Inco Limited

### 2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis das empresas nas quais temos a maioria das ações e o controle da administração são consolidadas, com eliminação de todas as principais contas e transações entre as mesmas. Adicionalmente entidades com participação variável nas quais nós somos os beneficiários principais, estão consolidadas. Os investimentos não consolidados em coligadas e *joint ventures* estão demonstrados ao custo acrescidos de nossa participação em seus resultados não distribuídos. Nesta categoria estão incluídas certas *joint ventures* onde temos participação majoritária, mas não possuímos controle efetivo na administração estabelecido no acordo de acionistas. Quando aplicável, constituímos provisão para perdas em investimentos com patrimônio líquido negativo (nota explicativa 13).

Calculamos o valor de nossos investimentos através da comparação dos valores registrados em nosso balanço anual com a cotação de mercado disponível para o referido investimento na mesma data. Se a cotação de mercado disponível estiver abaixo do valor registrado em nosso balanço e tal desvalorização não for temporária, baixamos o valor de nossos investimentos até o limite calculado pela cotação de mercado disponível.

Definimos *joint ventures* como negócios nos quais a Companhia e um pequeno grupo de outros sócios, participam cada um ativamente na administração da entidade, baseado em acordo de acionistas. Definimos coligadas como negócios nos quais participamos como acionistas minoritários mas com influência significativa nas políticas operacional e financeira da empresa investida.



Nossos investimentos em projetos hidroelétricos são feitos via contrato de consórcios os quais detemos participações proporcionais e respondemos igualmente para o passivo e despesas, ao qual é baseado na distribuição proporcional das ações pela cota que detemos sobre a cota de energia gerada. Não possuímos responsabilidade conjunta por nenhuma obrigação e em todos os nossos custos, receita, ativos e passivos registrados referentes às entidades do nosso grupo. Uma vez que não há entidade legal para o projeto, não há demonstrações contábeis, declaração de imposto de renda, lucro líquido e patrimônio líquido separados. A lei brasileira claramente estabelece que não existe entidade separada em virtude de contrato de consórcio e nossos advogados externos têm confirmado esta conclusão. Desta forma reconhecemos nossa participação proporcional dos custos e das participações proporcionais para os ativos relacionados aos projetos hidroelétricos descritos na nota explicativa 12(c).

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores reportados de receitas e despesas durante o período. As estimativas são utilizadas para, mas não limitam a seleção da vida útil de ativos imobilizados, provisões para contingências, valores de mercado atribuídos a ativos e passivos em transações de aquisição de empresas, provisão para perdas de créditos de imposto de renda, benefícios pós-aposentadoria para empregados e outras avaliações semelhantes. Os resultados atuais podem ser diferentes dessas estimativas.

#### **(a) Base de apresentação**

Preparamos as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“US GAAP”), que diferem, em certos aspectos, das práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas na preparação das nossas demonstrações contábeis pela legislação societária.

Para as operações brasileiras, os dólares norte-americanos referentes aos períodos apresentados foram convertidos (traduzidos) a partir dos valores em moeda brasileira, em conformidade com os critérios estipulados no “Statement of Financial Accounting Standards 52” – “Foreign Currency Translation” – (SFAS 52).

Antes de 1º de julho de 1997 o Brasil era considerado, nos termos do SFAS 52, como sendo um país de economia hiperinflacionária, e como consequência, até 30 de junho de 1997, adotávamos o dólar norte-americano tanto como moeda funcional quanto de reporte.

A partir de 1º de julho de 1997, concluímos que a economia brasileira havia deixado de ser hiperinflacionária e mudamos a moeda funcional de dólares norte-americanos para a moeda local (reais brasileiros) para as operações brasileiras e para as atividades consideradas como uma extensão das operações no Brasil. Conseqüentemente, convertemos os valores em dólares norte-americanos de ativos e passivos não-monetários à taxa de câmbio corrente e esses valores se tornaram às novas bases contábeis para esses ativos e passivos.

Convertemos todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos a taxa de câmbio corrente (R\$2,1342 e R\$2,3370 para US\$1.00 em 31 de dezembro de 2006 e 2005, respectivamente) ou pela primeira taxa de câmbio disponível, se em 31 de dezembro não houve cotação e todas as contas nas demonstrações dos resultados (inclusive valores relativos à indexação da moeda local e variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira) às taxas médias de cada período. Os ganhos ou perdas resultantes desse novo processo de conversão foram incluídos nos ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.



Os ganhos cambiais líquidos refletidas em nossa demonstração de resultado foram de US\$452, US\$227 e US\$79 em 2006, 2005 e 2004, respectivamente, incluídas na linha "Ganhos cambiais e monetários, líquidos".

**(b) Transações de Aquisição de Empresas**

Adotamos os procedimentos determinados pelo SFAS 141 - "Business Combinations" para reconhecer a aquisição de participações em outras companhias. O método de contabilização usado em nossas "combinações de negócios" (*business combinations*) é o "método de compra" (*purchase method*), o qual requer que os adquirentes determinem razoavelmente o valor de mercado dos ativos e passivos identificados das companhias adquiridas, individualmente, de maneira a determinar o ágio pago na compra, a ser registrado como um ativo intangível. Na aquisição de ativos que incluem os direitos a reservas minerais de recursos naturais, o estabelecimento dos valores para esses ativos incluem a alocação do valor de mercado às reservas compradas, as quais estão classificadas no balanço patrimonial como imobilizado.

O ágio foi amortizado de maneira sistemática pelos períodos estimados a serem beneficiados até 31 de dezembro de 2001. Como requerido pelo SFAS 142 - "Goodwill and Other Intangible Assets" desde 1º de janeiro de 2002, o ágio resultante das aquisições não é amortizado, mas é testada sua desvalorização ao menos uma vez no ano e reduzido ao seu valor justo na medida em que tal desvalorização é mensurada.

**(c) Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, constituímos provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação, refletindo nossa estimativa periódica de recuperação.

Classificamos em reservas provadas e prováveis as quantidades atribuíveis ao estoque de pilha de minério e consideramos como processado quando removido das minas. Para fins de cálculos, essas quantidades não são incluídas no total de reservas provadas e prováveis usadas nas unidades de produção, depreciação, exaustão e amortização.

**(d) Imobilizado**

Os bens do imobilizado estão demonstrados ao custo, incluindo-se os juros incorridos durante a construção das principais novas unidades. Calculamos a depreciação pelo método linear, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens, tais como: 3,2% para ferrovias, 2,78% para construções, 2,97% para instalações e 4,95% para equipamentos de mineração e 9,89% para outros equipamentos. As despesas de manutenção e reparos são debitadas aos custos e às despesas operacionais quando incorridas.

Capitalizamos os custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, e amortizamos estas operações pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e provadas de minério. Gastos com exploração são despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os subseqüentes custos de desenvolvimento são capitalizados. Capitalizamos o custo de desenvolvimento de minas a partir do momento que efetivamente iniciamos esse desenvolvimento.

**(e) Investimentos disponíveis para venda**

Os investimentos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conformidade com o SFAS 115 - "Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities". Conseqüentemente, excluímos ganhos e perdas não realizados, líquidos de impostos, quando aplicável, do resultado e os reconhecemos como um componente específico do patrimônio líquido até que sejam realizados.





**(f) Receitas e despesas**

As receitas são reconhecidas quando da transferência da titularidade do produto ou quando os serviços são prestados. A receita de exportação é reconhecida quando os produtos são embarcados no navio. As receitas dos produtos vendidos no mercado interno são reconhecidas quando a entrega é feita ao cliente. As receitas de serviços de transporte, exceto as de operações marítimas, são reconhecidas quando o serviço é executado. As de operações marítimas são registradas com base na viagem concluída e a receita líquida, os custos e as despesas com viagens em curso até o fim do exercício são diferidos. Os prejuízos esperados sobre viagens são reconhecidos quando prováveis e razoavelmente estimáveis. As despesas e custos são reconhecidos pelo regime de competência.

**(g) Obrigações para desmobilização de ativos**

As obrigações para desmobilização de ativos são registradas em conformidade com o SFAS143 - "Accounting for asset retirement obligation". Nossas obrigações para desmobilização consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades cujas mensurações iniciais estão reconhecidas como obrigações ao valor justo calculado com base na taxa de desconto de valor presente e acrescido ao valor inteiro de tempos em tempos através de variações nos resultados. O custo de desmobilização de ativo equivalente às obrigações está capitalizado como parte dos valores dos ativos registrados relacionados e subseqüentemente depreciado sobre a vida útil do ativo.

**(h) Provisão para férias**

Provisionamos integralmente a obrigação de remuneração a empregados pelo direito às férias adquiridas durante o ano.

**(i) Imposto de renda**

De acordo com o SFAS 109 - "Accounting for Income Taxes", os efeitos fiscais diferidos dos prejuízos fiscais a compensar e das diferenças temporárias foram reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas. A provisão para perdas é constituída quando estimamos que há evidências da não utilização integral dos créditos fiscais constituídos.

**(j) Demonstração dos fluxos de caixa**

Os fluxos de caixa dos financiamentos e investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos. As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e são resgatáveis em até 90 dias ou menos são considerados caixa e equivalentes.

**(k) Lucro por ação**

O lucro por ação é computado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

**(l) Juros sobre o capital próprio**

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem distribuir juros sobre capital próprio. O cálculo desses juros é baseado nos valores do patrimônio líquido como apresentado nos registros contábeis elaborados pela legislação societária e a taxa de juros aplicada não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não podem exceder ao maior valor entre 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados, mais as reservas de lucros.

O montante dos juros atribuídos aos acionistas é dedutível para fins de apuração do imposto de renda. Por esta razão, o benefício, em contraposição ao pagamento do dividendo, é a redução em nosso encargo de imposto de renda. Sobre os juros pagos há a retenção de 15% a título de imposto de renda.



De acordo com a legislação brasileira, o benefício atribuído para os acionistas é considerado como parte do dividendo mínimo anual (Nota explicativa 16). Desta maneira as distribuições são tratadas como dividendos para fins contábeis.

**(m) Derivativos e operações de hedge**

Adotamos o SFAS 133 – “*Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities*”, emendado pelos SFAS 137, SFAS 138 e SFAS 149. Estes pronunciamentos requerem que reconheçamos todos os instrumentos de derivativos financeiros como ativo ou passivo no nosso balanço patrimonial e que os mesmos sejam mensurados a valor de mercado. Mudanças no valor de mercado dos derivativos são registradas em cada período como ganhos correntes ou lucros abrangentes, dependendo de a transação ser caracterizada como um hedge efetivo. Não existiram contratos caracterizados como hedge efetivo nos anos apresentados.

**(n) Lucro abrangente**

Divulgamos o lucro abrangente como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido, de acordo com o SFAS 130 – “*Reporting Comprehensive Income*”. Divulgamos os componentes líquidos de impostos e reconciliamos com as Demonstrações Consolidadas.

**(o) Fundo de Pensão e outros benefícios pós-aposentadoria**

O fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria patrocinados por nós aos nossos empregados são determinados atuarialmente e reconhecidos no ativo ou passivo ou ambos dependendo da posição coberta ou à descoberto de cada plano em conformidade com SFAS 158 – “*Employees’ Accounting for Defined Benefit Pension and Other Post-retirement Plans*” emitido e adotado no final de 2006. Este pronunciamento adiciona regras em relação a pronunciamentos anteriores relacionados, utilizados por nós com este propósito. O custo de nosso benefício definido e custos ou créditos de serviço anteriores surgidos no período e que não são componentes do custo de benefício líquido periódico, estão registrados como déficit de outros prejuízos abrangentes acumulados.

**(p) Remoção de estéril para acessar depósitos minerais**

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril (isto é, os custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais) são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subseqüentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

**4 Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos**

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu SFAS 159, “*The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities*”. SFAS 159 permite as entidades escolher como medir vários instrumentos financeiros e certos outros itens pelo valor justo. O objetivo é melhorar o relatório financeiro, dando as entidades oportunidade para mitigar a volatilidade no resultado, causada pela mensuração de ativos e passivos diferentemente relacionados, sem aplicação de provisões contábeis de hedge complexas. Com este pronunciamento espera-se expandir o uso da medição do valor justo, a qual é consistente com os objetivos de mensuração de longo prazo do conselho para contabilização de instrumentos financeiros. A opção de valor justo estabelecida pelo conselho permite todas entidades escolher medir itens elegíveis ao valor justo em datas de eleição específicas. Este pronunciamento é efetivo para os anos fiscais findos em ou após 15 de novembro de 2007. Estamos atualmente estudando o impacto deste pronunciamento.



Em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS 158, "Employers' Accounting for Defined Benefit Pension and other Postretirement Plans". O SFAS 158 requer que os empregadores reconheçam tanto a condição de superávit quanto de déficit do plano de benefício definido pós-aposentadoria como ativo ou passivo e reconheçam também as variações na condição dos fundos pelo lucro abrangente. O SFAS 158 também exige que os direitos e obrigações do plano de benefício definido sejam avaliados no final do ano Fiscal. Esse pronunciamento é efetivo para os anos fiscais que se encerram em 15 de dezembro de 2006 ou após essa data. Adotamos este pronunciamento e seus efeitos estão divulgados na nota explicativa 17.

Em setembro de 2006 o FASB emitiu SFAS nº 157, "Fair Value Measurements". SFAS nº 157 define Valor Justo, estabelecendo uma estrutura de mensuração para o valor justo geralmente aceito pelos princípios contábeis, ampliando a divulgação sobre a mensuração do Valor Justo. Esse pronunciamento se aplica sob outros pronunciamentos contábeis que requer ou permite mensuração do Valor Justo, tendo o conselho (FASB) previamente concluído que nesses pronunciamentos contábeis que o Valor Justo é um atributo relevante de mensuração. Portanto, esse pronunciamento não requer nenhuma nova mensuração de valor justo. De acordo com o conselho (FASB), a simples definição de valor justo, em conjunto com uma estrutura de mensuração do valor justo, deveria resultar em um aumento de consistência e comparabilidade para a mensuração de valor justo. Esse pronunciamento é aplicável para os anos fiscais que se encerram a partir de 15 de novembro de 2007. Estamos estudando o impacto desse pronunciamento.

Em julho de 2006, o FASB emitiu o FIN 48, "Accounting for Uncertainty in Income Taxes". O FIN 48 prevê um modelo abrangente para o reconhecimento, mensuração, atualização e divulgação nas suas demonstrações contábeis de posições incertas referente a impostos, as quais a companhia tem ou espera ter em relação ao retorno de um imposto (incluindo a decisão de arquivar ou não a declaração em uma determinada jurisdição). Segundo a interpretação, as demonstrações contábeis contemplarão esperadas conseqüências futuras de impostos de determinadas posições presumindo o completo conhecimento das autoridades fiscais da posição e todos os fatos relevantes, mas desconsiderando os valores no tempo. Esse pronunciamento é aplicável para os anos fiscais que começam a partir de janeiro de 2007. Não esperamos que este pronunciamento tenha qualquer impacto significativo nas nossas posições financeiras, resultados de operações e fluxos de caixa.

## 5 Nossa privatização

Em maio de 1997, O Governo brasileiro privatizou nossa Companhia, através da transferência do controle acionário para a Valepar S.A. ("Valepar"). O Governo brasileiro reteve certos direitos com relação a nossas futuras decisões e as da Valepar, e também nos fez celebrar contratos que podem afetar nossas atividades e resultados de nossas operações no futuro. Esses direitos e contratos são:

- Ação Preferencial Especial. O Governo brasileiro detém seis ações preferenciais especiais da Companhia que lhe confere direitos permanentes de veto sobre mudanças na nossa Companhia, tais como (i) nome, (ii) localização da sede, (iii) objeto social de exploração mineral, (iv) operação contínua dos sistemas integrados de mineração de minério de ferro, e (v) certos outros assuntos.
- Debêntures de Acionistas. Em 7 de julho de 1997, emitimos aos acionistas que estavam registrados em 18 de abril de 1997 (inclusive o Governo brasileiro), debêntures que proporcionam aos seus detentores o direito de receber pagamentos semestrais, baseados em uma percentagem das nossas receitas líquidas acima de volumes limites de produção, provenientes de recursos minerários identificados. Estes instrumentos não são garantidos por reservas minerais e depósitos correspondentes (nota explicativa 18(e)).



## 6 Principais aquisições e alienações ocorridas

Em fevereiro de 2007 celebramos contrato de compra e venda para aquisição de 100% da AMCI Holdings Australia Pty (AMCI HA) por AUD 835 million (aproximadamente US\$660). AMCI HA, empresa privada instalada na Austrália, que opera e controla ativos de carvão através de joint ventures.

Em dezembro de 2006 vendemos nossa participação total na Siderar – S.A.I.C, correspondente a 4,85%, uma usina localizada na Argentina para a Ternium S.A. por US\$108 e com ganho de US\$96.

Em novembro de 2006 mantivemos as ações necessárias para fazer parte do grupo de controle na Usinas Siderúrgicas Minas Gerais - USIMINAS. Parte das ações remanescentes, correspondente a 5.362.928 ações ordinárias, foram vendidas para Nippon Steel, Votorantim Participações S/A e Camargo Corrêa S/A, no montante de US\$176 e ganho de US\$175. As 13.829.192 ações ordinárias remanescentes serão vendidas através de oferta pública.

Durante o terceiro trimestre de 2006, vendemos 1.361.100 ações da Gerdau por US\$19. Durante o fechamento do quarto trimestre vendemos as 3.379.825 ações remanescentes da Gerdau por US\$48. O ganho total com a operação foi de US\$56.

Em julho de 2006 adquirimos os restantes 45,5% do capital da Valesul Alumínio S/A, por US\$28. A Valesul que até então era uma controlada de controle compartilhado da área de alumínio, passou a ser consolidada.

Durante o segundo trimestre de 2006 vendemos a totalidade de nossa participação na Gulf Industrial Investment Company por US\$418, obtendo um ganho líquido de US\$338.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2006 foi aprovado o aumento do capital social em US\$2.552 correspondentes a 128.302.722 ações preferenciais (64.151.361 antes do desdobramento), pela emissão de ações em relação à aquisição da participação minoritária da Caemi e na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2006, a Caemi foi incorporada. Se a aquisição de 39,77% das ações preferenciais da CAEMI houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2005, os resultados seriam afetados somente na linha de participação minoritária, impactando em sua eliminação, resultando em um crescimento no lucro líquido de US\$283 e o montante total dos lucros básico e diluído em US\$2,11 por ação em 2005. Para 2006 teríamos um crescimento no lucro líquido de US\$54 e o montante total dos lucros básico e diluído em US\$2,71 por ação.

No primeiro trimestre de 2006, vendemos para JFE Steel Corporation (JFE) nossa participação total na Nova Era Silicon (49% do capital) no valor de US\$14, obtendo ganho líquido de US\$9.

Em novembro de 2005, adquirimos 93,0% do capital votante da Canico Resources Corp. (Canico), uma empresa canadense de exploração mineral focada no desenvolvimento de Onça Puma, projeto de níquel laterítico, por US\$750. Em dezembro de 2005, adquirimos mais 6,2% do capital votante da Canico por US\$50. O único ativo de maior relevância do que US\$63 na rubrica de caixa equivalentes era US\$794 na rubrica de direitos minerários. Em 10 de fevereiro de 2006, concluímos a aquisição das ações ordinárias da Canico, adquirindo o restante das ações com direito a voto, 0,8% do capital total, por US\$6. A referida empresa é atualmente uma subsidiária integral da CVRD.

## 7 Aquisição da Inco

Em outubro de 2006 adquirimos a Inco Limited (Inco), empresa canadense atuante no mercado global de níquel e a primeira em termos de reservas de níquel do mundo, por US\$13 bilhões, correspondente a 174.623.019 ações ordinárias, por Cdn\$ 86,00 por ação, representando 75,66% das ações em circulação. Até 03 de novembro de 2006 tínhamos adquirido 196.078.276 ações por aproximadamente US\$15 bilhões, representando 86,57% do capital da Inco. Em razão da emissão de novas ações referente as debêntures conversíveis, em 31 de dezembro havíamos adquirido



87,73% das ações em circulação. Em 03 de janeiro de 2007, através de Assembléia geral Extraordinária de acionistas da Inco foi aprovada a operação de incorporação (“amalgamation”) da Inco com a Itabira Canada Inc. (Itabira Canada), nossa subsidiária integral indireta.

Em dezembro de 2006, concluímos diversas transações referentes ao refinanciamento do empréstimo ponte visando estender o prazo médio de vencimento, o qual está próximo aos 10 anos, conforme descrito na nota explicativa 15.

Referente a “amalgamation”, ocorrida em Janeiro de 2007, a Inco mudou seu nome para “CVRD Inco Limited” (CVRD Inco), quando detinhamos 100% da ações em circulação.

As alocações do preço de aquisição baseado no valor justo dos ativos e passivos adquiridos são baseadas em estimativas internas preliminares da administração. Tais alocações serão finalizadas com base na avaliação e outros estudos em curso, realizados por nós com a assistência de especialistas externos. Em conformidade, os ajustes da alocação do preço de aquisição abaixo são preliminares e estão sujeitos a revisão, que pode ser material.

Os valores justos aqui contidos foram calculados utilizando as obrigações atuais com benefícios de pensão e pós-aposentadoria com status superavitário, taxas de juros atuais, preços de venda de produtos acabados e estimativa de produção futura, investimento, custo, preços de commodities e fluxos de caixa.

As informações da alocação do preço de aquisição aos ativos e passivos adquiridos, serão finalizadas em 2007.

Na preparação das informações apresentadas, a nossa participação acionária da CVRD na INCO é de 87,73%, em dezembro de 2006.

Desembolsos totais	14.971
Custo da transação	38
Valor da aquisição	<b>15.009</b>
Valor de livros dos ativos e passivos assumidos, líquido	(3.993)
Ajuste ao valor justo dos estoques	(1.686)
Ajuste ao valor justo do imobilizado líquido	(9.044)
Obrigações decorrentes da mudança de controle acionário	839
Ajuste ao valor de mercado dos outros passivos assumidos	223
Imposto de renda diferido sobre os ajustes acima	2.528
Ágio	<b>3.876</b>

A informação pro forma considera a aquisição da Inco de 87,73% como se a aquisição tivesse ocorrido no início de cada período (não auditado).

	Para o ano findo em 31 de dezembro de					
	2006			2005		
	CVRD Consolidado (1)	Inco	Pro forma	CVRD Consolidado	Inco	Pro forma
Receitas operacionais líquidas.....	19.651	5.351	25.002	12.792	4.518	17.310
Custos e despesas operacionais.....	(12.014)	(3.738)	(15.752)	(7.360)	(3.645)	(11.005)
<b>Resultado operacional.....</b>	<b>7.637</b>	<b>1.613</b>	<b>9.250</b>	<b>5.432</b>	<b>873</b>	<b>6.305</b>
Resultado não operacional.....	192	(486)	(294)	(12)	(1.065)	(1.077)
<b>Resultado antes do imposto de renda, resultado de equivalência patrimonial e das participações minoritárias .....</b>	<b>7.829</b>	<b>1.127</b>	<b>8.956</b>	<b>5.420</b>	<b>(192)</b>	<b>5.228</b>
Imposto de renda.....	(1.432)	(450)	(1.882)	(890)	23	(857)
<b>Equivalência patrimonial em coligadas e joint ventures e variação na provisão para perdas em investimentos .....</b>	<b>710</b>	<b>-</b>	<b>710</b>	<b>760</b>	<b>-</b>	<b>760</b>
Participação minoritária	(579)	(229)	(808)	(459)	(141)	(600)
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>6.528</b>	<b>448</b>	<b>6.976</b>	<b>4.841</b>	<b>(310)</b>	<b>4.531</b>

(1) inclui a consolidação da Inco a partir de 23 de outubro de 2006.



## 8 Imposto de renda

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro, a qual consiste em um adicional de imposto sobre a renda. A alíquota efetiva estatutária aplicável nos períodos apresentados é de 34% representados por 25% de imposto de renda acrescido de 9% de contribuição social sobre o lucro.

Em outros países onde temos operações, a tributação nominal aplicada varia entre 3,29 % a 43,15%.

O valor apresentado como despesa de imposto de renda nas demonstrações contábeis consolidadas está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em		
	2006	2005	2004
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de equivalência patrimonial e da participação de minoritários .....	<b>7.829</b>	<b>5.420</b>	<b>3.003</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes na legislação fiscal.....	(2.662)	(1.843)	(1.021)
Ajustes que dão origem à alíquota efetiva:			
Benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio.....	343	307	214
Diferença de alíquota sobre receitas no exterior.....	1.004	617	247
Diferença da base fiscal de coligadas .....	(200)	(58)	(240)
Incentivos fiscais.....	194	109	53
Reversão da provisão para perdas de créditos fiscais (provisão).....	(21)	3	77
Perdas com derivativos, não dedutíveis.....	-	-	(57)
Outras (perdas) não dedutíveis.....	(90)	(15)	(22)
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	<b>(1.432)</b>	<b>(880)</b>	<b>(749)</b>

Temos incentivos fiscais brasileiros relativos às nossas operações de manganês em Carajás, potássio em Rosário do Catete, alumina e alumínio em Barcarena e Caulim em Ipixuna e Mazagão. Os incentivos relativos ao manganês compreendem isenção parcial até 2013. Os incentivos relativos a alumina e potássio, compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produção definidos até 2009 e 2013, respectivamente, enquanto que a isenção parcial dos incentivos relativos ao alumínio e caulim expira em 2013. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído como dividendos. Os prejuízos fiscais brasileiros compensáveis não têm data de prescrição.

Temos também incentivos de impostos relacionados ao projeto Goro na Nova Caledônia. Estes benefícios incluem incentivos fiscais temporários durante a fase de construção do projeto e durante o período de 15 anos a começar do primeiro ano de produção, definido pela legislação aplicável, realizada seguidamente por 5 anos, sendo 50 % de incentivos fiscais temporários. Além disto, Goro está qualificada para determinadas isenções de impostos indiretos tais como taxa de importação durante a fase de construção e durante toda a vida comercial do projeto. Alguns destes benefícios fiscais, incluindo incentivos fiscais temporários, estão sujeitos a uma interrupção antecipada, caso o projeto alcançar uma taxa acumulada específica de retorno. Estamos sujeitos a uma parte do ganho na tributação começando no primeiro ano em que a produção comercial estiver concluída, definido pela legislação aplicável. No momento não temos realizado nenhum lucro na Nova Caledônia referente às questões tributárias. Os benefícios desta legislação são esperados para quaisquer impostos então aplicáveis uma vez o projeto Goro esteja em operação.



Os principais componentes das contas do imposto de renda diferido no balanço patrimonial são:

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
<b>Imposto de renda diferido - ativo</b>		
Despesas provisionadas dedutíveis somente quando desembolsadas.....	410	186
	<b>410</b>	<b>186</b>
<b>Imposto de renda diferido ativo e passivo - longo prazo</b>		
<b>Ativo</b>		
Relativo à provisão para perdas e baixas de investimentos.....	19	53
Provisão para benefícios pós-aposentadoria para empregados.....	991	82
Prejuízos fiscais a compensar.....	265	275
Outras diferenças temporárias .....	(185)	3
	<b>1.090</b>	<b>413</b>
<b>Passivo</b>		
Lucro inflacionário.....	(56)	(30)
Investimentos adquiridos.....	(224)	(144)
Benefício de aposentadoria pago antecipadamente.....	(332)	(105)
Ajuste ao valor de mercado em aquisição de negócios.....	(4.487)	-
Outras diferenças temporárias .....	(290)	(52)
	<b>(5.389)</b>	<b>(331)</b>
<b>Provisão para perdas</b>		
Saldo inicial.....	(84)	(77)
Ajuste de conversão.....	(8)	(10)
Variacão da provisão.....	(21)	3
Saldo final.....	<b>(113)</b>	<b>(84)</b>
<b>Imposto de renda diferido ativo de longo prazo, líquido.....</b>	<b>(4.412)</b>	<b>(2)</b>

## 9 Caixa e equivalentes

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Caixa.....	1.542	177
Depósitos a prazo denominados em reais brasileiros.....	237	297
Depósitos a prazo denominados principalmente outras moedas dólares norte-americanos...	2.669	567
	<b>4.448</b>	<b>1.041</b>

## 10 Contas a receber

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
<b>Cientes</b>		
Brasil.....	517	349
Outros países, integralmente denominados em dólares norte-americanos.....	3.164	1.355
	<b>3.681</b>	<b>1.704</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(61)	(42)
Provisão para créditos sobre diferenças de peso de minério.....	(16)	(13)
<b>Total.....</b>	<b>3.604</b>	<b>1.649</b>

O contas a receber de clientes da indústria siderúrgica representam 37,2% dos contas a receber no país e 53,0% dos contas a receber em outros países em 31 de dezembro de 2006.

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10,0% das receitas totais.

Em 2006 e 2005 houve US\$15 e US\$0 relativos a movimentações de provisões, respectivamente. Em 2006 e 2005 não ocorreram baixas nestes anos.

## 11 Estoques

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
<b>Produtos acabados</b>		
Minério de ferro e pelotas.....	325	271
Manganês e ferroligas.....	94	151
Alumina.....	33	22
Alumínio.....	110	52
Caulim.....	23	18
Concentrado cobre.....	5	-
Níquel (co-produtos e subprodutos).....	2.046	-
Outros.....	40	28
Peças de reposição e manutenção.....	817	600
	<b>3.493</b>	<b>1.142</b>

Em 2006 e 2005 foram contabilizadas baixas de US\$47 e US\$39, respectivamente.

## 12 Imobilizado

### a) Por área de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2006			Em 31 de dezembro de 2005		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
<b>Ferrosos</b>						
Em operação	15.440	4.550	10.890	9.795	3.607	6.188
Imobilizado em curso.....	2.650	-	2.650	2.049	-	2.049
	<b>18.090</b>	<b>4.550</b>	<b>13.540</b>	<b>11.844</b>	<b>3.607</b>	<b>8.237</b>
<b>Não-ferrosos</b>						
Em operação	12.962	540	12.422	1.291	301	990
Imobilizado em curso.....	7.425	-	7.425	1.281	-	1.281
	<b>20.387</b>	<b>540</b>	<b>19.847</b>	<b>2.572</b>	<b>301</b>	<b>2.271</b>
<b>Logística</b>						
Em operação	1.262	372	890	1.236	311	925
Imobilizado em curso.....	97	-	97	74	-	74
	<b>1.359</b>	<b>372</b>	<b>987</b>	<b>1.310</b>	<b>311</b>	<b>999</b>
<b>Participações</b>						
Em operação	2.758	902	1.856	1.567	557	1.010
Imobilizado em curso.....	1.239	-	1.239	1.148	-	1.148
	<b>3.997</b>	<b>902</b>	<b>3.095</b>	<b>2.715</b>	<b>557</b>	<b>2.158</b>
<b>Corporação</b>						
Em operação	580	193	387	322	82	240
Imobilizado em curso.....	151	-	151	261	-	261
	<b>731</b>	<b>193</b>	<b>538</b>	<b>583</b>	<b>82</b>	<b>501</b>
<b>Total.....</b>	<b>44.564</b>	<b>6.557</b>	<b>38.007</b>	<b>19.024</b>	<b>4.858</b>	<b>14.166</b>



b) Por tipo de ativos:

	Em 31 de dezembro de 2006			Em 31 de dezembro de 2005		
	Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
		acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Terrenos e edificações.....	2.530	560	1.970	1.205	447	758
Instalações.....	7.751	2.034	5.717	4.917	1.596	3.321
Equipamentos.....	3.301	1.016	2.285	1.855	711	1.144
Ferrovias.....	3.964	1.268	2.696	2.846	987	1.859
Custo de desenvolvimento de mina.....	12.703	584	12.119	1.945	281	1.664
Outros.....	2.753	1.095	1.658	1.443	836	607
	<b>33.002</b>	<b>6.557</b>	<b>26.445</b>	<b>14.211</b>	<b>4.858</b>	<b>9.353</b>
Imobilizado em curso.....	11.562	-	11.562	4.813	-	4.813
<b>Total.....</b>	<b>44.564</b>	<b>6.557</b>	<b>38.007</b>	<b>19.024</b>	<b>4.858</b>	<b>14.166</b>

Perdas com baixas e provisão para desvalorização de imobilizado totalizaram US\$106, US\$26 e US\$34 em 2006, 2005 e 2004, respectivamente. As baixas e as provisões para desvalorização referem-se, principalmente, à baixa de venda de navios e caminhões, locomotivas e outros equipamentos que foram substituídos no curso normal do negócio.

Os bens dados em garantias nos processos judiciais totalizaram US\$115.

c) **Projetos de Usinas Hidroelétricas**

Participamos de diversos consórcios de Usinas Hidroelétricas, já em operação ou em construção. Temos participações distintas nestas usinas e somos responsáveis, na proporção direta da nossa participação nos mesmos, pela parcela dos custos de construção e operação, gerando por conseguinte direito a uma cota da energia produzida. Registramos nossa participação nestes ativos como imobilizado.

A situação destes projetos em 31 de dezembro de 2006 é como segue:

Projeto	Usinas em operação -		Usinas em construção -
	Custo	Depreciação acumulada	Custo
Igarapava.....	70	19	-
Porto Estrela.....	26	4	-
Funil.....	88	10	-
Candongá.....	68	5	-
Aimorés.....	190	9	-
Capim Branco I.....	117	3	-
Larona (*).....	186	132	-
Balambano (*).....	354	56	-
Machadinho.....	13	5	-
Capim Branco II.....	-	-	131

(\*) Através da PT Inco

As receitas e despesas das usinas em operação são imaterias.



	2006		Participação no capital (%)	Patri-mônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Investimentos		Equivalência Patrimonial			Dividendos Recebidos		
						2006	2005	Exercícios findos em			Exercícios findos em		
	votante	total						2006	2005	2004	2006	2005	2004
<b>Ferrosos</b>													
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (1).....	51,11	51,00	78	36	40	60	18	39	13	22	16	-	
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS (1).....	51,00	50,89	82	29	42	37	15	28	9	13	20	1	
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	50,00	50,00	80	33	40	41	17	26	11	21	-	-	
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (1).....	51,00	50,90	72	24	37	33	12	21	6	12	10	-	
SAMARCO Mineração S.A. - SAMARCO (2).....	50,00	50,00	640	458	370	335	229	257	117	225	225	100	
Minas da Serra Geral S.A. - MSG.....	50,00	50,00	49	4	25	21	2	(2)	(3)	1	-	-	
Gulf Industrial Investment Company - GIIC (4).....	-	-	-	-	-	62	18	67	16	-	51	11	
Outros.....	-	-	-	-	23	25	1	(1)	1	1	-	-	
					<b>577</b>	<b>614</b>	<b>312</b>	<b>435</b>	<b>170</b>	<b>295</b>	<b>322</b>	<b>112</b>	
<b>Logística</b>													
MRS Logística S.A.....	37,23	40,45	548	250	222	109	95	54	33	41	11	-	
					<b>222</b>	<b>109</b>	<b>95</b>	<b>54</b>	<b>33</b>	<b>41</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	
<b>Participações</b>													
<b>Siderurgia</b>													
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (3).....	18,21	9,08	4.463	1.616	405	281	147	176	114	48	62	13	
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST (6).....	-	-	-	-	-	-	-	-	102	-	-	-	
California Steel Industries Inc. - CSI.....	50,00	50,00	350	109	175	161	54	21	55	40	28	9	
SIDERAR (custo \$15) - investimento disponível para venda.....	-	-	-	-	-	142	-	-	-	-	-	-	
					<b>580</b>	<b>584</b>	<b>201</b>	<b>197</b>	<b>271</b>	<b>88</b>	<b>90</b>	<b>22</b>	
<b>Alumínio e bauxita</b>													
Mineração Rio do Norte S.A. - MRN.....	40,00	40,00	410	160	164	178	64	64	57	77	58	54	
Valesul Alumínio S.A. - VALESUL (5).....	100,00	100,00	-	-	-	58	12	1	14	-	8	12	
					<b>164</b>	<b>236</b>	<b>76</b>	<b>65</b>	<b>71</b>	<b>77</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	
<b>Carvão</b>													
Henan Longyu Resources Co. Ltd.....	25,00	25,00	448	122	112	96	31	9	-	15	-	-	
Shandong Yankuang International Company Ltd.....	25,00	25,00	92	(21)	23	22	(5)	-	-	-	-	-	
					<b>135</b>	<b>118</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Níquel - investimento disponível para venda (7)</b>													
Jubilee Mines N.L (custo \$30).....	4,88	4,88	-	-	79	-	-	-	-	-	-	-	
Lion Ore Mining International Ltd (custo \$21).....	1,80	1,80	-	-	45	-	-	-	-	-	-	-	
Mirabela Nickel Ltd (custo \$12).....	9,40	9,40	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	
Skye Resources Inc (custo \$-18).....	9,60	9,60	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	
Heron Resources Inc (custo \$3).....	9,80	9,80	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	
Outros.....	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-	
					<b>222</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Outras coligadas e joint ventures</b>													
Outros.....	-	-	-	-	114	11	-	-	(3)	-	-	-	
					<b>114</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
					<b>1.215</b>	<b>949</b>	<b>303</b>	<b>271</b>	<b>339</b>	<b>180</b>	<b>156</b>	<b>88</b>	
<b>Total.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.014</b>	<b>1.672</b>	<b>710</b>	<b>760</b>	<b>542</b>	<b>516</b>	<b>489</b>	<b>200</b>	

(1) CVRD possui a maioria dos votos em várias entidades; elas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o EITF-96-16, devido ao direito de veto detido pelos acionistas minoritários em acordo de acionistas;

(2) Investimento inclui ágio de US\$50 e US\$46 em 2006 e 2005, respectivamente;

(3) Equivalência patrimonial aplicada até novembro de 2006, e disponível para a venda;

(4) Venda de US\$418 em maio de 2006;

(5) Controlada consolidada a partir de julho de 2006 (vide nota explicativa 6);

(6) CST foi vendida em 2004; e  
(7) Investimento na Inco Limited.



#### 14 Empréstimos e financiamentos a curto prazo

Nossos empréstimos e financiamentos a curto prazo provêm principalmente de bancos comerciais e financiamentos de exportações contratados em dólares norte-americanos.

As taxas médias anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos à curto prazo foram de 5,5%, 4,2% e 2,3% em 31 de dezembro 2006, 2005 e 2004, respectivamente.

#### 15 Empréstimos e financiamentos a longo prazo

	Em 31 de dezembro			
	Circulante		Longo prazo	
	2006	2005	2006	2005
Em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos denominados nas seguintes moedas:				
Dólares norte-americanos.....	192	825	10.483	1.617
Outros.....	4	4	152	15
Notas de juros fixos - denominados em US\$.....	112	-	6.785	1.213
Securitização de exportações - denominados em US\$.....	86	82	259	345
Notas Perpétuas.....	-	-	86	75
Juros provisionados .....	139	97	-	-
	<b>533</b>	<b>1.008</b>	<b>17.765</b>	<b>3.265</b>
Em moeda local				
Denominado à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP/CDI.....	16	23	511	79
Denominado ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	20	29	1	3
Cesta de moedas.....	2	2	7	9
Debêntures não conversíveis em ações.....	-	-	2.774	141
Denominados em dólares norte-americanos.....	107	132	64	216
Juros provisionados .....	33	24	-	1
	<b>178</b>	<b>210</b>	<b>3.357</b>	<b>449</b>
Total.....	<b>711</b>	<b>1.218</b>	<b>21.122</b>	<b>3.714</b>

As parcelas à longo prazo em 31 de dezembro de 2006 têm vencimento nos seguintes anos:

2008.....	8.590
2009 .....	400
2010 .....	1.212
2011 .....	580
2012 em diante.....	10.084
Sem data de vencimento (Notas Perpétuas e Debêntures não conversíveis em ações).....	256
	<b>21.122</b>

Em 31 de dezembro de 2006, as taxas de juros anuais sobre as dívidas à longo prazo eram como segue:



3,1% até 5%.....	741
5,1% até 7%.....	15.204
7,1% até 9%.....	5.620
9,1% até 11%.....	124
Acima de 11% .....	53
Variáveis (Notas perpétuas).....	91
	<b>21.833</b>

As variações percentuais relativas aos índices aplicados à dívida em 31 de dezembro de cada exercício foram as seguintes (não auditadas):

	%		
	2006	2005	2004
Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (taxa efetiva).....	7,9	9,8	9,8
Indexados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	3,8	1,2	12,4
Desvalorização do Dólar norte-americano perante o Real.....	(8,7)	(11,8)	(8,1)

Com relação a aquisição da Inco, concluímos diversas operações até dezembro de 2006. Após execução de três financiamentos totalizando US\$12,3 bilhões, concluindo a troca de parte significativa do empréstimo ponte de US\$14,6 bilhões, utilizado para o financiamento da aquisição da Inco.

Na primeira das três transações, em 16 de novembro de 2006, emitimos no mercado global de capitais US\$3,75 bilhões em bônus com vencimento em 10 e 30 anos. Um de US\$1,25 bilhão, com vencimento em janeiro de 2017, cupom de 6,25% ao ano, pago semestralmente, e outro de US\$2,50 bilhões, com vencimento em 2036, cupom de 6,875% por ano, pago semestralmente.

A segunda transação, ocorrida em 20 de dezembro de 2006, compreendeu a emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor de US\$2,5 bilhões, em duas séries com vencimento de quatro e sete anos. As debêntures da primeira série, com vencimento em 20 de novembro de 2010, no valor de aproximadamente US\$700, têm remuneração igual a 101,75% da taxa do CDI, pago semestralmente, enquanto as debêntures da segunda série, com vencimento em 20 de novembro de 2013, no valor de aproximadamente US\$1,8 bilhão, possuem remuneração igual a taxa do CDI acrescida de 0,25% por ano, também pago semestralmente. Estas debêntures podem ser negociadas no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures.

A terceira operação, concluída em 21 de dezembro de 2006, através de acordo com sindicato de bancos para realização de uma operação de pré-pagamento de exportações no valor de US\$6,0 bilhões. A operação compreende uma tranche de US\$5,0 bilhões, com prazo de 5 anos e custo de Libor mais 0,625% ao ano e outra tranche de US\$1,0 bilhão, com prazo de 7 anos e custo de Libor mais 0,75% ao ano.

Em janeiro de 2006, a subsidiária Vale Overseas Limited emitiu US\$1 bilhão, com vencimento em 10 anos e cupom 6,250 % ao ano, pagos semestralmente, totalmente garantidas por nós.

Em janeiro de 2006, a subsidiária Vale Overseas Limited concluiu sua oferta pelos valores em circulação referente aos seus títulos emitidos de US\$300, com remuneração de 9,00% ao ano, garantida e com vencimento em 2013.

Em outubro de 2005, emitimos US\$300 em bônus com vencimento em 2034, com rendimento de 7,65% ao ano da mesma forma dos US\$500, com cupom de 8,25% ao ano emitidos em 15 de janeiro de 2004, incondicionalmente garantidos.

Em 31 de dezembro de 2006, as Notas de Juros Fixos denominadas em US\$ no valor de US\$6.897 (US\$1.256 em 2005) e outros débitos de US\$14.017 (US\$2.661 em 2005) não estão securitizados. A securitização de exportações de US\$345 (US\$427 em 2005) está securitizada por contas a receber



futuras oriundas de algumas vendas de exportação realizadas pela nossa subsidiária CVRD Overseas Ltd. Empréstimos obtidos de agentes internacionais de US\$106 (US\$135 em 2005) estão garantidos pelo Governo Federal Brasileiro, para os quais temos contragarantias nos mesmos valores segurados pelas nossas ações e contas a receber de uma subsidiária. Temos também empréstimos de instituições brasileiras e internacionais seguradas por imobilizado no valor de US\$0 (US\$123 em 2005). O débito de longo prazo restante de US\$458 (US\$330 em 2005) está segurado principalmente por ativos das subsidiárias.

Alguns contratos impõe certas limitações para a Companhia com relação a incorrência de garantias, endividamento e incorporações.



## 16 Patrimônio Líquido

Cada detentor de ações ordinárias ou preferenciais classe A tem direito a um voto para cada ação quanto aos assuntos apresentados na assembléia geral, exceto para a eleição do Conselho de Administração, que é restrita aos detentores de ações ordinárias. Como descrito na nota explicativa 5, o Governo brasileiro detém seis ações preferenciais especiais da Companhia, que lhe confere direitos permanentes de veto sobre assuntos específicos.

Em 22 de maio de 2006 ocorreu o desdobramento de ações que havia sido aprovado na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 27 de abril de 2006. Cada ação existente, tanto ordinária quanto preferencial, foi desdobrada em duas ações. Após o desdobramento o capital passou a ser de 2.459.657.058 ações, das quais 1.499.898.858 ações ordinárias e 959.758.200 ações preferências classe "A", incluindo seis ações de classe especial sem valor nominal ("golden share"). A razão ação/ADR foi mantida em 1/1, portanto cada ação ordinária ou cada ação preferencial continua sendo representada por um ADR lastreado por uma ação ordinária ou por um ADR lastreado por uma ação preferencial classe "A", respectivamente. Todos números de ação e valores por ação incluem aplicação retroativa do desdobramento.

Em 21 de junho de 2006, a Diretoria Executiva aprovou o programa de recompra das ações preferenciais, executado durante 180 dias. Em 31 de dezembro de 2006, haviam sido adquiridas 15.149.600 ações que ficaram retidas em tesouraria para futura venda ou cancelamento, ao custo unitário médio de US\$19,98 (custo mínimo de US\$18,89 e máximo de US\$20,74).

Durante o ano de 2006 pagamos US\$1,3 bilhões aos acionistas. A primeira parcela de US\$650 foi paga em abril de 2006 e a segunda parcela de US\$650 foi paga em outubro de 2006. A distribuição foi feita sob a forma de juros sobre capital próprio e dividendos.

Tanto os acionistas detentores de ações ordinárias quanto os de preferenciais gozam do direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado, baseado nos registros contábeis estatutários, a ser aprovado na assembléia geral de acionistas. No caso dos acionistas preferenciais, este dividendo não poderá ser inferior a 6% do capital preferencial determinado pelo estatuto ou, se for maior, a 3% do valor patrimonial por ação. Para 2006 o dividendo mínimo anual atingiu US\$1.508, o qual US\$14 foi pago em outubro de 2006 e o restante US\$1.494 provisionados ao patrimônio líquido. Em relação ao anos de 2005 e 2004, distribuímos dividendos para acionistas preferenciais excedendo este limite. Os juros sobre o capital próprio a partir de 1º de janeiro de 1996 são considerados parte do dividendo mínimo obrigatório.

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos somente de lucros acumulados, como demonstrado nos registros contábeis pela legislação societária, sendo os pagamentos feitos em reais. Além disso, as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2006 incluem US\$ 8.542 relativos às reservas de lucros a realizar e para expansão, que poderiam ter sido transferidas para lucros acumulados e pagas como dividendos, se aprovado pelos acionistas.

Nenhum imposto retido na fonte é devido sobre a distribuição de lucros exceto para as distribuições sob a forma de juros sobre o capital próprio (Nota 3 (I)).



A legislação brasileira e nosso estatuto requerem que certas apropriações de lucros acumulados sejam feitas anualmente para as contas de reservas com base nos valores reconhecidos nos registros contábeis societários, conforme detalhamos abaixo:

	Exercícios findos em		
	2006	2005	2004
Reservas de lucros			
Reserva de lucros a realizar			
Saldo inicial.....	101	130	193
Transferência (para) de lucros acumulados.....	(44)	(29)	(63)
Saldo final.....	<b>57</b>	<b>101</b>	<b>130</b>
Reserva de expansão			
Saldo inicial.....	3.621	3.091	2.090
Transferência para capital.....	-	(2.036)	(309)
Transferência de lucros acumulados.....	4.864	2.566	1.310
Saldo final.....	<b>8.485</b>	<b>3.621</b>	<b>3.091</b>
Reserva legal			
Saldo inicial.....	599	529	374
Transferência para capital.....	-	(209)	-
Transferência de lucros acumulados.....	371	279	155
Saldo final.....	<b>970</b>	<b>599</b>	<b>529</b>
Reserva de exaustão			
Saldo inicial.....	-	378	347
Transferência para capital.....	-	(398)	-
Transferência de lucros acumulados.....	-	20	31
Saldo final.....	-	-	<b>378</b>
Reserva de incentivos fiscais			
Saldo inicial.....	36	15	31
Transferência para capital.....	-	(16)	(31)
Transferência de lucros acumulados.....	7	37	15
Saldo final.....	<b>43</b>	<b>36</b>	<b>15</b>
Total das reservas de lucros.....	<b>9.555</b>	<b>4.357</b>	<b>4.143</b>

A finalidade e a base de apropriação para essas reservas estão descritas abaixo:

- . Reserva de lucros a realizar - representa principalmente nossa participação no resultado da equivalência patrimonial em coligadas e *joint ventures*, ainda não recebidos como dividendos.
- . Reserva de expansão - é uma reserva para a expansão das nossas atividades.
- . Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital societário, também com base na legislação brasileira.
- . Reserva de exaustão - reserva que representa um valor adicional relativo à exaustão da reserva mineral equivalente a 20% do preço de venda da produção das minas, sendo dedutível para fins fiscais desde que um valor equivalente seja transferido de lucros acumulados para esta reserva. Esse incentivo fiscal expirou em 1996.
- . Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e é registrada no exercício seguinte àquele em que o lucro tributável foi auferido. A partir de 2000, esta reserva também contempla incentivos fiscais (nota explicativa 8).



### Ganhos básicos e diluídos por ação

Valores dos ganhos básicos e diluídos por ação foram calculados como segue:

	Receita (Numerador) (US\$ milhão)	Média ponderada de Ações em milhares (Denominador)	Valores dos Ganhos básicos e diluídos (por ação em US\$)
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2006	6.528		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	2.568	954.426	2,69
Lucro disponível aos acionistas ordinários	3.960	1.471.608	2,69
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2005	4.841		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	1.748	831.432	2,10
Lucro disponível aos acionistas ordinários	3.093	1.471.608	2,10
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004	2.573		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	929	831.432	1,12
Lucro disponível aos acionistas ordinários	1.644	1.471.608	1,12

Não há ações em circulação com qualquer efeito diluído em ganhos por ações.

### 17 Fundo de pensão

Desde 1973, a Vale patrocina um plano de previdência complementar com características de benefício definido ("Plano Antigo"), cobrindo substancialmente todos os empregados, sendo o cálculo dos benefícios baseado em tempo de serviço, idade, salário de contribuição e complementação aos benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia e seus empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, foi implementado um novo plano de previdência complementar com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentaria por invalidez e auxílio doença). Por ocasião do lançamento deste "Plano Novo" (Plano Misto de Benefícios - Vale Mais), foi oferecida aos seus empregados ativos a oportunidade de transferência para o mesmo. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela transferência. O Plano Antigo continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

Adicionalmente, é proporcionado a um grupo específico de ex-empregados, pagamentos suplementares aos benefícios normais da VALIA, através do chamado Abono Complementação acrescido de um benefício pós-aposentadoria que cobre assistência médica, odontológica e farmacêutica a este grupo específico.



Com a aquisição da Inco foram assumidos compromissos através de fundos de pensão com benefícios definidos que cobrem essencialmente todos seus empregados e outros planos de benefícios pós-aposentadoria que proporcionam determinados benefícios de saúde e seguro de vida para empregados aposentados.

As informações abaixo detalham o *status* dos elementos de benefício definido de todos os nossos planos, de acordo com o SFAS 132 – “Employers’ Disclosure about Pensions and Other Post-retirement Benefits” e o SFAS 158 – “Employers’ Accounting for Defined Benefit Pension and Other Postretirement Plans” complementado.

**(a) Variação no benefício obrigatório**

	Em 31 de dezembro					
	2006			2005		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Benefícios obrigatórios no início do exercício.....	1.783	250	78	1.500	219	66
Obrigações reconhecidas com a consolidação da Inco.....	-	3.619	1.225	-	-	-
Custo do serviço.....	5	14	4	2	-	-
Custo de juros.....	246	79	25	210	30	10
Ajustes do plano.....	-	(76)	-	-	-	-
Mudança de premissas.....	465	52	13	10	-	-
Benefícios pagos.....	(173)	(85)	(22)	(145)	(24)	(5)
Efeitos de variações cambiais.....	175	(108)	(41)	204	30	9
Perda atuarial.....	30	(2)	5	2	(5)	(2)
<b>Benefícios obrigatórios no final do exercício.....</b>	<b>2.531</b>	<b>3.743</b>	<b>1.287</b>	<b>1.783</b>	<b>250</b>	<b>78</b>

Usamos a data de medição de 31 de dezembro para todos os planos de pensão e de benefícios de pós-aposentadoria.

**(b) Variação nos ativos do plano**

	Em 31 de dezembro					
	2006			2005		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício.....	2.781	63	-	2.079	29	-
Ativo reconhecido com a consolidação da Inco.....	-	2.924	4	-	-	-
Retorno atual sobre os ativos do plano.....	607	202	-	551	11	-
Contribuições dos empregadores.....	25	84	22	22	42	5
Benefícios pagos.....	(173)	(85)	(22)	(145)	(24)	(5)
Efeitos de variações cambiais.....	268	(110)	-	274	5	-
<b>Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício.....</b>	<b>3.508</b>	<b>3.078</b>	<b>4</b>	<b>2.781</b>	<b>63</b>	<b>-</b>

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2006 incluem na carteira de investimentos US\$312 e US\$46 de nossas próprias ações (US\$409 em 31 de dezembro de 2005) e debêntures, respectivamente e US\$36 e US\$7 em ações de partes relacionadas (US\$42 em 31 de dezembro de 2005) e de debêntures respectivamente. A companhia também detém US\$607 em Títulos do Governo Federal (US\$455 em 31 de dezembro de 2005).



(c) Posição da reserva e situação financeira

	Em 31 de dezembro					
	2006			2005		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Outros Ativos.....	977	-	-	308	-	-
Passivos circulantes.....	-	42	65	-	25	5
Passivos não circulantes.....	-	623	1.218	-	173	68
<b>Posição da reserva.....</b>	<b>977</b>	<b>665</b>	<b>1.283</b>	<b>308</b>	<b>198</b>	<b>73</b>

(d) Premissas usadas em cada exercício (expressas em valores nominais)

	Brasil					
	2006			2005		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto.....	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.	13,40% a.a.	13,40% a.a.	13,40% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	14,98% a.a.	14,98% a.a.	-	13,40% a.a.	13,40% a.a.	-
Taxa de aumento de salários e encargos - até 47 anos.....	8,15% a.a.	-	-	8,15% a.a.	-	-
Taxa de aumento de salários e encargos - após 47 anos....	5,00% a.a.	-	-	5,00% a.a.	-	-
Inflação.....	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tendência da taxa dos custos de assistência médica.....	-	-	8,67% a.a.	-	-	9,20% a.a.

	Exterior	
	2006	
	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto.....	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	7,50% a.a.	7,50% a.a.
Taxa de aumento de salários e encargos - até 47 anos.....	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de aumento de salários e encargos - após 47 anos.....	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Inflação.....	1,80% a.a.	1,80% a.a.
Tendência da taxa dos custos de assistência médica.....	-	5,05% a.a.

(e) Metas de investimentos e composição dos ativos do plano

- Planos de pensão superavitários

O valor de mercado dos ativos do plano de pensão superavitários no Brasil é de US\$3.508 e US\$2.781 no final de 2006 e 2005, respectivamente. Não há ativos dos planos de pensão superavitários no exterior no período.



A alocação de ativos para esses planos no final de 2006 e 2005 e a meta de alocação para 2007, por categoria de ativo, segue:

	<b>Brasil</b>		
	<b>Meta de Alocação para 2007</b>	<b>Percentual dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro</b>	
	<b>(não auditado)</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Ações .....	25%	30%	30%
Imóveis.....	6%	5%	5%
Empréstimos.....	4%	4%	4%
Renda fixa.....	65%	61%	61%
<b>Total.....</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

- **Planos de pensão deficitários**

O valor de mercado dos ativos do plano de pensão deficitários é de US\$91 e US\$63 no final de 2006 e 2005, respectivamente para o Brasil e US\$ 2.987 no final de 2006 para os planos no exterior. A alocação de ativos para esses planos no final de 2006 (Brasil e exterior) e 2005 (Brasil) e a meta de alocação para 2007, por categoria de ativo, segue:

	<b>Brasil</b>		
	<b>Meta de Alocação para 2007</b>	<b>Percentual dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro</b>	
	<b>(não auditado)</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Ações .....	12%	8%	9%
Imóveis.....	4%	1%	2%
Empréstimos.....	8%	1%	1%
Renda fixa.....	76%	90%	88%
<b>Total.....</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

	<b>Exterior</b>	
	<b>Meta de Alocação para 2007</b>	<b>Percentual dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro</b>
	<b>(não auditado)</b>	<b>2006</b>
Ações .....	60%	61%
Renda fixa.....	40%	39%
<b>Total.....</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

- **Outros benefícios deficitários**

O valor de mercado de outros benefícios deficitários no final de 2006 no exterior é US\$4. Não existem outros benefícios deficitários no Brasil em nossos benefícios pós-aposentadoria senão o de pensões no período.

A alocação destes ativos no final de 2006 e a meta de alocação para 2007, por categoria, se apresentam como segue:

	<b>Exterior</b>	
	<b>Meta de Alocação para 2007 (não auditado)</b>	<b>Percentual dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro 2006</b>
Ações .....		
Renda fixa.....	60%	61%
<b>Total.....</b>	<b>40%</b>	<b>39%</b>
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A meta de alocação de renda fixa para os planos mensais foi estabelecida para nivelar o ativo com os pagamentos dos benefícios, e para pagamentos dos planos de curto prazo. A proposta para 2007 é de restabelecer os investimentos em fundos indexados pela inflação.

A meta de alocação em ações destes planos reflete a expectativa de apreciação do mercado de ações brasileiro assim como a volatilidade do mercado.

A política de alocação dos ativos para os planos externos em 40% para renda fixa e 60% para ações, é suportada absolutamente por um mix de políticas fechadas na maioria das vezes pelo uso de um rigoroso rebalanceamento de diretrizes.

**(f) Custo de pensão**

	<b>Em 31 de dezembro</b>					
	<b>2006</b>			<b>2005</b>		
	<b>Planos de pensão superavitários</b>	<b>Planos de pensão deficitários</b>	<b>Outros benefícios deficitários</b>	<b>Planos de pensão superavitários</b>	<b>Planos de pensão deficitários</b>	<b>Outros benefícios deficitários</b>
Custo do serviço - benefício adquirido no período.....	5	14	4	2	-	-
Custo de juros sobre o benefício obrigatório projetado.....	246	79	25	210	30	10
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(391)	(63)	-	(295)	(4)	-
Amortização da obrigação transitória inicial.....	12	-	-	11	-	-
Diferimento líquido.....	(28)	-	-	(16)	-	-
<b>Custo de aposentaria líquido .....</b>	<b>(156)</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>(88)</b>	<b>26</b>	<b>10</b>

**(g) Contribuições e benefícios esperados**

As contribuições do empregador esperadas para 2007 são de US\$238 (não auditado).

A tabela abaixo apresenta a expectativa de pagamento de benefícios, que refletem serviços futuros, conforme sua expectativa de pagamento (não auditado):

	<b>2006</b>			
	<b>Planos de pensão superavitários</b>	<b>Planos de pensão deficitários</b>	<b>Outros benefícios deficitários</b>	<b>Total</b>
2007 .....	195	267	65	527
2008 .....	194	271	68	533
2009 .....	194	274	70	538
2010 .....	193	272	72	537
2011 .....	191	269	74	534
2012 em diante.....	932	1.286	376	2.594

(h) **Benefícios acumulados**

	2006			2005		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Benefício obrigatório acumulado.....	2.524	3.680	1.287	1.777	250	78
Benefício obrigatório projetado.....	2.531	3.743	1.287	1.783	250	-
Valor de mercado dos ativos do plano .....	(3.508)	(3.078)	(4)	(2.781)	(63)	-

(i) **Impacto da variação de 1% na tendência da taxa dos custos assumidos com assistência médica**

	1% de aumento		1% de redução	
	2006	2005	2006	2005
Benefício obrigatório pós-aposentadoria acumulado.....	178	9	(145)	(7)
Custos dos juros e serviços.....	15	1	(12)	(1)

(j) **Efeito do reconhecimento inicial da provisão de SFAS 158**

	Antes da aplicação do SFAS 158	Ajustes			Após aplicação do SFAS 158
		Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	
Custos de pensão pagos antecipadamente.....	523	454	-	-	977
Total do ativos.....	60.500	454	-	-	60.954
Benefício pós-aposentadoria dos empregados.....	2.034	-	33	(119)	1.948
Imposto de renda diferido.....	4.340	154	(11)	44	4.527
Total dos passivos.....	41.180	154	22	(75)	41.281
Outros prejuízos abrangentes acumulados.....	(1.360)	300	(22)	75	(1.007)
Patrimônio líquido total.....	19.320	300	(22)	75	19.673

(l) **Outros prejuízos abrangentes acumulados**

	Em 31 de dezembro de 2006		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Obrigações / (direito) transitória líquida.....	(34)	-	-
Perda / (ganho) atuarial líquido.....	422	(34)	119
Efeitos das variações cambiais.....	66	1	-
Imposto de renda diferido.....	(154)	11	(44)
<b>Valores reconhecidos em outros prejuízos abrangentes acumulados.....</b>	<b>300</b>	<b>(22)</b>	<b>75</b>

(m) **Mudança em outros prejuízos abrangentes acumulados**

	Em 31 de dezembro de 2006		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Obrigação / (direito) transitória líquida não reconhecida em custo de pensão periódico líquido no início do período.....	(46)	-	-
Perda / (ganho) atuarial líquida não reconhecida em custo de pensão periódico líquido no início do período.....	736	10	(5)
Efeito do imposto de renda diferido no início do período.....	(234)	(3)	2
Efeito do reconhecimento inicial dos prejuízos abrangentes acumulados.....	456	7	(3)
Variações no período			
Amortização da obrigação / (direito) transitória líquida.....	12	-	-
Amortização da perda / (ganho) atuarial líquida.....	(28)	-	-
Perda / (ganho) atuarial líquida total reconhecida durante o exercício.....	(286)	(44)	124
Efeitos das variações cambiais.....	66	1	-
Imposto de renda diferido.....	80	14	(46)
<b>Total reconhecido em outros prejuízos abrangentes acumulados.....</b>	<b>300</b>	<b>(22)</b>	<b>75</b>

(n) **Custo de pensão periódico líquido para o próximo ano**

	2007		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo de serviços.....	8	57	18
Custo de juros.....	275	206	69
Expectativa de retorno dos ativos do plano.....	(513)	(239)	-
Amortização da obrigação / (direito) transitória líquida.....	13	-	-
Amortização da perda / (ganho) atuarial líquida.....	(15)	-	-
	<b>(232)</b>	<b>24</b>	<b>87</b>

**18 Compromissos e contingências**

- (a) Em 31 de dezembro de 2006, as garantias concedidas para empréstimos obtidos por coligadas e *joint ventures* e se apresentam no montante de US\$3, como segue:

Joint Venture	Valor da Garantia	Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra-garantias
SAMARCO.....	3	US\$	garantia de dívida	2008	Nenhuma

Temos a expectativa de que tais garantias não resultarão em perdas. Cobramos comissões para concessão destas garantias.

- (b) Fornecemos garantia cobrindo certos pagamentos de finalização para o fornecedor, sob um acordo de fornecimento de eletricidade celebrado em outubro de 2004 em relação ao nosso projeto de desenvolvimento de níquel-cobalto de Goro em Nova Caledonia. O total de garantias para pagamentos garantido de finalização depende de vários fatores. Caso Goro cometa falta perante o acordo, o pagamento de finalização poderia alcançar um total de 145 milhões de euros. Uma vez o suprimento de eletricidade sob o contrato comece, os totais garantidos diminuirão com o tempo do contrato.

Adicionalmente, em relação as vantagens fiscais especiais oriundas de financiamento relacionadas com este projeto, proporcionamos certas garantias relativas com as quais garantimos, em caso de eventos de quebra contratual, pagamentos de até no máximo de US\$100.



- (c) Nós e nossas controladas respondemos a diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos, a administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir prováveis perdas relacionadas a esses processos.

A composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais relacionados é a seguinte:

	31 de dezembro de 2006		31 de dezembro de 2005	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Reclamações trabalhistas e previdenciárias.....	378	234	229	138
Reclamações cíveis.....	260	117	210	98
Ações tributárias .....	972	500	816	329
Outras.....	31	1	31	3
	<b>1.641</b>	<b>852</b>	<b>1.286</b>	<b>568</b>

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente de: (i) pagamento de horas de viagem gastas nos deslocamentos de suas residências para o local de trabalho, (ii) pagamentos relacionados a adicionais de periculosidade e insalubridade e (iii) vários outros assuntos, freqüentemente relacionados com disputas sobre o montante das indenizações pagas sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações feitas contra nós por contratados relativos a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos, anteriores, que durante esse período não era permitida a completa indexação destes contratos pela inflação, e acidentes.

Tributárias - referem-se, principalmente, as ações movidas pela Companhia, discutindo diversos aspectos da legislação do imposto de renda.

Continuamos vigorosamente perseguindo nossos interesses em todas as ações acima, mas reconhecemos que provavelmente incorreremos em algumas perdas em última instância, as quais provisionamos.

Nossos depósitos judiciais foram efetuados de acordo com requisição judicial a fim de estarmos aptos a entrar ou continuar com a ação legal. Quando o julgamento nos é favorável, recebemos os depósitos de volta; quando desfavorável os depósitos são entregues definitivamente ao litigante.

As contingências baixadas em 2006, 2005 e 2004 totalizaram US\$424, US\$114 e US\$67, respectivamente, enquanto as adições montaram US\$439, US\$141 e US\$157, respectivamente, classificadas em outras despesas operacionais.

Além das contingências para as quais registramos provisões, temos perdas possíveis relativas a contingências fiscais totalizando US\$1.488 em 31 de dezembro de 2006, para as quais não contabilizamos provisões.

- (d) Estamos compromissados por um contrato de "take-or-pay", a adquirir aproximadamente 24.899 toneladas métricas de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. – MRN com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange – LME*). Baseado no preço de mercado de US\$26,00 por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2006, isso representa um compromisso conforme demonstrado abaixo:

2007.....	252
2008.....	252
2009 em diante.....	143
	<b>647</b>





- (e) Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros, que puderem ser obtidos a partir da exploração de nossos recursos minerais.

Ao preparar a emissão das debêntures, emitimos ações preferenciais classe B em bases de permuta de uma por uma a todos os detentores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A. Em seguida, permutamos a totalidade das ações classe B por debêntures. As debêntures não são resgatáveis nem conversíveis, e não são negociáveis na forma *stapled* ("negociação casada"), nem de outra forma com as nossas ações ordinárias ou preferenciais. Durante 2002, registramos as debêntures junto à CVM a fim de permitir sua negociação nesta ocasião.

De acordo com os termos das debêntures, os detentores terão o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas, deduzidos impostos sobre o valor agregado) de determinados recursos minerais identificados que possuíamos em maio de 1997, na medida em que superamos os volumes de produção dos patamares definidos destes recursos, e da venda dos direitos de exploração mineral que possuíamos em maio de 1997. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos detentores cessará quando os recursos minerais pertinentes estiverem esgotados no período em que for requerida devolução do valor original, acrescido dos juros incorridos. Com base nos níveis atuais de produção e estimativas de novos projetos, iniciamos os pagamentos referentes aos recursos de cobre em 2004 e de minério de ferro em aproximadamente 2016 para o Sistema Norte e 2028 para o Sistema Sul, e os pagamentos referentes a outros recursos minerais para o final desta década.

A tabela abaixo resume os valores que seremos obrigados a pagar de acordo com as debêntures baseadas nas receitas líquidas que obtivermos dos recursos minerais identificados e da venda de direitos de exploração mineral.

<u>Área</u>	<u>Mineral</u>	<u>Pagamentos exigidos da Companhia</u>
Sistema Sul	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 que superarem 1,7 bilhão de toneladas.
Sistema Norte	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 que superarem 1,2 bilhão de toneladas.
Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego	Ouro e Cobre	2,5% da receita líquida do início da comercialização.
Igarapé Bahia e Alemão	Ouro e Cobre	2,5% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 que excederam 70 toneladas de ouro.
Outras áreas, excluindo Carajás / Serra Leste	Ouro	2,5% da receita líquida.
Outras áreas, de propriedade em maio de 1997	Outros Minerais	1% da receita líquida, 4 anos após o início da comercialização.
Todas as áreas	Venda de direitos de exploração mineral de propriedade em maio de 1997	1% do preço das vendas.

Em 27 de março e 2 de outubro de 2006 pagamos distribuição dessas "debêntures" no montante de US\$2 e US\$4, respectivamente.

- (f) Utilizamos diversos julgamentos e premissas quando mensuramos nossas obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar nossas estimativas e periodicamente revisamos o montante provisionado e ajustamos quando necessário. Nossas provisões não refletem direitos não reivindicados porque não somos permanentemente informados sobre isso. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta. A variação está



demonstrada como segue:

	Exercícios findos em		
	2006	2005	2004
<b>Provisão para obrigações com desmobilização de ativos no início do período.....</b>	<b>225</b>	<b>134</b>	<b>81</b>
Passivo realizado com a consolidação da Inco.....	178	-	-
Acréscimo de despesas.....	205	14	13
Liquidação financeira no período corrente.....	(9)	(9)	(3)
Revisões nos fluxos de caixa estimados.....	59	67	31
Ajustes acumulados de conversão.....	18	19	12
<b>Provisão para obrigações com demobilização de ativos no final do período.....</b>	<b>676</b>	<b>225</b>	<b>134</b>

**(g) Descrição de Contratos de Arrendamento**

Conduzimos parte de nossas operações ferroviárias utilizando operações de arrendamento. Esse arrendamento que tem prazo de 30 anos e se expira em agosto de 2026, está classificado como arrendamento operacional e pode ser renovado por 30 anos adicionais. Ao final do contrato de concessão e arrendamento, os bens arrendados serão devolvidos. Na maioria dos casos, a administração espera que no curso normal dos negócios esses contratos serão renovados.

Arrendamento operacional

O quadro abaixo demonstra o valor mínimo de pagamento futuro do arrendamento operacional que tenha termos de arrendamento inicial ou remanescente não cancelável, excedente a um ano, em 31 de dezembro de 2006.

Ano findo em 31 de dezembro:

2007	48
2008	48
2009	48
2010	48
2011	48
2012 em diante	889
<b>Total do pagamento mínimo</b>	<b>1.129</b>

O total de despesas com arrendamento operacional em 2006, 2005 e 2004 foi US\$48, US\$42, e US\$37 respectivamente.



## 19 Informações por segmentos e destinação geográfica

Adotamos o SFAS 131 - “*Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*” para as informações sobre nossos segmentos operacionais. O SFAS 131 introduziu um conceito de “*management approach*” nas informações por segmento reportado, pelo qual as informações financeiras devem ser apresentadas nas bases internas utilizadas pelos tomadores de decisão para avaliação de performance dos segmentos e para decidir como alocar recursos aos segmentos. Analisamos nossa informação por produto e segmento como segue:

Ferrosos – compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte e do Sul, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculadas a estas operações com produtos próprios. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.

Não-ferrosos – inclui a produção de minerais não-ferrosos, incluindo potássio, caulim, cobre e níquel (co-produtos e subprodutos).

Logística – compreende nosso sistema de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuários e de navegação.

Participações – dividem-se nos segmentos de:

- Alumínio – compreende a comercialização de produtos de alumínio, o refino da alumina e investimentos em *joint ventures* e coligadas responsáveis pela mineração de bauxita e fundição do alumínio.
- Outros – compreendem nossos investimentos em *joint ventures* e coligadas em outros negócios.

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, com algumas mínimas realocações entre os segmentos.

O lucro líquido consolidado e os principais ativos estão reconciliados como segue:

### Resultado por segmento – antes das eliminações (Segmento)

	2006													2005													2004												
	Participações						Consolidado	Participações						Consolidado	Participações						Consolidado																		
	Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações		Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações		Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações																			
<b>RESULTADO</b>																																							
Receita Bruta - Mercado Externo .....	15.729	4.199	67	3.125	54	(7.029)	16.145	12.655	787	75	1.784	-	(5.461)	9.840	7.589	521	92	1.635	-	(3.725)	6.112	2.367	1.424	163	871	227	-	(318)	4.043										
Receita Bruta - Mercado Interno .....	2.738	277	1.373	474	7	(651)	4.218	2.197	213	1.215	345	-	(405)	3.565	1.424	163	871	227	-	(318)	2.367	1.424	163	871	227	-	(318)	4.043											
Custos e despesas .....	(12.004)	(3.301)	(970)	(2.597)	(56)	7.680	(11.248)	(9.646)	(762)	(886)	(1.639)	(10)	5.866	(7.077)	(6.459)	(443)	(622)	(1.322)	(1)	4.043	(4.804)	(6.459)	(443)	(622)	(1.322)	(1)	4.043	(4.804)											
Estudos e pesquisas .....	(123)	(166)	(10)	-	(182)	-	(481)	(87)	(73)	(4)	(5)	(108)	-	(277)	(40)	(113)	-	-	-	-	(153)	(40)	(113)	-	-	-	-	(153)											
Depreciação, exaustão e amortização .....	(632)	(219)	(76)	(66)	(4)	-	(997)	(458)	(65)	(45)	(51)	-	-	(619)	(301)	(35)	(29)	(34)	-	-	(399)	(301)	(35)	(29)	(34)	-	-	(399)											
<b>Lucro (prejuízo) operacional.....</b>	<b>5.708</b>	<b>790</b>	<b>384</b>	<b>936</b>	<b>(181)</b>	<b>-</b>	<b>7.637</b>	<b>4.661</b>	<b>100</b>	<b>355</b>	<b>434</b>	<b>(118)</b>	<b>-</b>	<b>5.432</b>	<b>2.213</b>	<b>93</b>	<b>312</b>	<b>506</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>3.123</b>	<b>2.213</b>	<b>93</b>	<b>312</b>	<b>506</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>3.123</b>											
Receita financeira .....	789	97	28	20	2	(609)	327	439	1	34	9	2	(362)	123	251	2	15	16	3	(205)	82	251	2	15	16	3	(205)	82											
Despesa financeira .....	(1.541)	(86)	(8)	(294)	(18)	609	(1.338)	(751)	(6)	(19)	(154)	8	362	(560)	(637)	(6)	(15)	(218)	-	205	(671)	(637)	(6)	(15)	(218)	-	205	(671)											
Ganhos (perdas) monetários e cambiais, líquidos .....	206	214	(11)	119	1	-	529	259	(44)	(13)	98	(1)	-	239	20	5	(1)	39	2	-	65	20	5	(1)	39	2	-	65											
Ganho na venda de investimentos .....	443	-	-	-	231	-	674	-	-	-	-	126	-	126	-	-	8	-	366	404	-	-	8	-	366	-	404												
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e joint ventures e variação na provisão para perda de investimentos .....	312	-	96	76	226	-	710	435	-	54	65	206	-	760	170	-	33	71	268	542	170	-	33	71	268	-	542												
Imposto de renda .....	(976)	(250)	(18)	(187)	(1)	-	(1.432)	(808)	(1)	(17)	(55)	1	-	(880)	(726)	(7)	(9)	(4)	(3)	(749)	(726)	(7)	(9)	(4)	(3)	-	(749)												
Participação minoritária .....	(157)	(190)	-	(232)	-	-	(579)	(337)	-	(1)	(121)	-	-	(459)	(101)	(2)	-	(120)	-	(223)	(101)	(2)	-	(120)	-	-	(223)												
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>4.784</b>	<b>575</b>	<b>471</b>	<b>438</b>	<b>260</b>	<b>-</b>	<b>6.528</b>	<b>3.898</b>	<b>50</b>	<b>393</b>	<b>276</b>	<b>224</b>	<b>-</b>	<b>4.841</b>	<b>1.190</b>	<b>85</b>	<b>343</b>	<b>290</b>	<b>665</b>	<b>-</b>	<b>2.573</b>	<b>1.190</b>	<b>85</b>	<b>343</b>	<b>290</b>	<b>665</b>	<b>-</b>	<b>2.573</b>											
<b>Vendas classificadas por área geográfica:</b>																																							
<b>Mercado externo</b>																																							
América, exceto Estados Unidos .....	1.249	438	30	726	-	(823)	1.620	1.313	-	46	320	-	(762)	916	735	1	65	221	-	(426)	596	735	1	65	221	-	(426)	596											
Estados Unidos .....	506	460	-	95	54	(237)	868	464	7	3	211	-	(268)	417	533	-	15	186	-	(345)	389	533	-	15	186	-	(345)	389											
Europa .....	5.465	1.020	19	1.346	-	(2.667)	5.183	4.847	449	23	750	-	(2.256)	3.813	3.223	194	12	730	-	(1.607)	2.552	3.223	194	12	730	-	(1.607)	2.552											
Oriente Médio/África/Oceania .....	767	218	1	263	-	(239)	1.010	775	108	-	42	-	(148)	777	412	107	-	8	-	(141)	386	412	107	-	8	-	(141)	386											
Japão.....	1.779	523	-	548	-	(662)	2.188	1.261	44	-	365	-	(469)	1.231	683	31	-	361	-	(287)	788	683	31	-	361	-	(287)	788											
China .....	4.781	499	16	126	-	(1.716)	3.706	3.018	79	4	50	-	(1.135)	2.016	1.392	81	-	129	-	(606)	996	1.392	81	-	129	-	(606)	996											
Ásia, exceto Japão e China.....	1.182	1.050	1	21	-	(684)	1.570	977	100	-	16	-	(423)	670	611	107	-	-	-	(313)	405	611	107	-	-	-	(313)	405											
<b> Mercado interno.....</b>	<b>2.738</b>	<b>277</b>	<b>1.373</b>	<b>474</b>	<b>7</b>	<b>(651)</b>	<b>4.218</b>	<b>2.197</b>	<b>213</b>	<b>1.215</b>	<b>345</b>	<b>-</b>	<b>(405)</b>	<b>3.565</b>	<b>1.424</b>	<b>163</b>	<b>871</b>	<b>227</b>	<b>-</b>	<b>(318)</b>	<b>2.367</b>	<b>1.424</b>	<b>163</b>	<b>871</b>	<b>227</b>	<b>-</b>	<b>(318)</b>	<b>2.367</b>											
<b>18.467</b>	<b>4.475</b>	<b>1.440</b>	<b>3.599</b>	<b>61</b>	<b>(7.679)</b>	<b>-</b>	<b>20.363</b>	<b>14.852</b>	<b>1.000</b>	<b>1.290</b>	<b>2.129</b>	<b>-</b>	<b>(5.866)</b>	<b>13.405</b>	<b>9.013</b>	<b>684</b>	<b>963</b>	<b>1.862</b>	<b>-</b>	<b>(4.043)</b>	<b>8.479</b>	<b>9.013</b>	<b>684</b>	<b>963</b>	<b>1.862</b>	<b>-</b>	<b>(4.043)</b>	<b>8.479</b>											

Resultado por segmento – depois das eliminações (Produto)

Para o ano findo em 31 de dezembro de												
2006												
	Receitas			Impostos sobre vendas	Receita líquida	Custos e despesas	Líquido	Depreciação, exaustão e amortização	Resultado operacional	Imobilizado líquido	Adições ao Imobilizado	Investimentos
	Mercado externo	Mercado interno	Total									
<b>Ferrosos</b>												
Minério de ferro.....	8.167	1.860	10.027	(271)	9.756	(4.060)	5.696	(528)	5.168	13.235	2.616	48
Pelotas.....	1.590	389	1.979	(86)	1.893	(1.210)	683	(53)	630	593	110	529
Manganês.....	39	16	55	(3)	52	(97)	(45)	(4)	(49)	65	19	-
Ferroligas.....	342	166	508	(43)	465	(443)	22	(19)	3	186	34	-
	<b>10.138</b>	<b>2.431</b>	<b>12.569</b>	<b>(403)</b>	<b>12.166</b>	<b>(5.810)</b>	<b>6.356</b>	<b>(604)</b>	<b>5.752</b>	<b>14.079</b>	<b>2.779</b>	<b>577</b>
<b>Não ferrosos</b>												
Níquel e outros produtos (*).....	2.786	16	2.802	-	2.802	(2.267)	535	(124)	411	17.193	483	222
Potássio.....	-	143	143	(8)	135	(84)	51	(23)	28	178	16	-
Caulim.....	188	30	218	(9)	209	(182)	27	(27)	-	249	19	-
Cobre concentrado.....	690	89	779	(20)	759	(246)	513	(49)	464	1.386	150	-
	<b>3.664</b>	<b>278</b>	<b>3.942</b>	<b>(37)</b>	<b>3.905</b>	<b>(2.779)</b>	<b>1.126</b>	<b>(223)</b>	<b>903</b>	<b>19.006</b>	<b>668</b>	<b>222</b>
<b>Alumínio</b>												
Alumina.....	1.098	10	1.108	(8)	1.100	(767)	333	(39)	294	1.805	433	-
Alumínio.....	1.093	151	1.244	(29)	1.215	(558)	657	(26)	631	415	43	-
Bauxita.....	29	-	29	-	29	(29)	-	-	-	609	273	164
	<b>2.220</b>	<b>161</b>	<b>2.381</b>	<b>(37)</b>	<b>2.344</b>	<b>(1.354)</b>	<b>990</b>	<b>(65)</b>	<b>925</b>	<b>2.829</b>	<b>749</b>	<b>164</b>
<b>Logística</b>												
Ferrovias.....	-	1.011	1.011	(177)	834	(488)	346	(72)	274	720	95	222
Portos.....	15	246	261	(44)	217	(137)	80	(16)	64	222	12	-
Navios.....	52	52	104	(8)	96	(97)	(1)	(5)	(6)	45	2	-
	<b>67</b>	<b>1.309</b>	<b>1.376</b>	<b>(229)</b>	<b>1.147</b>	<b>(722)</b>	<b>425</b>	<b>(93)</b>	<b>332</b>	<b>987</b>	<b>109</b>	<b>222</b>
Outros.....	56	39	95	(6)	89	(352)	(263)	(12)	(275)	1.106	126	1.168
	<b>16.145</b>	<b>4.218</b>	<b>20.363</b>	<b>(712)</b>	<b>19.651</b>	<b>(11.017)</b>	<b>8.634</b>	<b>(997)</b>	<b>7.637</b>	<b>38.007</b>	<b>4.431</b>	<b>2.353</b>

(\*) Inclui o produto níquel e sub-produtos (Cobre, metais preciosos, cobalto e outros) nota explicativa 3 (c).

## Resultado por segmento – depois das eliminações (produto)

Para o ano findo em 31 de dezembro de												
2005												
	Receitas			Impostos sobre vendas	Receita líquida	Custos e despesas	Líquido	Depreciação, exaustão e amortização	Resultado operacional	Imobilizado líquido	Adições ao Imobilizado	Investimentos
	Mercado externo	Mercado interno	Total									
<b>Ferrosos</b>												
Minério de ferro.....	5.890	1.506	7.396	(234)	7.162	(2.658)	4.504	(419)	4.085	8.157	2.695	46
Pelotas.....	1.722	361	2.083	(78)	2.005	(1.321)	684	(23)	661	461	75	568
Manganês.....	56	21	77	(6)	71	(81)	(10)	(1)	(11)	52	20	-
Ferroligas.....	318	176	494	(47)	447	(344)	103	(20)	83	208	82	-
	<b>7.986</b>	<b>2.064</b>	<b>10.050</b>	<b>(365)</b>	<b>9.685</b>	<b>(4.404)</b>	<b>5.281</b>	<b>(463)</b>	<b>4.818</b>	<b>8.878</b>	<b>2.872</b>	<b>614</b>
<b>Não ferrosos</b>												
Potássio.....	-	149	149	(11)	138	(86)	52	(8)	44	166	18	-
Caulim.....	150	27	177	(7)	170	(176)	(6)	(20)	(26)	231	5	-
Cobre concentrado.....	354	37	391	(8)	383	(203)	180	(34)	146	1.180	152	-
	<b>504</b>	<b>213</b>	<b>717</b>	<b>(26)</b>	<b>691</b>	<b>(465)</b>	<b>226</b>	<b>(62)</b>	<b>164</b>	<b>1.577</b>	<b>175</b>	<b>-</b>
<b>Alumínio</b>												
Alumina.....	455	76	531	(24)	507	(445)	62	(25)	37	1.288	400	-
Alumínio.....	784	39	823	(5)	818	(397)	421	(26)	395	361	25	58
Bauxita.....	54	-	54	-	54	(49)	5	-	5	281	200	178
	<b>1.293</b>	<b>115</b>	<b>1.408</b>	<b>(29)</b>	<b>1.379</b>	<b>(891)</b>	<b>488</b>	<b>(51)</b>	<b>437</b>	<b>1.930</b>	<b>625</b>	<b>236</b>
<b>Logística</b>												
Ferrovias.....	-	881	881	(145)	736	(528)	208	(35)	173	612	247	109
Portos.....	-	230	230	(34)	196	(126)	70	(5)	65	244	22	-
Navios.....	56	49	105	(8)	97	(101)	(4)	(3)	(7)	3	2	-
	<b>56</b>	<b>1.160</b>	<b>1.216</b>	<b>(187)</b>	<b>1.029</b>	<b>(755)</b>	<b>274</b>	<b>(43)</b>	<b>231</b>	<b>859</b>	<b>271</b>	<b>109</b>
Outros.....	1	13	14	(6)	8	(226)	(218)	-	(218)	922	34	713
	<b>9.840</b>	<b>3.565</b>	<b>13.405</b>	<b>(613)</b>	<b>12.792</b>	<b>(6.741)</b>	<b>6.051</b>	<b>(619)</b>	<b>5.432</b>	<b>14.166</b>	<b>3.977</b>	<b>1.672</b>

## Resultado por segmento – depois das eliminações (produto)

											Para o ano findo em 31 de dezembro de		
											2004		
Receitas			Impostos sobre vendas	Receita líquida	Custos e despesas	Líquido	Depreciação, exaustão e amortização	Resultado operacional	Imobilizado líquido	Adições ao Imobilizado	Investimentos		
Mercado externo	Mercado interno	Total											
<b>Ferrosos</b>													
Minério de ferro.....	3.146	849	3.995	(128)	3.867	(1.761)	2.106	(270)	1.836	5.374	1.152	42	
Pelotas.....	893	255	1.148	(44)	1.104	(824)	280	(12)	268	357	26	393	
Manganês.....	61	15	76	(4)	72	(46)	26	-	26	24	5	-	
Ferroligas.....	423	202	625	(52)	573	(315)	258	(15)	243	157	20	-	
	<b>4.523</b>	<b>1.321</b>	<b>5.844</b>	<b>(228)</b>	<b>5.616</b>	<b>(2.946)</b>	<b>2.670</b>	<b>(297)</b>	<b>2.373</b>	<b>5.912</b>	<b>1.203</b>	<b>435</b>	
<b>Não ferrosos</b>													
Ouro.....	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)	-	-	-	
Potássio.....	-	124	124	(15)	109	(51)	58	(5)	53	125	44	-	
Caulim.....	142	22	164	(6)	158	(93)	65	(14)	51	202	45	-	
Cobre concentrado.....	184	17	201	(3)	198	(90)	108	(16)	92	997	168	-	
	<b>326</b>	<b>163</b>	<b>489</b>	<b>(24)</b>	<b>465</b>	<b>(236)</b>	<b>229</b>	<b>(35)</b>	<b>194</b>	<b>1.324</b>	<b>257</b>	<b>-</b>	
<b>Alumínio</b>													
Alumina.....	439	19	458	(18)	440	(350)	90	(19)	71	786	189	-	
Alumínio.....	710	29	739	(3)	736	(286)	450	(15)	435	316	13	55	
Bauxita.....	53	-	53	-	53	(48)	5	-	5	62	62	171	
	<b>1.202</b>	<b>48</b>	<b>1.250</b>	<b>(21)</b>	<b>1.229</b>	<b>(684)</b>	<b>545</b>	<b>(34)</b>	<b>511</b>	<b>1.164</b>	<b>264</b>	<b>226</b>	
<b>Logística</b>													
Ferrovias.....	-	612	612	(100)	512	(334)	178	(28)	150	351	172	79	
Portos.....	-	173	173	(29)	144	(89)	55	(4)	51	185	1	-	
Navios.....	52	40	92	(7)	85	(123)	(38)	(1)	(39)	3	1	-	
	<b>52</b>	<b>825</b>	<b>877</b>	<b>(136)</b>	<b>741</b>	<b>(546)</b>	<b>195</b>	<b>(33)</b>	<b>162</b>	<b>539</b>	<b>174</b>	<b>79</b>	
Outros.....	10	9	19	(4)	15	(132)	(117)	-	(117)	124	124	419	
	<b>6.113</b>	<b>2.366</b>	<b>8.479</b>	<b>(413)</b>	<b>8.066</b>	<b>(4.544)</b>	<b>3.522</b>	<b>(399)</b>	<b>3.123</b>	<b>9.063</b>	<b>2.022</b>	<b>1.159</b>	



## 20 Transações com partes relacionadas

As transações mais significativas com partes relacionadas geraram os seguintes saldos:

	Em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES				
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS .....	58	49	24	42
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO .....	51	19	24	17
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO .....	101	39	47	83
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO .....	39	11	34	26
Baovale Mineração S.A. ....	1	24	-	18
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS .....	37	-	14	-
Minas da Serra Geral S.A. - MSG .....	-	14	3	9
MRS Logística S.A. ....	-	19	15	11
Mineração Rio Norte S.A. ....	-	21	-	34
Samarco Mineração S.A. ....	4	-	2	-
TAIWAN NICKEL REFINING CORPORATION.....	362	-	-	-
KOREA NICKEL CORPORATION.....	56	-	-	-
MITSUI & CO. LTD.....	-	20	-	-
Outros.....	11	8	22	12
	<b>720</b>	<b>224</b>	<b>185</b>	<b>252</b>
<b>Circulante.....</b>	<b>715</b>	<b>224</b>	<b>181</b>	<b>252</b>
<b>Longo prazo.....</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>

Estes saldos tiveram as seguintes classificações nos balanços patrimoniais:

	Em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Ativo circulante				
Contas a receber.....	675	-	159	-
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas....	40	-	22	-
Outros ativos				
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas....	5	-	4	-
Passivo circulante				
Fornecedores.....	-	199	-	190
Empréstimos de partes relacionadas.....	-	25	-	62
	<b>720</b>	<b>224</b>	<b>185</b>	<b>252</b>





Os principais valores de operações comerciais e financeiras efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	Exercícios findos em					
	2006		2005		2004	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
<b>COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES</b>						
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST.....	-	-	-	-	251	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....	363	292	280	310	147	80
Samarco Mineração S.A. ....	79	-	25	1	16	-
SIDERAR S.A.I.C.....	-	-	11	-	86	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	204	58	158	65	84	1
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS.....	224	159	170	185	97	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	226	191	170	113	92	2
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS.....	410	-	24	-	109	-
Valesul Alumínio S.A.....	11	-	66	-	16	-
Mineração Rio Norte S.A.....	-	234	-	136	-	154
Gulf Industrial Investment Company - GILC.....	56	2	157	-	74	-
MRS Logística S.A.....	14	516	4	385	-	80
Outras.....	3	39	19	60	15	56
	<b>1.590</b>	<b>1.491</b>	<b>1.084</b>	<b>1.255</b>	<b>987</b>	<b>373</b>

Estes valores tiveram as seguintes classificações na demonstração do resultado:

	Exercícios findos em					
	2006		2005		2004	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Vendas/custo de minério de ferro e pelotas.....	1.553	712	964	694	842	108
Receitas/despesas de serviços de logística.....	13	516	4	387	95	80
Vendas/custo de produtos de alumínio.....	11	234	66	136	16	144
Receitas/despesas financeiras.....	13	16	26	36	6	10
Outras.....	-	13	24	2	28	31
	<b>1.590</b>	<b>1.491</b>	<b>1.084</b>	<b>1.255</b>	<b>987</b>	<b>373</b>

## 21 Valor de mercado

O valor contábil dos nossos instrumentos financeiros se aproxima do valor de mercado devido ao vencimento a curto prazo ou da repactuação freqüente desses instrumentos.

O valor de mercado dos investimentos a longo prazo, quando disponível, está divulgado na nota explicativa 13 destas demonstrações contábeis.

Com base nas taxas de empréstimos atualmente disponíveis para empréstimos bancários com condições e vencimentos médios similares, o valor de mercado da dívida a longo prazo (não inclui parcela de curto prazo), em 31 de dezembro de 2006 e 2005 está estimado como segue:

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Valor de mercado.....	21.746	4.076
Valor contábil.....	21.122	3.714

As estimativas de valor de mercado são feitas em um dado momento, baseadas em informações de mercado relevantes e outras informações a respeito dos instrumentos financeiros. Mudanças nas premissas poderiam afetar significativamente as estimativas.



## 22 Instrumentos financeiros derivativos

Os principais riscos de mercado aos quais estamos expostos são risco de taxa de juros, de taxa de câmbio e de preço de “commodity”. Gerenciamos alguns destes riscos através do uso de instrumentos derivativos. Nossa atividade de gerenciamento de risco segue a política de gerenciamento de risco, que requer a diversificação de transações e contra-partidas. Monitoramos e avaliamos nossa posição geral regularmente a fim de avaliar resultados financeiros e o impacto financeiro em nosso fluxo de caixa. Também revemos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge de nossas contra-partes.

### (a) Risco cambial e de taxa de juros

Estamos expostos a taxas de riscos em nossos empréstimos em circulação e em futuras emissões de dívida.

Nossa taxa flutuante de financiamento consiste principalmente dos empréstimos em dólar americano vinculados ao capital de giro e empréstimos bancários e financiamentos em real indexados ao CDI (certificado de depósito bancário), vinculados às debêntures emitidas em 2006 no mercado brasileiro.

Para mitigar os efeitos da volatilidade da taxa de juros em nossa dívida estrangeira, às vezes utilizamos hedges naturais permitidos pela correlação positiva entre taxas flutuantes de juros e preços de metais. Quando os hedges naturais não são eficazes, tentamos replicar o efeito do hedge usando derivativos.

Nossa taxa flutuante de juros de dívida denominada em reais está principalmente sujeita às mudanças no CDI, vinculado às debêntures emitidas em 2006, e associados com a estratégia de aquisição da Inco.

Para mitigar a exposição de câmbio nos fluxos de caixa, associada com a emissão da dívida em reais, participamos de acordos de swap para converter fluxos de caixa em reais indexados ao CDI em dólar norte americano indexado a taxas fixas em dólar.

Estamos expostos ao risco de câmbio associado com nossa dívida denominada em moeda estrangeira. Por outro lado, uma parte substancial de nossas receitas está denominada em dólar norte-americano ou a ele automaticamente vinculada. Isto fornece um hedge natural para qualquer desvalorização do real com relação ao dólar norte-americano. Quando a desvalorização ocorre, o impacto negativo imediato na dívida denominada em moeda estrangeira é compensado no tempo pelo efeito positivo da desvalorização nos fluxos de caixa futuros. Sob esta estrutura, geralmente não usamos instrumentos derivativos para gerenciar a exposição de moeda na nossa dívida de longo prazo em dólar. Entretanto, podemos ocasionalmente usar derivativos para minimizar os efeitos da volatilidade das taxas de câmbio entre real e dólar norte-americano no fluxo de caixa.



Usamos contratos “forward” de moeda para eliminar o risco de movimentos de câmbio na parte de nosso futuro custo de construção de ativos de capital das operações em Ontário e as produções planejadas das instalações para o projeto Goro. Estas transações são realizadas pela CVRD Inco. As transações em circulação são executadas principalmente para proteger os riscos surgidos através da volatilidade do Euro, AUD, CNY e GBP.

**(b) Risco do Preço de Commodities**

Também usamos instrumentos derivativos para gerenciar a exposição à variação de preços de commodities.

**Níquel**

Não usamos instrumentos de derivativos para proteger nossa exposição às flutuações dos preços de níquel. Não participamos de contratos “forward” de compra LME os quais são substancialmente compensados pelo preço fixo dos contratos para clientes a fim de manter nossa exposição ao risco do preço do níquel.

**Cobre**

Tínhamos contratos com opção put, dando-nos o direito, mas não a obrigação, de vender cobre, e contratos vendidos de opção call, dando-nos o direito de comprar, mas não a obrigação, para comprar cobre, durante o período que se estende até 2008.

**Ouro**

Nós temos uma pequena posição em instrumentos derivativos do ouro, estruturados para gerenciar a exposição associada a produção do ouro como um subproduto de concentrado de cobre.

**Alumínio**

Tivemos contratos de opção e “forward” para proteger nossa exposição aos preços de alumínio em nossas operações de alumínio e alumina.

**Platina**

Usamos derivativos para garantir determinado preço mínimo de parte de nossa produção de metal.

**Óleo Combustível e Gás Natural**

Usamos contratos de swap de óleo combustível e de gás natural para reduzir o efeito da volatilidade do preço de energia nos custos operacionais.

A maioria de nossas transações de derivativos de commodities foram estabelecidas em caixa, sem entrega física do produto.

Os derivativos de níquel, platina, óleo combustível e gás natural são negociados sob CVRD Inco. Os derivativos negociados de cobre são realizados para proteger a produção de CVRD e CVRD Inco e possuem exigências mínimas de acordo com nossa política de gerência de risco.



O saldo ativo (passivo) e a variação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros são como segue:

	Juros (Libor)	Moedas	Ouro	Produtos relacionados ao alumínio	Cobre	Níquel	Platina	Total
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2006.....	(4)	1	(46)	(210)	-	-	-	(259)
Ganhos (perdas) reconhecido com a consolidação da Inco.....	4	9	-	-	(364)	62	(22)	(311)
Liquidação financeira.....	2	(6)	19	102	-	(87)	-	30
Ganhos (perdas) não realizados no exercício .....	4	(19)	(23)	(187)	65	42	2	(116)
Efeito de variação cambial.....	-	-	(4)	(23)	-	-	-	(27)
<b>Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>6</b>	<b>(15)</b>	<b>(54)</b>	<b>(318)</b>	<b>(299)</b>	<b>17</b>	<b>(20)</b>	<b>(683)</b>
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2005 .....	(17)	4	(37)	(182)	-	-	-	(232)
Liquidação financeira.....	9	(1)	11	70	-	-	-	89
Ganhos (perdas) não realizados no exercício .....	6	(2)	(17)	(88)	-	-	-	(101)
Efeito de variação cambial.....	(2)	-	(3)	(10)	-	-	-	(15)
<b>Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>(4)</b>	<b>1</b>	<b>(46)</b>	<b>(210)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(259)</b>
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2004.....	(46)	5	(32)	(18)	-	-	-	(91)
Perda realizada com a consolidação da Albras.....	-	-	-	(20)	-	-	-	(20)
Liquidação financeira.....	29	(2)	4	-	-	-	-	31
Ganhos (perdas) não realizados no exercício .....	1	1	(5)	(131)	-	-	-	(134)
Efeito de variação cambial.....	(1)	-	(4)	(13)	-	-	-	(18)
<b>Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>(17)</b>	<b>4</b>	<b>(37)</b>	<b>(182)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(232)</b>

Ganhos não realizados no montante de US\$50, US\$1 e US\$4 para 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, respectivamente, estão registrados em “outros”, outros ativos.

Os ganhos (perdas) não realizados são incluídos em nossas demonstrações contábeis sob título de despesa financeira e variação cambial passiva.

As datas de vencimento dos instrumentos acima são como segue:

Ouro.....	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR).....	Dezembro de 2011
Moedas.....	Dezembro de 2011
Produtos relacionados ao alumínio.....	Dezembro de 2008
Cobre concentrado.....	Dezembro de 2008
Níquel.....	Setembro de 2008
Platina.....	Dezembro de 2008

## Conselheiros, Membros dos Comitês e Diretores

### Conselho de Administração

Sérgio Ricardo Silva Rosa  
**Presidente**  
Mário da Silveira Teixeira Júnior  
**Vice Presidente**  
Arlindo Magno de Oliveira  
Eduardo Fernando Jardim Pinto  
Erik Persson  
Francisco Augusto da Costa e Silva  
Hiroschi Tada  
Jorge Luiz Pacheco  
Julio Sérgio Gomes de Almeida  
Oscar Augusto de Camargo Filho  
Renato da Cruz Gomes

### Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

#### Comitê de Controladoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira  
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

#### Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira  
João Moisés de Oliveira  
Oscar Augusto de Camargo Filho

#### Comitê Estratégico

Roger Agnelli  
Gabriel Stoliar  
Demian Fiocca  
Mário da Silveira Teixeira Júnior  
Oscar Augusto de Camargo Filho  
Sérgio Ricardo Silva Rosa

#### Comitê Financeiro

Fábio de Oliveira Barbosa  
Wanderlei Viçoso Fagundes  
Ivan Luiz Modesto Schara

### Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes  
**Presidente**  
Anibal Moreira dos Santos  
Bernard Appy  
José Bernardo de Medeiros Neto

### Diretoria Executiva

Roger Agnelli  
**Diretor-Presidente**

Carla Grasso  
**Diretora Executiva de Recursos Humanos e Serviços Corporativos**

Eduardo de Salles Bartolomeo  
**Diretor Executivo da Área de Logística**

Fabio de Oliveira Barbosa  
**Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores**

Gabriel Stoliar  
**Diretor Executivo de Planejamento e Gestão**

José Carlos Martins  
**Diretor Executivo da Área de Ferrosos**

José Lancaster  
**Diretor Executivo da Área de Cobre, Carvão e Alumínio**

Murilo de Oliveira Ferreira  
**Diretor Executivo da Área de Níquel e Comercialização de Metais Básicos**

**Comitê de Governança e Sustentabilidade**

Renato da Cruz Gomes  
Ricardo Carvalho Giambroni  
Ricardo Simonsen

Tito Botelho Martins  
**Diretor Executivo de Assuntos  
Corporativos e Energia**

Marcus Vinícius Dias Severini  
**Diretor do Departamento de  
Controladoria**

Vera Lúcia de Almeida P. Elias  
**Gerente Geral de  
Controladoria  
CRC-RJ - 043059/O-8**